



MARÇO, 2026

TERRACOTA

V.04 N.01

A revista do GECHINA

Edição Especial

Semana da China na UnB 2025



研究中国
GECHINA UnB

TERRACOTA

A revista do GECHINA

MARÇO, 2026. v.04 n.01

EDITORA-CHEFE

Prof^ª. Ana Cristina Balestro

CONSELHO EDITORIAL

Prof^ª. Siegrid Guillaumon (UnB), Aline Ribeiro Mendes,
Mayara Reis, Raquel Viana Ferreira

REVISOR FINAL

Aline Ribeiro Mendes

REVISORES

Prof^ª. Ana Cristina Balestro (UnB), Prof^ª. Siegrid Guillaumon (UnB), Aline Ribeiro Mendes, Arthur Kallil Miranda Mendes, Enzo Antonio dos Santos Vignone, Luana Bramorski Cerqueira Cesar, Mylena Angélica Silva Farias, Natasha Dutra Toledo, Tamily Vitória Martins Brito

PROJETO GRÁFICO

Thays Alves da Silva

DIREÇÃO DE ARTE

Geovanna Costa Santos Fernandes

DIAGRAMAÇÃO

Geovanna Costa Santos Fernandes

CAPA

Geovanna Costa Santos Fernandes

IMAGENS

Siegrid Guillaumon (capa)
Aaron Greenwood (fotografia - Terracotta Army statue)


A revista Terracota está disponível para download em <https://mngt.unb.br/terracota-a-revista-do-gechina>

Brasília, Distrito Federal (DF) – Brasil.
Grupo de Estudos sobre China (GECHINA)
Departamento de Administração (UnB)

Trimestral, v.04, n.01 (março de 2026)
ISSN: 3085-833X

SUMÁRIO

- 07 **Apresentação Editorial**
Conselho Editorial
- 08 **Influências da cultura chinesa no Brasil através da literatura do tipo *danmei* e o caso *The Untamed* 陈情令**
Aline Ribeiro Mendes
- 16 **Mei Lanfang, Resiliência e a Ópera de Pequim**
Ana Paula de Souza Lima
- 21 **Impacto das mulheres no mercado de trabalho pós-Revolução Cultural na economia chinesa**
Anna Luiza Sousa Tararam
- 36 **Entre os Muros da Interpretação: A cidade chinesa segundo escritores e viajantes estrangeiros no começo do século XX**
Bruno Motta
- 47 **Cadáveres Falantes, Fantasmas Acorrentados e Juízes do Purgatório: A violência como Linguagem do Poder e da Conversão Religiosa nos Contos Budistas Milagrosos Chineses (490-589 E.C.)**
Bianca Melo Lettieri
- 59 **Desafios e estratégias da China frente à crise ambiental: reflorestamento, controle da poluição e metas climáticas**
Camila de Oliveira Praia
- 68 **A inserção da China no setor de Elementos de Terras Raras em meio ao contexto de corrosão da Ordem Liberal Internacional**
Josué Kuhn Völz
- 83 **Zheng He e a diplomacia marítima chinesa: lições históricas para as relações internacionais sino-brasileiras**
Levy Santos Lima, Clara da Penha Marte e Samara Letícia Figueredo
Choairy Oliveira
- 91 **Universalização da Educação Básica no Sul Global: um estudo comparado entre Amazonas (Brasil) e Guizhou (China)**
Luana Bramorski Cerqueira Cesar
- 102 **O Reino Central e a Rota da Seda Marítima: A China Song e o contato com o Sul da Ásia**
Luís Afonso Toassi Rasia e Elias Maciel Pereira
- 110 **Civilização ecológica - Avaliação do discurso de Xi Jinping e o impacto nas políticas públicas ambientais em Shenzhen (China)**
Mayara Araujo dos Reis
- 120 **Casos Práticos de Integração entre Tecnologia e Sustentabilidade na China: Lições e Perspectivas para o Brasil**
Mylena Angélica Silva Farias
- 130 **Fitoterapia Chinesa: uma técnica milenar para tratar diversas doenças da atualidade**
Paula França dos Santos
- 138 **Estudo Comparativo entre Currículos de Matemática da China e do Brasil**
Pedro de Oliveira Ribeiro Penna e André Augusto Deodato
- 143 **Entre Taiwan e China: Mudança na política externa dos países centro-americanos no âmbito da *Belt and Road Initiative***
Samira Leite Negri e Joab Miguel Caselato

The background of the page is a faded, light-colored image of several Terracotta Warriors from the Qin Dynasty. The warriors are shown in various poses, wearing detailed armor and traditional Chinese headgear. The image is semi-transparent, allowing the text to be overlaid clearly.

158 O Realismo Mágico em Mo Yan e Gabriel García Márquez: Uma Análise Comparativa de “Soaring 飞翔” e “Un señor muy viejo con unas alas enormes”

Vinicius Laurentino e Yasmim Cury da Rocha

172 Ensino de Mandarim em Contexto Extensionista: Práticas Pedagógicas, Experiências e Desafios

Vinicius Laurentino, Yasmim Cury da Rocha e Jessica Wu

178 Produção Arquitetônica na China Contemporânea: Diálogos entre Tradição e Modernidade

Wilson Soares dos Anjos Neto e Mônica Peixoto Vianna

199 Do CBERS a Base Lunar: Um estudo comparado sobre as Capacidades Estatais e as Trajetórias de Inovação nos Programas Espaciais do Brasil e da China

Yasmin Lenz Piccoli Castelli

Apresentação Editorial

Conselho Editorial

Março marca a publicação de um novo volume da Revista Terracota, dando continuidade a mais um ciclo de atividades com entusiasmo renovado e grandes expectativas. Iniciamos o ano de 2026, ano do cavalo de fogo, celebrando um marco significativo: a publicação dos resumos expandidos dos trabalhos apresentados durante a Primeira Semana da China na UnB, que aconteceu entre 25 e 29 de agosto de 2025. O evento constituiu uma experiência rica em trocas acadêmicas, diálogos interdisciplinares e aprofundamento de temas fundamentais para a compreensão da China contemporânea e de suas múltiplas interfaces com o mundo.

É com satisfação que recebemos os 19 trabalhos que aqui estão publicados, que apresentam pesquisas com perspectivas diversas sobre China. Esse é um resultado que reforça nosso compromisso como grupo de estudos e nossa motivação para continuarmos ampliando o alcance e a qualidade dos debates do GECHINA.

Nosso plano é consolidar a Semana da China como um espaço permanente de encontro entre pesquisadores, estudantes e interessados, fortalecendo redes de colaboração e estimulando novas agendas de pesquisa.

Paralelamente, seguimos empenhados no aprimoramento contínuo da produção acadêmica dos GECHINers, nossos membros, e na expansão do impacto de nossa revista. Isso envolve o fortalecimento de nossos processos editoriais, a diversificação de temas e abordagens, e a busca por maior visibilidade junto à comunidade científica nacional e internacional.

Inspirados pelo simbolismo do Ano do Cavalo na cultura chinesa — associado à energia, à determinação e ao progresso — desejamos que este seja um período marcado por dinamismo, perseverança e conquistas. Que possamos avançar com firmeza em nossos objetivos, impulsionados pelo compromisso com a excelência acadêmica e pelo interesse em promover uma compreensão cada vez mais profunda e plural da China e suas relações com o Brasil.

Desejamos a todos uma excelente leitura e que continuem acompanhando nossas publicações.

Presidência e Editora Chefe

Influências da cultura chinesa no Brasil através da literatura do tipo *danmei* e o caso *The Untamed*

陈情令

Aline Ribeiro Mendes¹

INTRODUÇÃO

A relação Brasil-China, existente desde 1974, teve como marco uma diplomacia respeitosa com relação às políticas de exportação e importação e não envolveu controvérsias significativas que pudessem macular o interesse recíproco entre as nações. Este fato direcionou o Brasil a fazer parte de uma importante parte na conjuntura de países amigos da China em seu processo de ascensão como potência emergente.

De fato, a influência do crescimento chinês sobre a economia mundial já vinha ocorrendo de maneira crescente ao longo das últimas décadas do século XX, tendo se acentuado ainda mais a partir do início do século XXI. No caso específico do Brasil, certamente, o crescimento da demanda chinesa por commodities primárias (agrícolas, minerais e combustíveis), seus efeitos sobre a quantidade demandada, e os preços internacionais dessas commodities foram fatores que ajudam a explicar o melhor desempenho do país nos últimos anos em relação aos períodos anteriores (Hiratuka; Sarti, 2016, p. 84).

Não apenas correspondendo às demandas recíprocas das quais carecem ambos os países parceiros no que se refere ao mercado agrícola e outras esferas, como também a exportação da educação chinesa através da introdução do mandarim pelos Institutos Confúcio, presentes em todo o território nacional, as relações sino-brasileiras se solidificaram ainda mais com a

¹ Mestra em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (PPGFIL-UECE); Bacharelada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pós-Graduada em Docência no Ensino Superior pela I9. Bolsista e Pesquisadora NUSS/UFC. Coordenadora do Grupo de Estudos Chineses (HAN) da Universidade Estadual do Ceará. Membro do Grupo de Estudos sobre a História da Ásia (GEHA) da Universidade do Estado de Minas Gerais. Membro da diretoria acadêmica do GECHINA UNB. E-mail: alinetrix@hotmail.com.

introdução da cultura chinesa no Brasil, resultado da imersão desta cultura através do audiovisual.

O cinema chinês nunca teve grande impacto no Brasil. Ainda que seja reconhecido o potencial de algumas obras cinematográficas que “furaram a bolha” euroamericana, como o clássico e premiado *Amor à flor da pele* (Hong Kong; França, 2000), com o reconhecimento da interpretação de Tony Leung como melhor ator em Cannes, sendo ele apenas o segundo chinês a ganhar a honraria em, até então, 54 anos de existência do festival, os filmes chineses ainda superam bilheterias mundiais, a exemplo de *Ne Zha 2* (2025), de forma muito discreta para causar um impacto social real em terras tupiniquins.

No entanto, apesar de o cinema sino-asiático ainda requerer maior público externo para ter um impacto significativo no globo, cuja influência audiovisual é, ainda intrinsecamente euroamericana, a teledramaturgia da China segue caminhos diferentes, especialmente por causa de dramas históricos do tipo *Wuxia*² (武侠) e *Xianxia*³ (仙侠). Segundo Gwendolyn Yap (2023), nos últimos anos, o gênero *Xianxia* teve um aumento de popularidade no sudoeste asiático. O gênero, que mistura mitologia, cultura e ação e que tem suas raízes no *Wuxia*, cativou um público jovem e criou uma nova sensação entre aqueles que buscam entretenimento do tipo fantasia. Uma das séries mais famosas e significativas que comprovam essa afirmação é *The Untamed* (2019). Narrando a história de duas almas gêmeas que tentam desvendar mistérios relacionados ao passado de um deles, o drama conquistou fãs no mundo todo, incluindo o público brasileiro.

Entre 2022 e 2023, realizamos uma pesquisa no Brasil com cem telespectadores da série chinesa *The Untamed*, com o objetivo de investigar os processos de descoberta, motivações e influências relacionadas a este grande sucesso da produtora *Tencent*. O estudo adotou um questionário, permitindo a coleta de dados que explorasse não apenas como os entrevistados tiveram acesso à série, mas também os fatores que os levaram a se engajar com sua narrativa. A abordagem metodológica privilegiou a objetividade das respostas, buscando identificar padrões recorrentes e singularidades nas trajetórias de consumo. Os participantes foram selecionados de forma não probabilística e aleatória, sem rastreio de dados sensíveis como nome, endereço ou endereço de e-mail, entre outros, com base em seus interesses declarados pela obra, garantindo assim um recorte amostral alinhado aos objetivos da investigação. Para isso, buscou-se divulgar

2 Segundo Gwendolyn Yap, *Wuxia* corresponde ao gênero de dramas com foco em ação física, geralmente com personagens inspirados em pessoas da classe trabalhadora em sinopses que trazem um realismo histórico no qual estão imersos em enredos com violência, lealdade e irmandade. Esse gênero é escrito majoritariamente por homens.
3 Yap define *Xianxia* como um gênero voltado para a ação de magia e fantasia, com personagens de descendência nobre e/ou divinas envolvidos em temas como beleza, romance e lealdade em uma estética histórica. Livros/*novels* desse gênero são escritos majoritariamente por mulheres.

o link⁴ da pesquisa em redes sociais como o Twitter/X e o Instagram, para a captação dos entrevistados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados indicaram que a maioria dos telespectadores descobriu *The Untamed* por meio de plataformas digitais, especialmente redes sociais dedicadas a fandoms de cultura pop asiática. Plataformas como Twitter/X, TikTok e fóruns especializados em *danmei* – literatura chinesa de temática majoritariamente homoafetiva – surgiram como espaços centrais na disseminação da obra. Muitos entrevistados relataram que recomendações de outros fãs ou a visualização de conteúdo derivado (tais como *fanarts*) foram determinantes para seu interesse inicial. Isto demonstrou o papel das comunidades virtuais na circulação nacional de produtos culturais estrangeiros, sobretudo aqueles que, como a produção de *The Untamed*, não contavam inicialmente com divulgação massiva em mercados ocidentais.

Quanto às motivações para o consumo, destacou-se a atração pela complexidade da trama e pela representação de relações afetivas entre personagens masculinos, elemento central do gênero *danmei*. Os entrevistados, maioria do sexo feminino, enfatizaram a profundidade psicológica dos protagonistas e a construção de um universo ficcional rico em mitologia e conflitos morais como fatores de engajamento. Ainda, a obra foi frequentemente associada a discussões sobre identidade de gênero e sexualidade, sugerindo que sua recepção extrapola o entretenimento, adquirindo camadas de significado político e emocional para determinados grupos. Há, então, a comprovação de que narrativas marginalizadas podem adquirir relevância como ferramentas de identificação e resistência simbólica, ainda que tenham um formato diferente das mídias mais comumente consumidas.

A análise dos dados revelou que a leitura de *Mo Dao Zu Shi*, obra que inspirou *The Untamed*, foi consequência do sucesso e da satisfação com a série, que exerceu um impacto significativo no consumo posterior de outras obras literárias pelos entrevistados. Dentre os cem participantes da pesquisa, quarenta e dois relataram que, após a leitura da obra supracitada, buscaram ativamente outras *novels*⁵ do gênero *danmei* para ler, demonstrando um efeito de expansão do repertório cultural da literatura chinesa. Tal informação aponta para como a imersão em uma narrativa específica pode funcionar como porta de entrada para um gênero literário mais amplo, consolidando *Mo Dao Zu Shi* como uma obra catalisadora de interesses. Além disso, a preferência por narrativas com temáticas semelhantes aponta para a formação de

4 Algumas entrevistas foram realizadas por via de questionário impresso em eventos de cultura pop ocorridos em Fortaleza (CE) no ano de 2024. Os entrevistados coletaram voluntariamente o questionário em um ponto estratégico desses eventos e responderam sozinhos as perguntas, sem ação de um entrevistador para coletá-las ou para identificá-los como respondentes.

5 Neste contexto, a palavra *novel* é sinônimo de “livro”.

um gosto estético pautado por elementos como complexidade emocional e representação afetiva não normativa⁶, típicos do *danmei*.

Outro dado relevante obtido nesta pesquisa foi o interesse despertado pelo aprendizado do mandarim entre os leitores. Sessenta e dois entrevistados afirmaram ter considerado estudar o idioma após a leitura, sendo que vinte e dois chegaram a iniciar efetivamente os estudos, ainda que tenham alcançado níveis variados de proficiência. Esse resultado fortifica o potencial da literatura do tipo *danmei* como motivador do aprendizado de novos tipos de linguagens, e a busca pelo idioma reflete um desejo de acessar o texto em sua forma nativa, assim como uma identidade cultural com o contexto de produção da narrativa.

O impacto da obra também se manifestou no interesse pela China como destino turístico e acadêmico. Setenta e três entrevistados expressaram o desejo de visitar o país, motivados pela representação cultural presente em *The Untamed*. Paralelamente, sete deles demonstraram desejo de se mudar para a China para fins educacionais, indicando que a experiência literária extrapolou o âmbito do entretenimento e influenciou projetos de vida de longo prazo, ressignificando a imagem de um país aparentemente distante e transformando-o em um espaço de fascínio e possibilidade. A atração pela China, neste caso, não se limitou a uma curiosidade superficial, mas se traduziu em intenções concretas de imersão cultural e acadêmica.

Chama atenção o fato de dois entrevistados terem realizado viagem à China, sendo um deles matriculado em um curso de graduação em língua e cultura chinesa. Embora esse número represente uma óbvia minoria, sua relevância simbólica é inegável, pois ilustra como o engajamento com uma obra literária pode se materializar em ações transformadoras e factuais. O caso do estudante de graduação, em particular, demonstra que o interesse inicial despertado pela ficção evoluiu para um investimento profissional e intelectual; ao migrar seus planos pessoais para um outro país, a representatividade deste entrevistado carrega o peso da grande influência do *soft power* chinês em meios não necessariamente ligados à uma política de influência.

O interesse de estudantes brasileiros de visitar a China em busca de imersão cultural e acadêmica tem estabelecido importantes precedentes para o fortalecimento da educação intercultural entre os dois países. Esse movimento, impulsionado em parte pelo interesse despertado por produções culturais chinesas, como a literatura e a dramaturgia, mostra uma tendência mais ampla de aproximação bilateral no campo educacional. Dados oficiais demonstram que o governo chinês tem ampliado significativamente suas iniciativas de cooperação internacional, com destaque para os programas de bolsas de estudo oferecidos por universidades chinesas, alguns destes em parcerias com universidades brasileiras. Segundo registros do Ministério da Educação e da CAPES, de 1995 a 2024 foram concedidas milhares de bolsas integrais para estudantes brasileiros em diversas áreas do

conhecimento⁷, incluindo língua chinesa, engenharias e estudos culturais. É um fluxo educacional que tem contribuído para a formação de uma nova geração de profissionais com competências interculturais, capazes de atuar como pontes entre as duas nações em setores estratégicos como comércio, tecnologia e diplomacia cultural.

A experiência desses estudantes no exterior vem gerando impactos significativos tanto no âmbito individual quanto nas relações institucionais Brasil-China. Além das bolsas de graduação e pós-graduação, a China tem oferecido programas de curta duração e concursos a nível nacional e mundial, como o *Chinese Bridge*, focados em imersão cultural e linguística, que atraem especialmente jovens interessados na língua e cultura chinesa. O resultado tem sido a formação de redes acadêmicas colaborativas e o surgimento de novos campos de pesquisa interdisciplinar que combinam perspectivas brasileiras e chinesas, particularmente nas áreas de estudos asiáticos, relações internacionais e economia global. Esse intercâmbio educacional almeja aprofundar os laços culturais entre as nações e prepara o terreno para uma cooperação mais estratégica no cenário internacional.

O fenômeno *The Untamed* revelou-se um elo de engajamento de fãs, como demonstrado pelos dados da pesquisa. Entre os cem entrevistados, trinta e três afirmaram acompanhar ativamente a trajetória de pelo menos um dos atores protagonistas da série, seja por meio de seus trabalhos subsequentes ou de suas atividades nas redes sociais. Esse acompanhamento prova não apenas o apego emocional à narrativa, mas também a construção de uma relação parassocial entre os fãs e os artistas. Além disso, nove participantes declararam possuir tatuagens inspiradas na série, logo, a experiência de assistir à adaptação vai além do âmbito do entretenimento e se tornou parte significativa de suas identidades visuais.

A influência de *The Untamed* também se manifestou no colecionismo e na produção criativa dos fãs. Dezenove entrevistados relataram possuir coleções de itens relacionados à série ou à novel original, incluindo merchandising oficial, edições especiais do livro e artigos de *fanart*⁸. Esse comportamento de consumo destaca o papel da obra como um fenômeno definitivo, no qual diferentes formatos e produtos se complementam para fortalecer o vínculo dos fãs com o universo ficcional. Adicionalmente, vinte e dois participantes mencionaram escrever ou ter escrito *fanfictions*⁹ baseadas em *The Untamed* ou em *Mo Dao Zu Shi*, o que mostra que a adaptação audiovisual estimulou a produção de conteúdo derivado e inédito, enriquecendo a comunidade de fãs.

7 Esta informação é baseada na convenção estabelecida entre os governos brasileiro e de outros países de concessão de vagas. Para saber números exatos, é preciso consultar o Ministério da Educação e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES).

8 Artes feitas por fãs.

9 *Fanfiction* é um gênero de produção textual em que fãs utilizam elementos de uma obra original, como personagens, cenários e enredos, para criar e desenvolver suas próprias narrativas.

A relação entre a série e a *novel* que a derivou ilustra um fenômeno recorrente na indústria cultural contemporânea, no qual adaptações audiovisuais funcionam como portas de entrada para obras literárias, mesmo quando não são totalmente fiéis ao material de origem. No caso de *The Untamed*, a decisão de atenuar o romance entre os protagonistas pode ser entendida como uma estratégia para adequar-se às regulamentações midiáticas chinesas¹⁰. Contudo, a série conseguiu preservar a essência emocional da relação entre os personagens, utilizando recursos narrativos e simbólicos que permitiram aos fãs reconhecerem a profundidade do vínculo retratado. A pesquisa aponta que essa abordagem, ainda que implícita, foi suficiente para manter o engajamento dos leitores originais e, ao mesmo tempo, conquistar novos adeptos que posteriormente buscaram a obra literária. Kertscher (2024) valida este dado afirmando que a interpretação de *The Untamed* é frequentemente limitada por matrizes heteronormativas que, ao buscarem uma “norma” diante da ausência de menções explícitas à sexualidade, acabam por invisibilizar a diversidade de gênero e o subtexto homoafetivo. A autora defende que os fãs da obra, conscientes das restrições e da censura midiática na China, superam essa visão limitada ao valorizarem as pistas narrativas e simbólicas que confirmam o romance entre os protagonistas, validando uma leitura que extrapola as imposições sociais da heterossexualidade compulsória.

Os dados coletados reforçam a ideia de que *The Untamed* não apenas amplificou a cultura chinesa pelo mundo, mas também consolidou uma comunidade de fãs ativa e multifacetada. Desde o acompanhamento da carreira dos atores até a obtenção de tatuagens, coleções e *fanfictions*, a série demonstrou sua capacidade de inspirar práticas culturais diversificadas que prolongam e fidelizam a vida da narrativa além de sua exibição original; esta é a prova do poder das adaptações audiovisuais como ferramentas de divulgação cultural e como agentes de transformação na maneira como as obras literárias são consumidas e ressignificadas por audiências globais. O estudo, portanto, valida que o sucesso de *The Untamed* está profundamente ligado à sua habilidade de conectar-se emocionalmente com o seu público, gerando um legado que perdura tanto no âmbito comercial quanto no afetivo, atrelando-se a subjetividade de seus consumidores.

A chegada da *novel Mo Dao Zu Shi* ao mercado editorial brasileiro, através da editora *NewPop*, representou um marco significativo no consumo de produtos relacionados à obra no país. A editora não apenas publicou integralmente a série em português, incluindo materiais extras com ilustrações exclusivas, como enriqueceu a experiência dos leitores com brindes especiais em pré-vendas e até mesmo a comercialização de um *artbook* de sua adaptação audiovisual, *The Untamed*. Além disso, a aquisição dos direitos de outras duas obras da autora

10 Enquanto na *novel*, os protagonistas masculinos de *Mo Dao Zu Shi* se envolvem romanticamente e são o casal central da trama, em *The Untamed*, os protagonistas masculinos desenvolvem uma amizade descrita como a de “almas gêmeas”, não expressando diretamente que eles são um casal.

Mò Xiāng Tóng Xiù (*Tian Guan Ci Fu - Heaven Official's Blessing e Scum Villain Self-Saving System*¹¹) demonstrou um compromisso em atender à demanda crescente por *danmei* no Brasil. Entre os cem entrevistados, sessenta e três adquiriram pelo menos um volume da edição brasileira de *Mo Dao Zu Shi*, sendo que trinta optaram pelas versões com brindes exclusivos.

O interesse dos fãs pela obra ultrapassou o consumo de *Mo Dao Zu Shi* e se estendeu às outras produções da autora. Cinquenta e quatro entrevistados manifestaram desejo de comprar as demais *novels* de Mò Xiāng Tóng Xiù licenciadas pela *NewPop*, o que aponta que a editora não apenas consolidou um público cativo, mas também expandiu o mercado para obras do mesmo gênero. É uma tendência que revela como a publicação profissional de obras chinesas, aliada a estratégias de marketing que incluem brindes e edições especiais, impulsiona o engajamento de fãs e fortalece um nicho literário em um novo território. A decisão da *NewPop* em investir em mais títulos da autora é uma aposta no potencial de crescimento do gênero *danmei* no Brasil, mas também aponta um crescimento do interesse cultural do público leitor brasileiro por materiais de consumo fora do eixo euroamericano.

O fenômeno em torno da publicação de *Mo Dao Zu Shi* no Brasil oferece uma visão privilegiada de como a combinação entre acesso facilitado a obras asiáticas e produtos exclusivos pode transformar um nicho em um mercado existente e viável. A editora *NewPop* que domina o mercado brasileiro de publicação de *novels*, não apenas trouxe obras de sucesso absoluto, como *Mo Dao Zu Shi*, para o público brasileiro e criou um mercado em torno dela, mas construiu uma experiência de consumo mais ampla, conectando leitores a um universo expandido que inclui material de outros autores ainda não publicados. Os dados da pesquisa mostram que essa estratégia não apenas atendeu a uma demanda concreta, mas estimulou novos interesses, solidificando a base de fãs de *danmei* no país e abrindo caminho para futuras publicações do gênero, como também para o universo multicultural da literatura chinesa em solo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que o consumo da série chinesa *The Untamed* está essencialmente a dinâmicas contemporâneas de demanda cultural, marcadas pela interação entre mídias digitais, comunidades de fãs e indústrias criativas nacionais e internacionais. A obra, embora originária de um contexto cultural distante, foi ressignificada por seu público internacional tupiniquim, que a interpretou através de lentes locais e globais simultaneamente. Os dados coletados sugerem que a recepção de *The Untamed/Mo Dao Zu Shi* no Brasil não se tratou de um mero ato isolado de consumação, mas integrou-se a uma perspectiva mais ampla de práticas culturais que desafiam fronteiras geográficas e linguísticas, reforçando o caráter diverso da

11 Titulada no Brasil como *O Sistema de Autopreservação do Vilão Desprezível*, esta *novel* já está à venda no país pela Editora *NewPop*, assim como *Tian Guan Ci Fu*, que foi lançada no país como *Benção do Oficial Celestial*.

cultura popular na era digital.

Os resultados apontam para um padrão claro de influência de múltiplos níveis exercida por *Mo Dao Zu Shi* sobre seus leitores. A obra não apenas ampliou o acesso a um gênero literário específico, como também incentivou o aprendizado de um idioma, o interesse por viagens e até a realização de projetos de vida e/ou acadêmicos no exterior. Há um vislumbre do poder da literatura em conectar indivíduos a culturas distantes, funcionando como um agente de curiosidade, aprendizado e transformação pessoal. A pesquisa expõe, assim, que o impacto de uma narrativa vai além de uma história de fantasia e sua relação com seu público-alvo, mas que influencia em diversas esferas da vida seus dos leitores e suas conexões com o mundo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Indicadores de bolsa-formação: bolsistas no exterior – 2024. Brasília: MCTI, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores/paginas/bolsa-formacao/bolsa-formacao/arquivos/tab_04_09_00_e_2024.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

CAPES. Acordo com a China vai abrir 5 mil vagas para estudantes brasileiros. Brasília, 21 jun. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/acordo-com-a-china-vai-abrir-5-mil-vagas-para-estudantes-brasileiros>. Acesso em: 02 ago. 2025.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Relações Econômicas entre Brasil e China: Análise dos Fluxos de Comércio e Investimento Direto Estrangeiro. *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, v. 2, p. 83-98, jan. 2016.

KERTSCHER, Laiza Ferreira. **O boys love como gênero cultural: práticas comunicativas em torno da narrativa da série chinesa The Untamed**. 233 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/ComunicacaoSocial_LaizaFerreiraKertscher_31009_TextoCompleto.pdf. Acesso em: 13 mar. 2026.

NEWPOP EDITORA. **NewPOP**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.newpop.com.br>. Acesso em: 08 ago. 2025.

SILVA, B. C. O. da. *Mo Dao Zu Shi: adaptando uma web novel para história em quadrinhos*. **9ª Arte (São Paulo)**, São Paulo, v. 13, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2316-9877.Dossie.2024.e230400>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SNELL-HORNBY, Mary. **Translation Studies: an integrated approach**. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

TÓNG XIÙ, Mò Xiāng. **Mo Dao Zu Shi**. São Paulo: Editora NewPOP, 2024.

YAP, Gwendolyn. The Power of Fantasy: Southeast Asians Develop an Obsession with Chinese Xianxia Dramas. **ISEAS Perspective**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.iseas.edu.sg/articles-commentaries/iseas-perspective/2023-44-the-power-of-fantasy-southeast-asians-develop-an-obsession-with-chinese-xianxia-dramas-by-gwendolyn-yap/>. Acesso em: 05 jul. 2025.

Mei Lanfang, Resiliência e a Ópera de Pequim

Ana Paula de Souza Lima¹

INTRODUÇÃO

Na história cultural da China, o ator Mei Lanfang (梅兰芳) (1894-1961) destaca-se pela beleza de sua arte nos palcos e pela firmeza de seu caráter fora deles. Considerado o mais famoso mestre da Ópera de Pequim (*Jingjù* 京剧), uma arte teatral chinesa que engloba canto, recitação, atuação e artes marciais, Mei Lanfang alcançou projeção internacional e se tornou um símbolo de resistência político-cultural durante a Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa (1937-1945). Especialista nos papéis femininos (旦), sua carreira começou a florescer logo no início do século XX na China, em um contexto onde o país estava passando por intensas mudanças sócio-políticas.

Ao analisar-se a trajetória de Mei, nota-se um padrão de respostas adaptativas positivas e consistentes perante às adversidades, o que dialoga diretamente com o conceito de resiliência da psicóloga Ann Masten. Para Masten, resiliência não é uma característica inata, mas “padrões de adaptação positiva em contextos de adversidades do passado ou presente”. Essa adaptação é inferida a partir de duas condições: a presença de adversidades significativas e a obtenção de um resultado positivo observável, considerando o contexto histórico. A literatura em português sobre Mei Lanfang, no entanto, ainda é escassa, especialmente no que tange à sua resiliência. Sendo assim, este ensaio busca responder à pergunta: “Quais fatores de risco e de proteção podem ser identificados nos momentos críticos da vida e carreira de Mei Lanfang sob a perspectiva de resiliência proposta por Ann Masten?”.

DESENVOLVIMENTO

Metodologia e referencial teórico

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de narrativas

¹ Mestranda em Psicologia (PUCRS), Pós graduada em Saúde 4.0: Gestão, Tecnologia e Inovação (PUCRS), Bacharel em Terapia Ocupacional (UFPEL). Participante do GECHINA UnB. Email: analimapesquisa136@gmail.com.

biográficas e documentos históricos. A metodologia foi estruturada para integrar a teoria da resiliência de Ann Masten à trajetória de Mei Lanfang, com o objetivo de identificar fatores de risco e de proteção em sua vida para analisar suas respostas adaptativas. A escolha de Masten como referencial principal se baseia em sua abordagem sistêmica e desenvolvimental, que destaca a interação entre fatores individuais, familiares, sociais e culturais na adaptação positiva em contextos adversos.

A pesquisa sobre Mei Lanfang envolveu a análise de fontes primárias e secundárias. A principal fonte primária é sua autobiografia, *舞台生活四十年* (40 Anos de vida nos palcos), onde ele compartilha memórias sobre sua formação e desafios. As fontes secundárias incluem obras como *似与不似之间:回忆梅兰芳* (QI. R. *et al.*) e *Peking Opera and Mei Lanfang* (Wu *et al.*, 1981), que exploram sua relevância artística e a interação com intelectuais de sua época. A análise foi delimitada em três períodos da vida de Mei, marcados por adversidades significativas: a infância e o início da carreira; a turnê aos Estados Unidos; e a resistência à ocupação japonesa.

ANÁLISE E RESULTADOS

Infância e início da carreira: orfandade e um novo professor

Nascido em Pequim em 1894, Mei Lanfang herdou a profissão de ator de seu pai e avô, em uma época em que os artistas de Ópera de Pequim enfrentavam preconceito social e poucas opções de carreira. Sua infância foi marcada por severos fatores de risco. A morte de seu pai quando tinha apenas quatro anos agravou a crise financeira da família, intensificando a pressão para que ele iniciasse sua carreira o mais cedo possível. Além disso, ele enfrentou dificuldades de memorização e foi considerado inadequado para a profissão por seu primeiro professor, que abandonou seu treinamento.

No entanto, fatores de proteção foram cruciais para mitigar essas adversidades. No âmbito familiar, sua mãe e tio foram figuras de apoio e incentivo. No nível social, um fator determinante foi seu novo professor, Wu Lingxian, que, embora rigoroso e com metodologia de ensino baseada na extenuante repetição, tinha uma abordagem sem castigos físicos, prática comum na época, criando um ambiente mais favorável ao desenvolvimento de Mei. O próprio legado cultural da Ópera de Pequim em sua família serviu como um elemento de proteção, oferecendo-lhe um senso de identidade e motivação. Diante de suas limitações iniciais, Mei criou estratégias adaptativas, como exercitar a musculatura dos olhos com fumaça de incenso e observar pombos no ar, demonstrando um forte senso de autoeficácia para superar os desafios.

Turnê aos Estados Unidos: novas oportunidades, grandes desafios

A turnê de Mei Lanfang aos Estados Unidos em 1930 representou um marco em sua carreira, mas também um período de grandes desafios. Os fatores de risco eram de múltiplas naturezas. O risco financeiro era imenso, pois ele não provinha de uma família rica e o fracasso

poderia levá-lo à falência. Culturalmente, a Ópera de Pequim era desconhecida no Ocidente, e havia o temor de que a arte não fosse compreendida pelo público estadunidense. Somado a isso, havia a complexidade de fazer uma turnê inédita em um país que enfrentava a dureza econômica da Grande Depressão. A pressão para atender às expectativas gerava um estresse pessoal significativo, colocando sua resiliência à prova.

Novamente, os fatores de proteção foram essenciais. A colaboração com o “Partido Mei” (梅党), um grupo de intelectuais e apoiadores como o dramaturgo Qi Rushan, foi fundamental para adaptar as peças para o público ocidental. A habilidade de Mei em exercer a escuta ativa e aceitar críticas e sugestões, transformando críticos em aliados e até mesmo em amigos, foi uma resposta adaptativa crucial. Essa capacidade de formar alianças e acolher contribuições externas demonstra o uso eficaz do suporte social como recurso adaptativo, refletindo o ditado chinês: “海纳百川,有容乃大” (“O mar aceita todas as águas, tornando-se vasto e grandioso”, tradução própria).

Resistência à ocupação japonesa: resiliência cultural e moral

A Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa, também conhecida internacionalmente como Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945) foi um período de intensas adversidades para Mei Lanfang. Os fatores de risco incluíam a forte pressão política dos invasores japoneses para que ele colaborasse com o regime, queriam usar sua imagem como ícone cultural para desestabilizar a moral do povo chinês. Sua recusa em se apresentar resultou em dificuldades financeiras, isolamento social e graves riscos à sua saúde, pois, em um ato de extrema coragem, Mei Lanfang pediu ao médico que o inoculasse três vezes seguidas com uma vacina, a qual ele sabia que tinha alergia, para adoecer propositalmente e frustrar mais uma vez o convite insistente realizado pelas forças japonesas. Mei considerou até mesmo o suicídio como último recurso para não trair seu país.

Neste contexto, os fatores de proteção mais salientes foram sua integridade moral e seu profundo senso de identidade cultural. A decisão de se retirar dos palcos durante os oito anos da ocupação foi uma resposta adaptativa de grande impacto. Uma de suas estratégias simbólicas de resistência mais notáveis foi deixar crescer o bigode, um gesto que o impedia de desempenhar os papéis femininos que o tornaram famoso, representando uma resistência silenciosa, mas poderosa. O apoio de sua família, especialmente de sua segunda esposa Fu Zhifang, também foi uma importante fonte de suporte durante este período conturbado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória de Mei Lanfang à luz da teoria de resiliência de Ann Masten evidencia que sua capacidade de superação não foi um traço inato, mas um processo dinâmico. Desde os desafios da infância, passando pelas adaptações para levar sua arte ao Ocidente, até a

resistência moral durante a ocupação japonesa, Mei Lanfang demonstrou um padrão de adaptação positiva em contextos de adversidade. Suas respostas adaptativas, como a habilidade de transformar críticas em oportunidades, a utilização de redes de apoio e o profundo compromisso com a identidade cultural chinesa, refletem os elementos centrais do conceito de resiliência.

Este estudo exploratório é apenas um ponto de partida para futuras investigações que possam aprofundar a relação entre conceitos psicológicos e as contribuições artísticas e históricas de figuras como Mei Lanfang. Ao destacar sua resiliência, busca-se não apenas preencher uma lacuna acadêmica em língua portuguesa, mas também inspirar novas perspectivas sobre como a arte e a cultura podem servir como ferramentas para superar adversidades.

REFERÊNCIAS

CHOU, Hui-ling. Striking their own poses: the history of cross-dressing on the Chinese stage. *TDR (Cambridge, Mass.)*, v. 41, n. 2, p. 130-152, summer 1997.

GOLDSTEIN, Joseph. *Drama Kings: The Production of Grandeur in Modern London*. Oakland: University of California Press, 2007.

LI, Lingling. *Mei Lanfang he Meng Xiaodong (梅兰芳和孟小冬)*. China: United Press, 2018.

MA, Mingjie. *Mei Lanfang: Tai shang hao nuzi, tai xia zhen nan er (梅兰芳:台上好女子,台下真男儿)*. 2006. Disponível em: http://www.360doc.com/content/23/1204/09/33014958_1106234360.shtml. Acesso em: 10 dez. 2024.

MASTEN, Ann. Resilience in Development: The Importance of Early Experience. *Development and Psychopathology*, v. 33, p. 1533-1546, 2021.

MASTEN, Ann S.; POWELL, Jenifer L. A Resilience Framework for Research, Policy, and Practice. *In: LUTHAR, Suniya. (ed.). Resilience and Vulnerability: Adaptation in the Context of Childhood Adversities*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 1-28.

MEI, Lanfang. Reflections on my stage life. *In: WU, Z. et al. Peking Opera and Mei Lanfang: A Guide to China's Traditional Theatre and the Art of Its Great Master*. Beijing: New World Press, 1981. p. 30-39.

MEI, Lanfang. *Wǔtái shēnghuó sìshí nián (舞台生活四十年)*. Pequim: Foreign Languages Press, 2017.

MEI, Shaowu. Mei Lanfang as seen by his foreign audience and critics. *In: WU, Z. et al. Peking Opera and Mei Lanfang: A Guide to China's Traditional Theatre and the Art of Its Great Master*. Beijing: New World Press, 1981. p. 46-49.

MIN, Tian. *Mei Lanfang on the International Stage in the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

QI, Rushan. *et al. Sì yǔ bù sì zhī jiān: Huíyì méilánfāng (似与不似之间:回忆梅兰芳)*. Pequim: Cultural Press, 2018.

RILEY, Jenifer R.; MASTEN, Ann. Resilience in Context. *In: Resilience in Children, Families, and Communities*. Boston: Springer, 2005. p. 13-25.

RUTTER, Michael. Resilience as a dynamic concept. *Development and Psychopathology*, v. 24, n. 2, p. 335-344, 2012.

UNESCO. *Peking Opera*. 2010. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/RL/peking-opera-00418>. Acesso em: 23 dez. 2024.

VALENTI, Philip. *Mei Lanfang's Tour of America: A Great Moment in China-US Relations*. Rising Tide Foundation, 14 abr. 2023. Disponível em: <https://risingtidefoundation.net/2023/04/14/mei-lanfangs-tour-of-america-a-great-moment-in-china-us-relations/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

WEI, Feng; YE, Pi. Antiquity to Modernity: Mei Lanfang's Preparatory and Presentational Strategies for his American and Soviet Visits. *Peking University Press*, 2022.

WU, Gloria. *Negotiations of Cultural Aesthetics in the "Reforms" of Mei Lanfang and the "Mei Party" Members to Jingju in China's Early Republican Era (1912-1937)*. 2010. Tese (Doutorado em Teatro) – University of Illinois Urbana-Champaign, Urbana-Champaign, 2010.

WU, Zuguang. *et al. Peking Opera and Mei Lanfang: A Guide to China's Traditional Theatre and the Art of Its Great Master*. Pequim: New World Press, 1981.

XU, Chengbei. *Peking Opera: Cultural China Series*. Pequim: China Intercontinental Press, 2003.

Impacto das mulheres no mercado de trabalho pós-Revolução Cultural na economia chinesa

Anna Luiza Sousa Tararam¹

INTRODUÇÃO

Revolução Cultural (RC), ocorrida na China entre 1966 e 1976, representou um período de profundas transformações sociopolíticas que impactaram significativamente as estruturas sociais e econômicas do país. Compreender este evento exige uma análise do contexto histórico, especialmente as tensões da Guerra Fria e as ameaças de intervenção imperialista, que levaram a RC a ser vista como uma resposta necessária a problemas internos, como corrupção e má gestão do Partido Comunista Chinês (PCCh), e externos, como conflitos fronteiriços com a URSS (Mazaheri, 2019). É crucial também considerar a perspectiva de classes, pois a visão sobre a revolução varia drasticamente entre a população rural e urbana, sendo a RC fundamental para a garantia de direitos e educação para a população rural (Mazaheri, 2019). A migração forçada de habitantes urbanos para áreas rurais promoveu uma maior compreensão e apreciação da vida no interior (Mazaheri, 2018).

O movimento foi essencial para proteger as conquistas idealizadas pelo PCCh, visando uma sociedade mais igualitária em termos de acesso à cultura e situação econômica (Mazaheri, 2019). Entre as diversas mudanças propostas por Mao Zedong, uma das mais significativas foi a transformação do papel feminino na sociedade, impulsionada pela inserção em massa das mulheres no mercado de trabalho e pela utilização de sua imagem em propagandas pró-Revolução. Embora a participação feminina na força de trabalho seja reconhecida como motor de crescimento econômico (Lechman; Okonowicz, 2013), a trajetória das mulheres na China e seu impacto na construção do país como potência global ainda é um tema pouco explorado. Este trabalho analisa como a integração feminina ao mercado de trabalho contribuiu para o

desenvolvimento econômico pós-Revolução Cultural, considerando que a exclusão feminina da atividade econômica retarda o desenvolvimento produtivo (Davin, 1979). A inserção feminina no trabalho é influenciada por fatores sociais, políticas governamentais e mudanças culturais. Assim, este estudo busca preencher uma lacuna na literatura, investigando o processo de inserção, as políticas de incentivo, os setores mais impactados e as consequências econômicas da participação feminina para o desenvolvimento da China.

Além disso, o trabalho analisa a situação laboral das mulheres chinesas em meio a significativas mudanças econômicas e sociais. A compreensão da contribuição feminina para a economia chinesa oferece insights sobre a sociedade contemporânea, como a influência da maior participação feminina na pirâmide etária da população. A garantia de que as mulheres podiam trabalhar reduziu a pressão para casamentos precoces e maternidade forçada, impactando a baixa natalidade na China (Davin, 1979). Para isso, será revisada a literatura existente e analisados dados econômicos e sociais da China antes e depois da RC, fornecidos pelo *National Bureau of Statistics of China* (NBS). Os resultados serão discutidos à luz da situação recente do país, o que é crucial para entender o rápido crescimento econômico chinês e para mapear futuras políticas de direitos trabalhistas para mulheres.

Este resumo expandido será dividido em seções que abordarão a história das mulheres chinesas e o confucionismo, o impacto da Revolução Cultural na inserção feminina no mercado de trabalho e na mudança do pensamento feminino, e a situação atual das mulheres no mercado de trabalho chinês, incluindo suas implicações demográficas e uma breve comparação com Coreia do Sul e Japão.

HISTÓRIA DAS MULHERES CHINESAS E O PAPEL DAS TRADIÇÕES CONFUCIONISTAS

A história das mulheres na China é marcada por períodos de grande restrição apesar de o país também ser palco de mulheres fortes, influentes e até regentes do governo, como Wu Zetian, a única imperatriz que governou a China e também, Qiu Jin, revolucionária e feminista que lutou contra a dinastia Qing e a opressão das mulheres. Este papel direcionado às mulheres possui raízes profundas em filosofias e tradições, mas especialmente a confucionista, e são responsáveis por moldar a cultura e os costumes da população.

Primeiramente, é necessário se desprender das compreensões enviesadas pelas interpretações ocidentais ao se analisar o feminismo em países do Oriente (Chen, 2011). Além disso, é crucial entender que o feminismo chinês não é o único que engloba todo o território cultural do país, isso porque o povo chinês é composto por 55 minorias e a etnia Han (maioria da população), totalizando 56 grupos étnicos. Esta análise é relacionada ao grupo étnico Han e não se estende aos outros grupos minoritários.

A filosofia confucionista dominou a vida intelectual chinesa durante milênios e foi um fator crucial na definição dos papéis de gênero e das expectativas sociais sobre as mulheres. O

¹ Bacharel em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Participante da Observa China 观中国, como coordenadora de comunidade. Email: annaluiza.tararam@gmail.com.

Confucionismo, fundado pelo pensador e filósofo chinês Confúcio (551-479 a.C.), é uma filosofia ética e política que enfatiza a harmonia social, a moralidade pessoal e a virtude familiar. O *link* entre o Confucionismo e o Sexismo se deu a partir das próprias falas de Confúcio e de como as ideias eram expostas, abordando as mulheres como objetos para a instrução moral, mas nunca vendo-as como sujeitos (Rosenlee, 2012).

A China sempre foi um país dominado pelo sexo masculino, com costumes e tradições enraizados em ideais sexistas. Contudo, é importante expandir essa análise também para a Língua Chinesa, pois a linguagem de um país não apenas expressa ideias, mas também as perpetua. A Língua Chinesa é formada a partir de junções de traços que se apresentam como caracteres. O caractere de mulher é 女 (*nǚ*) e a escolha de palavras com este radical é interessante quando pensado a partir da lógica sexista da cultura chinesa. Palavras como “mãe” (妈 *ma*) e “tia” (姑) reiteram os papéis e relacionamentos femininos; o radical também é utilizado para a formação de palavras com conotação negativa, como “ciúme” (嫉 *ji*), “inveja” (妒 *du*), “bajulação” (媚 *mei*) e “escravidão” (奴 *nu*). Por fim, a linguagem também faz o uso do radical para expressar elogios de maneira sutil, justamente fazendo uma alusão a como uma mulher deveria ser graciosa e delicada, como “agradável” (婉 *wan*) e “gracioso” (婷 *ting*) (Hall; Ames, 1998).

No Ocidente, a construção de gênero é dada a partir da dominância masculina, fato que não ocorre na China, uma vez que o masculino e o feminino são forças complementares, reforçando a ideia de *yin-yang*, forças opostas que interagem para criar harmonia no universo. Ademais, no Confucionismo, o feminino e o masculino são criados como uma função de diferenciação na ênfase e não no tipo, sendo o sexismo então, uma questão de reconhecer hierarquias e separar funções (Hall; Ames, 1998).

No pensamento confucionista, as mulheres eram frequentemente vistas como subordinadas aos homens, com seus papéis principais centrados na família e no lar. Além disso, a moralidade feminina era definida por conceitos como “três obediências e quatro virtudes” (三从四德). As Três Obediências (三从) consistiam em obedecer ao pai antes do casamento, obedecer ao marido quando casadas e por fim, obedecer ao filho quando viúvas (Zhao, 106 d.C.). Já as Quatro Virtudes (四德) consistiam em Discurso (言), na qual deveriam evitar as fofocas e linguagem imprópria, conseguindo se expressar sem parecer rude; Virtude (德), enfatizando que as mulheres deveriam ser gentis, leais e íntegras sempre, além da capacidade de não ser diferente das outras pessoas; Aparência (容), referindo-se à apresentação pessoal apropriada sem necessitar de uma beleza perfeita e, por fim; Trabalho doméstico (功), enfatizando que deveriam demonstrar diligência e habilidade ao cuidar da casa e realizar tarefas domésticas sem precisar ter mais habilidades que outras pessoas (Bueno, 2022). A partir destes ideais, havia uma perpetuação do pensamento de que a principal função das mulheres era ser boas esposas e mães, dedicando-se ao cuidado da família e à manutenção da harmonia doméstica.

Ban Zhao (45 - 116 d.C), autora de Lições para Mulheres (*Nujie* 女誡) e filósofa chinesa,

propõe que as mulheres deveriam receber educação assim como os homens o faziam, porque presença de uma mulher mais instruída seria benéfico para a população como um todo. Por mais que seu livro fosse um guia comportamental de costumes e virtudes para as mulheres, Zhao desafiou o movimento patriarcal da época. Reforçando a ideia de que o status da mulher era alinhado ao status de casada, apesar de ter sido mentora para damas e historiadoras de alta corte e possuir voz entre membros do poder, Ban Zhao jamais recebeu um título oficial na corte externa e era conhecida pelo sobrenome de seu marido com o nome matrimonial, Cao Dagu (曹大姑) (Rosenlee, 2012).

Nos capítulos de suas Lições, a autora menciona que uma mulher deve ser reta de caráter, agindo de maneira correta, além de servir ao marido e exemplifica também a necessidade de se haver humildade, não sendo debochada. O *Yin* (força feminina) e *Yang* (força masculina) são utilizados para explicar as características distintas entre os sexos, buscando justificar a rigidez dos homens e a flexibilidade das mulheres (Bueno, 2022).

Além da necessidade de obedecer aos homens e se portarem de maneira virtuosa, as mulheres sofriam com práticas como infanticídio feminino, concubinato, castidade das viúvas, pés de lótus e crianças como noivas e servas; práticas estas que eram mantidas preservadas por parte tanto dos homens quanto das mulheres e estavam diretamente conectadas com a filialidade, a patrilinearidade e o culto aos ancestrais, reforçando a intersecção entre a opressão de gênero e o Confucionismo. Por mais que as práticas de devoção pareçam ser muito absurdas, é importante reforçar que na China antiga, sem um casamento a mulher não teria uma posição social própria, sendo um marco importante para a condição de se tornar a mulher que era esperada ser esposa e mãe. Ademais, havia uma série de restrições culturais e sociais, cuja desobediência poderia comprometer seu status na sociedade e, por essa razão, muitas mulheres acatavam com a ideia do infanticídio e concubinato (Bueno, 2022).

A tradição dos pé de lótus, ou *bonding feet*, significava o costume de quebrar e amarrar firmemente os pés de jovens meninas para alterar o tamanho e o formato dos pés, a fim de tomarem formatos minúsculos e insustentáveis. Do século X ao XIII, as mulheres com pés de lótus eram vistas como femininas e desejáveis, caminhando com um gingado delicado que os homens consideravam charmoso, o que lhes garantia os melhores maridos, muitas vezes ricos. O ideal de beleza era o “lótus de ouro”, um pé de quase 8 centímetros, o menor possível. Enquanto as ocidentais viam essa prática como tortura, para muitas chinesas era um meio de ascender socialmente, e elas se sentiam orgulhosas de seus pés. Algumas chinesas comparam o processo a cirurgias estéticas ocidentais, como rinoplastia ou lipoaspiração, que também buscavam alinhar as mulheres aos padrões de beleza e feminilidade (Ooi, 2015).

Apesar de possuírem um odor característico, resultado da podridão, suor, infecção e do pó usado para manter os pés secos, o pé de lótus era visto como um rito de passagem para as meninas como uma preparação para a puberdade, menstruação e gravidez. Além disso, era

considerado um símbolo de uma vida melhor e um status social elevado, sendo também, um fetiche sexual atrativo aos homens e muitas vezes as mulheres viam ser “escolhidas” para a tradição como sendo exclusividade e prestígio, por terem os pés mais bonitos que suas irmãs, por exemplo (Ooi, 2015). É necessário dizer que, por estar associada a um casamento de “boa qualidade”, não era esperado que estas mulheres fizessem o trabalho árduo de casa mas que ficassem encarregadas de ficar em casa e tecer e fiar, até porque seus pés não eram projetados para andar muito ou carregar peso, sendo uma atividade extremamente limitante, dolorosa e desconfortável, o que perpetuava a diferença entre os sexos.

A forma como as mulheres se viam devido aos pés de lótus era no mínimo interessante. Havia uma separação clara entre as que podiam se mover de maneira livre sem os pés amarrados e as que estavam inseridas nesta tradição. As mulheres livres eram vistas como incapazes de arranjar um bom marido pois não sabiam nada sobre submissão, resistência e obediência. A ideia era que mulheres dos pés de lótus seriam capazes de aguentar qualquer tipo de casamento, dada a origem dos seus pés (Ooi, 2015). Esta ideia, infelizmente, dava espaço para que as mulheres normalizassem maridos agressivos e relacionamentos abusivos.

O status garantido pela “lótus de ouro” não teria valor se a mulher fosse incapaz de conceber um filho ao marido. A autora Yang-May Ooi dá o exemplo de sua trisavó, Mooi, que, por mais que tenha atingido o pé de 7,62 centímetros, foi tratada de maneira severa pela família de seu marido, sendo forçada a ajudar nas plantações da família quando não conseguiu conceber um herdeiro. Como supramencionado, realizar funções simples como andar e carregar peso já eram desafiadoras e dolorosas para as mulheres e desse modo, era necessário engatinhar para cumprir com as novas obrigações.

As implicações sociais da infertilidade atingiam mais as mulheres do que os homens, como esperado. Após a descoberta, era normal que os familiares, vizinhos e amigos excluíssem as mulheres em estado de sofrimento, que também eram vítimas de abusos por parte dos maridos (Ali; Alkhafaji, 2023).

Na China antiga da dinastia Han (206 a.C. – 220 d.C.), os papéis de trabalho eram separados de acordo com o gênero, direcionando mulheres para trabalhos dentro de casa e menos perigosos ao passo que os homens trabalhavam fora. Como o que era esperado de uma mulher era que fosse esposa e mãe, preferencialmente de um homem, os trabalhos dentro de casa eram compatíveis com as obrigações maternas futuras (Hinsch,2011). Dito isso, a percepção é de que os homens realizavam trabalhos mais fisicamente exigentes e arriscados, além de também dominarem aqueles que necessitavam de educação.

Por outro lado, a educação feminina era extremamente baixa, além de os livros manuscritos serem extremamente raros, o que dificultava a disseminação do conhecimento. Contudo, a educação feminina também era um veículo útil para promover ideais patrilineares, ensinando-as a se conformar com a situação vivida e se tornarem boas e contentes. Alguns tipos

de educação feminina buscavam confinar as mulheres a papéis sociais restritivos e, dessa maneira, a educação era mais associada ao controle social do que à libertação individual. Ademais, a disseminação de uma maior instrução feminina causava certo receio entre alguns homens de que a alfabetização pudesse minar a lealdade feminina para com maridos, pais e filhos, apesar de as mulheres da elite serem extremamente letradas (Hinsch,2011).

Esses manuscritos apresentavam visões idealizadas dos papéis sociais femininos com eloquência e considerável detalhe. A mensagem básica desse gênero era semelhante àquela anteriormente dirigida aos homens. Ao se comprometerem com comportamentos ideais e usar essas diretrizes para orientar a conduta diária, as mulheres poderiam alcançar bondade, respeito e sucesso. Mas os textos didáticos femininos diferiam de seus equivalentes voltados para os homens ao enfatizar as distinções de gênero. Se o gênero fosse compreendido, as diferenças entre os sexos precisariam ser articuladas e, para a mente chinesa antiga, as diferenças sociais geralmente assumiam a forma de hierarquias (Hinsch,2011).

Também é importante realizar um corte econômico, dado que a quantidade de tempo que uma mulher tinha que dedicar ao trabalho e o tipo de trabalho que realizava dependia em grande parte de seu *status* econômico. As mulheres mais ricas possuíam serventes para realizar o trabalho que demandava mais e podiam escolher quais trabalhos gostariam de executar, como produção têxtil e algumas tarefas de casa. Ao direcionarem seu trabalho a papéis femininos, perpetuavam os ideais de gênero e reivindicavam uma medida de virtude pessoal (Hinsch,2011). A produção têxtil também estava atrelada aos pés-de-lótus, pois a dificuldade da mobilidade direcionava estas mulheres para o trabalho sedentários como fiar e tecer, garantindo uma renda para a casa (Bossen; Gates, 2017).

Normalmente, as mulheres mais velhas atribuíam o trabalho mais pesado às mulheres mais novas, de modos que, para a maioria das mulheres, longos dias repletos de trabalho árduo eram uma necessidade inevitável. Como o lar era o centro do trabalho feminino, cuidar das tarefas domésticas era uma obrigação árdua, tendo em vista que cozinhar a culinária chinesa exigia esforços como abater animais, cortar lenha, colocar fogo na lareira e carregar pesados baldes de água da fonte potável mais próxima. Para além da culinária, as mulheres também eram esperadas para servir e remover a comida e depois lavar os utensílios utilizados (Hinsch,2011).

Apesar de a produção têxtil ser vista como um trabalho feminino e as mulheres serem responsáveis pela produção de tecidos na China Antiga, o lucro de seu trabalho não era inteiramente controlado pelas produtoras, a menos que a produção fosse reduzida. Esta atividade era uma das únicas oportunidades para que mulheres conseguissem se sustentar sem a necessidade do matrimônio para ascensão social (Hinsch,2011).

Com a industrialização, a prática de *foot binding* diminuiu e as mulheres contempladas por essa tradição tiveram dificuldades de manter o ritmo da produção têxtil das fábricas. Neste contexto, o início da reversão dos papéis femininos estava no horizonte. Por mais que existissem

vagas nas fábricas, as mulheres de pés de lótus não eram convocadas para o trabalho por serem muito devagar para toda a dimensão do trabalho industrial. Com isso, as mulheres rurais consideradas fracassadas e de pés largos foram capazes de se adaptarem rapidamente (Bossen; Gates, 2017).

Além dos cuidados com a casa e a produção têxtil, as mulheres também estavam envolvidas com o comércio nas portas dos mercados de artigos básicos e até luxuosos e também nos serviços de transporte de alimentos e pessoas. Ao contrário do trabalho de tecelã, um trabalho normativo e virtuoso, a atividade mercantil feminina falhava em desempenhar os papéis esperados associados à identidade de gênero. Apesar de as mulheres que trabalhavam como transportadoras não desempenharem papéis virtuosos perante as normas da sociedade, estas foram fundamentais para o fluxo de necessidades, riqueza e informação por todo o império (Hinsch, 2011).

Dessa forma, os textos apresentados expuseram as visões idealizadas dos papéis femininos que eram esperados na sociedade chinesa. No entanto, ao destacar as distinções de gênero e diferenças sociais, os autores reforçaram as desigualdades existentes no sistema. Assim, a trajetória da mulher na China imperial não apenas reforçou os valores patrilineares, mas também buscou manter a harmonia e a ordem na sociedade confucionista, refletindo e perpetuando a estrutura patriarcal e os papéis a serem desempenhados pelas mulheres.

IMPACTO DA REVOLUÇÃO CULTURAL

O contexto histórico em que a China estava inserida poucos anos antes da Revolução Cultural era marcado por uma série de corrupções por parte dos líderes do Partido e uma queda da influência de Mao Zedong, por causa do fracasso do Grande Salto Adiante. Nesse contexto, a Revolução Cultural foi lançada como um esforço para restaurar o poder de Mao, reorganizar o Partido e colocar um fim na corrupção que ameaçava a vitalidade do regime socialista no país (Han, 2008).

Contudo, a Revolução Cultural (RC) é um tópico ambíguo, vista tanto como um movimento de desordem e repressão quanto como uma oportunidade de ascensão social para as comunidades rurais da China. A expressão “*shi nian haojie*”(十年浩劫), frequentemente utilizada para se referir à RC, reflete essa ambiguidade. Traduzida como “holocausto de dez anos” ou “catástrofe de dez anos”, dependendo do contexto, a expressão era usada tanto para criticar quanto para descrever o período. Por mais que o termo “holocausto” não seja utilizado pelo Ocidente, a elite política chinesa explora a ambiguidade do termo para desmerecer a Revolução Cultural.

Os principais alvos da RC incluíam proprietários de terras, capitalistas, intelectuais e camponeses ricos, cujas fortunas e posses foram posteriormente confiscadas pela Guarda Vermelha. Porém, ao analisar o período sob perspectiva dos fazendeiros e trabalhadores

agrícolas, o movimento é, muitas vezes, associado a sentimentos de orgulho e euforia, já que deu poder às pessoas comuns para desafiar o controle rigoroso pelos líderes do partido em diferentes níveis e a hierarquia política estabelecida (Han, 2008).

Com isso, políticas socioeconômicas foram especialmente pensadas para beneficiar amplamente a população, como a criação de um sistema de saúde acessível e eficiente, expansão do ensino primário, políticas que promovessem a equidade de gênero, o desenvolvimento da indústria e da agricultura e também da defesa militar. Embora propagandas sobre a Revolução Cultural frequentemente retratem episódios de violência, crueldade, mortes e suicídios, essas ações foram atribuídas a diferentes grupos e motivos. Não havia uma política explícita que planejasse violência física e todas as evidências documentais indicam que a intenção inicial da RC era oferecer uma lição ideológica aos oficiais do Partido Comunista Chinês, que podia contar com humilhação emocional, mas não com violências físicas.

No início da RC, em 1966, Pequim foi palco de invasões de casas e agressões aos “inimigos de classe”, levando à criação clandestina de centros de detenção. Dessa forma, à medida que a violência aumentava na sociedade, Mao e Zhou Enlai, primeiro-ministro da China, tentaram, arduamente, conter a violência e para evitar novos episódios, em 20 de novembro, o Comitê Central do Partido Comunista aprovou um decreto proibindo que qualquer fábrica, mina, escola e administração funcionassem como centros de detenção ou tribunais improvisados. Desse modo, violações a essa norma seriam tratadas como crimes contra a lei estatal e aos ideais do PCCh.

A “Guarda Vermelha”, uma espécie de exército da verdade, se sentia responsável por combater os “quatro velhos” — ideias, cultura, costumes e hábitos antigos. O exército, formado por jovens estudantes, trabalhadores de fábrica e agricultores, realizaram campanhas violentas contra todos aqueles considerados contra a revolução, incluindo professores, intelectuais e até mesmo líderes do partido considerados contrários a Mao Zedong (Han, 2008).

Os estudantes tornaram-se cada vez mais envolvidos nos conflitos sobre qual facção dos Guardas Vermelhos refletia mais precisamente as intenções do presidente Mao, alimentando disputas internas entre facções que refletiam diferenças políticas e ideológicas. Em 1967, essas disputas se espalharam para as fábricas e foram alimentadas por queixas no local de trabalho, resultando em conflitos armados e muitas mortes entre os militantes, incluindo jovens mulheres (Hershatter, 2019).

Diante do aumento da violência, o exército foi acionado para restaurar a ordem e em 1969, a situação política estava mais controlada, permitindo que o trem do crescimento econômico chinês voltasse aos trilhos.

Durante a Revolução Cultural, o modo de vestir das mulheres sinalizava sua aliança de classe. Nas cidades, as jovens da Guarda Vermelha adotaram trajes masculinos, cortes de cabelo curtos e participaram de atividades violentas como seus companheiros, inspiradas pelos dizeres de Mao: “Quão notável é o espírito das mulheres chinesas: elas amam a vestimenta marcial, não

se enfeitar”. Este feito também se estendeu às áreas rurais e as estudantes da Guarda Vermelha se vestiam como soldados homens, utilizando braçadeiras, cintos largos e, também, cabelos curtos. Além disso, pregavam que era necessário aderir à estética militar para não imitar os hábitos de moda da burguesia (Hershatter, 2019).

O movimento das “Garotas de Ferro” simbolizava a capacidade das mulheres de contribuírem igualmente para o trabalho físico e para o esforço revolucionário, também adotando a estética mais parecida com os homens (JIN 2006). As “Garotas de Ferro” eram um grupo de mulheres rurais na brigada de produção de Dazhai, na província de Shanxi, ao norte da China, que trabalhavam ao lado dos homens para resgatar as colheitas de uma enchente em 1963. Posteriormente, Dazhai se tornou um modelo nacional em relação à agricultura e o conceito das garotas de ferro se espalhou e foram formadas diversas brigadas em todo o país. As brigadas eram compostas em grande parte por mulheres solteiras e foram um símbolo extremamente importante para a formação da identidade da mulher chinesa (Jin, 2006).

A fim de purificar e fortalecer a ideologia socialista, algumas mulheres da área urbana foram enviadas para o campo, designadas a fazendas estatais ou brigadas de produção. Nestes locais, elas aprenderam novas habilidades, muitas delas fisicamente extenuantes, e foram capazes de ver de perto o enorme abismo na educação e nos padrões de vida entre a cidade e o campo.

Durante a Revolução Cultural, o papel das mulheres foi amplamente moldado por slogans e pela propaganda estatal, como o famoso “*women can hold up half of the sky*” Este slogan foi amplamente disseminado pela esposa de Mao, Jiang Qing, que teve um papel fundamental para o processo de emancipação feminino durante a Revolução Cultural, usando sua posição para exercer um poder significativo no cenário político e cultural do país. Por mais que o slogan tenha sido associado com a participação das mulheres na força de trabalho, essa frase foi publicada em um artigo do Diário do Povo de 1956 com o título “Protejam a Saúde das Mulheres e Crianças Rurais”, fazendo uma crítica ao comportamento das autoridades locais que incentivavam o trabalho feminino, mas que negligenciavam as responsabilidades das mulheres com as tarefas domésticas e o cuidado infantil (Honig, 2015).

Neste contexto, por mais que os slogans façam jus à ideia de emancipação das mulheres, o artigo critica a negligência do impacto dessa sobrecarga na saúde delas e na segurança dos filhos. A crítica está na ausência de uma estrutura que equilibre o trabalho produtivo com o cuidado doméstico, essencial para o bem-estar das mulheres e crianças, crítica esta que foi remanejada para a RC.

Durante os três primeiros anos da década de 1970, a China investiu em larga escala no desenvolvimento de infraestrutura agrícola e, como os homens eram atraídos para estes novos projetos, as mulheres eram esperadas de assumirem os trabalhos relacionados com a produção agrícola. Sendo assim, a popularização deste slogan deve ser entendida sob a ótica da

feminização da agricultura que tomou conta do país (Honig, 2015).

Contudo, uma investigação em 1974 sobre os problemas de saúde das jovens enviadas ao campo na Fazenda Estatal Dongfeng apontou que, embora as mulheres representassem 54% dos trabalhadores na fazenda estatal, elas realizavam 70% do trabalho agrícola, porque “os camaradas homens operavam tratores ou se dedicavam à mecanização da agricultura (Honig, 2015).

Esta sobrecarga de trabalho imposta às mulheres revelava as limitações da ideologia de igualdade promovida pelo Estado e o esforço era espelhado em dores de cabeça, tonturas, diminuição do ciclo menstrual e aumento de abortos espontâneos. Com isso, alguns relatórios especificavam a necessidade de evitar que mulheres fizessem trabalhos muito pesados, enquanto outros advertiam a presença de mulheres em “trabalhos masculinos” que não levavam em consideração a biologia feminina e suas “condições especiais”, de modo que, em qualquer trabalho que as mulheres realizassem, ajustes deveriam ser feitos para acomodar os “quatro períodos” (menstruação, gravidez, parto e amamentação), mas as políticas nem sempre eram implementadas (Honig, 2015).

Outra ideia aprofundada por Jiang Qing foi a frase “o que os camaradas homens podem fazer, as camaradas mulheres também o podem”, dita pelo marido em 1964. Esses slogans, somados às propagandas com ilustrações de mulheres revolucionárias, foram amplamente divulgados e serviram para incentivar as mulheres a participarem da construção socialista e da revolução, reforçando a ideia de igualdade entre os gêneros (Hershatter, 2019). Contudo, por mais que estas declarações se mostrem como emancipadoras e igualitárias, há um tom de ambiguidade. Ao dizer que as mulheres conseguem fazer o mesmo que os homens, o padrão de realização era masculino e, dessa maneira, colocava-as como simples peões que deveriam agir e contribuir para a revolução igualmente como homens. Na grande maioria das vezes, a conscientização política das mulheres era guiada por secretários masculinos do Partido. Eles modelavam o comportamento correto e ofereciam orientações sobre o que a revolução exigia, desencorajando as mulheres de explosões súbitas e buscas por vingança pessoal. A mensagem era que as mulheres também podiam ser revolucionárias, se conseguissem controlar suas emoções e canalizar suas energias adequadamente sob a orientação de um homem politicamente experiente (Hershatter, 2019).

Além disso, ao dizer que as mulheres podiam fazer o que os homens faziam remetia a ideia de que era necessário pensar, ser e agir como homem, já que a frase inversa nunca foi entoada, servindo então apenas como um lembrete de que a igualdade não era a realidade para as mulheres. Como exemplo, uma jovem graduada na *Beijing Institute of Commerce* em 1987, comenta que foi rejeitada de várias unidades de trabalho *work units* simplesmente por ser mulher (Honig, 2015).

Além disso, quando Mao entendeu que “Os tempos mudaram” em 1964, trouxe à tona a

questão de que homens e mulheres não são iguais e as mulheres não deveriam mostrar que conseguiam performar melhor do que homens em certos trabalhos, além de possuírem características especiais necessárias a serem atendidas. Ademais, há sugestão de que não é uma visão futura pois já é algo que foi “alcançado”.

Apesar da pouca atenção que o Estado realmente dava à análise ou melhoria da desigualdade de gênero, a vida das mulheres rurais melhorou durante a década de 1970 devido aos esforços de melhoria da educação, a ampliação de serviços de saúde do campo, aumento da produtividade, e estabilidade ao nível das comunidades rurais (Hershatter, 2019). Este ponto é justamente uma ambiguidade na questão da interpretação da Revolução Cultural, uma vez que o recorte de classe é imprescindível para compreender quem foi perseguido e quem foi beneficiado (MAZAHERI, 2019).

Enquanto a RC acontecia, as mulheres ganhavam renda nos campos e nas pequenas fábricas rurais, contribuindo ainda mais para a sensação de emancipação feminina (Hershatter, 2019).

Durante esses anos, reportagens destacando o sucesso das mulheres em ocupações anteriormente dominadas por homens não apenas citavam o slogan “Os tempos mudaram”, mas também frequentemente o associavam à frase “As mulheres sustentam metade do céu”. Essas reportagens eram recheadas de propagandas sobre a luta para combater a discriminação contra as mulheres e críticas a Lin Biao e Confúcio (Honig, 2015).

Jiang Qing, foi uma peça chave para a luta das mulheres, utilizando seus discursos para alcançar cada vez mais conterrâneas e seu poder para questionar os homens pela falta de trabalhadoras nas indústrias. Jiang Qing tinha interesse em suceder seu marido na governança da China. A campanha de crítica a Lin Biao e Confúcio podia ser vista como uma estratégia de descrédito a Zhou Enlai, visto como um potencial rival, enquanto também explicitava que mulheres eram tão capazes quanto homens de governar um país. Além disso, Jiang Qing também se esforçou para promover as conquistas da imperadora da dinastia Tang, Wu Zetian, além de também mencionar Marx em seus discursos para legitimar a luta feminina: “Marx disse que as forças produtivas são o fator mais importante. Mas quem produz as forças produtivas? As mulheres.” (Honig, 2015).

Por mais que Jiang Qing tenha sido extremamente influente e contribuído para a tentativa de igualdade entre homens e mulheres, após a morte de Mao em setembro de 1976, ela foi presa e julgada por suas atividades durante a Revolução, sendo condenada por “crimes contra revolucionários”. Além disso, Jiang foi alvo de críticas baseadas na misoginia que possuíam raízes nos ditados dos tempos imperiais que dizia que quando uma mulher tomava o poder político, o caos resultaria (Hershatter, 2019).

Este comportamento apenas demonstra que a emancipação feminina serviu mais como um fantoche do Estado para garantir o trabalho e esforço de todos para a Revolução. A queda de

Jiang Qing foi acompanhada por uma rejeição popular dos modelos da Revolução Cultural para o comportamento feminino, no qual as mulheres deveriam ser militantes e ativas, sempre se esforçando para serem tão boas quanto um homem (Hershatter, 2019).

A Revolução Cultural trouxe avanços e desafios para as mulheres na China. Enquanto a propaganda exaltava a igualdade, a prática muitas vezes subordinava as mulheres aos padrões masculinos e às exigências do Estado. Apesar disso, a RC foi fundamental para moldar as percepções das mulheres que nasceram e atingiram a maioria nos anos de Mao, garantindo que não vissem o gênero como um eixo de desigualdade, diferença ou preocupação social e reforçando a ideia de que poderiam ser independentes e seguravam sim, metade do céu.

MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO NA CHINA

A evolução da inserção feminina no mercado de trabalho

A participação feminina no mercado de trabalho chinês representava cerca de 36,5% da força de trabalho, com maior concentração em áreas urbanas e costeiras. O setor estatal foi um empregador chave, refletindo o impacto das políticas da Revolução Cultural (RC) na promoção do emprego e educação feminina. A RC, liderada por Mao Zedong, foi crucial para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, promovendo a igualdade de gênero e abrindo novas oportunidades. No entanto, após a morte de Mao e o fim da RC, houve um ressurgimento dos valores confucionistas tradicionais, o que levou a uma diminuição da participação feminina na força de trabalho não agrícola e ao reforço dos papéis domésticos. A política do filho único também teve impactos complexos, por vezes reforçando a preferência por filhos homens. Apesar dos avanços legais em igualdade de gênero, a discriminação no emprego persiste. Atualmente, o emprego feminino na China ainda é caracterizado pela informalidade e instabilidade, retrato de anos de tradições enraizadas no machismo do Confucionismo (Roces; Edwards, 2010).

Implicações demográficas da inserção feminina no mercado de trabalho

A maior participação feminina no mercado de trabalho teve implicações demográficas profundas. A autonomia econômica e social das mulheres levou a mudanças nas decisões reprodutivas e familiares. A pressão para casamentos precoces e a maternidade em idades jovens diminuiu, contribuindo para a redução das taxas de natalidade. Embora a política do filho único tenha sido um fator dominante na demografia chinesa, a inserção feminina no trabalho também desempenhou um papel na transformação da estrutura familiar e na pirâmide etária do país, que hoje enfrenta desafios relacionados ao envelhecimento populacional e à baixa natalidade (Davin, 1979).

Comparação entre Coreia do Sul, Japão e China

Para entender a singularidade da experiência chinesa, é interessante compará-la com a de outros países asiáticos com culturas e tradições semelhantes, como Coreia do Sul e Japão.

Enquanto a China, sob a égide do comunismo, promoveu ativamente a inserção feminina no mercado de trabalho como parte de sua ideologia de igualdade, Coreia do Sul e Japão, com suas economias capitalistas e estruturas sociais mais tradicionais, apresentaram trajetórias distintas. O desenvolvimento da Coreia do Sul sob o capitalismo é caracterizado por uma estratégia de industrialização orientada para a exportação, concentrada em setores de trabalho intensivo, especialmente na manufatura (Tudor, 2012). A mobilização de mão de obra barata, incluindo mulheres e jovens, foi crucial para esse crescimento, contribuindo para que a participação feminina na força de trabalho aumentasse drasticamente, passando de 2 milhões de mulheres ativas em 1960 para 7,5 milhões em 1990, com a taxa de participação feminina subindo de 28% para 47% no mesmo período. Por mais que a contribuição seja significativa, as mulheres não receberam recompensas proporcionais ao seu papel no crescimento econômico, evidenciando como o sistema capitalista e as estruturas patriarcais tradicionais se entrelaçaram para marginalizar as mulheres, mesmo enquanto elas eram integradas ao processo de desenvolvimento (Park, 1993).

Assim como a Coreia do Sul, o Japão passou por um rápido crescimento econômico após a Segunda Guerra Mundial, com forte ênfase na industrialização e apoiado no auxílio financeiro dos EUA. No entanto, ao passo que as japonesas também entraram em grande número no mercado de trabalho para suprir a necessidade de mão de obra barata, elas também enfrentaram barreiras sexistas, dificultando promoções e igualdade salarial. A cultura corporativa japonesa, normalmente prioriza a lealdade e a permanência no emprego, o que dificulta de forma significativa a ascensão das mulheres a posições de liderança.

Por mais que todos os três países sejam influenciados pela cultura confucionista, a China tem uma história de mobilização política das mulheres, especialmente durante a Revolução Cultural, que promoveu a ideia de igualdade de gênero, iniciando a ideia do feminismo um pouco mais cedo do que a Coreia do Sul e o Japão. Além disso, a China possui também uma abordagem mais centralizada em relação à igualdade de gênero, enquanto a Coreia do Sul e o Japão dependem mais de mudanças culturais e corporativas para promover a igualdade (Roces; Edwards, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar como a inserção feminina no mercado de trabalho, impulsionada pela Revolução Cultural, contribuiu para o desenvolvimento econômico da China. A pesquisa permitiu compreender as transformações econômicas e sociais decorrentes desse período, destacando tanto os avanços alcançados quanto os desafios persistentes. Ao longo dos capítulos, explorou-se o papel das tradições confucionistas no histórico de subordinação feminina, o impacto das políticas públicas durante a Revolução Cultural e as comparações com outros países asiáticos para ilustrar diferentes trajetórias de emancipação feminina que também

foram influenciadas pelo Confucionismo.

A partir da exposição dos dados, a hipótese apresentada foi confirmada ao demonstrar que a presença destas mulheres trabalhadoras foi fundamental para o deslanche da economia chinesa. Durante a Revolução Cultural, o setor industrial não apenas tornou-se um pilar da economia, mas também proporcionou a base estrutural para o crescimento que se consolidaria nas décadas seguintes. Foi este esforço que proporcionou que a China passasse de um país agrário para uma potência industrial global.

A intenção deste trabalho é reconhecer a importância das mulheres chinesas enquanto participantes no processo de desenvolvimento econômico chinês. Lembrando que o intuito não é a comparação de quanto mais as mulheres fizeram do que os homens ou vice-versa, de modos que dados masculinos foram deixados de lado para não influenciarem na análise. Por fim, foi possível perceber o impacto das mulheres no mercado de trabalho pós-Revolução Cultural, trazendo as avaliações até os dias atuais e também explicitando as implicações demográficas deste esforço.

Em conclusão, este trabalho destaca que a inclusão feminina no mercado de trabalho não foi apenas uma consequência das políticas da época, mas também um elemento indispensável para o progresso econômico e social do país. Contudo, desafios como desigualdade de gênero e barreiras estruturais ainda permanecem, exigindo novas políticas e iniciativas para que a emancipação feminina seja plenamente alcançada.

REFERÊNCIAS

ASHOOR, Hala Mohammed Ali; ALKHAFAGI, Mayada Zuhair. **Gender stereotypes and the cultural representation of Chinese women in Yang-May Ooi's Bound Feet Blues: A Life Told in Shoes**. Journal of Education – College of Wasit University, Wasit, v. 51, n. 2, p. 383-392, 2023. DOI: 10.31185/eduj.Vol51.Iss2.3631.

BOSSEN, Laurel; GATES, Hill. **Bound feet, young hands: tracking the demise of footbinding in village China**. Stanford: Stanford University Press, 2020.

BUENO, André. **Ban Zhao e a ética feminina na China antiga**. Rio de Janeiro: Projeto Orientalismo, 2022.

CHEN, Ya-chen. The Chinese Women's Movement: A Critical Review. **Journal of Contemporary China**, v. 20, n. 68, p. 1-18, 2011.

DAVIN, Delia. **Woman-Work: Women and the Party in Revolutionary China**. Oxford: Clarendon Press, 1979.

HONIG, Emily. **"The Life of a Slogan"**. Gender and Chinese History: Transformative Encounters (2015): 185-208.

HALL, David. L.; AMES, Roger. T. **Thinking Through Confucius**. Albany: State University of New York Press, 1998.

HERSHATTER, Gail. **Women and China's socialist construction, 1949–78**. Asia-

Pacific Journal—Japan Focus, v. 17, n. 12, p. 1-27, 2019.

HINSCH, Bret Hinsch. **Women in Early Imperial China**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

JIN, Yihong. **Rethinking the ‘iron girls’**: gender and labour during the Chinese cultural revolution. *Gender & History*, v. 18, n. 3, p. 613-634, 2006.

LECHMAN, Ewa; OKONOWICZ, Anna. **Are women important for economic development?** An evidence on women’s participation in labor market and their contribution to economic growth in 83 world countries. Gdańsk: Gdańsk University of Technology, Faculty of Management and Economics, Working Paper Series A No. 13/2013, 2013. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/173309>. Acesso em: 13 out. 2025.

MAZAHERI, Ramin. **Uma revolução necessária na discussão da Revolução Cultural da China**: uma série em oito partes – Parte 1/8. 1 dez. 2023. Disponível em: <https://sakerlatam.blog/uma-revolucao-necessaria-na-discussao-da-revolucao-cultural-da-china-uma-serie-em-oito-partes-parte-1-8/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

OOI, Yang-May. **Bound feet blues**: a life told in shoes. Oxford: Urbane Publications, 2015. Cultural History. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

PARK, Kyung Ae. **Women and development: the case of South Korea**. Comparative Politics, p. 127-145, 1993.

ROCES, Mina; EDWARDS, Louise (orgs.). **Women’s Movements in Asia**: Feminisms and Transnational Activism. London; New York: Routledge, 2010. ISBN 978-0-415-48703-0

ROSENLEE, Li-Hsiang Lisa. **Confucianism and Women**: A Philosophical Interpretation. Albany: State University of New York Press, 2012.

TUDOR, Daniel. **Korea**: the impossible country. Tuttle Publishing, 2012.

ZHAO, Ban. **Lessons for Women**. Tradução de Nancy Lee Swann. New York: Columbia University Press, 2018.

Entre os Muros da Interpretação: A cidade chinesa segundo escritores e viajantes estrangeiros no começo do século XX

Bruno Motta¹

INTRODUÇÃO

No começo do século XX, a China foi palco de grandes transformações, desde reformas administrativas de grandes proporções até o fim de uma dinastia imperial que reinava no país havia 268 anos. No contexto das transformações do final da dinastia Qing, o recorte de 1895 a 1914 melhor delimita o período, simplificado aqui em “começo do século XX.”

Aos observadores estrangeiros da época, a ideia que se tinha da China não era única, mas sim uma mistura de diferentes percepções construídas ao longo de séculos. Contraditórias por natureza, essas percepções continham elementos do misticismo e do fantástico da literatura medieval; ou a noção de uma sabedoria, moral e civilização do argumento jesuítico e iluminista; ou mesmo a ideia de atraso e decadência do relato dos comerciantes. Seja como for, podemos comportar essa variedade de imagens sobre a China e os chineses em dois tipos: a sinofilia e a sinofobia.

Ainda que os discursos estrangeiros sobre o país possam estar carregados por ambos, a depender da situação e do falante, é incontestável que a sinofobia predominou naquele período. No geral, imperava a ideia de que a China era um império atrasado, congelado no tempo, de existência anacrônica. Por outro lado, as reformas que atravessavam o país – que incluíram, por exemplo, um projeto constitucional, a atualização das forças armadas e a inclusão das ciências no currículo escolar – passavam a ideia de que esse império, outrora parado no tempo, estava

¹ Doutorando em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com Bolsa de Doutorado FCT/CCCM. Mestre e Bacharel em História pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Este trabalho é financiado através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto com o identificador DOI <https://doi.org/10.54499/PRT/BD/154494/2022>. E-mail: brunomotta@edu.ulisboa.pt.

finalmente em movimento. A Proclamação da República em 1912, que trocou um imperador manchu por um presidente chinês de terno e gravata, parecia consolidar esta ideia.

Logo, interessa-nos ver como viajantes e escritores estrangeiros retrataram as cidades chinesas em textos que foram escritos no período de 1895 a 1914. Importa ver os textos produzidos por aqueles que realmente estiveram na China, ainda que o seu tempo no país tenha sido anterior ao período indicado. Este artigo é uma expansão daquilo que foi abordado em uma seção do capítulo três de minha dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal de Pernambuco em 2020 sob o título *As Mutações do Celeste Império*.

SOBRE OS OBSERVADORES ESTRANGEIROS

Para realizar este trabalho, foram utilizados escritos de observadores de diferentes países, tendo como fator comum a identificação com o mundo europeu e norte-americano: o Ocidente. Há missionários, viajantes-escritores, jornalistas, diplomatas, militares e comerciantes de países como Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e Austrália.

A distinção feita, no título, entre escritores e viajantes diferencia aqueles autores que produziram textos mais gerais sobre a China daqueles que produziram uma literatura de viagem propriamente dita. Isso acaba por ter a ver também com os motivos de sua estadia no país. Os viajantes, em geral, já iam com a intenção de escrever um livro sobre as experiências que adquirissem na China e procuravam se aventurar longe das grandes cidades e dos bairros europeus. Os demais, como comerciantes, jornalistas e diplomatas, frequentavam basicamente as cidades dos tratados e conviviam majoritariamente com outros estrangeiros na China, ou, em menor grau, com chineses que falavam francês ou inglês.

As cidades dos tratados eram assim chamadas por terem sido abertas à presença estrangeira mediante tratados que foram assinados, por sua vez, através da imposição militar. Os tratados assinados entre 1842 e 1860, no contexto das duas guerras do ópio, deram às potências estrangeiras três privilégios importantes: o primeiro foi a extraterritorialidade, que essencialmente garantiu proteção jurídica aos cidadãos dessas potências. As concessões, que eram os espaços administrados pelas autoridades consulares, tornaram-se o principal local de convívio dos estrangeiros que visitavam a China. Lá, encontravam residências, clubes, hotéis, igrejas, guarnições militares e atividades de lazer.

O segundo privilégio foi a cláusula da nação mais favorecida, que garantia que benefícios adquiridos por uma potência fossem automaticamente transferidos para as demais. E o terceiro foi a permissão de circulação fora das cidades dos tratados para missionários e portadores de passaporte. As concessões eram, como a consolidação física da presença estrangeira, mais do que espaços de residência: eram penetração militar e econômica. Um viajante qualquer, mesmo que não soubesse disso, tinha proteção jurídica do seu cônsul, e qualquer malefício que lhe fosse feito poderia ser usado como motivo para impor algo às autoridades chinesas, desde

indenizações monetárias a concessões territoriais. Esses benefícios adquiridos à força pelas potências estrangeiras fizeram com que houvesse, dentro do território chinês, uma relação de poder desigual entre estrangeiros e chineses.

No período entre 1895 e 1914, a ferrovia transiberiana e o transporte marítimo eram os principais meios para se chegar à China. No primeiro, a chegada era feita pelo norte, entrando primeiro na Manchúria por Manzhouli, quase na fronteira entre a Mongólia Exterior, a província de Heilongjiang e a Rússia, de onde seguiam para Harbin, depois Mukden (atual Shenyang) e dali para a China Própria, atravessando a Grande Muralha em direção a Tianjin e Beijing. Essa foi a rota utilizada pela viajante-escritora australiana Mary Gaunt em 1913, que partiu da Europa. Em casos de viagens como a dela, os relatos centravam-se nas províncias do norte, onde de fato visitavam.

Por sua vez, quando o transporte era feito por barco, o mais frequente era a chegada ocorrer pelo sul, tendo como destino Hong Kong. Lá, quem quisesse continuar a subir a costa para Shanghai ou Tianjin tinha que trocar de barco. Os franceses que estivessem na Indochina poderiam seguir por terra, através da ferrovia que conectava Hanoi a Yunnanfu (atual Kunming), e de lá seguiam até Cantão, na província de Guangdong, onde poderiam pegar um barco em Hong Kong para seguir ao norte. Esse foi o caminho trilhado pelo jornalista francês Jean Rodes em 1910.

AS CIDADES CHINESAS

As descrições do espaço físico chinês – e não apenas –, por observadores estrangeiros, podem ser informalmente categorizadas como “Nova China”, “Velha China” e “Verdadeira China”. Estas são expressões que aparecem vez ou outra em suas obras. A última já foi mencionada brevemente, pois era aquilo que diziam procurar os viajantes e aventureiros. Era o lugar autêntico, longe dos espaços curados e confortáveis dos bairros europeus (Clifford, 2001, p. 18; Dupée, 2004, p. 10). Também era, muitas vezes, o espaço onde os missionários atuavam.

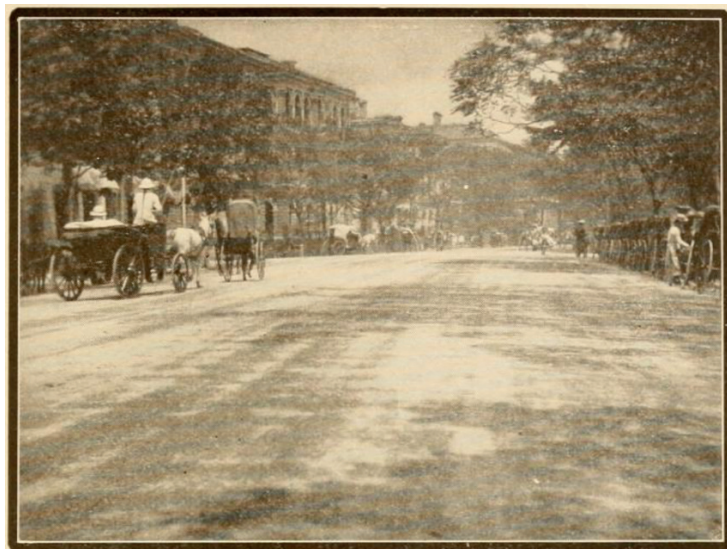
As Chinas ‘Nova’ e ‘Velha’ eram dois lados da mesma moeda. Como com a sinofilia e a sinofobia, não representavam propriamente a substituição de uma pela outra, mas antes poderiam ser suscitadas em um mesmo ambiente a depender da situação. Em termos gerais, a Nova China era representativa do progresso, entendido pelos observadores como de origem europeia, enquanto a Velha China representava a sociedade antiga e imutável, entendida como essencialmente chinesa.

É preciso entender que esses observadores eram eurocêntricos, mesmo quando produziam – ou melhor, tentavam produzir – um ‘anti-discurso.’ Eurocentrismo aqui é percebido como aquilo que James Blaut chamou de “modelo de mundo do colonizador”: o difusionismo cultural. Isto é, a ideia de que a modernidade, o progresso, a racionalidade, a criatividade e as ciências surgem na Europa e se difundem ao resto do mundo através do comércio, da missão cristã e

da guerra. Esse ‘resto do mundo’ é identificado como os locais em que supostamente havia o oposto da civilização ocidental, ou seja, tradição, estagnação, imitação e superstição (Blaut, 1993, pp. 8-9). Na literatura de viagem, mesmo os autores que criticavam o discurso dominante sobre a China, ainda assim estavam repetindo, conscientemente ou não, padrões que não deixavam de ser eurocêntricos (Dupée, 2004, pp. 14-16).

Dentre as cidades chinesas, Shanghai se destacava no contraste entre as descrições de seus espaços. Era o principal porto do Leste Asiático e o centro da presença estrangeira na China. O seu território estava dividido em três partes principais: a concessão internacional, a concessão francesa e a cidade chinesa murada. Na internacional, a administração era responsabilidade dos cônsules das nações que tinham representação na cidade, a arquitetura era fortemente influenciada pela Europa e a segurança era feita por tropas coloniais, principalmente da Índia Britânica.

Figura 1 - O Bund, Shanghai



Fonte: Brown, 1904, p. 112

No Bairro das Legações em Beijing, próximo à muralha da cidade imperial (uma das subdivisões da capital), havia uma forte presença militar estrangeira que nos dá uma ideia, ainda que em maior magnitude, dessa presença. Mary Gaunt o descreveu da seguinte forma: “Morar lá é como viver em um acampamento armado. Você não pode entrar ou sair sem passar por fortes e armas, nas ruas há vagões de munição, armas de pequeno porte, vagões da Cruz Vermelha, e a cada volta há soldados [...]” (Gaunt, 1914, p. 58).

Jean Rodes descreveu Shanghai como “essa mistura singular de asiatismo e aspectos da Europa” (Rodes, 1914, p. 87). Nos espaços internacionais, havia fábricas, bancos, firmas, hotéis, clubes, iluminação pública e bondes elétricos. O mais comum era realçar o contraste entre a concessão internacional e a cidade chinesa, principalmente em três aspectos: as ruas, os transportes e a higiene. Aliás, esses três aspectos eram talvez os mais comentados sobre os

espaços chineses de forma geral.

Sobre a higiene, podemos tomar outra descrição deixada por Jean Rodes. Segundo o jornalista francês: “As cidades do interior, assim como os portos frequentados por europeus – até mesmo a cidade chinesa de Shanghai – continuam sendo cloacas horríveis” (RODES, 1910, p. 140). O diplomata americano Charles Denby afirmou que Beijing, apesar de saudável, estava entre as cidades mais imundas do mundo (Denby, 1906^a, p. 29). Mary Gaunt repetiu várias vezes o adjetivo ‘imundo’ (*filthy*) para se referir à poeira de Beijing, à pousada que ficou em Malanyu, às ruas, à multidão e às doenças (Gaunt, 1914). O missionário americano Arthur Judson Brown descreveu o contraste entre a vista da costa de Zhifu (Yantai) e seus edifícios comerciais com a visita que fez à cidade chinesa, onde “a imundice é indescritível” (Brown, 1904, p. 49).

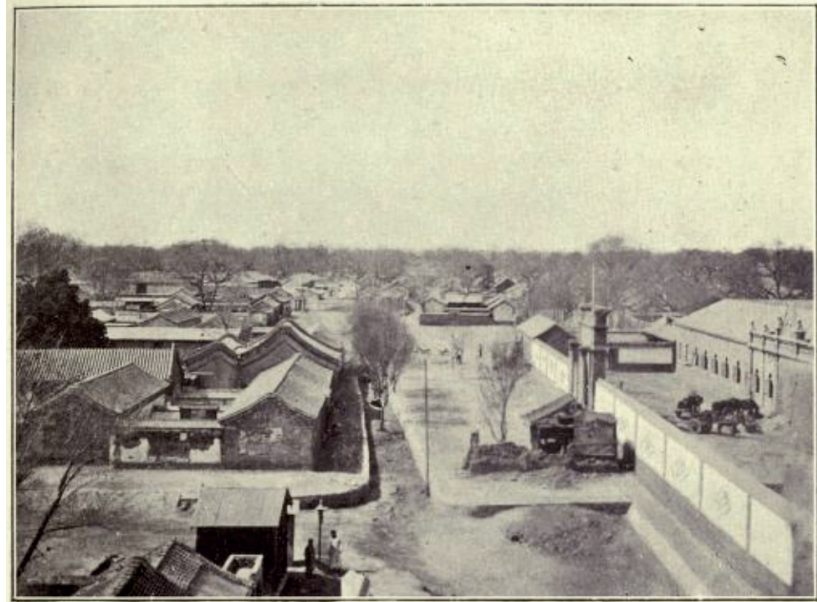
Esses relatos não são propriamente falsos, ainda que a escolha narrativa possa ser bastante infeliz em diversos momentos. Os relatos denotam as experiências vividas por essas pessoas no país, cujas dificuldades eram reais e, devemos sempre lembrar, indissociáveis da enorme crise pela qual passava a China naquele período: estresse ecológico, desgaste político, crises social e econômica. Entretanto, no campo do discurso, descrições de perigos e dificuldades – o que inclui a má higiene – têm também uma função narrativa.

No geral, a higiene era tida como um elemento indicativo do grau de civilização de um povo. Um escritor viajante que se manteve no conforto dos grandes hotéis e dos clubes teria alguma aventura digna para compartilhar? Realmente poderia o observador se dizer conhecedor ou suas experiências ter validade sem que passasse pelas dificuldades e realidades esperadas de espaços não-europeus? Esperava-se de alguém que viajasse para longe da Europa o contato com esses problemas. Em especial para os escritores viajantes, esse tipo de descrição servia como uma estratégia narrativa para legitimar as suas experiências (Clifford, 2001, pp. 46-50; Dupée, 2004, p. 232).

Os principais portos reforçavam a ideia de uma “Nova China”, sendo eles os locais onde projetos reformistas de importantes oficiais do governo imperial instalaram luz elétrica, estações ferroviárias, fábricas e arsenais, e onde se encontravam os bairros europeus. Alguns autores, como o caso de Jean Rodes, acreditavam que os espaços europeus serviam de influência para modernizar a China, vendo alguns locais como polos especiais de difusão, como Hong Kong no sul e Shanghai no centro. Aliás, Cantão, por sua proximidade a Hong Kong, sofreu de muitas comparações semelhantes àquelas entre a cidade chinesa e a concessão internacional de Shanghai.

Há uma associação entre espaço, cultura e nação nesses discursos, sendo um o reflexo do outro. O fascínio de Mary Gaunt pelas muralhas serve de ilustração. As cidades chinesas eram todas muradas. Em Beijing, elas eram espaço de convivência, onde os estrangeiros passeavam para aproveitar a brisa e ver a cidade de cima, algo que aos chineses era proibido.

Figura 2 - Vista da Muralha de Pequim no inverno



Fonte: Gaunt, 1914

Para Mary Gaunt, sua visita a Tongzhou foi como estar na Idade Média ou na antiga Babilônia:

“Quando eu era uma garotinha, sonhava em me casar com um barão alemão; um barão alemão da Idade Média, que vivia em um castelo, e não pude deixar de pensar [...] que aqui estavam as vilas do tempo do meu barão alemão – a sujeira e tudo o mais. Na minha infância, eu nunca pensei na sujeira, ou talvez não tivesse me importado.” (Gaunt, 1914, p. 184)

Assim, a higiene – o cheiro forte, a sujeira, a ausência de tratamento de esgoto – estava associada a um momento histórico anacrônico ao século XX. Ainda assim, as muralhas tinham um forte efeito de atração. Sobre a muralha de Beijing, Charles Denby fala que: “Sua antiguidade, sua estranheza, sua beleza esquisita lhe surpreende e cativa” (Denby, 1906^a, p. 26). Há nisso claramente um elemento do exótico, donde vemos que a “velha China”, para citar Jean Rodes, era “ao mesmo tempo horrível e encantadora” (Rodes, 1914, p. 9).

Figura 3 - A Muralha de Pequim



Fonte: Denby, 1906a, p.26

Da mesma forma, a condição das estradas que levavam a essas cidades e as ruas dos espaços urbanos chineses contrastavam com as dos espaços estrangeiros. Enquanto nas concessões havia largas avenidas, as cidades chinesas eram marcadas por ruas estreitas, sem limpeza e cheias de gente. Todavia, existia um interesse geral pelo movimento das pessoas e seu cotidiano. Para Charles Denby, a vida na rua e suas “cenas estranhas” era o que tinha de mais interessante na China (Denby, 1906^a, p. 62).

Fora da parte internacional de Shanghai, onde havia o bonde, e dos locais em que alcançava a ferrovia, Arthur Judson Brown explicou que: “Os meios de transporte no interior da China são cinco – o burro, a cadeira de liteira, o carrinho de mão, a carroça e o shendza (liteira de mula)” (Brown, 1904, p. 53). Segundo o autor, não havia um que fosse particularmente confortável, sendo a sua preferência a liteira de mula. Todavia, menciona que a carroça foi feita para aguentar aos trancos e barrancos a condição das estradas. Foi esse o principal meio utilizado por Mary Gaunt em suas viagens e sua descrição é de um veículo que balança a pessoa de um lado para o outro, transformando-a em “uma massa dolorida e machucada” (Gaunt, 1914, p. 196).

Figura 4 - Carroça de Pequim tombada



Fonte: GAUNT, 1914, p. 230

O lugar que é dado, no discurso, às ruas estreitas, aos transportes rústicos e às muralhas, de um lado, e as avenidas largas, os bondes e trens, do outro, fica evidente no que aconteceu em Tianjin. Em 1901, um movimento xenófobo no norte da China foi o catalisador de um conflito entre potências estrangeiras e a dinastia Qing, que levou à formação de um governo militar provisório estrangeiro na cidade chinesa de Tianjin. O seu encarregado de negócios foi o ex-secretário da legação norte-americana, Charles Denby Jr., que descreveu o governo com muitos elogios, dizendo que fez “obras públicas necessárias”, que foi “justo e honesto”, ainda que, de passagem, menciona que foi “um governo militar de ferro” (Denby Jr., 1906, pp. 204-5).

O capelão do exército britânico no norte da China, que participou do conflito que levou à formação desse governo em Tianjin, descreveu as obras feitas:

“A pedido das nações e como punição pelos protestos dos boxers ela foi obrigada a derrubar as muralhas da cidade, e isso a torna provavelmente a única cidade na China sem uma muralha; porém, isso tornou possível a abertura de largas avenidas, iluminadas por eletricidade e atravessadas por linhas de bonde; policiamento moderno e sistemas hidráulicos fazem dela uma das cidades chinesas mais avançadas. Isso, então, é uma evidência do grande despertar: que Tianjin, que costumava ser notada por seus massacres e sua malária, é hoje a vanguarda do progresso moderno.” (Brown, s.d., p. 201)

Aqui ele fala que Tianjin teve que derrubar suas muralhas, o que tornou possível a abertura de largas avenidas e linhas de bondes, tornando-a uma cidade avançada. O contraste com as muralhas medievais, os transportes rústicos e as ruelas fica evidente. Nesse discurso, o moderno surge do apagamento dos elementos chineses das cidades, mesmo que através da pressão militar estrangeira. É só com a derrubada da muralha que se abrem as avenidas. Trata-se de uma perspectiva que facilmente se converte em um discurso colonial.

Havia ainda aqueles espaços afastados dos centros urbanos que serviam de refúgio. Era o

caso de algumas estâncias ou *resorts* como Beidaihe. Esses eram locais de saúde e de abrigo do ar urbano, onde os estrangeiros poderiam relaxar com a paisagem natural e praticar atividades físicas.

Figura 5 - Beidaihe, Colina Oriental (1903)



Fonte: Wikimedia Commons

Uma das características de alguns desses espaços poderia ser também não ter contato com chineses. Charles Denby Jr., que morou anos em Tianjin a trabalho, enviou uma carta a sua mãe onde fala de seus desejos. Ele fala de Beidaihe, de como gostaria de continuar lá:

“Estamos em Pei Tai Ho desde 5 de agosto. Eu voltei por dez dias a Tianjin e amanhã volto para ficar, infelizmente, mas Martha e Giggie permanecerão até 8 ou 10 de outubro. Aqui é encantador. Há belas montanhas, encostas cobertas de grama, nenhum chinês, e o lindo oceano. [...] Nossa casa é bem construída e muito confortável.” (Library of Congress, Denby Family Papers, Carta de 02/09/1898)

O sublinhado foi feito pelo próprio Charles Denby Jr. em sua carta e reforça o apelo desses locais para os estrangeiros. Locais que, na China, eles podem ir para “escapar dos chineses.” Claro que os funcionários que fazem a limpeza da casa, preparam a comida e conduzem os transportes são majoritariamente chineses. Há uma dinâmica de classe e relações de poder que não podemos esquecer. Mas, como explica Nicholas Clifford, ainda que as paisagens e a vegetação pudessem remeter o observador à memória de espaços semelhantes na Europa, o mesmo não ocorria com as pessoas. À distância, cidades e vilas tinham o valor paisagístico de algo pitoresco. De perto, apenas o calor e os odores humanos e uma cultura que lhes era estranha. E não eram poucos os observadores, particularmente os residentes, que procuravam estar rodeados do familiar e talvez esquecer, de vez em quando, que estavam na China.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, apesar das diversas transformações pelas quais passou a China no começo do século XX, com suas reformas políticas, a circulação de novas ideias e novos projetos para o país e a própria implantação da república, o discurso estrangeiro não alterou de forma significativa.

Vimos que houve em alguns dos escritos a associação entre espaço, cultura e nação. O espaço físico, que seriam as cidades, vilas e bairros chineses, serviria como espelho do estado geral da nação e do grau de civilização do povo. Esses elementos dependiam do contexto em que a narrativa era construída: poderia ser uma China exótica que mantinha tradições interessantes para o observador ocidental, ou poderia ser uma China que mantinha estilos de vida e arquitetura anacrônicos em relação ao mundo moderno. Não eram mutuamente excludentes.

Ao mesmo tempo, experiências de dificuldades, como a condição difícil das estradas, as ruas estreitas e os cheiros desagradáveis das cidades, apareciam constantemente nos textos. Para além de suas experiências reais, essas descrições serviam também como ferramentas narrativas que valorizavam e até legitimavam a experiência do autor na China para um público ocidental.

A verdade é que todos esses observadores eram filhos de sua época e filtraram a realidade observada com base em um repertório de conhecimento daquilo que deveriam esperar ver na China e do que deveriam considerar como moderno. Poucos tiveram a sagacidade de ter um olhar histórico, em parte devido à duração de sua estadia no país, ou à natureza de suas funções e objetivos. Menos ainda foram os que se deram conta das relações de poder em que estavam inseridos.

Na tentativa de descrever a China e os espaços chineses, mesmo aqueles, como Jean Rodes, que consultaram livros de especialistas e tentaram ao máximo fazer uma leitura objetiva da situação, não fizeram senão uma leitura eurocêntrica da China. Torna-se curioso que, em meio às muralhas que foram tantas vezes descritas e admiradas, esses observadores não conseguiram transpor os muros da interpretação.

Ainda assim, suas obras despertam curiosidade e, com o olhar crítico, poderemos captar muitas informações interessantes e perceber melhor suas motivações e estratégias narrativas.

REFERÊNCIAS

BLAUT, James. **The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History**. Nova York: The Guilford Press, 1993.

BROWN, Frederick. **China's Dayspring After Thirty Years**. Londres: Murray and Evenden, Ltd., s/d [c. 1912-1914?]

BROWN, Arthur Judson. **New Forces in Old China: Un Unwelcome but Inevitable Awakening**. Nova York: Fleming H. Revell Company, 1904.

CLIFFORD, Nicholas R. **"A Truthful Impression of the Country": British and American Travel Writing in China, 1880-1949**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2001.

DENBY, Charles. **China and Her People: Being the Observations, Reminiscences, and Conclusions of an American Diplomat**. Volume 1. Boston: L. C. Page & Company, 1906a.

DENBY, Charles. **China and Her People: Being the Observations, Reminiscences, and Conclusions of an American Diplomat**. Volume 2. Boston: L. C. Page & Company, 1906b.

DENBY JR., Charles. "The Capture and Government of Tientsin." *In*: DENBY, Charles. **China and Her People: Being the Observations, Reminiscences, and Conclusions of an American Diplomat**. Volume 2. Boston: L. C. Page & Company, 1906.

DUPÉE, Jeffrey N. **British Travel Writers in China: Writing Home to a British Public, 1890-1914**. Lewiston: The Edwin Mellen Press, 2004.

GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Londres: T. Werner Laurie Ltd., s./d. [c. 1914].

LIBRARY OF CONGRESS, Madison Memorial Building, Manuscript Division. **Denby Family Papers**. Washington, D.C.

MOTTA, Bruno. **As Mutações do Celeste Império: a China e o povo chinês nos discursos de observadores ocidentais no ocaso da última dinastia (1901-1912)**. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

RODES, Jean. "La Transformation de La Chine." Conférence de M. Jean Rodes, rédacteur au « Temps », chargé de missions en Chine, par la Société de Géographie de Paris. (10 fev. 1909). RODES, Jean. et. al. **Les Questions actuelles de Politique étrangère en Asie**. Conférences organisées à la Société des anciens élèves de l'École libre des Sciences Politiques. Paris: Félix Alcan, 1910, pp. 115-145.

RODES, Jean. **Le Céleste Empire Avant la Révolution**. Dix Ans de Politique Chinoise. Paris: Librairie Félix Alcan, 1914. 1914.

THE MARITIME CUSTOMS. **Treaties, Conventions, Etc., Between China and Foreign States**. China III - Miscellaneous Series: N° 30. Volume 1. Russia, International Protocol, Great Britain, United States of America, France, Import Tariff Agreement. 2nd Ed. Shanghai: Statistical Department of the Inspectorate General of Customs, 1917.

Cadáveres Falantes, Fantasmas Acorrentados e Juizes do Purgatório: A violência como Linguagem do Poder e da Conversão Religiosa nos Contos Budistas Milagrosos Chineses (490-589 E.C.)

Bianca Melo Lettieri¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo realiza uma análise aprofundada de contos de milagres budistas chineses, com ênfase em narrativas relacionadas ao pós-vida, investigando as interseções entre a cultura oral popular chinesa, registrada em forma de contos budistas, e os temas de religião, conversão, violência e política no período das Dinastias do Norte e do Sul (490-589 E.C.) e no início da Dinastia Sui (581-618 E.C.). Esses contos, conhecidos como Mingxiang Ji (冥祥記), representam uma fusão entre o gênero literário chinês zhigua (志怪, traduzido como "relatos de anomalias") e elementos budistas, utilizados como instrumentos de conversão religiosa e controle social. A pesquisa examina como o budismo, frequentemente associado à não-violência, foi politicamente instrumentalizado, revelando uma dimensão violenta na história política e cultural chinesa (Campany, 1996, p. 308).

A metodologia adotada combina análise textual e histórica de quatorze contos selecionados, com foco nos temas de violência simbólica e institucional, bem como nos diálogos

budismo e as religiões locais. Tal abordagem interdisciplinar conecta os campos da literatura, história e religião, evidenciando o papel dessas narrativas como ferramentas político-religiosas para a consolidação do budismo e a promoção da unificação cultural. O estudo também questiona percepções romantizadas do budismo, enfatizando sua complexidade enquanto instituição político-religiosa num tempo histórico.

A presente análise busca oferecer uma contribuição significativa para os estudos sobre a história religiosa do leste asiático e a história dinástica chinesa, especialmente no contexto brasileiro, onde ainda se observa uma lacuna em investigações detalhadas sobre o processo de introdução do budismo e as dinâmicas de violência simbólica e institucional associadas à religião na história da China. Além de preencher lacunas acadêmicas, a pesquisa propõe uma perspectiva histórica global, que desafia narrativas eurocêntricas - tão comuns na academia de história brasileira - e promove uma visão mais integrada e abrangente da história mundial (Burke, 1992, p. 10, 26; Bloch, 1998, p. 179-181, 194-195). Por fim, o estudo destaca a importância de ampliar os debates sobre o ensino da história asiática no Brasil, considerando especialmente a crescente relevância geopolítica da China no século XXI (Bueno, 2017, p. 57-58, 64-65).

DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento desta pesquisa foi organizado em três eixos de análise principais, os quais abordam o contexto histórico, as narrativas do Mingxiang Ji e a violência enquanto linguagem de poder. Esses eixos analíticos demonstram como tais dimensões se articulam conjuntamente para consolidar o budismo como uma força política, religiosa e social na China entre os séculos V e VI.

Contexto histórico e político

O período das Dinastias do Norte e do Sul (420-589 E.C.) foi uma era de grande complexidade política e cultural na história chinesa. Após o colapso da Dinastia Han em 220 E.C., a China entrou em um longo período de divisão, conhecido como os Três Reinos (220-280 E.C.), seguido pela efêmera Dinastia Jin Ocidental (265-316 E.C.) e, posteriormente, pela fragmentação ainda mais acentuada entre os reinos do norte e do sul. Durante esses séculos, o território chinês foi dividido entre dinastias rivais, cada uma controlando diferentes regiões e frequentemente em guerra entre si. Além disso, a fragmentação política foi acompanhada por uma intensa diversidade cultural, linguística e religiosa, tornando o período uma fase de experimentação e interação entre tradições locais e estrangeiras (Twitchett, 2008, p.3).

Com o colapso do poder centralizado da Dinastia Han, o confucionismo, que havia sido a base ideológica do governo imperial, perdeu parte de sua influência. As estruturas confucionistas, baseadas na ideia de ordem social rígida e na supremacia do Estado, mostraram-se inadequadas para lidar com as novas realidades de um território fragmentado e em constante

¹ Graduada em História pela Universidade de Brasília (UnB). Graduanda em Direito pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Pesquisadora e membro do Centro de Estudos Políticos Globais (CEPG). Email: bianca.melo.lettieri@gmail.com.

conflito. Nesse vácuo ideológico, o budismo, uma religião estrangeira vinda da Índia através da Rota da Seda, começou a ganhar força (Twitchett, 2008, p.3).

Inicialmente, o budismo teve dificuldades para se estabelecer devido às diferenças culturais e linguísticas. No entanto, à medida que as traduções dos textos budistas começaram a circular e os missionários adaptaram os ensinamentos à mentalidade e à cosmologia chinesa, a religião encontrou um terreno fértil. Durante o período das Dinastias do Norte e do Sul, o budismo começou a se expandir rapidamente, patrocinado por governantes que viam na religião um poderoso instrumento de coesão social e legitimação política. O budismo oferecia uma visão universalista e uma promessa de salvação que transcendiam as divisões étnicas e regionais, algo que as tradições locais e o confucionismo não conseguiam oferecer de maneira tão abrangente naquele momento (Poceski, 2009, p.123; Laumakis, 2008, p. 184).

As dinastias do norte e do sul diferiam significativamente em termos de cultura e administração. O norte da China, sob o controle de dinastias fundadas por povos nômades de origem não chinesa, como os Xianbei, experimentou uma forte interação entre as culturas chinesa e estrangeira. Esses governantes adotaram o budismo como uma forma de legitimar seu domínio sobre a população chinesa majoritária, ao mesmo tempo em que buscavam criar uma identidade cultural própria que combinasse elementos locais e estrangeiros. O budismo Mahayana foi particularmente popular no norte, onde a religião foi promovida por governantes como os da Dinastia Wei do Norte (386-534 E.C.) (Ling, 2024, p. 1-2; 6-7; 15).

No sul da China, onde as dinastias eram governadas por elites chinesas tradicionais, o budismo também encontrou apoio, mas frequentemente em um contexto de maior sincretismo com o confucionismo e o taoísmo. O budismo foi adaptado para se alinhar às tradições chinesas, enfatizando conceitos como *bao* (暴 / retribuição²) e práticas meritórias que já faziam parte da mentalidade religiosa local. Assim, enquanto no norte o budismo era frequentemente associado ao poder estatal e às influências estrangeiras, no sul ele se desenvolveu de forma mais orgânica, integrando-se às práticas e crenças chinesas (Poceski, 2009, p. 123) (Ling, 2024, p. 10).

A ascensão da Dinastia Sui (581-618 E.C.) marcou o fim do período de fragmentação e o início de uma nova era de unificação política e cultural na China. O imperador Wen da Dinastia Sui (541-604 E.C.), fundador da dinastia e conhecido como Sui Wendi (文帝/隋文帝) e cujo nome pessoal era Yang Jian (杨坚), reconheceu o potencial do budismo como uma ferramenta para consolidar o poder central e unificar o império. Sui Wendi promoveu ativamente o budismo, patrocinando a construção de templos, financiando a tradução de textos sagrados e concedendo privilégios ao clero budista. Ele também utilizou a religião para reforçar a autoridade imperial, apresentando-se como um “rei dhármico” (cakravartin), um governante ideal que protege e promove o Dharma (os ensinamentos budistas) (Twitchett, 2008, p. 34; Ebrey, 2023, p. 200-201).

² Tradução livre para o português feita pela autora baseada no texto de Zhang.

O budismo, nesse contexto, tornou-se uma religião estatal, profundamente integrada às estruturas de poder político. Os templos budistas não eram apenas locais de prática religiosa, mas também centros administrativos e econômicos, desempenhando um papel crucial na arrecadação de impostos, na manutenção de registros e na prestação de serviços sociais, como educação e assistência aos pobres. Essa integração entre religião e Estado foi fundamental para a consolidação da autoridade da Dinastia Sui e para a criação de uma identidade cultural unificada (Poceski, 2009, p. 125; Xiong, 2006, p. 155; Twitchett, 2008, p.75-77).

Um aspecto central do sucesso do budismo na China durante esse período foi sua capacidade de se adaptar à cultura e às tradições locais, um processo conhecido como sinização. Os missionários e tradutores budistas desempenharam um papel crucial nesse processo, traduzindo textos sagrados para o chinês e adaptando conceitos budistas ao contexto cultural chinês. Por exemplo, o conceito indiano de karma foi reinterpretado em termos do *bao*, uma ideia profundamente enraizada na cultura chinesa que se refere à reciprocidade e à retribuição moral. Da mesma forma, o conceito de renascimento foi combinado com as crenças chinesas sobre ancestrais e espíritos, criando uma cosmologia híbrida que era mais acessível ao público chinês (Nattier, 2008, p. 1-8; Campany, 1996, p. xii; p. 3).

A promoção do budismo pela Dinastia Sui também envolveu a criação de uma burocracia religiosa que espelhava a administração estatal. Monastérios budistas foram organizados de maneira hierárquica, com supervisores nomeados pelo Estado para monitorar suas atividades. O clero budista, por sua vez, desempenhava um papel importante na legitimação do poder imperial, realizando rituais em apoio ao governo e promovendo a ideia de que o imperador era um governante divinamente inspirado (Ebrey, 2023, p.200-201; Poceski, 2009, p. 125).

Essa integração entre religião e política foi acompanhada pela produção de narrativas literárias e artísticas que reforçavam a autoridade do budismo e do Estado. Obras como o *Mingxiang Ji* desempenharam um papel crucial nesse processo, utilizando histórias acessíveis e que já estavam em circulação entre as camadas populares para transmitir os ensinamentos budistas e promover a conversão religiosa. Essas narrativas orais e contos tornaram os conceitos budistas mais compreensíveis para o público leigo, ao mesmo tempo em que reforçavam a ideia de que o budismo era essencial para a ordem social e política.

Este contexto histórico demonstra como o budismo foi não apenas uma religião importada, mas um sistema profundamente transformador que se adaptou às necessidades políticas e culturais da China, enquanto remodelava as crenças e práticas locais. A ascensão do budismo durante o período das Dinastias do Norte e do Sul e sua

consolidação sob a Dinastia Sui representam um momento de grande importância para o entendimento da história religiosa e cultural popular chinesa do período.

O Mingxiang Ji e as narrativas do pós-vida

A obra Mingxiang Ji, um compilado de contos orais populares compilados por Wang Yan (王琰), é um exemplo significativo de como o budismo foi adaptado à cultura popular chinesa (Campany, 2012, p. xii). Wang Yan foi um erudito e oficial chinês ativo durante o período das Dinastias do Norte e do Sul (420-589 E.C.), uma época de grande fragmentação política e intensa interação cultural. Pouco se sabe sobre sua vida pessoal, mas ele é amplamente reconhecido como o compilador do Mingxiang Ji. Essa obra é uma das coleções mais antigas de contos milagrosos budistas na China (Campany, 2012, p. 2-3; p. 14-16).

O Mingxiang Ji foi criado com o objetivo de popularizar os ensinamentos budistas entre o público leigo, utilizando narrativas acessíveis e envolventes. Os contos reunidos na obra misturam elementos das escrituras budistas com o gênero literário chinês zhiguai (relatos de anomalias), que tradicionalmente narrava eventos sobrenaturais, como aparições de fantasmas e encontros com deuses e espíritos. Essa fusão criou um gênero literário híbrido, que tornava as ideias budistas mais acessíveis e compreensíveis para o público leigo. Wang Yan, em seu compilado de contos, reuniu histórias que descrevem experiências sobrenaturais, como reencarnações, julgamentos no pós-vida e intervenções divinas. Essas narrativas enfatizam conceitos budistas como karma, retribuição cármica (bao) e a importância de acumular méritos por meio de boas ações por meio de histórias populares milagrosas que já circulavam entre aquelas populações (Campany, 2012, p. 2; p. 10-11).

A obra reflete o sincretismo entre o budismo e as tradições chinesas, adaptando os ensinamentos budistas à mentalidade local. O Mingxiang Ji não apenas serviu como ferramenta de conversão religiosa, mas também como instrumento político e cultural, promovendo o budismo como religião dominante em um período de transformação social e política na China (Campany, 2012, p. 2; p. 10-11).

Os contos do Mingxiang Ji apresentam uma visão detalhada do pós-vida, descrito como um sistema burocrático onde as almas são julgadas por suas ações em vida e submetidas a punições ou recompensas cármicas. Essa estrutura do pós-vida, com juízes, magistrados e registros detalhados de méritos e pecados, reflete a organização administrativa do Estado chinês, reforçando a ideia de que a ordem social e política era sustentada por uma cosmologia religiosa. As narrativas utilizam a violência como uma ferramenta pedagógica, dividida em dois tipos principais:

A violência simbólica, usada para deslegitimar cultos locais e práticas religiosas rivais, como o politeísmo e os sacrifícios de animais, promovendo o budismo como religião superior. A violência institucional: representada por punições ritualizadas no pós-vida, como torturas físicas

e trabalhos forçados, que reforçam a autoridade do clero budista e a necessidade de conformidade com as normas religiosas.

Essas histórias não apenas descrevem o sofrimento no além, mas também oferecem instruções claras sobre como evitá-lo, enfatizando a importância de seguir os preceitos budistas, realizar boas ações e acumular méritos. O medo das punições eternas é mobilizado para incentivar a conversão e a prática religiosa, enquanto as recompensas no pós-vida são apresentadas como um incentivo para a adesão ao budismo.

A violência como linguagem do poder

A pesquisa identifica a violência como um elemento central nas narrativas dentro do Mingxiang Ji, utilizada para reforçar a autoridade do budismo e promover a conversão religiosa (Ling, 2024, p. 10). A violência mantém sua classificação em dois tipos principais:

A violência simbólica se manifesta na esfera das ideias e representações culturais, deslegitimando práticas religiosas locais e promovendo o budismo como uma religião moral e espiritualmente superior. Um exemplo disso pode ser encontrado no conto de Zhang Ying, que narra a conversão de um seguidor de cultos politeístas. Após sofrer punições no purgatório, o personagem destrói seus ídolos e adota os preceitos budistas. Esse ato de destruição dos ídolos simboliza a substituição das tradições locais pelo budismo, enquanto a narrativa reforça a ideia de superioridade da nova religião.

Já a violência institucional é representada pelas punições no pós-vida e reflete a estrutura hierárquica e burocrática do Estado chinês. No conto de Zhao Tai, por exemplo, um oficial que morre e retorna à vida após uma experiência no além descreve o sistema pós-vida como um tribunal, onde as almas são julgadas por magistrados e submetidas a punições específicas, como ter a língua perfurada ou serem transformadas em animais. Essas descrições reforçam a concepção de que a justiça divina opera como uma extensão da justiça estatal, legitimando tanto a autoridade desta classe clerical quanto a do governo.

Tabela 1

(continua)

| Número do conto | Personagens principais | Resumo da narrativa |
|-----------------|---|---|
| 1 | O conto tem como protagonistas Yang Hu, um funcionário público com memórias de sua vida passada, e a família Li, que acredita que Yang Hu é a reencarnação de seu filho falecido. | Yang Hu, o personagem principal, é um poderoso burocrata e um forte devoto do budismo. Yang Hu lembra-se de suas memórias de sua vida passada, sendo capaz até de lembrar de sua primeira infância nessa nova reencarnação de maneira clara. Ao atingir a idade adulta, realizava doações significativas de |

Tabela 1

(continuação)

| | | |
|---|---|--|
| | | maneira constante para diversos monastérios em uma tentativa de pagar pelos pecados de sua vida passada que o assombravam. |
| 2 | Zhao Tai, o protagonista, é um oficial que morre e revive; os magistrados e oficiais responsáveis pelo julgamento das almas; supervisor dos trabalhos de água que orienta Zhao Tai a seguir o Dharma; familiares não fiéis ao Dharma de Zhao Tai sofrendo punições nos purgatórios; monges e seguidores do Dharma também aparecem, participando das cerimônias para ajudar os mortos. | Zhao Tai, um oficial diligente da dinastia Jin, morre subitamente, mas revive após dez dias. Em sua experiência pós-morte, ele percorre um sistema burocrático do além, onde observa diversas formas de punições em vários purgatórios para pecadores e aprende sobre a importância do Dharma e das boas ações. Após retornar à vida, ele compartilha seu relato para incentivar os vivos a praticar o Dharma e fazerem doações para aliviar o sofrimento dos mortos. |
| 3 | Zhi Faheng, o monge protagonista negligente espiritualmente que revive após a morte e enfrenta provações no além; seu mestre Fazhu, que o repreende e o orienta; o barqueiro que o obriga a pilotar o barco; os dragões que o salvam da execução; monges recitando sutras; e o monge Faqiao, futuro discípulo de Faheng. | O monge Zhi Faheng morre e revive três dias depois. Durante sua experiência no além, ele é levado a diferentes locais, enfrenta o medo da roda de ferro que destrói os pecadores, mas é poupado. Tenta ascender a um céu adornado, mas não consegue. É nomeado piloto de um barco, mas falha e quase é executado, salvo por dragões. Vê um povo em trânsito e busca refúgio em um salão de monges, onde seu mestre o adverte para não permanecer. Ao cair em um rio, revive e, após isso, torna-se mais rigoroso na observância dos preceitos monásticos, inspirando discípulos. |
| 4 | Que Gongze, um leigo devoto budista, vive com simplicidade e dedicação ao Dharma; Wei Shidu; discípulo de Gongze, erudito e praticante leigo; mãe de Shidu, mulher devota que testemunha um milagre. | Dois devotos leigos e a mãe de um deles praticam o Dharma com simplicidade e devoção. Após a morte, milagres como o vaso celestial que alimenta os fiéis confirmam a eficácia dos rituais budistas. |
| 5 | Shi Shiguang, um leigo falecido e | Shi Shiguang, salvo do purgatório pela |

Tabela 1

(continuação)

| | | |
|---|--|---|
| | originalmente destinado ao purgatório; Zhang Xin, a empregada doméstica que testemunha de maneira privilegiada o sobrenatural. | intervenção de monges, retorna para instruir sua família sobre práticas meritórias e rituais corretos. Ele alerta sobre as punições para pecadores e enfatiza a interdependência entre vivos e mortos, mostrando como as ações dos vivos influenciam o destino dos falecidos. A narrativa reforça o papel dos leigos e a importância dos rituais budistas para a salvação. |
| 6 | Zhang Ying ex-politeísta que seguia outros deuses, sua mulher doente e de família budista; Zhu Tankai, um monge budista. | Zhang Ying, seguidor de cultos politeístas e praticante de sacrifícios animais, sofre punições severas no inferno budista, incluindo torturas físicas. Após intensa provação, converte-se ao budismo, destruindo seus ídolos e adotando os rituais budistas. A narrativa exemplifica a conversão forçada e a substituição religiosa, usando o terror como estratégia para deslegitimar cultos rivais e impor o budismo oficial. |
| 7 | Sun Zhi jovem budista falecido precocemente; Sun Zuo, seu pai; Yu Fajie, o monge com conexão cósmica que abre um portal para o retorno de Zhi. | Sun Zhi retorna do além para orientar sua família na prática de atos meritórios, prevenindo crises e reforçando a importância dos rituais budistas. A narrativa demonstra o sincretismo temporal entre festivais budistas e tradições chinesas locais, reforçando a integração cultural e a continuidade espiritual entre vivos e mortos. |
| 8 | Du Yuan, um homem rico e influente da dinastia Jin; seu filho Tianbao, que morre ainda criança; o leitão notavelmente mais gordo, que é a | Du Yuan, um homem rico da dinastia Jin, perde seu filho Tianbao, que morre aos nove anos. Meses depois, um dos leitões da família, notavelmente mais gordo, é |

Tabela 1

(continuação)

| | | |
|----|---|--|
| | reencarnação do filho falecido; e o monge espiritual que aparece para repreender Du Yuan. | reconhecido por um monge espiritual como a reencarnação do filho falecido, que repreende Du Yuan por esquecê-lo e destaca a ligação entre o consumo de carne e a doutrina da reencarnação. |
| 9 | Tang Zun é o protagonista que revive para relatar o além; seus parentes, como a tia, as irmãs e o sobrinho Daowen, aparecem sofrendo punições no pós-vida. O primo do pai de Tang Zun o guia, transmitindo ensinamentos sobre arrependimento e prática do Dharma. | Tang Zun morre subitamente, revive e relata uma viagem ao mundo dos mortos, onde encontra parentes sofrendo punições no além por suas faltas. Ele recebe instruções para praticar boas ações, respeitar os preceitos budistas e ajudar sua família a evitar esses sofrimentos após a morte. Ao voltar, recupera-se e transforma sua família na defensora do Dharma. |
| 10 | A esposa de Wang Ningzhi é a mãe enlutada que sofre pela perda dos filhos. Seus dois filhos, embora falecidos, aparecem a ela acorrentados. | A esposa de Wang Ningzhi perde seus dois filhos e sofre muito. Eles aparecem a ela acorrentados no além, dizendo que cometeram pecados, mas que ela pode ajudá-los realizando atos de mérito para gerar fortuna. Isso alivia seu sofrimento e a motiva a praticar boas ações. |
| 11 | Cheng Daohui, o protagonista, um devoto do Taoísmo que rejeita o budismo, mas é salvo no além graças; Um monge que aparece como seu defensor perante os tribunais do além; O oficial do tribunal do além que julga Cheng; Os inúmeros pecadores nas prisões do além, que sofrem punições. | Cheng Daohui, um devoto do Taoísmo que rejeitava o budismo, morre e revive após alguns dias. No além, ele é inicialmente preso por supostos pecados, mas um monge defende-o, alegando que ele tem méritos acumulados de vidas passadas. Cheng faz um tour pelas prisões do além, testemunhando sofrimentos terríveis dos pecadores. Recebe um objeto protetor e retorna à vida, vivendo até os 69 anos, apesar de sua descrença no budismo nesta vida. |
| 12 | Liu Sahe, guerreiro e caçador, revive após a morte para relatar o além. Dois monges o guiam e o Bodhisattva Guanshiyin lhe ensina sobre confissão | Liu Sahe, um homem habilidoso em armas e caçador que não conhecia o budismo, morre jovem e revive após uma experiência no além. Durante sua |

Tabela 1

(conclusão)

| | | |
|----|--|---|
| | e mérito. | jornada, ele testemunha punições severas nas prisões do além, encontra monges que o aconselham a seguir o budismo e recebe um longo ensinamento do Bodhisattva Guanshiyin sobre práticas meritórias e confissão. Após essa revelação, Huida (seu nome monástico) decide abandonar a vida secular e dedicar-se ao Dharma. |
| 13 | Yu Shaozhi, ex-governador e amigo íntimo de Zong Xie; Zong Xie, receptor das instruções, mantém o diálogo até ser chamado para sua própria morte. | Yu Shaozhi, ex-governador e amigo próximo de Zong Xie, aparece após a morte com os pés acorrentados. Em visita temporária, aconselha Xie a praticar o budismo, evitar matar seres vivos, especialmente bovinos, e respeitar os "espíritos de bondade" que habitam o coração. Após breve conversa, Shaozhi é chamado de volta ao além, prevendo a morte de Xie em três anos. |
| 14 | Chen Anju, budista rigoroso; O tio de Chen Anju, um médium e praticante de cultos locais; Um nobre do além, mensageiros e oficiais do submundo; uma mulher de Huangshui e seu sogro. | Chen Anju, praticante budista rígido, revive após a morte para relatar sua experiência no além, onde é submetido a julgamento por seus pecados e os de seu tio, que praticava sacrifícios tradicionais. Durante a visita, ele vê punições e recebe instruções para cultivar o mérito e seguir os preceitos budistas para evitar o retorno ao sofrimento. |

Fonte: Lettieri, 2025, p. 37-39. Adaptado pela Autora

Os contos analisados destacam a relação entre a violência e a conversão religiosa, evidenciando como o budismo utilizou narrativas de medo e esperança para consolidar sua posição na sociedade chinesa. Além disso, as histórias revelam o papel do budismo como uma força transformadora, que não apenas se adaptou às tradições locais, mas também as remodelou, promovendo um novo regime espiritual e político.

Esses três eixos demonstram como as narrativas do Mingxiang Ji foram utilizadas para consolidar o budismo como religião dominante na China, promovendo sua integração às estruturas de poder estatal e transformando as práticas religiosas e culturais locais. A violência, tanto simbólica quanto institucional, emerge como elemento central nesse processo,

funcionando como uma ferramenta de controle social e unificação político-religiosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa destacam a relevância dos contos milagrosos budistas compilados no Mingxiang Ji como instrumentos estratégicos na consolidação do budismo e na promoção da unificação político-cultural da China durante o período das Dinastias do Norte e do Sul e o início da Dinastia Sui. As narrativas analisadas revelam o uso de diferentes formas de violência, tanto simbólica quanto institucional, como mecanismos de controle social e disciplinamento espiritual, integrados a uma cosmologia budista que legitimava simultaneamente a autoridade clerical e estatal, reforçando a fusão entre religião e poder político.

A violência analisada, longe de ser apresentada como um conflito interpessoal, manifestase de maneira estruturada, muitas vezes institucionalizada e impessoal, mediada por agentes sobrenaturais e instituições religiosas. Essa característica evidencia seu papel como instrumento ritualizado e integrado a um projeto político-religioso que buscava remodelar crenças e práticas coletivas, promovendo a sinização do budismo e a marginalização de cultos locais e rivais. Por meio de punições ritualizadas e retribuições cármicas, as narrativas reforçam normas sociais e legitimam a fusão entre religião e Estado, criando um sistema de poder que operava tanto no plano espiritual quanto no político.

Os resultados obtidos apontam para a instrumentalização da violência como ferramenta de caráter pedagógico e de controle, vinculada a estratégias de conversão e hegemonia cultural. O sincretismo religioso, longe de ser um processo pacífico, revelou tensões e disputas que consolidaram o budismo como uma força dominante na sociedade chinesa da época. Além disso, o estudo contribui para debates historiográficos ao evidenciar a importância de fontes populares na compreensão das dinâmicas entre religião, violência e poder, desafiando visões romantizadas do budismo como doutrina exclusivamente pacifista.

Por fim, este trabalho reforça a necessidade de ampliar os estudos sobre a Ásia e suas tradições religiosas, promovendo uma abordagem interdisciplinar histórica, abordagem que articule literatura, história e religião. Ao destacar a complexidade das relações entre poder e espiritualidade, a pesquisa abre caminhos para novas investigações que aprofundem o entendimento das dinâmicas entre religião e política em diferentes contextos históricos e culturais.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. *New Perspective on Historical Writing*. Centre County: Pennsylvania State University Press, 1992.

BUENO, André. Ensino da História da China: como fazer? *Revista Tempo, Espaço e*

Linguagem - TEL v. 8, n. 2, jul./dez., 2017.

BLOCH, Marc. *História e Historiadores*. Porto Alegre: Teorema, 1998.

CAMPANY, Robert Ford. *Strange Writing: Anomaly Accounts in Early Medieval China*. Albany: State University of New York Press, 1996.

EBREAY, Patricia Buckley. *The Cambridge Illustrated History of China*. Cambridge: Cambridge University Press, 28 jul. 2022.

EBREAY, Patricia Buckley; WALTHALL, Ann; PALAIS, James. *East Asia: A Cultural, Social, and Political History*. Boston: Wadsworth Cengage Learning, 2008.

LAUMAKIS, Stephen J. *An Introduction to Buddhist Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

LING, Chao. Imperial Identity and Religious Reformation: The Buddhist Urban Landscape in Northern Wei Luoyang. *Religions*, v. 15, n. 5, p. 551, 2024.

LETTIERI, Bianca Melo. *Cadáveres Falantes, Fantasmas Acorrentados e Juizes do Purgatório: A Violência como Linguagem do Poder e da Conversão Religiosa nos Contos Budistas Milagrosos (490-589 E.C.)*. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

NATTIER, Jan. *A Guide to the Earliest Chinese Buddhist Translations: Texts from the Eastern Han "Dong Han" and Three Kingdoms "San Guo" Periods*. Tóquio: International Research Institute for Advanced Buddhology, Soka University, 2008. 194 p.

POČESKI, Mario. *Chinese Religions—the eBook*. [S. l.]: Journal of Buddhist Ethics Online Books, Ltd., Providence Utah USA, 2009.

TWITCHETT, Denis C. *The Cambridge History of China: Sui and T'ang China, 589-906, Part 1*. Cambridge: Cambridge University Press, vol. 3, 2008.

XIONG, Victor Cunrui. *Emperor Yang of the Sui Dynasty: His Life, Times, and Legacy*. Albany: State University of New York Press, 2006.

ZHANG, Zhenjun. *Acta Orientalia Academiae Scientiarum Hungaricae: From Demonic to Karmic Retribution: Changing Concepts of 'Bao' in Early Medieval China as Seen in the 'You Ming Lu'*. v. 66, n. 3, p. 267-287, 2013.

FONTE DOCUMENTAL

CAMPANY, Robert Ford. *Signs from the unseen realm: Buddhist miracle tales from early medieval China*. Tradução: Robert Ford Company. Honolulu, HI, USA: University of Hawaii Press, 2012.

Desafios e estratégias da China frente à crise ambiental: reflorestamento, controle da poluição e metas climáticas

Camila de Oliveira Praia¹

INTRODUÇÃO

Nas últimas quatro décadas, a República Popular da China vivenciou um crescimento territorial e econômico sem precedentes, que a consolidou como a segunda maior economia do mundo. Desde o início das reformas econômicas conduzidas por Deng Xiaoping em 1978, o país deixou de ser uma economia agrária e planificada para se tornar o principal polo industrial e tecnológico do mundo, responsável por aproximadamente 28% da produção manufatureira global (Banco Mundial, 2023). Esse avanço, baseado em forte industrialização e urbanização, também produziu intensos impactos socioambientais, colocando o país no centro do debate sobre mudanças climáticas e sustentabilidade. A crise ambiental chinesa é marcada por elevados índices de poluição atmosférica, degradação de recursos hídricos e perda de cobertura florestal (Lima; Albuquerque; Nascimento, 2021). O modelo de crescimento baseado na exploração intensiva de recursos naturais e no uso maciço de combustíveis fósseis gerou sérios desequilíbrios ecológicos, afetando não apenas a qualidade de vida das populações urbanas, mas também a estabilidade ecológica das regiões rurais.

No entanto, ao contrário de muitos países em desenvolvimento, a China assumiu o desafio de transformar sua trajetória em direção a um modelo de desenvolvimento verde. Diante desse cenário, iniciou, nas últimas décadas, uma profunda reorientação de sua política ambiental, baseada no conceito de Ecocivilização (生态文明), que busca integrar economia, sociedade e natureza em um projeto civilizacional sustentável. Mecanismo incorporado à Constituição em 2018, a Ecocivilização tornou-se a principal diretriz política e filosófica para o desenvolvimento

sustentável chinês, inspirada nos valores confucionistas e taoístas de harmonia entre o homem e o ambiente, essa concepção rejeita a visão de natureza como mera fonte de recursos, propondo uma nova ética ecológica centrada no equilíbrio e na coexistência. Trata-se, portanto, de um modelo que não se limita ao campo ambiental, mas reconfigura as bases do planejamento econômico e urbano, associando sustentabilidade à competitividade tecnológica e à segurança nacional. (Carvalho Filho; Rena, 2024).

A implementação da Ecocivilização também reflete o esforço da China em responder às críticas internacionais e reposicionar-se como liderança global no enfrentamento da crise climática. Desde sua adesão ao Acordo de Paris, em 2015, o país assumiu compromissos firmes com a redução de emissões e a transição para energias limpas, articulando uma política que combina planejamento centralizado, inovação tecnológica e cooperação multilateral (UNEP, 2022). Esse processo transformou a China em um complexo campo de estudos globais com foco na sustentabilidade, no qual políticas de reflorestamento, controle da poluição e neutralidade de carbono são conduzidas de maneira objetiva e em escala continental.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar as estratégias da China frente à crise ambiental contemporânea, estruturadas em três eixos principais:

- I. As políticas de reflorestamento e restauração ecológica, com destaque para os programas Grande Muralha Verde, Grain for Green (GGP) e Natural Forest Protection Program (NFPP);
- II. As políticas de controle da poluição atmosférica e hídrica, que transformaram o país em referência global na mitigação de impactos industriais;
- III. As metas climáticas vinculadas à neutralidade de carbono até 2060, que reposicionam a China como potência verde mundial.

A análise integra dados de organismos internacionais, literatura científica e relatórios governamentais, buscando compreender como o país vem conciliando crescimento econômico, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental dentro de um novo paradigma pautado na ecocivilização.

DESENVOLVIMENTO

Reconstrução ecológica e reflorestamento em larga escala

O processo de degradação ambiental na China, intensificado durante a segunda metade do século XX, resultado de políticas de expansão agrícola e industrial implementadas sem critérios ecológicos, levou a uma drástica redução da cobertura florestal. Até os anos 1980, apenas cerca de 12% do território chinês era recoberto por florestas (Carvalho Filho, 2024). A rápida conversão de florestas em áreas agrícolas, combinada à exploração madeireira intensiva e ao uso inadequado do solo, levou à erosão severa, à desertificação e à perda de produtividade em grandes porções do território, especialmente nas regiões norte e noroeste do país, como Xinjiang,

¹ Graduanda em Engenharia Florestal, pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. email: camilapraia23@gmail.com.

Gansu e Mongólia interior. A desertificação do Deserto de Gobi avançava cerca de 2.500 km² por ano, ameaçando cidades e áreas agrícolas. Diante dessa crise ecológica, o Estado chinês reconheceu que a degradação ambiental comprometia diretamente a segurança alimentar, o abastecimento hídrico e a estabilidade econômica nacional.

Em resposta, o governo central implementou uma série de políticas públicas de restauração, sendo a mais emblemática o programa de reflorestamento conhecido como “Grande Muralha Verde”. Esse projeto, iniciado em 1978, foi criado como um cinturão florestal de mais de 4.500 km de extensão, abrangendo 13 províncias e cerca de 400 milhões de hectares. Seu objetivo era conter a desertificação no norte do país, recuperar solos degradados e aumentar a capacidade de sequestro de carbono (Xinhua News, 2023). Quatro décadas depois, a cobertura florestal chinesa alcançou 23%, um crescimento expressivo que posiciona o país como referência mundial em reflorestamento em larga escala (FAO, 2022). Além dos ganhos ambientais, o programa gerou milhões de empregos em áreas rurais e consolidou a base para uma economia florestal sustentável, com o reflorestamento se tornando parte central da política de combate à pobreza e revitalização rural.

Figura 1 - Grande Muralha Verde



Fonte: RGS-IBG

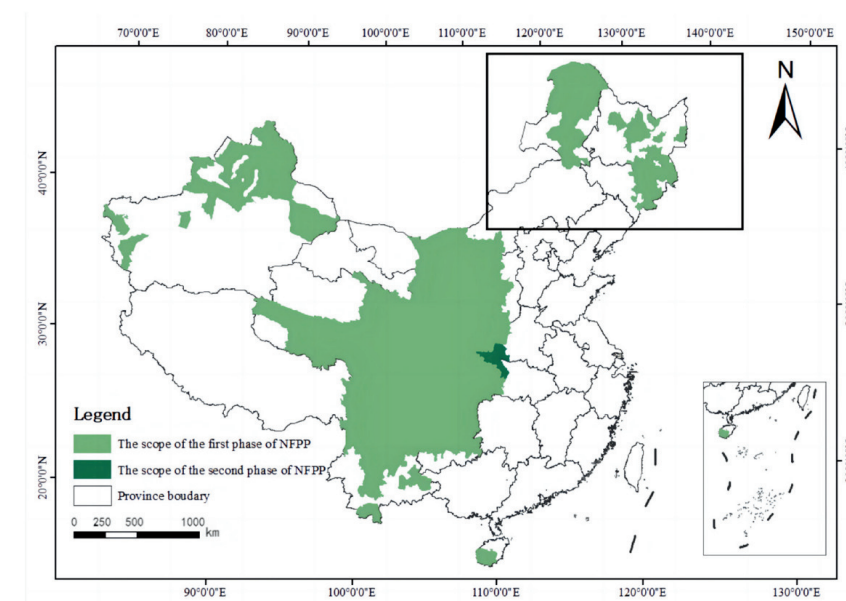
Entre as principais políticas complementares à Grande Muralha Verde, destacam-se o *Grain for Green Program* (GGP) e o *Natural Forest Protection Program* (NFPP), ambos fundamentais para a transição ecológica da China. O GGP, lançado em 1999, foi criado para converter terras agrícolas degradadas ou localizadas em encostas íngremes em florestas e pastagens. Seu objetivo central é reduzir a erosão e restaurar ecossistemas afetados pela expansão agrícola, especialmente nas regiões do Loess Plateau, sudoeste e noroeste do país (Food and Agriculture Organization of the United Nations-FAO, 2022). O programa é baseado em um

sistema de pagamento por serviços ambientais (PES): agricultores que voluntariamente substituem o cultivo de grãos pelo plantio de árvores recebem compensações financeiras, grãos e assistência técnica (CAO *et al.*, 2023).

Os resultados do GGP são visíveis, até 2020, o programa havia convertido cerca de 27 milhões de hectares de terras agrícolas em florestas ou pastagens, beneficiando aproximadamente 40 milhões de famílias rurais (Peng *et al.*, 2021). A iniciativa reduziu significativamente a erosão em bacias hidrográficas, melhorou a qualidade da água e contribuiu para o sequestro de carbono em larga escala. No entanto, estudos recentes indicam que o uso excessivo de espécies exóticas de rápido crescimento, como *Eucalyptus* e *Pinus*, pode comprometer a biodiversidade e aumentar o consumo hídrico em regiões semiáridas (Wu; Li; Zhou, 2020). Diante dessas críticas, o governo chinês passou a priorizar espécies nativas e projetos de reflorestamento ecológico múltiplos, buscando aumentar a resiliência dos novos fragmentos florestais e garantir benefícios ecológicos duradouros.

O NFPP, por sua vez, foi lançado em 1998, logo após as inundações devastadoras do Rio Yangtzé, que evidenciaram os riscos da exploração florestal descontrolada. Diferentemente do GGP, o NFPP não se concentra em reflorestar áreas degradadas, mas em proteger as florestas naturais remanescentes e proibir o corte de indivíduos arbóreos em zonas ecologicamente sensíveis (Ren *et al.*, 2015). O programa abrange províncias estratégicas como Sichuan, Yunnan e Heilongjiang, impondo restrições severas à exploração madeireira e incentivando o manejo florestal sustentável. Trabalhadores e comunidades afetadas pelas restrições de corte recebem compensações financeiras e capacitação profissional, promovendo uma transição justa para novas atividades econômicas (World Bank, 2018).

Figura 2 - Locais de implementação do projeto *Natural Forest Protection Program* (NFPP)



Fonte: CAO *et al.*, 2023

De acordo com estudos do IPCC (2022) e do Ministério de Ecologia e Meio Ambiente da China (2023), o NFPP reduziu em até 66% as taxas de desmatamento nas províncias participantes, estabilizando a cobertura florestal e criando corredores ecológicos. O programa também fortaleceu o monitoramento via sensoriamento remoto e impulsionou a criação de áreas protegidas e reservas florestais. No entanto, com a instituição do programa, expôs desafios a superar: em algumas regiões, observou-se o efeito de deslocamento (*leakage*), com aumento da exploração madeireira em áreas não cobertas pelo programa, além da dependência econômica de certas comunidades em relação aos subsídios governamentais (Zhang *et al.*, 2021). Mesmo assim, o NFPP é amplamente reconhecido como um dos maiores programas de conservação florestal do mundo e serviu de base para o avanço das metas climáticas chinesas.

Apesar das críticas, não se pode subestimar o impacto positivo das políticas chinesas de reflorestamento na mitigação da crise climática. Ao ampliar significativamente sua cobertura florestal, a China demonstra que é possível mobilizar recursos estatais para enfrentar problemas socioambientais de escala continental. Tal experiência pode inspirar outras nações do Sul Global, reforçando a cooperação internacional em prol da recuperação ecológica (Carvalho Filho; Rena, 2024).

Controle da poluição e gestão ambiental urbana

A industrialização acelerada e o crescimento urbano sem precedentes que caracterizaram o desenvolvimento chinês desde as reformas de 1978 provocaram um dos mais severos processos de degradação ambiental do mundo contemporâneo. Durante as décadas de 1990 e 2000, cidades como Pequim, Xangai, Tianjin e Shijiazhuang apresentavam níveis de poluição atmosférica tão altos que se tornaram símbolos globais da crise ecológica moderna. A principal fonte desse problema foi a queima maciça de carvão mineral para geração de energia e aquecimento doméstico, responsável por cerca de 70% das emissões nacionais de dióxido de enxofre (SO₂) e óxidos de nitrogênio (NO_x), além de ser o maior contribuinte para a formação de partículas finas (PM_{2.5}), que causam graves doenças respiratórias e cardiovasculares (Lima; Nascimento, 2021). Segundo a Organização Mundial da Saúde (2016), a poluição do ar na China chegou a causar mais de 1,2 milhão de mortes prematuras por ano, configurando-se como um dos principais problemas de saúde pública do país.

Diante desse quadro alarmante, o governo chinês lançou, em 2013, o *Air Pollution Prevention and Control Action Plan*, considerado o marco de uma nova fase das políticas ambientais. O plano estabeleceu metas rígidas de redução das concentrações de PM_{2.5} nas principais metrópoles, proibiu a instalação de novas termelétricas a carvão em zonas urbanas e determinou o fechamento de centenas de fábricas altamente poluentes. Entre 2013 e 2019, a concentração média de PM_{2.5} em Pequim caiu de 89,5 µg/m³ para 42,6 µg/m³, uma redução de mais de 50%, resultado de medidas como substituição do carvão por gás natural, modernização de processos industriais e incentivo ao uso de veículos elétricos (Conselho Empresarial

Brasil-China, 2021).

Paralelamente, foram criados sistemas nacionais de monitoramento da qualidade do ar em tempo real e um banco de dados público de emissões industriais, o que aumentou a transparência e o controle social das políticas ambientais. Em resposta, o governo chinês adotou medidas drásticas, incluindo o fechamento de fábricas altamente poluentes, a substituição de carvão por gás natural em residências e a criação de zonas de controle ambiental.

No entanto, os avanços ainda são insuficientes diante da dimensão do problema. Estima-se que a queima de carvão continue responsável por 70% das emissões de dióxido de enxofre (SO₂) e 67% das de óxidos de nitrogênio (NO_x) no país (Lima; Albuquerque; Nascimento, 2021). Além disso, as disparidades regionais dificultam a uniformização das políticas ambientais: enquanto cidades como Xangai destinam até 3% de seu PIB para investimentos ambientais, outras regiões menos desenvolvidas permanecem fortemente dependentes de indústrias poluentes.

A poluição hídrica também representa um desafio significativo. Mais de 60% dos lagos e rios da China apresentam algum grau de contaminação, especialmente por metais pesados e nutrientes agrícolas. Em resposta, o governo promulgou a Lei de Prevenção e Controle da Poluição da Água (2017), que estabeleceu limites mais rigorosos para descargas industriais e agrícolas, e implementou o Water Ten Plan, que visa recuperar a qualidade das principais bacias hidrográficas até 2035. As ações incluem a modernização de estações de tratamento de esgoto, a proibição de despejo de resíduos tóxicos em cursos d'água e o fortalecimento da governança intermunicipal sobre os recursos hídricos (Ministry of Ecology and Environment, 2023).

No setor de transportes, a China tem promovido uma completa modificação. Desde 2017, o país tornou-se o maior mercado mundial de veículos elétricos, com mais de 10 milhões de unidades em circulação até 2024 (International Energy Agency-IEA, 2024). Essa transformação está diretamente associada à política de mobilidade verde, que combina incentivos fiscais à compra de veículos de nova energia e investimentos maciços em infraestrutura de recarga. Além disso, a transição para ônibus elétricos em grandes cidades como Shenzhen e Guangzhou reduziu drasticamente as emissões urbanas, tornando essas cidades modelos internacionais de transporte sustentável.

Apesar desses avanços, os desafios persistem. O país ainda depende do carvão para aproximadamente 58% de sua matriz energética (International Energy Agency-IEA, 2023), e essa dependência cria tensões entre as metas ambientais e as exigências de segurança energética e crescimento econômico. As desigualdades regionais também limitam os resultados: enquanto as províncias costeiras, mais ricas, têm capacidade de investir em tecnologias limpas, regiões do interior ainda mantêm indústrias intensivas em carbono como base econômica. Além disso, a urbanização desordenada e o consumo crescente de recursos ameaçam reverter parte dos ganhos obtidos. Assim, embora o controle da poluição tenha avançado de forma significativa, ele permanece como uma das áreas mais complexas da transição ambiental chinesa.

Metas climáticas e neutralização do carbono

A China, maior emissora de dióxido de carbono (CO₂) do mundo, responde por cerca de 28% das emissões globais de gases de efeito estufa (Banco Mundial, 2023). Reconhecendo sua responsabilidade histórica e seu papel de liderança na transição energética global, o governo chinês anunciou, em 2020, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, duas metas fundamentais: atingir o pico de emissões de carbono até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono até 2060. Essas metas, conhecidas como a política do “duplo carbono”, constituem um marco histórico na governança climática internacional e reafirmam o compromisso da China com o Acordo de Paris (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas-IPCC, 2022).

Para alcançar esses objetivos, o país vem promovendo uma reconfiguração estrutural de sua matriz energética, substituindo gradualmente combustíveis fósseis por fontes renováveis e de baixa emissão. Nos últimos quinze anos, a China tornou-se líder mundial em capacidade instalada de energia solar e eólica, representando mais de 35% da capacidade global nessas fontes (International Energy Agency-IEA, 2024). Em 2023, o país ultrapassou a marca de 600 gigawatts de energia renovável, resultado de uma política industrial agressiva que incentiva pesquisa, desenvolvimento e exportação de tecnologias limpas. Além disso, o governo investe fortemente em hidrelétricas de grande escala, como a usina de Três Gargantas, e em energia nuclear, consolidando a utilização de diferentes fontes energéticas, mais diversificadas e resilientes.

Outro pilar fundamental da estratégia climática chinesa é o Sistema Nacional de Comércio de Carbono (National ETS), lançado em 2021. O ETS chinês é atualmente o maior mercado de carbono do mundo, abrangendo mais de 2.000 empresas do setor energético e cobrindo cerca de 4,5 bilhões de toneladas de emissões anuais. Através desse mecanismo de mercado, as empresas são incentivadas a reduzir emissões de forma eficiente, podendo negociar créditos de carbono conforme seu desempenho ambiental. Esses investimentos não apenas respondem às pressões ambientais, mas também reposicionam a China como protagonista na economia verde global (Conselho Empresarial Brasil—China, 2021).

A transição energética chinesa, entretanto, não se limita à substituição de fontes. Ela está intrinsecamente ligada à transformação econômica e social do país. A política de Nova Infraestrutura Verde promove investimentos em redes inteligentes, transporte sustentável, digitalização energética e cidades inteligentes. Ao mesmo tempo, programas como o *Belt and Road Initiative Green Development Plan* buscam exportar padrões ambientais mais rigorosos para os projetos de infraestrutura no exterior, projetando o *soft power* chinês como líder da transição verde global (United Nations Environment Programme-UNEP, 2022).

Apesar do otimismo, os desafios permanecem significativos, considerando que a demanda energética da China continua crescendo cerca de 2,5% ao ano, impulsionada pela urbanização e pelo consumo doméstico. O país ainda constrói termelétricas a carvão para garantir segurança

energética em períodos de alta demanda, o que compromete temporariamente as metas de descarbonização (Zhang *et al.*, 2021). Além disso, a transição energética exige requalificação de milhões de trabalhadores de setores tradicionais, como mineração e siderurgia, além de investimentos em infraestrutura de armazenamento e transmissão de energia limpa. A complexidade do processo exige uma transição justa, capaz de equilibrar os interesses ambientais, sociais e econômicos de longo prazo.

Nesse contexto, as metas climáticas da China representam um projeto civilizacional em escala nacional e global, pois elas redefinem a noção de desenvolvimento sustentável ao mostrar que o crescimento econômico pode coexistir com a redução de emissões, desde que sustentado por inovação, planejamento e compromisso político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da China na construção de um modelo de desenvolvimento verde ilustra a complexidade e a ambição de um país que busca conciliar crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ecológica. O conceito de Ecocivilização não é apenas um ideal político, mas uma diretriz estratégica que orienta políticas públicas, investimentos e relações internacionais. As ações de reflorestamento em larga escala, por meio da Grande Muralha Verde, do *Grain for Green Program* e do *Natural Forest Protection Program*, demonstram o potencial da governança estatal em mobilizar recursos para restaurar ecossistemas degradados e reduzir a pobreza rural. Apesar das críticas relativas à homogeneidade ecológica das plantações, esses programas representam um marco na história da restauração ambiental global e contribuíram para estabilizar o balanço ecológico em regiões historicamente afetadas pela desertificação.

As políticas de controle da poluição evidenciam um esforço consistente para equilibrar industrialização e qualidade ambiental. A expressiva redução das concentrações de PM_{2,5} nas grandes cidades, o fortalecimento do monitoramento ambiental e a expansão do transporte elétrico demonstram que é possível aliar regulação estatal e inovação tecnológica. Contudo, a dependência do carvão e as desigualdades regionais ainda limitam o alcance de uma transformação ecológica plena.

No campo climático, a estratégia chinesa de neutralidade de carbono até 2060 e a consolidação de um sistema nacional de comércio de emissões colocam o país na vanguarda da transição energética global. Essa combinação de políticas setoriais e climáticas não apenas redefine o papel da China no cenário internacional, mas também estabelece um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, no qual o Estado desempenha um papel central na coordenação de políticas ecológicas e tecnológicas.

Apesar dos desafios estruturais, a experiência chinesa oferece lições valiosas para o Sul Global. Ela mostra que políticas ambientais eficazes dependem de planejamento de longo prazo, capacidade institucional e integração entre ciência e política pública. Ao articular

reflorestamento, controle da poluição e metas climáticas, a China constrói um modelo híbrido que une tradição cultural, inovação tecnológica e compromisso internacional, contribuindo para o avanço da governança ambiental global.

Assim, compreender os desafios e estratégias da China frente à crise ambiental contemporânea é compreender um novo capítulo da relação entre humanidade e natureza, um capítulo em que o desenvolvimento econômico passa a ser medido não apenas pelo crescimento do PIB, mas pela capacidade de regenerar ecossistemas e garantir um futuro sustentável para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators**. Washington, DC, 2023.

CAO, Bo; ZHU, Hongge; CHEN, Zhenhuan; SONG, Zhijie; HUANG, Xianqiao; YU, Bo. Evaluating Household Welfare in Participation of China's Natural Forest Protection Program: A Dual Perspective of Income Welfare and Material Welfare. *Forests*, [S.l.], v. 14, n. 6, p. 1140, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/f14061140>.

CARVALHO FILHO, Luciano Goulart de; RENA, Natacha Silva Araújo. Tecnodiversidade e Ecocivilização: reflorestamentos na China e Brasil. *Scientific Journal ANAP*, [S. l.], v. 3, n. 12, 2025.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA (CEBC). **Carta Brasil-China, edição 29**: Os novos rumos da sustentabilidade na China. Rio de Janeiro: CEBC, 2021.

Food and Agriculture Organization of the United Nations-FAO. **Global Forest Resources Assessment and Remote Sensing Survey**. Roma, 2022.

IEA. **China Energy Outlook 2024**. International Energy Agency, Paris, 2024.

IPCC. **Sixth Assessment Report: Climate Change 2022**. Intergovernmental Panel on Climate Change, 2022.

LIMA, Marcos Costa; ALBUQUERQUE, Tatiane Souza de; NASCIMENTO, Andreza Melo do. Meio ambiente na China: impasses, avanços e desafios. *Revista REALIS*, v. 11, n. 2, p. 69-90, 2021.

UNEP. **China's Progress Towards Sustainable Development Goals**. United Nations Environment Programme, 2022.

WHO - World Health Organization. **Ambient Air Pollution: a global assessment of exposure and burden of disease**. World Health Organization, 2016.

WU, F.; LI, H.; ZHOU, J. Biodiversity and Forest Restoration in Northern China. *Ecological Indicators*, v. 115, 2020.

XINHUA NEWS. **China's forest coverage reaches 23.04% in 2023**. Beijing, 2023.

ZHANG, Lei *et al.* Environmental Restoration and Climate Governance in China. *Environmental Science & Policy*, v. 126, p. 33-48, 2021.

A inserção da China no setor de Elementos de Terras Raras em meio ao contexto de corrosão da Ordem Liberal Internacional

Josué Kuhn Völz¹

INTRODUÇÃO

Os Elementos de Terras Raras (ETR) são um conjunto de 17 elementos químicos que assumem crescente protagonismo, tanto nas inovações tecnológicas, quanto nas disputas geoestratégicas. Estes são utilizados para uma ampla gama de produtos militares e civis de alta tecnologia — em que se realça a contribuição para uma matriz energética que supere a dependência dos hidrocarbonetos (Calderón; Palacio, 2020; Fuser, 2023). Nesse sentido, o monopólio virtual de produção e/ou refino de ETR posiciona a China em condição de barganhar o acesso a tais recursos, perante embates com Grandes Potências e seus aliados (Howanietz, 2018; Hutchinson, 2023; Kalantkazos, 2018). Em paralelo, o cenário de decadência da Ordem Internacional Liberal (OIL) está condicionado à transformação da forma pela qual os Estados disputam sua projeção internacional (Christensen, 2023). Assim, o seguinte artigo buscará utilizar as contribuições da Teoria Crítica (Cox, 1969; 1981; 1993; 2013; Schechter, 1999, 2002; Linklater, 1990) para tratar das arenas materiais, institucionais e ideológicas nas quais os atores do setor de ETR se relacionam.

Argumenta-se que em meio à transformação da ordem mencionada, a China vem utilizando de suas capacidades no intuito de ocupar uma posição de maior relevância no Sistema Internacional (SI). Em específico, o texto analisa a atuação da China na crise de ETR que se agudizou nos anos de 2010 e 2011. Levando em consideração as premissas até então apresentadas,

¹ Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Pesquisador membro do projeto de pesquisa "Geopolítica e território: campos hegemônicos e contra-hegemônicos (ICHPO-UFU)". Participante do GECHINA, como diretor acadêmico. Email: josue.volz@aluno.unb.br.

a presente pesquisa procura responder: de que maneira a fragilização da Ordem Internacional Liberal impacta a inserção chinesa no setor dos Elementos de Terras Raras?

Para tal, objetiva-se indicar a trajetória da China no ramo dos ETR, traçando a constituição de todo um arcabouço institucional doméstico, em conjunto de episódios-chave para a consolidação de seu papel na cadeia global de valor (CGV) que perpassa tais minerais (Liu *et al.*, 2023; Shen *et al.*, 2020). Ao longo do texto, também será trabalhada a ascensão da China no comércio globalizado, em um momento de multiplicação das relações econômicas transfronteiriças (de Graaf; van Apeldoorn, 2020). O que, todavia, se altera com o acirramento das disputas entre as Grandes Potências (Ripsman, 2021). É em um contexto de desglobalização, mas manutenção de importante interdependência entre os Estados, em que tais atores buscam se utilizar de posições privilegiadas em redes comerciais e informacionais para fazer valer os próprios interesses (Cha, 2023; Wigell, 2016). Argumenta-se que, tanto a participação atual da China nesta cadeia, quanto a trajetória que a trouxe aqui são frutos de iniciativas internas, combinadas às dinâmicas de cooperação e competição com demais atores externos — sendo a utilização dos ETR sintomática das tendências vigentes. Por fim, o texto fecha tratando das perspectivas futuras para o exercício de hegemonia nas dinâmicas interestatais.

Para tal empreendimento, recorre-se à ampla revisão de literatura (Pinto, 2023) atenta à posicionalidade das fontes (Thies, 2002) e do próprio pesquisador (Jamieson *et al.*, 2022). O que se contempla tanto na constituição de um arcabouço teórico-conceitual capaz de analisar o objeto de estudo, quanto na recorrência às fontes secundárias (Thies, 2002) acerca do episódio em questão. Composto, portanto, uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso (Pinto, 2023; Ruffa, 2020).

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA CRÍTICA E DIÁLOGOS COM A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

Dentre as distintas correntes que compõem as teorias de Relações Internacionais, Robert W. Cox ficou marcado na emblemática constatação de que toda teoria é produzida por alguém e com algum propósito (Cox, 1981, p.128). Em contraposição às *problem-solving theories*, que se posicionam em um contínuo presente, imutável, o artigo *Social forces, states and world orders: beyond international relations theory* (Cox, 1981, p. 129) é seminal para demarcar o nexo contextual na discussão de Relações Internacionais.

Para Michael Schechter (2002) a contribuição de Cox é digna de reconhecimento, identificando-o como fundador da Economia Política Internacional (EPI) moderna, além de inaugurador da aplicação da Teoria Crítica (TC) na disciplina de Relações Internacionais. Também Susan Strange (1988) reconhece o impacto transformador de Cox nas discussões da política internacional, apontando que sua leitura tende a transformar a abordagem de qualquer pesquisador.

Outro importante autor da lente em questão é Linklater (1990), este incorporou a agência normativa do marxismo, clamando superar seu determinismo econômico. Nesse sentido, a TC surge no intuito de realçar o papel das ideias na sustentação da ordem internacional, se debruçando sobre a arena ideológica (Linklater, 1990, p. 31). Este autor também se situou crítico à corrente realista, em sua abordagem estritamente instrumental e a falta de zelo com contingências históricas da soberania estatal.

Para Cox (1981, p. 129) a TC se constitui como teoria histórica, no sentido de estar preocupada no constante processo de mudança do mundo, visando se adaptar para responder adequadamente a novos desafios. Tal abordagem considera a totalidade em que uma parte está inserida, tentando entender o relacionamento entre esta, as demais partes, bem como a própria estrutura histórica. Em geral, a emergência da teoria buscou superar o impasse latente na época — entre as vertentes realista e liberal.

É costumeiro enquadrar a TC como uma teoria Neo-gramsciana, com enfoque na relação agente-estrutura. Para a corrente teórica em questão, a maior contribuição de Gramsci está na elaboração do conceito de Hegemonia, segundo o qual tanto a classe dominadora quanto a dominada participam da construção da realidade através de suas disputas e colaborações, no campo material e no ideológico (Schechter, 2002). Como será visto, Cox se baseia em grande parte nesta interpretação do materialismo histórico (Silva, 2005).

Em *Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method* (1993), Cox realça o aspecto consensual da hegemonia. Distintamente da dominação por coerção, a liderança hegemônica define o comportamento dos Estados e das classes sociais através de instrumentos políticos, produtivos e sociais. De forma que todos os participantes desta ordem compreendem que a mesma é compatível com seus interesses e aceitam a ideologia e as instituições alinhadas com tal estrutura (Cox, 1981, p. 153; 1993, p. 52).

Silva (2005, p. 265- 266) pontua que Cox (1981) analisa a ordem mundial a partir de três pontos. As capacidades materiais são os aspectos tecnológico e organizacionais utilizados no planejamento e reprodução material da sociedade. Já a ideologia é composta por significados intersubjetivos e imagens coletivas da ordem social. Por fim, as instituições são ao mesmo tempo *locus* de perpetuação das relações de poder e de sua contestação, transformação.

Em especial, o trabalho profissional de Cox na Organização Internacional do Trabalho (OIT) entre 1947 e 1972, foi central para a elaboração da sua perspectiva sobre o funcionamento do SI. Segundo o próprio Cox (2013) a perspectiva normativa incorporada em seus escritos advém desta experiência. Incorporou assim, a importância das negociações no seio das Organizações Internacionais (OIs) e como elas impactam na ordem mundial — com especial atenção para o papel de legitimação da OLI (Cox, 1996). O autor advoga que as OIs são cruciais para sustentar a estrutura histórica, tanto ao estabelecer determinada ordem mundial quanto ao administrar os conflitos entre Estados e forças sociais (Cox, 1981, p. 137).

Nesse meio, o Estado hegemônico é responsável por criar regras internacionais e moldar o comportamento dos demais através de OIs (Cox, 1993). Mas a TC busca ir além: questionar a origem das instituições e as raízes das relações sociais e de poder, vislumbrando, portanto, como estas esferas podem ser transformadas. Dessa maneira, as OIs são vistas como locais de mudança, através de disputas em torno de questões como legitimidade e consenso (Cox, 1981, p. 129). No entanto, é importante frisar as limitações das OIs, visto que desde o livro *International Organisation: World Politics* (1969) Cox já realçava a dificuldade de resolução de problemas internacionais em tais instâncias.

Ao fazer um balanço sobre o impacto da obra coxiana, Schechter (2002) indica não só a recepção positiva do autor, mas também as críticas que este acumulou ao longo do tempo. Seguindo um viés positivista, a lacuna da TC estaria na ausência de leis universais e pesquisas replicáveis (Schechter, 2002). Enquanto que Glassman (1999 *apud* Schechter, 2002), atenta para o papel secundário dado por Cox ao poder militar, como mero acessório da economia política. Já as críticas de Waltz (1986) a Cox se concentram na falta de enfoque nas distribuições de capacidade dos Estados, em privilégio ao estudo das transformações produtivas e do impacto das forças sociais.

De fato, é possível perceber em Cox (1996) como as relações de produção são basilares para a mudança das Relações Internacionais. Nessa toada, o presente texto visa aliar as contribuições de diferentes matizes, inspirado na provocação de Schechter (1999) sobre o potencial da combinação de abordagens resolutivas com a TC. Mas também se considera a afirmação de Cox (1981, p. 129), segundo o qual, pela sua própria natureza transformadora, uma TC deve estar em constante ajuste em relação ao objeto de estudo.

Portanto, para analisar este caso, lança-se mão da área de estudos denominada de geoeconomia, de modo a abordar a lógica do conflito a partir da projeção de poder econômico dos Estados — na competição por recursos críticos e posições privilegiadas (Wigell, 2016). Estas dinâmicas, como veremos, se dão no caldo de contestação da OLI, por parte tanto de atores revisionistas, bem como por facções da potência hegemônica e de seus aliados. E aqui se faz importante realçar a capacidade das “geopolíticas da conexão” em identificar a semi-ordem internacional contemporânea, condizente com a condição de *interregnum* na hegemonia (Godehart, Poste-Vinay, 2020, p. 37).

O texto também visa sanar outra lacuna, do escantemaneto das relações de poder nas discussões econômicas. Segundo Thomas Fetzer (2025, p.99), a ausência de estudos sobre guerra, paz e segurança no campo da EPI, faz parte de uma dinâmica de ‘sanitização’ que dificulta a análise da natureza mutante da ordem econômica contemporânea.

O CONTEXTO DA FRAGILIZAÇÃO DA ORDEM LIBERAL INTERNACIONAL

Conforme a abordagem coxiana, são três níveis de estrutura histórica. Para além das

formas de Estado e forças sociais, o presente trabalho busca se debruçar sobre a ordem mundial. Ou seja, a forma pela qual os Estados interagem entre si — determinada historicamente pela relação entre os níveis citados (Silva, 2005, p. 267-298).

A OLI é conceptualizada como uma economia global capitalista guiada pelo *rule of law* e que comporta distintas democracias liberais. Sendo central o poderio militar estadunidense e as instituições internacionais que o mesmo moldou e promoveu (de Graaff; van Apeldoorn, 2018, p. 192). Segundo uma ampla gama de teóricos, o crescimento da interdependência econômica junto da OLI pacificaria o SI. A percepção de que a globalização direcionaria a uma comunidade humana mais justa, porém, ignorou assimetrias de poder e conflitos materiais do SI (Spegele, 1997, p. 224).

Ripsman (2021) defende que a adesão à OLI esteve sim, condicionada aos incentivos que a mesma gerava, mas foi algo circunstancial. Ali, Estados emergentes adaptaram suas políticas e sociedades visando capitalizar através da abertura de mercado. Também é crucial pensar no papel das OIs no estabelecimento da ordem e administração de conflitos, criando regras e disciplinando comportamentos (Cox, 1981; 1993). Nesse caso, é emblemática a entrada da China na OMC (Organização Mundial de Comércio) e a liberalização das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Também a Rússia, em suas ambiciosas privatizações, ou na auto-contenção estratégica perante a expansão oriental da Organização do Atlântico Norte (OTAN).

Analisando esta conjuntura, deve-se tomar a globalização como um eficiente movimento de agentes do Estado em vias de reestruturar as relações entre trabalho e capital, frente às crises da sociedade capitalista (Burnham, 2001). No entanto, a noção de hegemonia prevê que o equilíbrio entre coerção e consentimento se dá através do pacto social trabalho-capital (Cox, 1981, p. 57). Quando tal dinâmica se fragiliza, presenciaram-se os levantes sociais.

Ou seja, a contestação à globalização foi semeada pelo seu principal efeito colateral: a desigualdade econômica. Seja inter ou intra estatal, o descontentamento na distribuição de ganhos ficou latente em casos como a confluência de movimentos sociais protestando contra a conferências da OMC e encontros do Fórum Econômico Mundial, do G8 e do G20. Sendo notório o atabalhoadado levante das classes sociais afetadas por programas de austeridade e/ou pela desindustrialização do primeiro-mundo (Ripsman, 2021). A própria batalha de Seattle, é indicação do espaço para manobra de contestação de organizações da sociedade civil frente às instituições (Shaw *et al.*, 2000). Demarcando, portanto, a agência de movimentos sociais como blocos hegemônicos alternativos (Berstein, 2000).

Portanto, as raízes da crise da OLI estão nos limites dos seus próprios princípios operadores, já que a interação de diferentes dimensões de desafios vêm preparando o terreno para a emergência de uma nova ordem (Babic, 2020). Por outro lado, a mudança recente de postura por parte das Grandes Potências se deu a partir de objeções à política externa

aventureira dos Estados Unidos da América (EUA) e o declínio da disposição do *hegemon* em arcar com os custos da manutenção do sistema (Ripsman, 2021).

A indisposição de China e Rússia para com a hegemonia fora deflagrada por uma série de eventos, que, à sua maneira, as fez reavaliar a própria participação e as suas opções na ordem liberal. Ripsman (2021) cita a discordância de ambos perante o bombardeio da Sérvia em 1999 e a invasão do Iraque em 2003, perpetradas pelos EUA, a despeito das oposições da Organização das Nações Unidas e da OTAN. Por outro lado, os ataques do 11 de setembro de 2001 e a incapacidade de reordenar Afeganistão e Iraque, somado à crise financeira de 2008, colocaram em cheque a onipotência da unipolaridade.

Enfim, as retiradas militares vergonhosas, a priorização de questões internas em lugar de resolução de crises mundiais, a opção do protecionismo econômico ao invés de promoção do livre mercado, todos sublinham o recuo do papel ativo do *hegemon* global (Ripsman, 2021). Marcadamente, a contestação das instituições e acordos, além da postura econômica não-liberal no coração da OLI é carimbada pela chegada do slogan “America First” na Casa Branca (de Graaff; van Apeldoorn, 2018, p. 129).

Em contraponto, países revisionistas se veem encorajados a desafiar a ordem securitária, seja na assertividade chinesa para no Mar Meridional, seja nas “operações especiais” promovidas pela Rússia. Desde o momento em que se depararam com uma hegemonia sem restrições institucionais, as Grandes Potências empenharam uma trajetória que se dirige ao *hard-balancing* (Ripsman, 2021).

Todavia, não se pode olvidar o terreno político-econômico em que a competição interestatal se manifesta. Com a globalização reticular do comércio, do transporte e das comunicações, a interdependência de Estados que anteriormente eram mais autônomos cria formas distintas de exercer o poder estatal. Questões no âmbito da segurança são complexificadas (Hutchinson, 2023). O fluxo financeiro, de bens e de informações gera novos riscos, mas também novas ferramentas para explorar tais riscos (Farrell; Newman, 2019).

Contraditoriamente, toda a trajetória recente da economia internacional contribuiu para a intensificação de trocas transnacionais e o estabelecimento de redes físicas e virtuais. Sendo que o alto engajamento a tal interdependência possibilita agora a manipulação das mesmas ao bel prazer de alguns atores-chave. Ou seja, é em um contexto de fragilização da ordem, mas continuidade de importante interdependência econômica entre os Estados, em que tais atores buscam se utilizar de posições privilegiadas em redes comerciais e informacionais para fazer valer os próprios interesses (Cha, 2023; Wigell, 2016). Assim, há uma realidade ímpar, que transforma a forma pela qual os Estados disputam sua projeção internacional, sendo fulcral o acirramento das disputas entre as Grandes Potências (Christensen, 2023).

A IMPORTÂNCIA DOS ELEMENTOS DE TERRA RARAS PARA A CHINA

Os ETR correspondem aos elementos químicos Escândio (Sc), Ítrio (Y) e a série de 15 Lantanídeos que possuem propriedades físico-químicas semelhantes, tendendo a ser encontrados nos mesmos minérios (Liu *et al.*, 2023). Na atualidade, há uma crescente constatação da importância crítica das Terras Raras, visto que baseiam desde a produção de eletrônicos destinados a consumidores individuais, passa pela elaboração de matrizes possibilitadoras de transição energética, e culmina na constituição de sofisticados sistemas bélicos (Calderón; Palacio, 2020).

A China está estrategicamente posicionada em todas as etapas de manipulação dos ETR cerca de 40% das reservas, 70% da produção, 85% do processamento (USGS, 2023), e sendo a maior consumidora, com cerca de 150.000 toneladas em 2020 (Liu *et al.*, 2023). O que, por sua vez, a confere o papel de *hub* nas mais distintas redes de comércio aqui mencionadas. Nesse sentido, o monopólio virtual de produção e/ou refino de ETR posiciona a China em condição de barganhar o acesso de recursos imprescindíveis, perante embates com Grandes Potências e seus aliados (Howanietz, 2018; Kalantzakos, 2018). Ou seja, se configura uma importante rede, passível de ser manipulada por seu eixo.

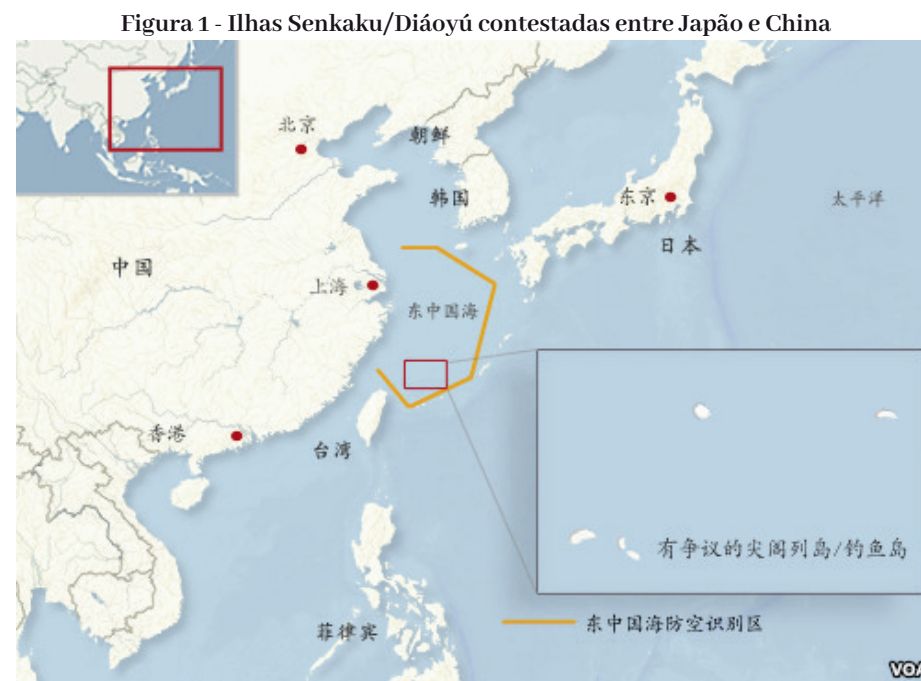
Entretanto, a própria possibilidade de ocorrência de um movimento deste gênero na geoeconomia contemporânea reflete uma mudança estrutural na forma como o poder é exercido em meio à OLI. Ao longo do texto, é apresentado como se dá a ascensão da China no comércio globalizado, em um momento de multiplicação das relações econômicas transfronteiriças (de Graaff; van Apeldoorn, 2018). Tendo em vista a própria constituição de uma interdependência global, a China se consolidou no mercado internacional como referência no fornecimento barato e estável de tais minerais e/ou derivados. Uma posição que se tornou vital ao longo das últimas décadas, não apenas como líder em reservas, mas especialmente no refino e processamento, tornando-se essencial para essa CGV. Além disso, a própria descoberta de novas aplicações alça a China ao posto de vanguarda tecnológica em diversas frentes, notoriamente na transição energética para energia limpa.

Graças ao enfoque dos esforços governamentais, desde a década de 1990 a China vêm se consolidando como principal ator na extração e refino dos ETR, momento em que ultrapassa os EUA. A postura chinesa, foi assinalada desde o primeiro-ministro Deng Xiaoping, em 1992, quando visitou o maior depósito do mundo em Bayan Obo e proclamou: “existe petróleo no Oriente Médio e existem Terras Raras na China” (Castro *et al.*, 2022, p.16).

Tal trajetória irá chegar em um controle de 98% do mercado mundial de terras raras por parte da China em 2009 (USGS, 2023), com amplos resultados no investimento em pesquisa para utilidade tecnológica dos recursos na indústria (Shen *et al.*, 2020). Neste cenário, o ano de 2009 foi um prelúdio para as tensões que se desenrolariam posteriormente. EUA, União Europeia e México levaram à OMC questões sobre o contingenciamento da exportação de ETRs.

Já no dia 08 de Setembro de 2010 o choque entre uma embarcação chinesa de pesca com

uma patrulha da guarda costeira japonesa acarretou no aprisionamento do capitão do barco daquele. Tal episódio foi especialmente delicado pois o incidente ocorreu nas proximidades de ilhas contestadas (figura 1), chamadas de Diàoyú (钓鱼岛) pela China e Senkaku (尖閣諸島) pelo Japão (Santos-Fuser, 2023).



Apesar de a China já vir diminuindo as cotas de importação do produto no intuito de organizar legalmente o mercado, o episódio que circunda as ilhas contestadas Senkaku-Diaoyu ficou marcado pela percepção de que o país estaria utilizando do congelamento momentâneo das exportações destes ativos para o Japão (Calderón; Palacio, 2020).

Em resposta, EUA, Japão e demais aliados abriram disputa no âmbito da OMC alegando falta de uniformidade, imparcialidade, razoabilidade e transparência (OMC, 2012). A OMC se mostrou desfavorável às restrições de exportação impostas pelo governo chinês e, de fato, a China aboliu suas cotas em 2015. No entanto, houve um redirecionamento do enfoque das políticas, para a dinâmica interna. O movimento desemboca na integração de empresas pequenas em seis conglomerados estatais chineses para terras raras — como parte de uma política nacional que visava evitar mineração ilegal, aumentar eficiência e fortalecer o poder de mercado no setor global (Calderón; Palacio, 2020). Máthé (2025) levanta que após diversas fusões e incorporações, desde 2024 são duas empresas que dominam o setor: China Northern Rare Earth (北方稀土) e China Rare Earth Group Co., Ltd. (中国稀土集团).

Graças à extrema dependência de Terras Raras para elaborar produtos de alta-tecnologia, o Japão se viu pessoalmente afetado pelo episódio mencionado. No ano de 2015 o mesmo ainda buscava na China 80% dos ETR consumidos. Desde então, EUA, Japão, Europa e Austrália vem

buscando diversificar minas e melhorar a capacidade de processamento (Calderón; Palacio, 2020). O que não tem sido suficiente, tendo em vista os profundos impactos dos novos banimentos à exportação de ETR nos anos 2023 e 2025 (Gan, 2025).

Devido à própria natureza de estabilidade e escala das redes estabelecidas, é extremamente improvável que os demais Estados, que se veem ameaçados pelo monopólio chinês, sejam capazes de construir cadeias paralelas, de forma rápida, eficaz e de baixo custo para manutenção. Estima-se ao menos uma década para que parte dos empreendimentos que vêm sendo iniciados no ramo deem algum fruto, a depender da obtenção de licenças de operação, bem como, das viabilidades técnicas e econômicas (Santos-Fuser, 2023).

A INSTRUMENTALIZAÇÃO DOS ETR EM MEIO À CORROSÃO DA OLI

Em um longínquo 2013, a visão institucionalista de Michael Cox advogava pela ideia que na verdade a OLI não estaria em decadência. Empiricamente, se firmava na persistência da democracia, do funcionamento do capitalismo, na permanência da globalização e na eleição de um democrata nos EUA. Mas para ele era claro o interesse de potentes Estados ocidentais em manter a ordem, sendo mais uma questão de “se” iriam conseguir. O que era respondido pelo diagnóstico de que os EUA não estavam em fase terminal e que o eixo atlântico permanecia como centro do globo, somando em descrença para com um domínio chinês.

O autor retoma os inúmeros desafios enfrentados pela OLI — que vem desde a Primeira Guerra Mundial, passa pela Grande Depressão e a crise pós-guerra, além do desafio comunista — o que evidenciaria sua crescente atratividade, até mesmo aos que já foram seus contestadores. Ainda que haja possibilidade de desafiar o consenso liberal no futuro, Michael Cox (2013) previu que este ainda terá umas boas décadas de sobrevida.

No entanto, já no século passado Robert Cox (1996, p. 502) advertia que a contradição entre globalização financeira e a demanda por governança inclusiva seria a raiz da crise do multilateralismo. Somado a isso, as ideias e instituições não possuem capacidade de moldar o mundo sozinhas (Spegele, 1997). Isso se dá, em parte, porque as OIs dependem de um poder coercitivo internacional que garanta sua efetividade (Murphy, 2014). E como pode ser realçado pelo caso abordado, as ações empreendidas em meio a OMC foram insuficientes para reafirmar o modelo liberal de economia e perpetuar os interesses da hegemonia estadunidense.

O embate geoeconômico de 2010, envolvendo China e Japão, ilustra com clareza como elos comerciais podem ser mobilizados como ferramentas de pressão interestatal. Em momentos de tensão, o controle sobre nós logísticos e produtivos críticos — como ocorre no setor dos ETR — transforma-se em trunfo, sobretudo em uma era em que a interdependência passou de fator pacificador para ativo a ser instrumentalizado (Farrell; Newman, 2019). Para Hutchinson (2023), o protecionismo doméstico da China na cadeia de ETRs sabota a OLI baseada no livre mercado e impacta sua resiliência.

Em um cenário de deterioração da cooperação entre Grandes Potências (Ripsman, 2021), também se sobressai a tentativa de Washington em isolar, conter e subordinar seu adversário da vez (de Graaff; Van Apeldoorn, 2018). Contudo, ameaças coercitivas precisam ser credíveis para que se tornem efetivas, seja na certeza de punição, seja na segurança de que não haverá retaliação injusta. Ou seja, elas precisam ser condicionais. Do contrário, Pequim terá cada vez menos incentivos para considerar a validade da diplomacia coercitiva advinda de Washington (Christensen, 2023).

Entretanto, o que se testemunha recentemente é a transformação da política econômica em um final em si mesmo, usando-a indiscriminadamente entre aliados e inimigos — algo recente na história do país, e que vem afetando o poder e o status dos EUA (Lew, 2020). O que Daniel Drezner (2019) diagnostica é uma política externa contraprodutiva, que escancara o auto-interesse, mas se mostra incapaz de manter a ordem hegemônica.

A saída de tratados, a guerra comercial com a China e a sabotagem do processo de apelações na OMC indicam uma nova postura por parte dos EUA. Esvai-se a confiança tanto da interdependência quanto da globalização, mas também na própria OLI que haviam até então promovido. Nesse sentido, a tendência vigente se afirma na direção de maior protecionismo e enfoque nas esferas de influência de grandes potências (Ikenberry, 2018).

Frente ao declínio hegemônico, Robert Cox (2013) especula um cenário otimista em que os EUA aceitam a relativização de seu poder, e se engajam em um mundo plural, constituído pela agência de diversas potências capazes de negociar seus interesses — algo de acordo com a busca de interesses comuns e que possibilita a manutenção da vida na terra. Em que a civilização chinesa poderia contribuir com as perspectivas de mudança advindas do seu pensamento. Ou do contrário, a indisposição dos EUA em abandonar sua proeminência militar poderia levar a um embate catastrófico com as demais potências, que o autor julga como prognóstico mais provável.

Por outro lado, vemos que a centralidade chinesa no setor dos ETR — inclusive com as recentes fusões estatais que formaram dois mega conglomerados — confere ao país um poder extraterritorial, capaz de dobrar cadeias industriais críticas do Ocidente. Mais uma camada no embate tarifário entre EUA e China, que para Naná de Graaff e Bastiaan Van Apeldoorn (2018) é apenas o plano de fundo para a disputa na vanguarda tecnológica. Ao que podemos recorrer a Babic (2020), segundo o qual crises sociais geralmente possuem origem na camada mais profunda da antiga ordem, crescendo até que seja possível ver uma transformação estrutural. Ou seja, o atual antagonismo das Grandes Potências pode ser nada além de um sintoma da multipolaridade emergente (Ripsman, 2021).

Por um lado, Victor Cha (2023) entende que a trajetória chinesa é marcada por políticas industriais agressivas e por um alinhamento seletivo com os princípios da OLI, criando condições para que Pequim pudesse transformar sua vantagem material em instrumento de barganha geopolítica. Frente a esta constatação, o autor conclama uma resiliência coletiva por parte do

ocidente, que utilize ameaças de coerção contra a China de forma clara e pontual. Segundo ele, o objetivo não seria atingir o comportamento econômico chinês, mas sim negociar e resolver eventuais disputas em órgãos competentes, como a OMC.

Em desacordo, para Naná de Graaff e Bastiaan van Apeldoorn (2018) a postura chinesa não representa necessariamente um rompimento absoluto com a OLI, mas sim a construção de uma posição híbrida, que oscila entre cooperação seletiva e contestação sistêmica. Inclusive, a China se projeta crescentemente como uma campeã da globalização liberal, em que uma economia guiada pela inovação possibilitaria a implementação do sonho de vida chinês (Xi, 2014 *apud* de Graaff; Van Apeldoorn, 2018) Ou seja, a China, em seu ressurgimento como potência, não imprime necessariamente uma postura iliberal, mas coordenação com certos atores, instituições e regras, ao mesmo tempo em que estes são contestados. Uma postura distinta para cada área de atuação é o que marca sua construção de um caminho alternativo para a liderança global (de Graaff; Van Apeldoorn, 2018).

Segundo Tang (2018), existem três percepções dominantes sobre o papel da China na ordem mundial: a) como Estado revolucionário, investido na tentativa de combater as injustiças do mundo; b) como líder reformista, visando maior inclusão na ordem mundial; e c) também como participante de um movimento de reforma, mas aliado a demais países. A partir da construção discursiva da China, uma nova ordem mundial seguiria a tendência de suas elites, de pensar em longo prazo e ser uma força estabilizadora do desenvolvimento global. Para Martin Jacques (2012) tais preceitos advém tanto da teoria da interdependência quanto da cultura tradicional chinesa.

Ao contrário da imposição de valores ocidentais, promovidos pelas OLI, a postura da China seria de pleno respeito à soberania e promoção de maior democracia, ainda que não liberal. Como argumento, remete-se à histórica ausência de invasões ou de busca por hegemonia (Xi, 2021). Fora a dubiedade destas informações, o que se nota é a reafirmação de um excepcionalismo chinês, semelhante ao feito pelos EUA no processo de consolidação da OLI (Morris, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recapitulando, este trabalho buscou abordar de que maneira a fragilização da OLI se relaciona com a atual inserção chinesa no setor dos ETR. Para tal, foi necessário tecer um plano de fundo, do cenário internacional, marcado pela erosão das normas e instituições multilaterais — sintomas do enfraquecimento da ordem vigente. O que deu base para entender como a China encontra no presente momento um ambiente propício para a instrumentalização do setor-chave estudado.

Nesse sentido, argumentou-se que há uma estreita ligação entre as disputas geoeconômicas e o enfraquecimento do ideário Liberal. Não só por parte de Estados revisionistas,

mas principalmente pela postura inconsequente do *hegemon* no plano internacional. É notado um movimento que se retroalimenta, quanto menos poder relativo os EUA expressam, menor sua capacidade de instrumentalizar as OIs. Quando se enfraquecem as instituições internacionais, mais irrelevante se torna a ordem liderada por tal Estado.

Portanto, se reafirma a relevância da TC na compreensão dos episódios contemporâneos, e na capacidade em dialogar com outros instrumentos da EPI que vêm sendo desenvolvidos. Retomar esta corrente basilar para o desenvolvimento das Relações Internacionais é deveras proveitoso na compreensão do movimento de *longue durée* da história. Situar as questões materiais, ideológicas e institucionais nesta dinâmica é, portanto, essencial para compreender os desafios e possibilidades do século XXI.

REFERÊNCIAS

- BABIC, M. Let's talk about the interregnum: Gramsci and the crisis of the liberal world order. *International Affairs*, v. 96, n. 3, pp. 767–786. 2020. <https://doi.org/10.1093/ia/iiz254>.
- BURNHAM, P. The politics of economic management. *In*: BURNHAM, P. **New labour in government**. London: Macmillan, 2001. p. 15-40.
- CALDERÓN, Á.; PALACIO, T.. Geopolitics of rare earths: a strategic natural resource for the multidimensional security of the State. *Revista Científica General José María Córdova*, v.18, n.30. pp. 335-355. 2020. doi:10.21830/19006586.587
- CASTRO, F. C.; PEITER, C. C.; GÓES, G. G. Minerais estratégicos e as relações entre Brasil e China. *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, n. 24, p. 349–378, dez. 2020.
- CHA, V. D; Collective Resilience: Deterring China's Weaponization of Economic Interdependence. *International Security*; v. 48, n. 01. pp 91–124. 2023. https://doi.org/10.1162/isec_a_00465.
- CHRISTENSEN, T, J. Mutually Assured Disruption: Globalization, Security, and the Dangers of Decoupling. *World Politics*. Johns Hopkins University Press. v. 77. pp. 91-107. 2024. <https://doi.org/10.1353/wp.0.a918726>.
- COX, M. Power and the Liberal Order. *In*: FRIEDMAN, Rebekka; OSKANIAN, Kevork; PARDO, Ramon Pacheco (ed.). **After Liberalism? The Future of Liberalism in International Relations**. Palgrave Studies in International Relations Series. London: Palgrave Macmillan, 2013. p. 119-140. Disponível em: https://doi.org/10.1057/9781137303769_7.
- COX, R. W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. *In*: GILL, S. (ed.). **Gramsci, historical materialism and international relations**. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 49-66. 1993.
- COX, R. W. Introduction: perspectives and problems. *In*: COX, Robert W (ed.). **International Organisation: world politics**. Londres: Palgrave Macmillan. pp. 15-44. 1969.
- COX, R. W. Multilateralism and world order. *In*: COX, R. W.; SINCLAIR, T. J. (org.).

- Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 494-523. 1996.
- COX, R. W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126–155, 1981.
- COX, R. W. **Universal foreigner: the individual and the world**. New Jersey: World Scientific. 2013.
- DE GRAAFF, N.; VAN APELDOOR, B. US–China relations and the liberal world order: contending elites, colliding visions?. *International Affairs*, v. 94, n. 01. pp. 113–131. Jan. 2018. <https://doi.org/10.1093/ia/iix232>.
- DREZNER, D. W. Economic statecraft in the age of Trump. *The Washington Quarterly*, Washington, v. 42, n. 3, p. 7–24, 2019. DOI: 10.1080/0163660X.2019.1663072.
- FARRELL, H.; NEWMAN, A. Weaponized Interdependence: How Global Economic Networks Shape State Coercion. *International Security*. v.44, n.1. pp. 42–79. 2019. DOI: 10.1162/isec_a_00351.
- FETZER, T. Teaching international political economy in times of war. *In*: ZAREMBO, Kateryna; KNODT, Michèle; YAKOVLYEV, Maksym (ed.). **Teaching IR in wartime: experiences of university lecturers during Russia's full-scale invasion of Ukraine**. Stuttgart: ibidem Verlag. v. 281. (Soviet and Post-Soviet Politics and Society). p. 85-102. 2025.
- GAN, N.. **China isn't getting rid of its controls over rare earths, despite trade truce with US**. CNN News. Cable News Network. 2025. Publicado em 20 de maio, 2025. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2025/05/20/business/china-rare-earth-export-controls-analysis-intl-hnk> Acesso em: 09 Jun. 2024.
- GODEHARDT, N.; POSTEL-VINAY, K. Connectivity and Geopolitics: Beware the “New Wine in Old Bottles” Approach. *Internationale Politik und Gesellschaft (IPG)*, Berlin: SWP Comment 2020. v. 8, n. 35. 2020. DOI:10.18449/2020C35/.
- HOWANIETZ, R. **China's Virtual Monopoly of Rare Earth Elements**. Routledge. Taylor & Francis (Unlimited), New York, 2018.
- HUTCHINSON, A. D. **The once and future crisis: rare earth elements and weaponized interdependence in a networked world**. 2023. Dissertação (Mestrado em Governança Global e Diplomacia) – Department of International Development, University of Oxford, Oxford, 2023.
- IKENBERRY, G. J. The end of the liberal international order?. *International Affairs*, London, v. 94, n. 1, pp. 7-23, jan. 2018. <https://doi.org/10.1093/ia/iix241>.
- JACQUES, M.. **When China rules the world: the end of the western world and the birth of a new global order**. 2. ed. London: Penguin Books, 2012.
- KALANTZAKOS, S. **China and the Geopolitics of Rare Earths**. New York: Oxford University Press. 2018.
- LEW, J. J. **Donald Trump Is Misusing Economic Sanctions**. Barron's, Nova Iorque, 19 fev. 2020. Disponível em: <https://www.barrons.com/articles/jacob-lew-donald-trump-is-misusing-economic-sanctions-51582117201> Acesso em: 14 jul. 2025.

LINKLATER, Andrew. **Beyond realism and Marxism: critical theory and international relations.** Houndmills: Macmillan, 205 p. 1990.

LIU, SLi.; FAN, H.R; LIU, X.; MENG, J.; BUTCHER, A. R.; YANN, L.; YANG, K.F.; LI, X.C. Global rare earth elements projects: New developments and supply chains. **Ore Geology Reviews**, v. 157, 2023. <https://doi.org/10.1016/j.oregeorev.2023.105428>.

MÁTHÉ, R. Z. **The Peace Project in an Era of Weaponized Interdependence.** Mathias Corvinus Collegium – Centre for European Studies. January 2025. Disponível em: <https://europeanstudies.mcc.hu/hu/publikacio/the-peace-project-in-an-era-of-weaponized-interdependence> Acesso em: 01/06/2025.

MORRIS, D. P. **New risks of interdependence in shifting world order: developing a sustainable risk framework for the Belt and Road.** 2023. Tese (Doutorado em Relações Internacionais e Ciência Política) – Doctoral School of International Relations and Political Science, Corvinus University of Budapest, Budapeste, 2023.

MURPHY, C. N. **Organização internacional e mudança industrial: governança global desde 1850.** São Paulo: Editora Unesp. 2014. 352 p.

OMC/WTO. **China - Measures related to the Exportation of Rare Earths, Tungsten, and Molybdenum (WT/DS431, WT/DS432, WT/DS433):** Reports of the Panel. In *Dispute Settlement Reports 2014* (World Trade Organization Dispute Settlement Reports, pp. 1127-1698). Organização Mundial do Comércio/ World Trade Organization. Cambridge: Cambridge University Press. 2016.

RIPSMAN, N. M., Globalization, deglobalization and Great Power politics, **International Affairs**, v. 97, n. 5, pp. 1317–1333, September 2021. <https://doi.org/10.1093/ia/iiab091>.

SANTOS-FUSER, L. N. dos. La Geopolítica de las Tierras Raras y la inserción de Brasil. Geopolítica(s). **Revista de estudios sobre espacio y poder**, v. 14, n. 1, p. 27–50, 9 jun. 2023. <https://doi.org/10.5209/geop.79921>.

SCHECHTER, M. G. Our global neighborhood: pushing problem-solving to its limits and the limits of problem-solving theory. In: HEWSON, Martin; SINCLAIR, Timothy J. (Org.). **Approaches to global governance theory.** Albany: State University of New York Press, 1999. p. 239-258.

SCHECHTER, M. G. Critiques of Coxian Theory: Background to a Conversation. In: COX, Robert. **The Political Economy of a Plural World.** 1. ed. London: Routledge, 2002. pp. 1-25.

SHAW, T. M.; MACLEAN, S. J.; NZOMO, M. Going beyond states and markets to civil societies? In: LAWTON, T. C.; ROSENAU, J. N.; VERDUN, A. (eds.). **Strange power: shaping the parameters of international relations and international political economy.** Burlington, VT: Ashgate, 2000. 394 p.

SHEN, Y.; MOOMY, R.; EGGERT, R. G. China's public policies toward rare earths, 1975–2018. **Mineral Economics**, v. 33, p. 127–151, 2020. <https://doi.org/10.1007/s13563-019-00214-2>.

SILVA, M. A. de M. **Teoria Crítica em Relações Internacionais.** Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 249-282, jul./dez. 2005.

SPEGELE, R. D. Is robust globalism a mistake? **Review of International Studies**, London, v. 23, n. 2, p. 211-239, abr. 1997. p. 224.

STRANGE, S. Review of Production, Power and World Order: Social Forces in the Making of History. **International Affairs**, London, v. 64, n. 2, p. 269-270, abr.-jun. 1988.

TANG, S. China and the future international order(s). **Ethics & International Affairs**, v. 32, n. 1, pp. 31-43. 2018.

USGS. **Mineral commodity summaries 2023.** U.S. Geological Survey, 2023. 210p. <https://doi.org/10.3133/mcs2023>.

WALTZ, K. N. A response to my critics. In: KEOHANE, R. O. (ed.). **Neorealism and its critics.** New York: Columbia University Press, 1986. 338 p.

WIGELL, M. Conceptualizing regional powers' geoeconomic strategies: Neo-imperialism, neo-mercantilism, hegemony, and liberal institutionalism. **Asia Europe Journal**, v. 14, n.2, pp. 135–151. 2016. <https://doi.org/10.1007/s10308-015-0442-x>.

WIKIMEDIA. **File:East China Sea Air Defense Identification Zone.png.** Wikimedia Commons. 2013. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:East_China_Sea_Air_Defense_Identification_Zone.png Acesso em: 18 ago. de 2025.

XI, Jinping. **Bolstering confidence and jointly overcoming difficulties to build a better world.** Statement at the General Debate of the 76th Session of the United Nations General Assembly. 2021. Disponível em: <https://interpret.csis.org/translations/bolstering-confidence-and-jointly-overcoming-difficulties-to-build-a-better-world/> Acesso em: 04 fev. de 2026.

Zheng He e a diplomacia marítima chinesa: lições históricas para as relações internacionais sino-brasileiras

Levy Santos Lima¹

Clara da Penha Marte²

Samara Letícia Figueredo Choairy Oliveira³

INTRODUÇÃO

A história da China apresenta episódios de grande relevância para a compreensão das práticas diplomáticas e da projeção de poder internacional, entre os quais se destacam as expedições marítimas lideradas pelo almirante Zheng He no século XV. Essas viagens, que atravessaram o Sudeste Asiático, o Golfo Pérsico e a costa da África Oriental, consolidaram a autoridade da dinastia Ming e estabeleceram padrões de diplomacia baseados em prestígio, reciprocidade e cooperação cultural. Ao combinar sofisticação tecnológica, estratégia política e intercâmbio cultural, Zheng He construiu uma rede de contatos que projetou a China como uma potência global emergente, sem recorrer à colonização ou à imposição militar direta.

O impacto dessas expedições ultrapassou o plano militar e econômico, influenciando a circulação de conhecimento, produtos e tradições culturais, fortalecendo relações internacionais

¹ Graduando em Direito pela Universidade Federal do Maranhão. Pesquisador membro do Grupo de Estudos sobre a China (GECHINA), da Universidade de Brasília, do grupo de extensão Nexo Governamental XI de Agosto, da Universidade de São Paulo, e membro não-bolsista do Programa de Educação Tutorial do curso de Direito - PET DIREITO UFMA. Email: levylmx5@gmail.com.

² Graduada em Ciência e tecnologia, e Engenharia Ambiental e Sanitária pela Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Direito pelo Instituto Florence de Ensino Superior. Pós-graduanda em Sustentabilidade pela Universidade Estadual do Maranhão, e em Processo Legislativo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Email: clarapenha15@hotmail.com.

³ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão. Pós-graduanda em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Faculdade Laboro. Pós-graduanda em Psicologia e Criminologia pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo. Pós-graduanda em Tanatologia pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo. E-mail: sammychoairy1818@gmail.com.

e estabelecendo um modelo de projeção de poder baseado na atração e na confiança. As viagens de Zheng He exemplificam o uso estratégico da diplomacia marítima para consolidar alianças, expandir a influência chinesa e promover uma visão de cooperação internacional que valoriza o respeito mútuo e o prestígio do Estado.

No contexto contemporâneo, as relações entre China e Brasil refletem desafios e oportunidades similares, ainda que mediadas por lógicas econômicas, políticas e tecnológicas do século XXI. A cooperação bilateral, marcada por investimentos estratégicos, comércio de commodities e parcerias em ciência e tecnologia, demonstra traços de continuidade com a tradição diplomática chinesa: a busca por prestígio, confiança mútua e vínculos duradouros. Esse estudo propõe analisar como os fundamentos históricos da diplomacia chinesa, exemplificados pelas expedições de Zheng He, informam a atuação internacional da China e a sua relação com o Brasil, contribuindo para uma compreensão mais ampla da projeção do poder chinês na contemporaneidade.

A TRAJETÓRIA DE ZHENG HE E O CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO DA “CHINA MING” NO SÉCULO XV

Zheng He, ou Ma Sanbao, foi um almirante da dinastia Ming e uma das figuras mais emblemáticas da história naval da China e do mundo. Nascido em 1371, em Kunyang, na província de Yunnan, em uma família muçulmana de origem centro-asiática, seu nome de batismo era Ma He. Ainda criança, foi capturado pelas tropas Ming em uma campanha contra os remanescentes da dinastia Yuan. Castrado e transformado em eunuco, passou a servir no exército de Zhu Di, príncipe de Yan, que mais tarde viria a se tornar o imperador Yongle (1403–1424). A partir daí, “Ma He” ascendeu rapidamente na hierarquia, graças à sua lealdade e habilidade militar, sendo recompensado com o nome honorífico Zheng, que significa “harmonia” (Jin, 2005).

A biografia de Zheng He é indissociável do contexto político da dinastia Ming. O imperador Yongle havia tomado o trono após uma guerra civil contra seu sobrinho Jianwen, e necessitava consolidar sua legitimidade perante a corte e o mundo exterior. Nesse sentido, as expedições marítimas lideradas por Zheng He cumpriam dupla função: projetar o poder do império para além de suas fronteiras e, ao mesmo tempo, assegurar que embaixadas tributárias estrangeiras reconhecessem Yongle como “Filho do Céu”, governante universal. Segundo Cartwright (2019), a tradição do tributo externo servia como símbolo da superioridade cultural chinesa, legitimando sua ordem política diante do cosmos. Assim, a escolha de Zheng He, um eunuco de absoluta confiança, demonstrou a necessidade chinesa de afastar as poderosas facções confucionistas da burocracia e garantir que os interesses do imperador fossem diretamente preservados (*ibidem*, n.p.).

Entre 1405 e 1433, o referido almirante comandou as chamadas sete expedições marítimas sem precedentes, conforme mostra a imagem a seguir.

Figura 1 - As sete viagens de Zheng He



Fonte: Cartwright, 2019

A primeira, em 1405, mobilizou uma frota monumental de 317 navios e cerca de 27 a 30 mil homens (Jin, 2005). Partindo de Nanjing, a esquadra percorreu o Sudeste Asiático, passou pelo estreito de Malaca e chegou à costa ocidental da Índia, estabelecendo contatos diplomáticos e comerciais. Durante essa viagem, Zheng He reprimiu piratas que ameaçavam o comércio marítimo, reforçando a autoridade chinesa na região (Cartwright, 2019). A segunda e a terceira viagens, realizadas entre 1407 e 1411, consolidaram esses laços, mas também evidenciaram o caráter coercitivo da diplomacia Ming: no Sri Lanka, Zheng He entrou em confronto com o governante local Alagakkonara, chegando a capturá-lo e levá-lo à corte imperial, onde foi obrigado a reconhecer a superioridade do imperador Yongle (Cartwright, 2019).

A quarta viagem, entre 1413 e 1415, marcou uma ampliação significativa do alcance das frotas. Navegando até Ormuz, no Golfo Pérsico, Zheng He também enviou delegações a Meca, o que representava não apenas um gesto diplomático, mas também um elo com sua própria herança muçulmana (Jin, 2005). A partir de então, as expedições tornaram-se ainda mais ambiciosas. As três últimas (realizadas em 1417, 1421 e 1431) alcançaram a costa da África Oriental, visitando Mogadíscio, Mombaça e Malindi. Zheng He foi o primeiro chinês registrado a pisar em território suaíli, trazendo de volta animais exóticos como leões, zebras e girafas, recebidos na China como sinais auspiciosos. A girafa, em particular, foi interpretada como a manifestação mítica do *qilin*⁴.

Para Reis e Moreira (2020), além de seu aspecto diplomático, as viagens de Zheng He tinham uma dimensão comercial e tecnológica notável. As embarcações empregadas, os célebres

“barcos do tesouro” (*baochuan*), foram descritas em fontes históricas como navios gigantes, dotados de compartimentos estanques, bússolas magnéticas e lemes de popa, representando o ápice da engenharia naval chinesa (Jin, 2005). Transportavam seda, chá, porcelana e metais preciosos, que eram oferecidos como presentes diplomáticos aos soberanos estrangeiros.

Em troca, recebiam tributos que, embora de menor valor material, tinham profundo peso simbólico: reconheciam a centralidade da China na ordem mundial. Contudo, os navios também eram carregados de militares, diplomatas, astrólogos e médicos, o que demonstra que as expedições não se restringiam ao comércio, mas eram instrumentos de poder de Estado, capazes de impor autoridade pela força, se necessário (Cartwright, 2019).

As conquistas obtidas pelas viagens de Zheng He não se resumem apenas a ganhos materiais. De acordo com Reis e Moreira (2020, *n.p.*):

“As expedições de Zheng He foram apenas o apogeu em uma longa história de esforços para dominar os mares. Quatro séculos antes da ousadia dos Ming, o povo que inventou a bússola já dispunha de portentosas embarcações, buscando disputar com os árabes o domínio das rotas comerciais do Índico. No século 13, a imponência e a engenhosidade das naus chinesas impressionaram Marco Polo, que dedicou a elas algumas páginas famosas.”

Conseqüentemente, elas reforçaram a legitimidade do imperador Yongle, projetaram o poder militar e naval chinês em uma escala sem precedentes e criaram uma rede afro-asiática de contatos que integrou rotas já existentes em um sistema estável de trocas. Culturalmente, promoveram difusão de ideias, técnicas e objetos, expandindo os horizontes chineses até a África Oriental. Como observa Jin (2005, p. 815), essas expedições transformaram o oceano Índico em uma espécie de “Mediterrâneo chinês”, conectando portos e culturas sob a égide do império.

Entretanto, o impacto dessas conquistas foi limitado pela própria decisão da dinastia Ming de interromper as viagens após 1433. Custos elevados, disputas internas na corte e a pressão militar dos mongóis levaram ao abandono do projeto marítimo. Os sucessores de Yongle proibiram a construção de grandes navios oceânicos, optando por uma política isolacionista que marcou os séculos seguintes (Cartwright, 2019). Essa escolha constituiu uma “tragédia nacional”, pois fez com que a China se retirasse voluntariamente do cenário internacional, justamente no momento em que potências ibéricas, como Portugal, inauguravam as grandes navegações que transformariam a ordem mundial (Reis; Moreira, 2020).

Nesse sentido, as viagens de Zheng He devem ser compreendidas como o auge de uma tradição milenar de comércio e diplomacia marítima chinesa, mas também como o seu ocaso. Foram ao mesmo tempo glória e lamento: a primeira, pela demonstração de poder, sofisticação e abertura; a segunda, pela efemeridade e pelo abandono de um caminho que poderia ter colocado a China no centro do processo de globalização nascente. Ainda hoje, Zheng He é lembrado como símbolo de cosmopolitismo e cooperação, evocando tanto o orgulho de um passado grandioso

4 Criatura símbolo de prosperidade e harmonia.

quanto o remorso de uma oportunidade perdida. Dessa forma, ao refletirmos sobre as viagens de Zheng He, é possível estabelecer diálogos com a diplomacia contemporânea, especialmente nas relações sino-brasileiras.

A DIPLOMACIA MARÍTIMA DE ZHENG HE E OS FUNDAMENTOS DA INFLUÊNCIA E PRESTÍGIO CHINÊS

Os empreendimentos marítimos de Zheng He no século XV podem ser compreendidos não apenas como viagens de exploração, mas também como instrumentos de diplomacia e projeção de poder da China. Ao compararmos essa experiência histórica com as práticas contemporâneas das relações internacionais sino-brasileiras, é possível perceber continuidades e diferenças na forma como a China busca estabelecer laços políticos, econômicos e culturais.

Entre 1405 e 1433, o almirante Zheng He liderou sete grandes expedições marítimas que envolveram centenas de embarcações e milhares de homens, alcançando o Sudeste Asiático, o Golfo Pérsico e a costa leste da África. Diferente das expedições europeias, essas viagens não tinham como objetivo a colonização, mas sim o fortalecimento de vínculos diplomáticos e comerciais, utilizando o que hoje se reconheceria como *soft power*: troca de presentes, demonstrações de prestígio e cooperação cultural e política (Yang, 2014; Crabtree, 2022). As frotas chinesas não impuseram domínio direto, porém buscavam consolidar a imagem da China como potência benevolente e confiável.

No cenário contemporâneo, a diplomacia chinesa mantém elementos semelhantes de busca por prestígio e influência, mas se manifesta de forma distinta, com foco na economia e na tecnologia. A relação entre China e Brasil é marcada principalmente pelo comércio de commodities (como soja e minério de ferro), pela cooperação no âmbito dos BRICS e pelos investimentos em infraestrutura e inovação tecnológica. Essa parceria se insere na lógica da cooperação Sul-Sul, em que ambos os países se apresentam como atores estratégicos do hemisfério sul (Pinto, 2005; Shen, 2024).

Desta forma, é possível observar que, embora a diplomacia de Zheng He estivesse voltada a símbolos culturais e à projeção de prestígio, e a contemporânea se concentre em relações econômicas e estratégicas, ambas compartilham o objetivo de criar vínculos duradouros e reforçar a imagem da China como parceira relevante. Essa continuidade histórica revela a importância que a política externa chinesa atribui à construção de confiança e cooperação, seja por meio de presentes e trocas simbólicas no século XV, seja por meio de investimentos e parcerias no século XXI.

LIÇÕES HISTÓRICAS DE ZHENG HE PARA A COOPERAÇÃO SINO-BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

A trajetória de Zheng He pode ser compreendida como um modelo de diplomacia que,

mesmo distante no tempo, oferece ensinamentos relevantes para o presente. Suas viagens demonstraram que a construção de confiança internacional pode ocorrer sem imposição ou dominação direta, mas a partir de vínculos culturais, políticos e comerciais baseados na reciprocidade (Yang, 2014; Crabtree, 2022).

Dentre as lições centrais de sua experiência, destacam-se: i) a importância da confiança mútua como fundamento de qualquer parceria duradoura; ii) o respeito às culturas locais, reconhecendo o valor da diversidade nas relações internacionais; e iii) a cooperação voltada para benefícios compartilhados, em que o prestígio não deriva da subordinação do outro, mas do fortalecimento da parceria (Pinto, 2005).

Nesse sentido, aplicadas ao contexto contemporâneo das relações sino-brasileiras, essas lições podem orientar práticas inovadoras de cooperação. No campo cultural, ampliam-se as possibilidades de intercâmbios educacionais e acadêmicos, favorecendo programas de mobilidade estudantil, centros de pesquisa conjuntos e a difusão da língua e da cultura de ambos os países. Já na esfera econômica e política, a inspiração está em consolidar parcerias estratégicas que evitem imposições assimétricas, privilegiando acordos com ganhos mútuos e de longo prazo, sobretudo em ciência, tecnologia e inovação (Freitas, 2017; Silva *et al.*, 2024).

Desta forma, o cenário internacional reforça a pertinência desse caminho. Como destacou o Valor Econômico, o momento atual é propício para impulsionar relações sino-brasileiras, especialmente no âmbito de investimentos estratégicos e comércio sustentável (Valor Econômico, 2025). Ao recuperar o legado de Zheng He, Brasil e China podem construir uma diplomacia que não se restrinja ao comércio de commodities, mas que também valorize a dimensão humana, cultural e tecnológica da cooperação.

Logo, a experiência histórica do almirante não deve ser interpretada apenas como uma narrativa distante, mas como referência concreta para a consolidação de um modelo de cooperação Sul-Sul. Esse modelo, fundamentado em confiança, respeito cultural e benefícios compartilhados, fortalece a posição de Brasil e China como parceiros estratégicos e contribui para a construção de uma ordem internacional mais equilibrada (Lourenço, 2023; Freitas, 2017). Um modelo que articula comércio, tecnologia e cultura, assegurando que a parceria entre os dois países se consolide como estratégica não apenas para suas economias, mas também para a construção de uma ordem internacional mais justa. Assim como Zheng He construiu pontes pelos mares do Índico, Brasil e China podem hoje construir pontes de cooperação baseadas em confiança, cultura e inovação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As expedições marítimas de Zheng He revelam um modelo de diplomacia que combina projeção de poder, prestígio e cooperação cultural, constituindo-se como um marco histórico na consolidação da influência chinesa no século XV. Ao longo das sete viagens, ficou evidente que a

China buscava fortalecer relações internacionais não por meio da imposição militar ou da colonização, mas pela construção de confiança, respeito mútuo e trocas simbólicas, econômicas e culturais. Esse legado histórico demonstra a sofisticação da diplomacia Ming e sua capacidade de integrar diferentes regiões em uma rede de interesses compartilhados.

Atualmente, observa-se que a China mantém estratégias que dialogam com esse passado, embora adaptadas às exigências do século XXI. A cooperação sino-brasileira ilustra essa continuidade: o prestígio histórico é agora traduzido em parcerias econômicas, tecnológicas e acadêmicas, que buscam consolidar vínculos duradouros e equilibrados. Assim, a análise das expedições de Zheng He oferece lições valiosas sobre como a construção de confiança, o respeito às culturas locais e o foco em benefícios compartilhados podem orientar práticas diplomáticas modernas, fortalecendo relações bilaterais sem recorrer a assimetrias de poder.

Dessa forma, o estudo evidencia que compreender a tradição diplomática chinesa é essencial para interpretar a projeção internacional da China e suas estratégias de cooperação Sul-Sul, especialmente com o Brasil. O exemplo de Zheng He reforça a importância de olhar para o passado como referência estratégica: assim como o almirante construiu pontes culturais e políticas pelos mares do Índico, a diplomacia contemporânea pode se inspirar nesse modelo para articular parcerias sustentáveis, inovadoras e respeitadas, consolidando uma ordem internacional mais equilibrada e colaborativa.

REFERÊNCIAS

CARTWRIGHT, Mark. As Sete Viagens de Zheng He. Trad. Yan de Oliveira Carvalho. **Enciclopédia da História Mundial**, [S.l.], 07 fev. 2019, n.p. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/pt/2-1334/as-sete-viagens-de-zheng-he/>. Acesso em: 16 ago. 2025.

CRABTREE, Loren W. “Zheng He”. *In: EBSCO Research Starters*, 2022. Disponível em: <https://www.ebsco.com/research-starters/biography/zheng-he>. Acesso em: 17 ago. 2025.

FREITAS, Telma Giovana de. **As relações sino-brasileiras: a esperança de superação de assimetrias pela cooperação Sul-Sul**. 2017. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 5 jul. 2017. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/13712>. Acesso em: 17 ago. 2025.

JIN, G. P.. Em nome da história e do futuro, lembrando-se das viagens de Zheng He. **Administração**, n. 68, v. XVIII, p. 807-822, 2005.

LOURENÇO, Anna Beatriz dos Santos. **Comércio exterior entre Brasil e China: uma análise dos fluxos comerciais na conjuntura bilateral sino-brasileira**. 2023. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 28 nov. 2023. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/30981>. Acesso em: 17 ago. 2025.

PINTO, P.A. P.. China – a ascensão pacífica da Ásia Oriental. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, p. 70-85, 2005.

REIS, Amilton; MOREIRA, Janaína Rossi. Uma odisseia chinesa. **Revista Confúcio**, [S.l.], 1 set. 2020, n.p. Disponível em: <https://revista.institutoconfucio.com.br/uma-odisseia-chinesa/>. Acesso em: 16 ago. 2025.

SILVA, Osmar Fernando Alves da; ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de; MADUREIRA, Carolina Pereira; ALVES JUNIOR, Jandir Oliveira. Geopolítica sino-brasileira: acordos bilaterais, trocas comerciais assimétricas e reprimarização no Brasil pós-crise (2008-2024). **Revista Ciência e Sustentabilidade**, Juazeiro do Norte, v. 8, n. 1, p. 113-132, jan./jun. 2024.

SHEN, Fuwei. **Cultural communications between China and the outside world throughout history**. Singapore: Palgrave Macmillan, 2024.

VALOR ECONÔMICO. **Quadro internacional é propício para impulsionar relações sino-brasileiras**. Valor Econômico – Summit Valor Brazil-China 2025, 9 maio 2025. Disponível em: <https://valor.globo.com/summit-valor-brazil-china-2025/noticia/2025/05/09/quadro-internacional-e-propicio-para-impulsionar-relacoes-sino-brasileiras.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2025.

YANG, Wei. **Viagens do Almirante Zheng He aos “Oceanos Ocidentais”**. *Education About Asia*, v. 19, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.asianstudies.org/publications/eaa/archives/admiral-zheng-hes-voyages-to-the-west-oceans/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

Universalização da Educação Básica no Sul Global: um estudo comparado entre Amazonas (Brasil) e Guizhou (China)

Luana Bramorski Cerqueira Cesar¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo, apresentado na Semana da China 2025 da Universidade de Brasília (UnB), integra uma pesquisa em andamento voltada à análise das políticas de universalização da educação básica em contextos periféricos. O estudo compara as experiências do Amazonas (Brasil) e de Guizhou (China) no período de 1984 a 2016, examinando como desigualdades estruturais, históricas e territoriais condicionaram a efetivação do direito à educação em ambos os casos. A escolha dessas regiões decorre do fato de representarem, cada uma em seu país, fronteiras simbólicas e materiais do desenvolvimento: áreas distantes dos centros decisórios, marcadas por alta diversidade étnica e por desafios persistentes de inclusão educacional.

A investigação parte da constatação de que, embora Brasil e China tenham alcançado avanços expressivos na expansão da escolarização desde os anos 1980, a universalização formal do ensino fundamental convive com desigualdades materiais e simbólicas que reproduzem hierarquias sociais e espaciais. Em ambos os países, as populações rurais, indígenas e pertencentes a minorias étnicas continuam enfrentando obstáculos significativos para o acesso, a permanência e o sucesso escolar (Hannum, 2003; Oliveira, 2007; Postiglione, 2015). No caso do Amazonas, esses desafios estão relacionados à dispersão territorial, à precariedade da infraestrutura educacional e à dificuldade de conciliar políticas nacionais uniformes com as especificidades culturais das comunidades ribeirinhas e indígenas (Santos, 2024). Já em Guizhou, as desigualdades decorrem, entre outros fatores, do sistema de registro domiciliar

(*hukou*), que restringe a mobilidade social e o acesso das populações rurais aos serviços educacionais urbanos (Wang, 2005; Chan, 2009).

A relevância deste tema reside na necessidade de compreender como as políticas de escolarização obrigatória, em países de trajetórias históricas distintas, refletem as tensões entre modernização, diversidade e desigualdade. O estudo comparativo entre Amazonas e Guizhou oferece um campo fértil para a análise das formas pelas quais os Estados nacionais, inseridos de modo periférico no sistema-mundo capitalista (Wallerstein, 2001), negociam as contradições entre expansão educacional e desigualdade estrutural. Nesse sentido, a comparação não se limita à descrição de políticas, mas busca compreender os padrões de desenvolvimento desigual e os modelos de governança educacional que emergem sob diferentes regimes políticos e condições territoriais.

A análise fundamenta-se em um referencial que articula a teoria do sistema-mundo (Wallerstein, 2001; Arrighi, 2007), o debate sobre o Sul Global (Connell, 2007) e os estudos sobre educação e juventude nos BRICS (Dwyer *et al.*, 2018). Em conjunto, esses autores indicam que a educação, nos contextos periféricos, desempenha um papel complexo: ao mesmo tempo em que amplia possibilidades de inserção social e econômica, também se insere em estruturas globais desiguais que condicionam e limitam esses processos.

Desse modo, o objetivo deste artigo é analisar os modos de formulação e implementação das políticas de universalização da educação básica no Amazonas e em Guizhou, destacando suas convergências e divergências, bem como as barreiras institucionais e socioculturais que se interpõem à efetivação da equidade educacional. Ao privilegiar uma abordagem comparativa, a pesquisa busca contribuir para o debate sobre as condições estruturais da universalização da educação no Sul Global, enfatizando a importância de políticas territorializadas e culturalmente sensíveis, capazes de superar a distância entre o acesso formal e a igualdade substantiva de oportunidades.

REFERENCIAL TEÓRICO

A teoria do sistema-mundo, proposta por Immanuel Wallerstein (2001), fornece o enquadramento analítico que permite compreender as desigualdades educacionais como parte das dinâmicas mais amplas da economia e da política globais. Segundo o autor, a ordem mundial capitalista organiza-se em um sistema hierarquizado, composto por centros, semiperiferias e periferias, no qual a distribuição desigual de recursos e poder define as possibilidades de desenvolvimento. Essa estrutura não se restringe à esfera econômica, mas também se reflete nas instituições sociais, como a escola, que reproduz e legitima hierarquias globais de saber.

Autores como Arrighi (2007) e Silver (2003) ampliam essa perspectiva ao enfatizar que as periferias não são espaços de passividade, mas espaços de contradições e resistência, nas quais emergem formas alternativas de organização social e política. No campo educacional, essas

¹ Mestranda em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pedagoga e especialista em Gestão Escolar pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do CASS—UNICAMP (Centro de Estudos sobre a China) e da Diretoria Acadêmica do GECHINA. E-mail: luanabramorski@alumni.usp.br.

contradições aparecem nas tensões entre políticas de expansão quantitativa e a persistência de desigualdades qualitativas. A universalização da escolarização básica, nesses contextos, é atravessada por constrangimentos estruturais que derivam tanto da dependência econômica quanto da subordinação epistêmica (Ianni, 2004).

Com base nesse quadro, as políticas educacionais do Brasil e da China devem ser analisadas como respostas nacionais a pressões globais, mediadas por condições locais específicas. No caso brasileiro, a descentralização administrativa e a heterogeneidade regional produziram efeitos diferenciados sobre o acesso e a permanência escolar (Oliveira, 2007). Na China, a centralização estatal garantiu rápida expansão da educação obrigatória, mas manteve desigualdades associadas ao registro domiciliar e à clivagem rural-urbana (Chan; Buckingham, 2008; Wang, 2005).

A noção de Sul Global, formulada por Raewyn Connell (2007), oferece uma perspectiva crítica para compreender as dinâmicas educacionais fora do eixo euro-americano. Para a autora, as ciências sociais foram historicamente constituídas a partir das experiências do Norte Global, o que resultou na marginalização das teorias e práticas oriundas de contextos periféricos. Nesse sentido, Connell propõe a valorização das epistemologias do Sul e das práticas sociais e pedagógicas que emergem de realidades historicamente subalternizadas.

Aplicada à educação, essa perspectiva implica reconhecer que as políticas e instituições escolares não se constroem apenas por difusão de modelos internacionais, mas por processos de apropriação e tradução local. Essa abordagem é particularmente relevante para o estudo de regiões como Amazonas e Guizhou, marcadas por diversidade étnica e linguística, onde a universalização exige o reconhecimento da diferença cultural (Tsung, 2009; Feng; Adamson, 2015).

De modo convergente, Dwyer *et al.* (2018) observam que, nos países dos BRICS, as políticas educacionais são atravessadas por tensões entre a globalização econômica e os projetos nacionais de desenvolvimento. A juventude — e, por extensão, a educação básica — constitui o ponto de convergência dessas forças, uma vez que a escola é o espaço privilegiado no qual se negociam os significados de modernidade e cidadania. Assim, compreender a universalização educacional no Sul Global requer uma leitura que integre desigualdade, território e política.

A tradição da educação comparada, consolidada no século XX e reformulada a partir de abordagens sociológicas e históricas, fornece as ferramentas conceituais para compreender as políticas educacionais em perspectiva relacional. Autores como Ciavatta (2000), Cowen (2006) e Dale (2010) argumentam que a comparação deve considerar as múltiplas escalas — global, nacional e local — nas quais as políticas são elaboradas e implementadas. Para Ciavatta (2000, p. 205), o estudo comparado pressupõe reconhecer o caráter situado do conhecimento e o entrelaçamento entre história, cultura e política. Nesse sentido, a comparação entre Amazonas e Guizhou não busca estabelecer hierarquias ou padrões universais, mas compreender como as

condições locais e institucionais moldam o alcance das políticas de universalização.

Cowen (2006) propõe que a análise comparativa atente para as temporalidades específicas de cada contexto, evitando a aplicação de modelos lineares de desenvolvimento. Já Dale (2010) enfatiza a importância de observar os regimes de governança educacional, isto é, os arranjos institucionais e de poder que determinam as formas de coordenação entre Estado, mercado e sociedade civil. Essa leitura é complementada pela reflexão de Tom Dwyer e colaboradores (2018), que destacam a necessidade de uma sociologia comparada da educação que leve em conta as trajetórias históricas dos países do Sul e as especificidades de suas juventudes. Em ambos os casos — Brasil e China —, a educação opera simultaneamente como instrumento de mobilidade social e mecanismo de reprodução das desigualdades estruturais.

A educação pode ser compreendida, conforme Gramsci (2001), como um espaço de disputa entre hegemonia e emancipação. A escola forma cidadãos e trabalhadores, mas também reproduz valores e estruturas de poder. Em contextos de desigualdade profunda, as políticas de universalização da educação são atravessadas por essa tensão entre controle social e formação crítica.

No Brasil, as políticas voltadas à educação indígena e à educação do campo ilustram essa dualidade: de um lado, promovem o reconhecimento da diversidade cultural; de outro, enfrentam a imposição de currículos uniformizados e a precariedade das condições materiais (Arroyo, 2013; Farias; Faleiro, 2020). Na China, a ampliação do acesso à educação para minorias étnicas foi acompanhada pela adoção de políticas linguísticas que reforçam a primazia do mandarim como língua de instrução, o que limita a preservação de identidades locais (Tsung, 2009; Ministry of Education of the PRC, 2000). Com base nessa perspectiva, a universalização da educação básica é entendida como um processo político e cultural em disputa, que envolve tanto a ampliação de direitos quanto a negociação de significados de pertencimento e cidadania.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, em desenvolvimento no âmbito do mestrado em Sociologia, caracteriza-se por um desenho qualitativo e comparativo, orientado por uma perspectiva sociológica e histórica para a análise de políticas educacionais. Seu objetivo central é examinar como estruturas institucionais distintas, notadamente a descentralização federativa no Brasil e o centralismo estatal na China, impactam a formulação e a implementação de estratégias de universalização e equidade na educação básica. A comparação sistemática entre os dois casos não visa estabelecer hierarquias, mas compreender os mecanismos políticos, administrativos e sociais que, em contextos singulares, produzem e reproduzem desigualdades educacionais, bem como as formas locais de enfrentamento dessas desigualdades. Dessa forma, o estudo prioriza a interpretação aprofundada de processos sociais complexos em detrimento da mensuração de desempenho, situando as políticas públicas à luz de suas condições históricas, territoriais e

culturais específicas.

O recorte temporal estabelecido, de 1984 a 2016, foi delineado para abranger períodos fundamentais para a consolidação dos marcos legais da educação obrigatória em ambos os países. No Brasil, esse período engloba a redemocratização, a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), além da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015). Para a China, o recorte captura a fase de reforma e abertura econômica, a promulgação da Lei da Educação Obrigatória de 1986 e sua significativa reforma em 2006, refletindo o intenso esforço estatal para universalizar a educação concomitante à sua ascensão econômica. O enfoque espacial incide sobre duas unidades subnacionais: o estado do Amazonas, no Brasil, e a província de Guizhou, na China. Essa seleção justifica-se por ambas representarem regiões periféricas dentro de seus respectivos arranjos nacionais, caracterizarem-se por uma notável diversidade étnico-cultural e apresentarem indicadores socioeconômicos e educacionais historicamente inferiores às médias nacionais, configurando-se, portanto, como casos emblemáticos para a análise dos desafios da equidade.

A investigação apoia-se em uma triangulação de fontes de dados para assegurar robustez analítica. As fontes primárias incluem documentos legais e normativos, como a Constituição Federal de 1988, a LDB e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena no caso brasileiro; e a Lei da Educação Obrigatória, a Lei da Educação e os Regulamentos sobre o Registro Domiciliar (*Hukou*) para o caso chinês. Complementam essas fontes dados estatísticos e relatórios oficiais do INEP, do IBGE e do QEDu para o Brasil, e do Ministério da Educação e do Departamento Nacional de Estatísticas da China. A base teórica e analítica é composta por fontes secundárias, consistindo em artigos científicos, livros e estudos de autores consagrados que investigam a interseção entre educação, desigualdade e desenvolvimento nos dois contextos nacionais.

O tratamento e a interpretação das informações serão conduzidos mediante a técnica de análise de conteúdo temática, na linha construtivista proposta por Charmaz (2009). Este método permitirá uma leitura sistemática e interpretativa dos textos, identificando núcleos de sentido relevantes para o objeto de estudo. O processo analítico será orientado por categorias predefinidas que emergiram do referencial teórico, a saber: estrutura institucional de governança, que analisa a distribuição de competências e financiamento; desigualdade territorial, que examina as disparidades regionais no acesso a recursos e qualidade educacional; políticas de inclusão e diversidade, que focam em ações dirigidas a grupos populacionais vulneráveis; e mecanismos de enfrentamento das desigualdades, que identifica programas e reformas destinadas a mitigar disparidades.

Reconhecem-se, como limitação inerente ao estudo, o desafio de comparar contextos com tradições políticas e administrativas profundamente distintas, bem como a escassez de dados

microrregionais homogêneos e de acesso público, particularmente no caso chinês. Para mitigar estas limitações, a estratégia de triangulação de fontes será empregada de modo a validar e contextualizar as inferências, garantindo consistência à análise. A contribuição esperada deste trabalho é oferecer uma leitura comparada e situada dos processos de universalização educacional no Sul Global, mostrando como desigualdades históricas e estruturas institucionais específicas condicionam as políticas de acesso e permanência escolar, contribuindo, assim, para o debate sociológico sobre justiça educacional em contextos marcados pela diversidade e pela desigualdade estrutural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação básica no Brasil consolidou-se como direito social e dever do Estado, com a descentralização das políticas educacionais para estados e municípios. Essa reconfiguração, embora importante para a democratização do acesso, resultou em fragmentação administrativa e desigualdade na capacidade de gestão entre entes federados (Oliveira, 2007). No Amazonas, tais efeitos foram intensificados pelas condições geográficas e socioeconômicas singulares da região.

Com uma área de mais de 1,5 milhão de km² e baixa densidade populacional, o estado enfrenta dificuldades logísticas significativas na manutenção de escolas em comunidades ribeirinhas e indígenas. Dados do IBGE (2023) e do INEP (2023) indicam que a taxa de distorção idade-série e os índices de evasão escolar no ensino fundamental permanecem superiores à média nacional, especialmente nas zonas rurais e em municípios de difícil acesso. Conforme o QEDu (2023), as limitações de infraestrutura, a escassez de professores qualificados e a irregularidade no transporte escolar constituem fatores estruturais de exclusão.

Os estudos de Arroyo (2013) e Santos (2024) abordam como as políticas de educação do campo e indígena, embora representem avanços normativos, não romperam com a lógica de urbanocentrismo e padronização curricular. Como argumentam Farias e Faleiro (2020), as iniciativas voltadas à diversidade cultural na Amazônia frequentemente se limitam à retórica da inclusão, sem alterar substantivamente os mecanismos de financiamento e gestão que reproduzem desigualdades.

A partir da década de 2000, programas federais como o FUNDEB, o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) e o Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e organiza sua oferta em territórios etnoeducacionais, buscaram reduzir essas disparidades. Contudo, o modelo de descentralização financeira manteve a dependência de transferências da União e limitou a autonomia dos governos locais para adaptar políticas às especificidades amazônicas (Brasil, 2009).

Apesar dessas limitações, experiências comunitárias e iniciativas de organizações locais, como a Fundação Amazônia Sustentável (2022), têm atuado para promover a integração entre

sustentabilidade e educação básica, criando escolas com currículos adaptados às realidades ambientais e culturais da região. Tais experiências reforçam a tese de que, em contextos periféricos, as estratégias locais de resistência e inovação desempenham papel fundamental na efetivação do direito à educação (Santos, 2024). Em síntese, a trajetória do Amazonas revela um paradoxo: avanços significativos em termos de acesso e cobertura coexistem com barreiras estruturais persistentes, derivadas da geografia, da desigualdade regional e da limitada capacidade estatal de implementar políticas territorialmente sensíveis.

A trajetória chinesa de expansão da educação básica distingue-se pela forte centralização do planejamento estatal. A promulgação da *Compulsory Education Law* (1986) instituiu nove anos de escolaridade obrigatória e gratuita, sendo ampliada em 2006 com dispositivos voltados à equidade e à qualidade (China, 1986). A legislação fez parte de um amplo movimento de modernização socialista, no qual a educação era vista como elemento estratégico para o desenvolvimento econômico (Postiglione, 2015).

Entretanto, a província de Guizhou, localizada no sudoeste do país, exemplifica as limitações dessa expansão. Historicamente caracterizada por baixos indicadores socioeconômicos e elevada proporção de minorias étnicas, Guizhou apresenta níveis de escolarização abaixo da média nacional (World Bank, 2022). O *National Bureau of Statistics of China* aponta que, apesar da universalização formal do ensino fundamental, persistem disparidades significativas entre áreas urbanas e rurais, sobretudo em termos de qualificação docente e infraestrutura escolar.

O sistema *hukou*, criado em 1958 para controlar fluxos migratórios, constitui o principal obstáculo à mobilidade educacional (Wang, 2005; Chan, 2009). Por restringir o acesso de famílias rurais a serviços urbanos, o sistema reforça a exclusão intergeracional e limita a ascensão social de grupos marginalizados. Como observam Chan e Buckingham (2008), a reforma do *hukou* iniciada em 2014 atenuou algumas barreiras, mas não eliminou as desigualdades de base.

Pesquisas de Hannum (2003) e Wang e Hannum (2013) mostram que a pobreza rural e a distância entre escolas e residências continuam sendo fatores determinantes do abandono escolar, especialmente entre meninas e crianças de minorias étnicas. Embora programas de assistência, como subsídios alimentares e bolsas de estudo, tenham contribuído para reduzir a evasão, persistem desigualdades qualitativas ligadas ao idioma de instrução e às oportunidades pós-escolares.

Nesse contexto, a política linguística chinesa — regida pela *Law on the Standard Spoken and Written Chinese Language* (2000) — busca uniformizar o mandarim como língua de ensino, o que, segundo Tsung (2009) e Feng e Adamson (2015), limita o uso das línguas locais e fragiliza identidades culturais. Ainda que haja escolas bilíngues em áreas minoritárias, a expansão do ensino trilingue em Guizhou permanece incipiente.

Apesar das desigualdades persistentes, o governo provincial tem implementado iniciativas

inovadoras, como o programa de bibliotecas rurais comunitárias (Guizhou Provincial Government, 2024), que amplia o acesso de crianças de áreas remotas a materiais de leitura. Tais medidas revelam o esforço estatal em reduzir as lacunas regionais, ainda que os efeitos permaneçam desiguais devido à estrutura hierarquizada de financiamento e governança educacional (Nogueira, 2020).

A comparação entre Amazonas e Guizhou demonstra padrões estruturais semelhantes de desigualdade, apesar das diferenças institucionais e políticas. Em ambos os casos, a geografia periférica e a diversidade étnica dificultam a implementação de políticas homogêneas de universalização. Contudo, as respostas estatais divergem quanto ao papel do Estado e à natureza da governança.

No Brasil, a descentralização federativa produziu autonomias desiguais entre estados e municípios, resultando em políticas fragmentadas e dependentes de repasses federais (Oliveira, 2007). Já na China, a centralização garantiu expansão mais uniforme, porém sob controle político rígido e manutenção de barreiras institucionais como o *hukou* (Chan; Buckingham, 2008).

Os dois casos demonstram que a universalização da educação básica é inseparável de políticas sociais mais amplas, voltadas à redução da pobreza e à infraestrutura. As conquistas obtidas nas últimas décadas, como a elevação das taxas de matrícula e a expansão das redes escolares, contrastam com a permanência de exclusões associadas a fatores territoriais e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparada das políticas educacionais no Amazonas e em Guizhou revela que a universalização da educação básica, em contextos periféricos, constitui um processo incompleto e tensionado por desigualdades históricas. Apesar de avanços normativos e institucionais, persistem barreiras estruturais que limitam a efetividade do direito à educação.

No caso brasileiro, as políticas de descentralização ampliaram o acesso, mas não resolveram as assimetrias regionais. A ausência de mecanismos de compensação territorial e a precariedade das condições materiais nas regiões amazônicas mantêm elevados índices de desigualdade educacional. Na China, a centralização estatal garantiu cobertura quase universal, porém com exclusões específicas decorrentes do sistema *hukou*, da clivagem rural-urbana e das políticas linguísticas de assimilação cultural.

A comparação entre os dois contextos confirma que a universalização, em regiões periféricas, depende de capacidades institucionais diferenciadas e de políticas que integrem equidade, diversidade e território. Como destaca Connell (2007), repensar as epistemologias do Sul é essencial para construir políticas educacionais que reconheçam as múltiplas modernidades e os saberes locais.

Ao articular o referencial da teoria do sistema-mundo (Wallerstein, 2001) às reflexões de

Dwyer *et al.* (2018) sobre desigualdade e juventude nos BRICS, este estudo reforça que a educação é simultaneamente espaço de reprodução social e possibilidade de transformação. O desafio está em construir políticas de universalização que não apenas ampliem o acesso, mas também transformem as condições de produção e distribuição do conhecimento.

Em síntese, tanto no Amazonas quanto em Guizhou, a universalização da educação básica continua sendo um projeto em disputa, entre centralização e autonomia, uniformização e diversidade, inclusão formal e exclusão substantiva. Os resultados preliminares indicam que o avanço em direção à equidade educacional requer reformas estruturais articuladas a políticas territoriais e culturais, capazes de enfrentar as desigualdades de base que definem a condição periférica no Sul Global.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century**. London: Verso, 2007.

AMAZÔNIA LEGAL EM DADOS. **Indicadores socioeconômicos da Amazônia Legal**. 2023. Disponível em: <https://amazonialegaldados.info/>. Acesso em: 7 maio 2025.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009**. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6861.htm. Acesso em: 24 fev. 2026.

CHAN, Kam. The Chinese hukou system at 50. **Eurasian Geography and Economics**, v. 50, n. 2, p. 197–221, 2009. Disponível em: <https://courses.washington.edu/chinageo/Chan-Hukou50-EGE2009.pdf> Acesso em: 7 maio 2025.

CHAN, Kam; BUCKINGHAM, Will. Is China abolishing the hukou system?. **The China Quarterly**, n. 195, p. 582–606, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20192211>. Acesso em: 1 abr. 2025.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CHINA. **Compulsory Education Law of the People's Republic of China**. 1986. Disponível em: http://en.moe.gov.cn/documents/laws_policies/201506/t20150626_191391.html. Acesso em: 21 maio 2024.

CHINA. **Law on the Standard Spoken and Written Chinese Language of the People's Republic of China**. Adopted on October 31, 2000. Beijing: Standing Committee of the Ninth National People's Congress, 2000. Disponível em: http://en.moe.gov.cn/documents/laws_policies/201506/t20150626_191388.html. Acesso em: 29 set. 2025.

CHINA. Standing Committee of the National People's Congress. **Regulations on Household Registration in the People's Republic of China (中华人民共和国户口登记条例)**. 1958. Disponível em: <https://www.cecc.gov/resources/legal-provisions/regulations-on-household-registration-of-the-peoples-republic-of-china>. Acesso em: 29 set. 2025.

CHINA. State Council. **Opinions on Further Promoting the Reform of the Household Registration System (国务院关于进一步推进户籍制度改革的意见)**. 2014. Disponível em: http://www.gov.cn/zhengce/content/2014-07/30/content_8944.htm. Acesso em: 29 set. 2025.

CIAVATTA FRANCO, Maria. Quando nós somos o outro: questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 72, p. 197–230, 2000.

CONNELL, Raewyn. **Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science**. London: Routledge, 2007.

DWYER, Tom; GORSHKOV, Mikhail K.; MODI, I.; LI, C.; MAPADIMENG, Mokong Simon. **Handbook of the sociology of youth in BRICS countries**. Singapore: World Scientific, 2018.

FARIAS, Magno; FALEIRO, Wender. Educação dos povos do campo no Brasil: colonialidade/modernidade e urbanocentrismo. **Educação em Revista**, v. 36, e216229, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698216229>.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS). **Relatório de atividades 2022**. Manaus: FAS, 2022. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/publicacao/relatorio-de-atividades-2022-2/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

FENG, Anwei.; ADAMSON, Bob. (Orgs.). **Trilingualism in Education in China: Models and Challenges**. Dordrecht: Springer, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUIZHOU PROVINCIAL GOVERNMENT. **Rural libraries open exciting chapter for children**. 2024. Disponível em: https://www.eguizhou.gov.cn/2024-02/26/c_965146.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

HANNUM, E. Poverty and basic education in rural China. **Comparative Education Review**, v. 47, n. 2, p. 141–159, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e estados: Amazonas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am.html>. Acesso em: 15 maio 2025.

IBGE. **PNAD Contínua: Educação 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 7 maio 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resumo técnico: Censo Escolar 2022**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://download.inep.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2025.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

NOGUEIRA, I. A caminho de um estado de bem-estar social na China? Uma análise a partir dos sistemas de saúde e de educação. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 2, p. 669–692, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n2art12>.

OLIVEIRA, Romualdo. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. *Educação e Sociedade*, v. 28, p. 661–690, 2007.

POSTIGLIONE, Gerad A. *Education and social change in China*. New York: Routledge, 2015.

QEDU. *Dados educacionais do Amazonas*. São Paulo: QEDU, 2023. Disponível em: <https://qedu.org.br/uf/13-amazonas>. Acesso em: 15 maio 2025.

SANTOS, Adriane. O. Impactos das políticas educacionais nas comunidades ribeirinhas e indígenas da Amazônia. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 7, p. 998–1013, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i7.14861>.

SILVA, Aracy. Lopes.; FERREIRA, Mariana Kawall Lwal (Orgs.). *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001.

SILVER, Beverly J. *Forces of labor: workers' movements and globalization since 1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TSUNG, Linda. *Minority Languages, Education and Communities in China*. London: Palgrave Macmillan, 2009.

UNESCO. *Relatório de monitoramento global da educação 2021: os atores não estatais na educação*. Brasília: UNESCO, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380076_por. Acesso em: 31 mar. 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

WANG, Fei-Ling. *Organization through division and exclusion: China's hukou system*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

WANG, M.; HANNUM, E. Education and inequality in China: the urban-rural gap and the hukou system. In: APPLETON, S. *et al. Education and reform in China*. London: Routledge, 2013. p. 125–143.

WORLD BANK; DEVELOPMENT RESEARCH CENTER OF THE STATE COUNCIL. *Four decades of poverty reduction in China: drivers, insights for the world, and the way ahead*. Beijing: World Bank, 2022. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/e9a5bc3c-718d-57d8-9558-ce325407f737/content>. Acesso em: 15 maio 2025.

O Reino Central e a Rota da Seda Marítima: A China Song e o contato com o Sul da Ásia

Luís Afonso Toassi Rasia¹
Elias Maciel Pereira²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui-se como um exercício inicial para compreender a circulação e as relações de diferentes produtos, pessoas e culturas no espaço do Oceano Índico na época chamada de pré-moderna. Tal tópico, ainda pouco explorado na historiografia brasileira, tem suscitado novos interesses frente à expansão de países asiáticos no cenário global atual e nos permite uma aproximação com a formação histórica interligada desta região.

O principal conceito histórico utilizado nesta escrita é a Rota da Seda. O uso do termo foi desenvolvido pelo geógrafo alemão Ferdinand von Richthofen no século XIX, mas se popularizou no século XX a partir estudos das rotas de comércio que carregavam a seda, produto originário da China, e chegavam até o Império Romano durante os séculos II AEC e II EC (Whitfield, 2007). Com os avanços dos trabalhos historiográficos e buscando romper com o eurocentrismo inerente à gênese do conceito, seguindo Otávio Luiz Pinto (2024), abordaremos a Rota da Seda como:

Um termo geral para designar formas específicas de interação entre a Ásia Central e seus vizinhos ao leste e ao oeste. Essa interação seria por séculos o motor de desenvolvimentos culturais, lógicas sociais, transformações políticas e expansões religiosas. Em outras palavras, a Rota da Seda complexa é a ponta de um iceberg histórico que, abaixo da superfície, ganha um escopo imenso, abarcando os mais variados fenômenos (Pinto, 2024, p. 108).

Apesar das limitações aparentes e simplificação decorrente do uso deste conceito, assim como

¹ Graduando em História - Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: luisafonsotr@gmail.com.

² Graduando em História - Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: macielpereiraelias@gmail.com.

Susan Whitfield (2007), defendemos o uso do termo por se tratar de uma categoria útil para se pensar as trocas comerciais e o fluxo de pessoas e culturas entre regiões distantes do globo. Dado que Rota da Seda é um termo amplamente conhecido nos dias de hoje, sua utilização também permite uma aproximação com as pessoas interessadas na história dessa região. Recentemente, o trabalho de Franck Billé, Sanjyot Mehendale e James Lankton (2022) defende a relevância do uso da Rota da Seda Marítima que, mais do que um complemento para os caminhos terrestres, denota um esforço global ainda maior em caminho e escopo, com grande diversidade de agentes e redes comerciais no Oceano Índico, interligando espaços euroasiáticos e africanos.

Importante comentar que a abordagem dos caminhos marítimos da Rota da Seda já estavam contidos nas primeiras formulações do conceito (Whitfield, 2007) e por uma questão de recorte nos focaremos nas vias marítimas, sem que isso represente uma hierarquização de importância entre as vias ou dinâmicas isoladas. Por fim, destacamos o crescimento do uso do termo tanto para caminhos terrestres e como marítimos pelo projeto político iniciado em 2013 pela China conhecido como a “Nova Rota da Seda” e que suscita debates contemporâneos sobre a globalidade e seus usos do passado (Pautasso; Doria; Nogara, 2020).

O recorte de tempo escolhido são os séculos X até o XII, que habitualmente estão associados à chamada Idade Média europeia. Ao tratar de conexões entre as diversas partes do globo, buscamos romper com uma historiografia isolada e linear que privilegia o desenvolvimento de uma modernidade europeia inequívoca, reforçando o caráter multicultural, inovador e conectado do mundo pré-moderno. Assim, os estudos dos chamados “Outros Medievos”³ igualmente reforçam a validade do presente trabalho.

Com base nesses pressupostos, buscamos traçar um panorama geral de circulação e globalidade envolvendo duas regiões dessa ampla esfera. A China durante a dinastia Song em uma ponta e os Estados do oceano Índico, principalmente a dinastia Chola da Índia e o Srivijaya da ilha de Sumatra, na outra. Buscamos, assim, demonstrar como esta teia comercial vai se configurar no período trabalhado reconhecendo a China como o “Reino do Meio” desta trajetória.

A CHINA SE VOLTA AOS MARES

A China, ponto de partida ou chegada de muitos dos produtos e pessoas da Rota da Seda Marítima, durante a dinastia Song (960-1279 EC) foi um período de destacada efervescência cultural e aumento da participação na circulação da região. Em um breve panorama, tal dinastia veio a se estabelecer depois de um período de desunião chamado de Cinco Dinastias e Dez Reinos

(907-960 EC), que surgiu após o declínio da dinastia Tang (618 - 907 EC), momento que houve um aumento significativo no comércio do Oceano Índico (Unzer, 2021).

Não é possível tratar da dinastia Song sem comentar sobre os povos semi-nômades que se organizaram no norte da China e que serão os seus principais adversários. Os povos kithans, jurchens e mongóis, exímios no domínio dos cavalos, em diferentes momentos lutaram pelo controle e poder da região, inclusive guerreando entre si. As disputas entre esses povos e o governo imperial possuem muitos meandros, mas que vieram a culminar nos Song pagando tributos para apaziguar as tensões da região (Unzer, 2021). Mesmo com o pagamento, novas guerras se seguiram e fizeram com que os territórios da China ficassem divididos entre o controle da dinastia Jia (de povos kithans) ao norte e os Song (de etnia han) controlando a porção mais ao sul.

Os embates com os povos cavaliços no norte, contudo, não significaram uma estagnação artística ou cultural na dinastia Song. O momento é marcado por significativas inovações em diferentes áreas e mudanças na poesia, literatura, pintura, teatro e artesanato (Garnet, 1985). O período é marcado por uma renovação no confucionismo e na carreira de serviço público burocrático, além da adoção mais frequente do papel-moeda e da prensa móvel (Hymes, 1997). Também é nesse momento que surge a infame prática do “pé de lótus” e sua associação com um ideal de beleza⁴.

A perda de territórios ao norte significou a retomada efetiva do controle da Rota da Seda terrestre nas mãos dos povos da Ásia Central (Pinto, 2024). Desta forma, os olhares da dinastia Song se voltam mais ao sul e para a circulação marítima da região, com o destaque para a região de Guangzhou (Hymes, 1997). Importantes órgãos burocráticos são criados para administrar o comércio da região e a entrada de estrangeiros no país (Park, 2022). Novas tecnologias e avanços na construção naval - como a bússola - contribuíram para uma maior e mais frequente presença chinesa nas viagens de longa distância pelo Oceano Índico, além de melhorias nos estaleiros e navios mais desenvolvidos (Park, 2022. Kimura, 2022).

Além da manutenção do comércio de seda, partiam do Reino do Meio muitos outros produtos, como cerâmicas, outros têxteis como cânhamo e algodão, metais como ferro, bronze e prata (tanto na sua forma bruta quanto trabalhada) e outros bens de consumo como vinho e especiarias (Hymes, 1997). Tais produtos, sendo a maioria provenientes de manufaturas especializadas, surgem em decorrência da maior urbanização das regiões sul do país. Essa urbanização é um dos fatos mais marcantes do período, advento dos avanços nas técnicas de agricultura e pela introdução de uma nova variedade de arroz, vinda do reino de Champá (atual Vietnã), mais adaptada ao clima úmido da região sul da China e permitindo que a colheita fosse

3 “Ou seja, o estudo de espaços, sujeitos e processos secundarizados ou invisibilizados pela noção tradicional de ‘Ocidente cristão medieval’, mas que eram coetâneos aos ‘cristãos ocidentais’. Não consiste, nesse sentido, numa tentativa de estender o medieval para nele enquadrar o não-ocidental e o não-cristão, pois tal operação seria de evidente eurocentrismo; o esforço intelectual é o de ressignificar criticamente uma área institucionalmente consolidada, abrindo-a ao diálogo com outras sem a mesma inserção.” (Borbongino, 2023, p. 14).

4 Apesar de fugir do escopo deste trabalho, julgamos válida a indicação do trabalho de Dorothy Ko, *Every step a lotus: shoes for bound feet* (Berkeley: University of California Press, 2001).

realizada duas vezes ao ano (Hymes, 1997).

Dois fontes históricas merecem destaque para a compreensão desse período e das relações formadas pela Rota da Seda Marítima. A primeira delas é o pergaminho intitulado “Qīngmíng shànghé tú” (清明上河圖), que se estipula ter sido produzido no século XII e cujas traduções do título e autoria ainda estão em debate⁵. Possuindo mais de 5 metros de comprimento e ricas ilustrações do cotidiano de uma grande cidade durante a dinastia Song, foi reproduzida muitas vezes ao longo do tempo e nos auxilia a traçar e relacionar os conteúdos aqui apresentados⁶ (Hanse, 1996).

Outra fonte histórica relevante é o livro do oficial Zhao Rukuo chamado Zhū Fān Zhì (諸蕃志). Escrito em 1225, contém uma vasta descrição de diferentes lugares conhecidos para os chineses da época e uma abordagem sobre os produtos que chegavam nos portos do sul do Reino do Meio⁷ (Park, 2022). Ademais, a existência de cultura material e trabalhos arqueológicos em diversas partes do Oceano Índico reforçam a importância e impacto dessa rede de comércio pela região (Billé; Mehendale; Lankton, 2022).

OS ESTADOS DO OCEANO ÍNDICO

Coincidentemente, porém de nenhuma forma isolada, a Índia também passava por um processo de expansão marítima similar à China. Fundada por Vijayalaya Chola em 848 EC, a dinastia Chola, junto dos Chera e dos Pandya, formava um dos três reinos tâmil do sul da Índia (o Tamilakan). A partir da conquista de seus vizinhos, irá estabelecer sua soberania desde o Sri Lanka até a foz do Ganges, em Bengala (Chandra, 2007). Entretanto, será a partir dos reinados de Rajaraja I (985-1014 EC) e seu filho Rajendra I (1014-1044 EC) que os Chola passarão a ser uma potência naval. Mas isso não ocorreu do nada.

Como supracitado, tanto a Índia quanto a China eram apenas dois dos vários pontos ligados pela teia comercial da Rota da Seda Marítima. Não havia um reino com controle total sobre o comércio de longa distância, porém havia um Estado em específico capaz de exercer seu poder de forma mais direta sobre o mar, como um intermediário entre esses dois grandes pontos: o Srivijaya. Para compreender como houve a expansão dos Chola pelo Índico, é fundamental compreender o que era o Srivijaya e qual seu papel como intermediário nessas relações.

A mandala⁸ do Srivijaya era uma “talassocracia”, ou “Estado Oceânico”, centralizada em

Palembang, na ilha de Sumatra, estabelecida desde o século VII EC como uma potência comercial (Kesavapany; Kulke; Sakhuja, 2009). A dominação dos estreitos de Sunda e Malaca deram ao Srivijaya o monopólio das rotas comerciais marítimas que ligavam o Índico ao Oceano Pacífico, e, dessa forma, obtiveram prioridade sobre o comércio chinês. Durante o domínio dos Tang na China, o Srivijaya já era reconhecido como uma figura relevante no comércio transoceânico, mas essa posição irá se fortalecer ainda mais a partir de 987 EC, quando os Song - como parte de sua política econômica voltada ao mar - irão enviar quatro missões diplomáticas a fim de estabelecer relações comerciais além-mar (Kesavapany; Kulke; Sakhuja, 2009).

Essa política econômica dos Song teve desdobramentos fundamentais na formação do Império Chola e no declínio do Srivijaya. É a partir dessas primeiras missões chinesas que os Chola passarão a questionar a supremacia oceânica do Srivijaya, pois não apenas o rei desejava expandir sua influência, como também havia a atuação de guildas de comércio fazendo pressão para obterem vantagem sobre a rota chinesa - como a Ayyavole e a Manigramam (Chandra, 2007; Hall, 2011; Kesavapany; Kulke; Sakhuja, 2009). Em 1015 EC, os Chola irão estabelecer sua primeira embaixada em Guangzhou, junto do Srivijaya, de Java e de mercadores árabes (“os quatro grandes”). Desta forma, as disputas pelo favor do governo chinês irão se tornar cada vez mais acirradas, ao ponto que por décadas as fontes oficiais chinesas reconheceram os Chola como um “estado vassalo” do Srivijaya, possivelmente por influência dos embaixadores do próprio Srivijaya (Chandra, 2007; Kesavapany; Kulke; Sakhuja, 2009).

Em 1023 EC, o governo chinês envia uma nova missão para fomentar as relações comerciais no Índico e, aparentemente, esse será o incentivo final para o avanço dos Chola. Assim, em 1025 EC, Rajendra primeiro lança uma expedição militar contra a mandala Srivijaya e, dessa forma, acaba com o monopólio sobre a rota chinesa. Entretanto, apesar do seu domínio direto no continente (e no Sri Lanka), os Chola irão adotar a mesma prática de mandala exercida por Palembang e as outras cidades do Sudeste Asiático, permitindo certa autonomia para as cidades conquistadas e mantendo os entrepostos comerciais já estabelecidos na região (Munoz, 2006).

5 Para maiores debates, ver: CHANG, Su-Chen. *Improvised great ages: the creating of Qingming shengshi*. 2013. Tese (doutorado em Filosofia) - Programa de pós-graduação em História da Arte, University of British Columbia, Vancouver, 2013.

6 Também está disponível para consulta on-line no site da Universidade de Columbia, Asia for Educators. Disponível em: <https://afe.easia.columbia.edu/song-scroll/song.html>. Acesso em 01 out. 2025.

7 Traduzido para o inglês em 1911 por Friedrich Hirth e William Rockhill, pode ser acessado online também.

8 O termo “mandala”, originário da palavra “círculo” em sânscrito, utilizado no contexto de organização política do Sudeste Asiático medieval é utilizado para descrever o que chamamos de “esfera de influência” ou um território específico controlado por um poder relativamente central. Tal poder é construído na forma de vínculos de lealdade a partir do matrimônio, ou por conquistas militares; porém sem fronteiras definidas. (Munoz, 2006).

Figura 1 - Mapa do auge do Império Chola. Elaborado com base em: SASTRI, K. A. NILAKANTA, A. History of South India



Fonte: Prehistoric Times to the Fall of Vijayanagar. Madras: Oxford University Press, 1958. p. 194-195

Essa remodelagem do cenário político ocasionado pelos Chola no arquipélago também resultou indiretamente em transformações no continente. Sem a proeminência do Srivijaya na região, Estados antes restritos ao interior do Sudeste Asiático passaram a ter mais facilidade de se expandirem, em parte pelo vácuo de poder, em parte por fazerem alianças com os Chola - o que foi o caso de Angkor a partir de 1012 EC (Hall, 2011. Kesavapany; Kulke; Sakhuja, 2009).

Logo, pode-se perceber o comércio com a China não apenas como objeto a ser cobiçado pelos Estados do Índico, mas também como um fator de suma importância na configuração geopolítica da região. A economia baseada em agricultura e extrativismo de locais como o sul da Índia, Java, Sumatra, Malásia e Burma acabava por ser regulada pela economia manufatureira da China, pois a importância dada pelos Estados do Índico ao favor comercial chinês se tornava o centro de disputas locais de poder. A China se tornava não apenas o “Reino Central” da Rota da Seda Marítima, mas o centro no qual girava a economia do Sul da Ásia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável que ambas as unidades políticas analisadas neste artigo tiveram seu marco final no ano de 1279, contudo, isso não representou uma ruptura nas conexões existentes, mas sim uma nova etapa da história da região. As conexões e circulação entre as regiões do Oceano Índico seguiram ocorrendo e se desenvolvendo além do período estabelecido.

A configuração da história do sul asiático, seja em âmbito político, cultural ou econômico ocorre de formas extremamente diversas, porém todas se relacionam em maior ou menor grau. Dessa forma, para compreendermos como certo evento ou conceito histórico se estrutura, certamente é necessário um panorama muito maior de pesquisa para obter o resultado desejado.

Não pretendemos nessa escrita encerrar as discussões e possibilidades dos estudos sobre a região e seus participantes, mas sim contribuir nos estudos da região na historiografia brasileira e poder avançar em diferentes tópicos. Apesar de hoje haver uma grande carência de fontes e bibliografia em português, há um crescimento de interesse notável na história asiática, tanto dentro quanto fora do meio acadêmico. A integração cada vez maior do Brasil com a China possibilita uma série de potencialidades de pesquisa e ensino sobre a história da Ásia que desejamos que possam ser ampliadas e aproveitadas ao máximo.

REFERÊNCIAS

- ALPERS, Edward A. *The Indian Ocean in World History*. Nova York: Oxford University Press, 2014.
- BILLÉ, Franck *et al.* *The Maritime Silk Road: Global Connectivities, Regional Nodes, Localities*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2022.
- CHANDRA, Satish. *History of Medieval India (800-1700)*. Nova Delhi: Orient Blackswan, 2007.
- BORGONGINO, Bruno Uchoa (ORG.). *Para além do Ocidente cristão: outras Idades Médias?*. Recife, PE: Editora Ufpe, 2023.
- GERNET, Jacques. *Daily life in China on the eve of the Mongol invasion 1250-1276*. Stanford: Stanford University Press, 1985.
- HALL, Kenneth R. *A History of Early Southeast Asia: Maritime Trade and Societal Development, 100–1500*. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2011.
- HANSEN, Valerie. *The Beijing Qingming scroll and its significance for the study of Chinese history*. Albany: Dept. of East Asian Studies, The Univ. at Albany, 1996.
- HYMES, Robert. Song China, 960-1279. In: EMBREE, Ainslie T.; GLUCK, Carol. *Asia in Western and World History: a guide for teaching*. Armonk, NY: Sharpe, 1997.
- KESAVAPANY, K.; KULKE, Hermann; SAKHUJA, Vijay (org.). *Nagapattinam to Suvarnadwipa: reflections on the Chola naval expeditions to Southeast Asia*. Singapura: Chung Printing, 2009.
- KIMURA, Jun. Archaeological Evidence of Shipping and Shipbuilding Along The Maritime Silk Road. In: BILLÉ, Franck *et al.* *The Maritime Silk Road: Global Connectivities, Regional Nodes, Localities*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2022.
- MUNOZ, Paul Michel. *Early Kingdoms of the Indonesian Archipelago and the Malay Peninsula*. Singapura: EDM Books, 2006.
- PAUTASSO, Diego; DORIA, Gaió; NOGARA, Tiago Soares. A Nova Rota da Seda e o projeto chinês de globalização. *Insight Inteligência (On-line)*, ed. 90, 2020. Disponível em: <https://insightinteligencia.com.br/a-nova-rota-da-seda-e-o-projeto-chines-de-globalizacao/>. Acesso em 01 out. 2025.

PARK, Hyunhee. Open Space and Flexible Borders: Theorizing Maritime Space through Premodern Sino-Islamic Connections. *In*: BILLÉ, Franck *et al.* **The Maritime Silk Road: Global Connectivities, Regional Nodes, Localities**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2022.

PINTO, Otávio Luiz. **Rota da Seda**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2024 [2022].

SASTRI, K. A. Nilakanta. **A History of South India: From Prehistoric Times to the Fall of Vijayanagar**. Madras: Oxford University Press, 1958.

WHITFIELD, Susan. Was there a Silk Road?. *Asian Medicine*, v. 3, n. 2, p. 201–213, 16 out. 2007.

Civilização ecológica - Avaliação do discurso de Xi Jinping e o impacto nas políticas públicas ambientais em Shenzhen (China)

Mayara Araujo dos Reis¹

INTRODUÇÃO

Shenzhen (深圳) é uma cidade sub provincial da China de grande relevância econômica e tecnológica, considerada um dos principais centros globais de inovação, indústria, finanças e transporte. Localizada na província de Guangdong, faz fronteira com Hong Kong, a cidade foi escolhida como uma das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) da China durante as reformas econômicas iniciadas em 1978. Essa decisão transformou uma antiga vila de pescadores em um dos principais polos econômicos do país (Mcgee *et al.*, 2007).

Em poucas décadas, Shenzhen passou por um intenso processo de urbanização e crescimento populacional. Em 2020, a cidade registrou aproximadamente 17,56 milhões de habitantes, tornando-se uma das maiores cidades da China. Esse rápido crescimento econômico e urbano trouxe importantes desafios ambientais, incluindo poluição do ar, contaminação de corpos hídricos, perda de áreas verdes e redução da biodiversidade, afetando diretamente a qualidade de vida da população.

Diante dos desafios ambientais, a China passou a incorporar gradualmente a pauta ambiental em suas políticas públicas. Esse movimento ganhou maior destaque durante a liderança de Xi Jinping, que introduziu o conceito de “civilização ecológica” como princípio orientador das políticas ambientais nacionais. Esse conceito está relacionado à adaptação da teoria marxista às condições ambientais e sociais chinesas, propondo um modelo de desenvolvimento que integre crescimento econômico e proteção ambiental (Yan; Bocharnikov,

¹ Especialização em andamento em Estudos Amazônicos e Graduação em Engenharia Ambiental na Universidade de Brasília - UnB, graduada em gestão ambiental pela UnB. Presidente do Grupo de Estudos sobre a China - GECHINA 2025-2026. Email: reis.mayaraaraujo@gmail.com.

2022).

A civilização ecológica enfatiza princípios como a harmonia entre sociedade e natureza, o desenvolvimento verde e a gestão integrada dos ecossistemas, incorporando essas ideias aos planos quinquenais de desenvolvimento do país. Nesse contexto, a China passou de um país reconhecido como um dos maiores emissores globais de dióxido de carbono para um ator que se comprometeu internacionalmente a neutralizar suas emissões de carbono até 2060.

Diante desse cenário, surge a seguinte questão de pesquisa: qual o impacto do pensamento de Xi Jinping sobre civilização ecológica nas políticas públicas ambientais de Shenzhen? A escolha da cidade como estudo de caso justifica-se por sua relevância econômica, visibilidade internacional e pela intensidade de seus desafios ambientais, tornando-a um laboratório importante para observar a implementação de políticas ambientais na China contemporânea.

REVISÃO DOS ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E ENERGÉTICAS EM SHENZHEN

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, com interpretação orientada por uma perspectiva dialética entre discurso político e implementação de políticas públicas.

Inicialmente, foram realizadas buscas no Google Acadêmico utilizando as palavras-chave “*Shenzhen environment*”, “*ecological civilization*”, “*environmental policy Shenzhen*” e equivalentes em português. Como critério de seleção, foram considerados artigos revisados por pares publicados nos últimos 15 anos.

Foram identificados inicialmente mais de 40 estudos relevantes, dos quais sete artigos científicos foram selecionados por apresentarem análise direta das políticas ambientais e dados ambientais de Shenzhen. Esses estudos abordam diferentes dimensões da governança ambiental da cidade, incluindo:

- planejamento urbano ecológico;
- políticas energéticas de baixo carbono;
- governança ambiental multinível;
- controle da poluição hídrica e atmosférica;
- planejamento agrícola urbano;
- evolução econômica e ambiental da cidade.

Os artigos são:

- *Shenzhen – How to further implement the sustainability and resilience towards 2030?*;
- *Environmentalism and Chinese urban order: the ecological control line policy in Shenzhen, China*;
- *Scenarios and policies for sustainable urban energy development based on LEAP*

model: a case study of a post-industrial city, Shenzhen, China;

- *Building resilient cities with stringent pollution controls: robust planning of Shenzhen City’s urban agriculture system*;
- *Low-carbon energy policies benefit climate change mitigation and air pollutant reduction in megacities: an empirical examination of Shenzhen, China*;
- *Economic and Environmental Changes in Shenzhen—A Technology Hub in Southern China*;
- *Low-carbon city development from a multi-level governance perspective: a comparative study of Shenzhen, China and the City of Darebin, Australia*.

A análise desses estudos buscou identificar evidências empíricas de mudanças nas políticas ambientais e nos indicadores ambientais de Shenzhen após a incorporação do conceito de civilização ecológica nos planos quinquenais chineses.

Quattrone e Chen, 2023, compilaram os estágios significativos na evolução da política ambiental da China nos últimos anos. Abaixo, apresento a tabela adaptada com os estágios significativos na evolução da política ambiental chinesa entre 2003 e 2022.

Tabela 1 - Resumo dos estágios significativos na evolução da política ambiental da China a partir de 2003

(continua)

| | | |
|---------------------------------------|------|---|
| Estágio de aprofundamento (2003-2017) | 2006 | <ul style="list-style-type: none"> • Realizou a Sexta Conferência Nacional de Proteção Ambiental. |
| | 2008 | <ul style="list-style-type: none"> • Elevou a Administração Estatal de Proteção Ambiental ao Ministério da Proteção Ambiental como parte integrante do Conselho de Estado. |
| | 2010 | <ul style="list-style-type: none"> • Aviso promulgado sobre pareceres orientadores sobre a promoção da prevenção e do controle conjuntos da poluição atmosférica e a melhoria da qualidade do ar regional. |
| | 2011 | <ul style="list-style-type: none"> • Começou a implementar o “Método de determinação de peso de PM10 e PM2,5 no ar ambiente”; • Realizou a Sétima Conferência Nacional de Proteção Ambiental. |
| | 2012 | <ul style="list-style-type: none"> • Foi lançado o recém-revisado “Padrão de Qualidade do Ar Ambiente”; • Anunciou o “Plano de Implementação da Primeira Fase do Novo Padrão de Qualidade do Ar”. |
| | 2013 | <ul style="list-style-type: none"> • Aviso promulgado pelo Conselho de Estado sobre a emissão do Plano de Ação para a Prevenção e Controle da Poluição Atmosférica. |

Tabela 1 - Resumo dos estágios significativos na evolução da política ambiental da China a partir de 2003 (conclusão)

| | | |
|---|------|--|
| | 2015 | <ul style="list-style-type: none"> • Implementou a “Lei de Proteção Ambiental da República Popular da China”; • Aprovou o “Plano de Ação para a Prevenção da Poluição das Águas”; • Publicou as “Opiniões do Comitê Central do Partido Comunista da China e do Conselho de Estado sobre a Aceleração da Construção da Civilização Ecológica”; • Escrito reforçando a construção da civilização ecológica no plano quinquenal nacional pela primeira vez. |
| | 2016 | <ul style="list-style-type: none"> • Realizou o trabalho de fiscalização de proteção ambiental pelo Estado; • Lançou o “Plano de Ação para a Prevenção da Poluição do Solo”; • Aprovou a “Lei Tributária de Proteção Ambiental da República Popular da China”; • Publicou o “Plano Nacional da China para a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. |
| | 2017 | <ul style="list-style-type: none"> • Elevou a construção da civilização ecológica ao “Plano do Milênio”. |
| Novo nível de construção da civilização ecológica (2018-Presente) | 2018 | <ul style="list-style-type: none"> • Reorganizou o antigo Ministério da Proteção Ambiental no Ministério da Ecologia e Meio Ambiente; • Aprovou a “Lei de Prevenção e Controle da Poluição do Solo”; • Decidiu o plano da nova rodada de trabalho de inspeção no Fórum da Civilização Ecológica da China; • Realizou a Oitava Conferência Nacional de Proteção Ambiental. |
| | 2020 | <ul style="list-style-type: none"> • Realizou a Nona Conferência Nacional de Proteção Ambiental |

Fonte: Quattrone e Chen (2023). Adaptado pela autora

Na tabela 2, são apresentados os principais eventos significativos e ferramentas de planejamento na evolução de Shenzhen, que tiveram relação mais próxima com a questão ambiental entre 2005 e 2020.

Tabela 2 - Principais eventos significativos e ferramentas de planejamento na evolução de Shenzhen, relacionados com a questão ambiental entre 2005 e 2020 (continua)

| Ano | Evento |
|------|--|
| 2005 | <ul style="list-style-type: none"> • Emitiu o “Regulamento de Gestão da Linha de Controle Ecológico Básico de Shenzhen” (a primeira cidade na China Continental a delinear uma linha de controle ecológico básico). |

Tabela 2 - Principais eventos significativos e ferramentas de planejamento na evolução de Shenzhen, relacionados com a questão ambiental entre 2005 e 2020 (conclusão)

| | |
|------|---|
| 2006 | <ul style="list-style-type: none"> • O 11º Plano Quinquenal (2006-2010) na China; • Começou a compilar o quarto Plano Diretor (2010-2020) (destaque para os três níveis hierárquicos: nível municipal, nível distrital, nível de cluster). |
| 2011 | <ul style="list-style-type: none"> • Realizou a 26ª Universíade de Verão (atingiu o plano de um sistema de rede rodoviária 'sete horizontais e 13 verticais', o aeroporto construiu uma segunda pista e um novo terminal, e construiu a rede de vias verdes regionais de Shenzhen com um investimento total acumulado de 100 bilhões de RMB em infraestrutura); • O 12º Plano Quinquenal (2011-2015) na China. |
| 2019 | <ul style="list-style-type: none"> • Emitiu as “Opiniões sobre o Apoio à Construção de uma Zona Piloto de Demonstração do Socialismo com Características Chinesas em Shenzhen” pelo Comitê Central do Partido Comunista da China e pelo Conselho de Estado (mais uma vez recebeu uma missão especial em Shenzhen); • Designado 2019 como o “ano decisivo do controle da poluição da água” pelo Comitê do Partido Municipal de Shenzhen; • Divulgou as “Opiniões do Comitê Central do Partido Comunista da China e do Conselho de Estado sobre o Apoio a Shenzhen na Construção de uma Zona Piloto de Demonstração do Socialismo com Características Chinesas”. |
| 2020 | <ul style="list-style-type: none"> • Emitiu o “Plano de Implementação do Programa Piloto de Reforma Abrangente para a Construção de uma Zona Piloto de Demonstração do Socialismo com Características Chinesas em Shenzhen (2020-2025)” pelo Conselho de Estado. |
| 2021 | <ul style="list-style-type: none"> • Regulamento sobre a Proteção do Meio Ambiente Ecológico da Zona Econômica Especial de Shenzhen foi aprovado pelo Comitê Permanente do Congresso Popular Municipal de Shenzhen |

Fonte: Quattrone e Chen (2023). Adaptado pela autora

A comparação entre as duas tabelas indica que a China já apresentava avanços na agenda ambiental desde 2005, com a consolidação progressiva do conceito de civilização ecológica, que ganhou maior centralidade a partir de 2018. Esse direcionamento nacional se reflete nas políticas adotadas por Shenzhen. Em 2019, a cidade estabeleceu um marco decisivo para o controle da poluição hídrica e, em 2021, promulgou o regulamento de Proteção do Meio Ambiente Ecológico da Zona Econômica Especial de Shenzhen.

Segundo Quattrone e Chen (2023), Shenzhen acompanhou o ritmo das políticas nacionais. Como Zona Econômica Especial (ZEE), a cidade implementa diversas diretrizes do governo central voltadas à proteção ambiental, ao mesmo tempo em que desenvolve políticas próprias.

Um exemplo é a aprovação, em 2021, da primeira legislação chinesa de cadeia completa de proteção ecológica ambiental, que fortalece os instrumentos de governança ambiental. Apesar desses avanços, os autores ressaltam a necessidade de aprofundar a integração entre proteção ambiental, ecologia e desenvolvimento econômico, além de considerar melhor os impactos sociais das políticas ambientais. Em alguns casos, a implementação de políticas de forma verticalizada contribuiu para deslocamentos populacionais e para desigualdades associadas à especulação imobiliária, sem considerar plenamente as dinâmicas sociais das comunidades afetadas.

No segundo estudo, Lin e While analisam a política da Linha Básica de Controle Ecológico (BECL) em Shenzhen. Desenvolvida entre 2003 e 2004 e implementada em 2005, essa política delimitou aproximadamente 974 km² do território municipal como áreas ecológicas protegidas, incluindo zonas de proteção hídrica, reservas naturais, áreas agrícolas e corredores ecológicos. A BECL funcionou como um instrumento de controle da expansão urbana, semelhante a um cinturão verde ou limite de crescimento urbano. Entretanto, sua implementação ocorreu de forma predominantemente *top-down*, gerando impactos sociais relevantes, como o deslocamento de moradores e restrições às atividades econômicas comunitárias. Ao mesmo tempo, a política favoreceu determinados usos do território, especialmente voltados ao lazer, à infraestrutura urbana e ao desenvolvimento de setores de alta tecnologia. Dessa forma, o estudo evidencia que políticas ambientais centradas exclusivamente na dimensão ecológica podem gerar tensões sociais quando não consideram as relações culturais e socioeconômicas existentes no território.

O terceiro artigo analisa o desenvolvimento energético de Shenzhen por meio do modelo LEAP-Shenzhen, amplamente utilizado na análise de políticas energéticas e cenários de mitigação climática. O fornecimento de eletricidade da cidade ainda depende majoritariamente de carvão e gás natural. Em busca de um sistema energético mais sustentável, Shenzhen investiu em três tecnologias principais: geração fotovoltaica, conversão de resíduos em energia e sistemas combinados de resfriamento, aquecimento e geração elétrica (CCHP²).

O estudo projeta quatro cenários de desenvolvimento energético entre 2015 e 2030: negócios como de costume (BAU), melhoria da eficiência energética (EI), atualização da estrutura energética (ESU) e cenário de pico de emissões (PS). Os resultados indicam que políticas de eficiência energética podem reduzir significativamente o crescimento do consumo de energia, limitando a taxa média anual de expansão para cerca de 2,08%, inferior à observada no cenário BAU. No cenário ESU, observa-se aumento gradual da participação de energias renováveis, incluindo energia solar, conversão de resíduos em energia e sistemas CCHP. Apesar desses avanços, o estudo conclui que Shenzhen ainda precisa adotar medidas mais ambiciosas de redução de emissões, dado o crescimento contínuo da demanda energética urbana.

2 Sigla do inglês para: *combined cooling, heating, and power*.

O quarto artigo contextualiza os principais desafios ambientais enfrentados por Shenzhen em decorrência de seu rápido processo de urbanização. Entre 2010 e 2018, o consumo de eletricidade da cidade cresceu de 66,4 bilhões para 90,7 bilhões de kWh. Paralelamente, a poluição hídrica permanece como um problema significativo: em 2019, Shenzhen ocupava a quarta pior posição entre 297 grandes cidades chinesas no ranking nacional de qualidade do ambiente hídrico urbano.

Em resposta a esses desafios, o governo municipal implementou diversas políticas ambientais, incluindo a expansão do transporte público, incentivos ao uso desse sistema e a modernização da infraestrutura de tratamento de águas residuais. Atualmente, Shenzhen possui uma das redes de transporte público mais avançadas da China e abriga a primeira e maior frota de ônibus totalmente elétricos do mundo. Durante os horários de pico, aproximadamente 60,5% dos deslocamentos são realizados por transporte público. Além disso, desde 2016 a cidade investe cerca de 30 bilhões de renminbis por ano em projetos de controle da poluição hídrica e restauração de corpos d'água. Ainda assim, a qualidade da água permanece abaixo dos padrões nacionais, constituindo um dos principais desafios para a transformação sustentável da cidade.

Embora o setor agrícola represente menos de 0,1% do PIB municipal, ele contribui para a poluição difusa das águas, especialmente por meio de atividades de cultivo, pecuária e aquicultura. O estudo destaca, portanto, a necessidade de desenvolver modelos de agricultura urbana mais sustentáveis, capazes de reduzir impactos ambientais mesmo em contextos de produção agrícola relativamente limitada.

O quinto artigo examina o potencial das políticas de energia de baixo carbono para reduzir simultaneamente as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e os poluentes atmosféricos em megacidades, tomando Shenzhen como estudo de caso. Reconhecida pelo governo chinês como cidade modelo para o desenvolvimento sustentável, Shenzhen comprometeu-se a liderar a transição energética urbana, buscando atingir o pico de emissões de carbono e cumprir os padrões de qualidade do ar recomendados pela Organização Mundial da Saúde.

Atualmente, as emissões de GEE da cidade são estimadas em cerca de 83,4 milhões de toneladas de CO₂ equivalente, com emissões per capita de aproximadamente 6,4 toneladas. A estrutura de emissões apresenta características típicas de megacidades, com elevada participação de emissões indiretas relacionadas ao consumo de energia e forte contribuição do setor de transportes. Ainda assim, houve melhora significativa na qualidade do ar: entre 2011 e 2020, a concentração média anual de partículas PM_{2.5} caiu de 42 µg/m³ para 19 µg/m³.

O estudo desenvolve três cenários de políticas energéticas: um cenário de referência (REF), que mantém as políticas atuais; um cenário ativo (ACT), baseado na intensificação das políticas existentes; e um cenário agressivo (AGG), que inclui medidas adicionais, como a expansão da geração fotovoltaica distribuída e a eletrificação do transporte rodoviário. Os resultados indicam que, no cenário REF, as emissões continuariam a crescer até 2035. Já no

cenário ACT, as emissões poderiam atingir o pico em 2027 e reduzir significativamente até 2035. No cenário AGG, mais ambicioso, as emissões começariam a diminuir já em 2025, evidenciando o grande potencial de mitigação existente na cidade. O estudo conclui que a ampliação das energias renováveis, especialmente sistemas fotovoltaicos em telhados, representa a principal estratégia de redução de emissões, embora o aumento da demanda por eletricidade decorrente da eletrificação do transporte possa gerar novos desafios.

O sexto artigo analisa as transformações econômicas e ambientais de Shenzhen entre 1980 e 2019, testando a hipótese da Curva de Kuznets Ambiental, que sugere uma relação em U invertido entre crescimento econômico e degradação ambiental. O estudo utiliza dados oficiais do governo municipal para examinar mudanças econômicas, sociais e ambientais ao longo de quatro décadas.

Durante esse período, o PIB de Shenzhen cresceu aproximadamente dez mil vezes, enquanto sua população aumentou cerca de quarenta vezes. Esse processo de crescimento acelerado foi acompanhado por períodos de intensa degradação ambiental. Entre 2001 e 2011, mais de um quarto dos dias de cada ano foram classificados como dias de neblina, com o pior cenário registrado em 2004. A partir da implementação de políticas ambientais e industriais, como o fechamento de usinas termelétricas movidas a óleo combustível e a transição para processos industriais mais eficientes, a qualidade do ar melhorou significativamente, reduzindo o número de dias de neblina para menos de dez em 2019.

O estudo também destaca a importância das indústrias de computadores, comunicação e produtos eletrônicos na economia local. Em 2019, esse setor consumiu cerca de 52.595 TJ de energia e gerou aproximadamente 10,1 milhões de toneladas de CO₂ equivalente. Apesar do elevado consumo energético, o crescimento econômico refletiu em melhora significativa na eficiência energética e de emissões desde 2008.

Os autores sugerem que o setor se concentre em tecnologias e inovações de alto valor agregado e baixo consumo de energia. Com o governo de Shenzhen investindo mais na adoção de fontes de energia limpa, como nuclear, eólica e solar, para alcançar a melhoria contínua da eficiência energética e da redução de emissões em todos os setores.

Por fim, o sétimo artigo analisa a governança ambiental de baixo carbono a partir da perspectiva da Governança Multinível (GMN), comparando as cidades de Shenzhen, na China, e Darebin, na Austrália. O estudo baseia-se em documentos governamentais, literatura acadêmica e observações de campo realizadas nas duas cidades.

No caso de Shenzhen, uma das principais estratégias institucionais para enfrentar as mudanças climáticas é a implementação de políticas ambientais por meio dos Planos Quinquenais. Em 2021, a cidade lançou seu 14° Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social, que enfatiza a promoção de um modelo de crescimento verde e de baixo carbono. Entre as iniciativas destacadas está a criação das Zonas Piloto de Emissões de Carbono

Quase Zero, projetos experimentais que combinam inovação tecnológica e novas formas de gestão para reduzir gradualmente as emissões de carbono.

O estudo conclui que a governança ambiental em Shenzhen apresenta características multiníveis, combinando coordenação vertical entre governo central e autoridades locais com parcerias horizontais envolvendo diferentes atores institucionais. Diferentemente da Austrália, onde as políticas climáticas frequentemente emergem de pressões sociais e iniciativas locais, o modelo chinês tende a seguir uma lógica mais hierárquica e centralizada. Ainda assim, o caso de Shenzhen demonstra que esse sistema pode apresentar certo grau de flexibilidade institucional, permitindo a experimentação local e a implementação de políticas inovadoras no âmbito da transição para uma economia de baixo carbono.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura indica que Shenzhen apresenta avanços importantes na implementação de políticas ambientais e no desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade urbana. Embora muitas dessas iniciativas já estivessem em andamento antes da ascensão de Xi Jinping à presidência, a incorporação do conceito de civilização ecológica nos planos quinquenais chineses parece ter fortalecido e ampliado essas políticas.

A cidade tem adotado diversas estratégias voltadas à redução de emissões, melhoria da qualidade do ar, controle da poluição hídrica e promoção de energias renováveis. Ao mesmo tempo, desafios importantes permanecem, especialmente relacionados ao crescimento urbano acelerado e à demanda energética.

De modo geral, os estudos analisados sugerem que as políticas ambientais implementadas em Shenzhen refletem, em grande medida, as diretrizes do discurso político de Xi Jinping sobre civilização ecológica, ainda que sua implementação envolva adaptações locais e desafios socioeconômicos específicos.

Por fim, destaca-se que esta pesquisa constitui uma análise inicial da relação entre discurso político e políticas ambientais na China. Estudos futuros podem aprofundar essa investigação por meio da análise de indicadores ambientais mais detalhados e da comparação com outras cidades chinesas, contribuindo para uma compreensão mais ampla da governança ambiental no país.

REFERÊNCIAS

HU, G.; MA, X.; JI, J. Scenarios and policies for sustainable urban energy development based on LEAP model: a case study of a post-industrial city, Shenzhen, China. *Applied Energy*, v. 238, p. 876–886, 2019.

JIANG, J. et al. Low-carbon energy policies benefit climate change mitigation and air pollutant reduction in megacities: an empirical examination of Shenzhen, China. *Science of the Total Environment*, v. 892, 164644, 2023.

LI, C. et al. Low-carbon city development from a multi-level governance perspective: a comparative study of Shenzhen, China and the City of Darebin, Australia. **Global Public Policy and Governance**, v. 5, n. March 2025, p. 1–23, 24 dez. 2024.

LIN, D.; WHILE, A. H. Environmentalism and Chinese urban order: the ecological control line policy in Shenzhen, China. **Political Geography**, v. 97, 102685, 2022.

MCGEE, Terry; LIN, George Chu-sheng; WANG, Mark; MARTON, Andrew; WU, Jiaping. **China's urban space: development under market socialism**. London: Routledge, 2007.

QUATTRONE, G.; CHEN, L. Shenzhen - how to further implement the sustainability and resilience towards 2030?. **Cities**, v. 136, 104263, 2023.

TO, W.-M.; LEE, P. K. C.; LAU, A. K. W. Economic and Environmental Changes in Shenzhen—A Technology Hub in Southern China. **Sustainability**, v. 13, n. 10, p. 5545, 16 maio 2021.

YAN, J.; BOCHARNIKOV, V. Knowledge and understanding of ecological civilization: a Chinese perspective. **BRICS Journal of Economics**, v. 3, p. 231–247, 2022.

ZHOU, Y. et al. Building resilient cities with stringent pollution controls: robust planning of Shenzhen City's urban agriculture system. **Journal of Cleaner Production**, v. 311, 127452, 2021.

Casos Práticos de Integração entre Tecnologia e Sustentabilidade na China: Lições e Perspectivas para o Brasil

Mylena Angélica Silva Farias¹

INTRODUÇÃO

A urgência imposta pelas crises ambientais globais, abrangendo desde as rápidas alterações climáticas até o esgotamento de recursos naturais, consolidou a busca por modelos de desenvolvimento que integrem a eficiência econômica e a sustentabilidade ambiental. Neste cenário, a tecnologia digital emergiu não apenas como uma ferramenta operacional, mas como uma estratégia central para enfrentar estes desafios, promovendo a transformação digital da gestão de recursos, da infraestrutura urbana e dos padrões de consumo.

A integração entre a inovação tecnológica e práticas sustentáveis tem se consolidado como uma via essencial para a mitigação dos impactos ambientais. Tecnologias como Big Data, Inteligência Artificial (IA) e Internet das Coisas (IoT), que moldam a vida moderna em diversos aspectos, demonstram um potencial singular para otimizar desde a economia até a gestão ambiental. Essas soluções digitais são implementadas com o objetivo de reduzir a emissão de dióxido de carbono, otimizar grandes recursos em megacidades e incentivar a participação dos cidadãos em práticas sustentáveis.

Neste cenário global, a República Popular da China ocupa uma posição de destaque singular. Reconhecida por seu acelerado crescimento industrial, a China vem realizando uma transição estratégica para se consolidar como um líder global em inovação sustentável. Este movimento tem como base investimentos robustos e uma capacidade de produção tecnológica em larga escala. Atualmente, o país responde por um terço dos investimentos globais em energia

¹ Graduanda em Engenharia de Software, pela Universidade de Brasília. Pesquisadora na área de inovação, gamificação, sustentabilidade digital e inteligência artificial. Participante do GECHINA. email: mylena.asf@gmail.com.

renovável. Em 2024, reafirmou sua força inovadora e sua capacidade de inovação ao registrar 53 mil patentes de tecnologias verdes e de baixo carbono. Como resultado dessa política, a China vem se consolidando como a “oficina verde do mundo”, exportando não apenas bens, mas também soluções sustentáveis de alcance global. A meta chinesa de alcançar a neutralidade de carbono até 2060 reforça seu compromisso institucional com a sustentabilidade e exige uma aceleração na implementação de soluções digitais. Desse modo, a China oferece um vasto laboratório de experiências práticas que integram infraestrutura, indústria e comportamento do consumidor à agenda climática.

O presente artigo propõe analisar, detalhadamente, três casos práticos e emblemáticos de sucesso na China que evidenciam a integração eficaz entre tecnologia e sustentabilidade. Esses casos abrangem diferentes setores, o engajamento cívico-digital, o planejamento urbano e o setor industrial, sendo eles: o programa de gamificação *Ant Forest (Ant Financial)*, a abordagem de *Shenzhen Sponge City* e o modelo de manufatura inteligente da *Florasís Smart Factory*.

A análise aprofundada desses exemplos tem como propósito extrair lições essenciais e identificar perspectivas aplicáveis ao contexto brasileiro. Considerando que a cooperação entre Brasil e China está avançando para além da esfera econômica, com o foco na construção conjunta de futuros sustentáveis, o estudo propõe fomentar o diálogo e a adaptação de modelos chineses para a realidade nacional, especialmente nos campos das cidades inteligentes, da agricultura sustentável e da educação ambiental digital no Brasil.

Com base na análise dos mecanismos, das escalas e dos impactos destes projetos, este trabalho evidencia que a tecnologia, aliada à vontade política e ao engajamento da sociedade, constitui-se como chave para a transição global para uma economia mais verde e digitalmente integrada.

TECNOLOGIA COMO ALIADA DA SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade, no século XXI, é um desafio que transcende a mera conservação e exige uma profunda reformulação dos sistemas de produção, consumo e gestão urbana. Neste contexto, a tecnologia digital emerge como um fator catalisador e um pilar de sustentação para a transição verde global.

A evolução de tecnologias de ponta, como *Big Data*, Inteligência Artificial (IA) e Internet das Coisas (IoT), tornou-se indissociável da vida moderna e está, agora, remodelando a abordagem da humanidade em relação aos desafios ambientais. Estas ferramentas oferecem a capacidade de coleta, processamento e análise de dados em tempo real e em escala inédita, permitindo uma gestão de recursos muito mais precisa e eficiente.

O PAPEL TRANSFORMADOR DAS SOLUÇÕES DIGITAIS

A aplicação estratégica de soluções digitais atende a três frentes cruciais na agenda

climática contemporânea:

- Redução da emissão de carbono: O uso de IA para otimizar o consumo de energia em *smart grids* ou em processos industriais e de transporte é fundamental. Sistemas inteligentes de gestão de energia permitem prever a demanda e maximizar o uso de fontes renováveis, contribuindo diretamente para a meta de neutralidade de carbono. A China, por exemplo, estabeleceu a meta de neutralidade até 2060, dependendo intrinsecamente destas inovações digitais.
- Otimização de Recursos em Megacidades: Com a crescente urbanização, as grandes metrópoles enfrentam pressões extremas sobre seus recursos hídricos, energéticos e de resíduos. A IoT, por meio de redes de sensores, permite o monitoramento em tempo real da qualidade do ar, do fluxo de tráfego, da distribuição de água e da ocorrência de inundações. Esta inteligência urbana é essencial para otimizar o uso dos recursos limitados e melhorar a resiliência das cidades.
- Engajamento Cívico e Mudança Comportamental: A tecnologia é uma poderosa ferramenta de mobilização social. Ao aplicar princípios de gamificação e interfaces digitais amigáveis, é possível incentivar os cidadãos a adotarem hábitos de baixo impacto ambiental, transformando práticas individuais em ações ambientais em larga escala.

Desta forma, a tecnologia transcende o papel de mero suporte e se estabelece como a fundação de um novo paradigma de inovação verde. A capacidade da China de implementar essas tecnologias em escala massiva, desde a otimização de fábricas até o gerenciamento de infraestruturas hídricas complexas, coloca o país na vanguarda do que é definido como a “oficina verde do mundo”.

A seguir, a análise dos casos práticos chineses mostrará como a integração entre tecnologias digitais e políticas públicas tem se convertido em resultados ambientais concretos, servindo como modelo para a cooperação internacional, inclusive com o Brasil.

ANÁLISE DE CASOS PRÁTICOS DE INTEGRAÇÃO

A experiência chinesa na conciliação entre desenvolvimento tecnológico e sustentabilidade se manifesta em projetos de larga escala que demonstram a aplicabilidade de ferramentas digitais em diferentes domínios. A análise dos casos: *Ant Forest*, *Shenzhen Sponge City* e *Florasís Smart Factory* oferece uma visão abrangente dos pilares da estratégia verde e digital da China: o engajamento individual, a infraestrutura urbana e a indústria 4.0.

ANT FOREST - INOVAÇÃO CENTRADA NO USUÁRIO

O *Ant Forest* é uma iniciativa da *Ant Financial (Alibaba Group)* que exemplifica o poder da gamificação digital para alterar o comportamento em escala massiva. O projeto visa incentivar os

usuários a realizar ações de baixo impacto ambiental, transformando a redução da pegada de carbono em uma experiência lúdica e recompensadora.



Fonte: PandaDaily

Mecanismo e funcionamento

O programa está integrado ao aplicativo de pagamento Alipay. Nele, os usuários recebem recompensas em forma de “pontos de energia” ou “bolas de energia” virtuais ao praticarem atividades que contribuem com o consumo de energia ou as emissões de carbono. Essas ações incluem:

- Optar por transporte público ou bicicleta;
- Pagar contas online em vez de imprimir recibos;
- Comprar produtos de baixo carbono.

Os pontos virtuais acumulados permitem ao usuário cultivar uma “árvore virtual”. Ao atingir o estágio de maturidade, essa árvore é convertida em ação concreta: a *Ant Financial*, em parceria com organizações não-governamentais, financia e promove o plantio de uma árvore real em áreas áridas e sujeitas à desertificação na China.

Escala e impacto social

O sucesso do *Ant Forest* reside em sua escala e na capacidade de mobilização social. O projeto já conta com mais de 650 milhões de usuários ativos, evidenciando que a gamificação pode efetivamente mudar o comportamento em larga escala.

O impacto ambiental direto é notável: O projeto já resultou no plantio de aproximadamente 220 milhões de árvores em áreas áridas da China, como na Mongólia Interior ou em Gansu. Estima-se que, em média, cada usuário economize 17,4 kg de CO₂ por ano.

O *Ant Forest* demonstra que a inovação centrada no usuário é uma chave para o sucesso na

integração entre tecnologia e sustentabilidade. Ao vincular ações digitais (o clique no celular) a um impacto físico e tangível (o plantio da árvore), a plataforma consegue mobilizar uma enorme base populacional para a agenda de preservação ambiental, transformando o uso de tecnologias digitais em uma ferramenta de ação climática coletiva.

SHENZHEN SPONGE CITY - PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

No campo da infraestrutura urbana, o conceito de “*Sponge City*” (Cidade Esponja) implementado em cidades como Shenzhen representa uma resposta tecnológica e de engenharia para lidar com os desafios impostos pelas inundações urbanas e pela gestão hídrica decorrente das mudanças climáticas.

Figura 2 - Shenzhen Talent Park



Fonte: Wikimedia Commons/Charlie Fong

Mecanismo e Funcionamento

O projeto *Sponge City* foi iniciado em 2015 em 30 cidades-piloto na China, com a finalidade de aumentar a resiliência urbana e promover uma gestão mais eficiente do ciclo da água. Em Shenzhen, essa estratégia integra:

- **Tecnologias de Drenagem Inteligente:** Utilização de infraestrutura que permite a captação de água da chuva e sua posterior reutilização ou filtragem.
- **Infraestrutura Verde:** Construção de áreas verdes multifuncionais, como pântanos artificiais (*Rainwater Wetlands*), trincheiras de grama (*Grass Trenches*) e pavimentos permeáveis, que absorvem e retêm a água.
- **Tecnologia Digital Integrada:** Uso de sensoriamento digital e Inteligência Artificial para monitorar e otimizar o fluxo hídrico da cidade em tempo real. Esta inteligência permite prever riscos de inundação e gerenciar proativamente a infraestrutura de drenagem.

Impacto e lições

O modelo de Shenzhen é um exemplo de urbanismo sustentável que utiliza a tecnologia para otimizar os recursos e melhorar a resiliência climática urbana. A cidade construiu sistemas capazes de absorver até 70% da água da chuva, mitigando enchentes e contribuindo para o reabastecimento de lençóis freáticos.

A lição fundamental do *Sponge City* é que o planejamento urbano sustentável deve considerar o ciclo de vida dos recursos e integrar a engenharia civil tradicional com a inteligência digital. Trata-se de uma resposta tecnológica robusta às mudanças climáticas, transformando a cidade em um organismo que respira e gere seus próprios recursos hídricos.

FLORASIS SMART FACTORY - INDÚSTRIA DIGITAL LIMPA

No setor industrial, a Florasis Smart Factory, situada em Hangzhou, exemplifica como a aplicação dos princípios da Indústria 4.0 pode ser diretamente associada às metas de sustentabilidade, promovendo a indústria inteligente.

Figura 3 - Florais Smart Factory



Fonte: Vogue Business

Mecanismo e integração tecnológica

A fábrica combina inteligência artificial, robótica e energia solar para otimizar processos produtivos, reduzir desperdícios e minimizar as emissões de carbono.

- **IA e Robótica:** A automação avançada permite o uso eficiente de insumos e matérias-primas, reduzindo drasticamente o desperdício em 20%. A IA otimiza o fluxo de produção, garantindo que a eficiência não comprometa as metas ambientais.
- **Energia Renovável:** O complexo industrial utiliza uma cobertura solar que gera

energia para cobrir uma parte significativa da produção.

Impacto e eficiência

O modelo da *Florasis* demonstra que a sustentabilidade pode atuar como motor de eficiência e competitividade econômica. Seus resultados são concretos:

- A fábrica alcançou uma redução de 30% no consumo de energia.
- Houve uma redução de 20% na pegada de carbono da produção.

A *Florasis Smart Factory* estabelece o conceito de “Indústria Digital Limpa”, provando que as tecnologias emergentes podem ser totalmente alinhadas com metas ambientais rigorosas sem que isso represente uma perda de produtividade. O uso integrado de automação e de energia renovável é um modelo de produção mais circular e consciente.

LIÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O BRASIL: COOPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO

A análise detalhada dos casos práticos entre tecnologia e sustentabilidade na China, que incluem a inovação centrada no usuário do *Ant Forest*, o planejamento urbano inteligente de *Shenzhen Sponge City* e a indústria digital sustentável da *Florasis Smart Factory* – revela três pilares-chave fundamentais para o alcance do sucesso em larga escala:

- **Inovação Centrada no Usuário:** Foco na criação de ferramentas digitais que engajem e motivem a população a adotar práticas sustentáveis.
- **Planejamento Urbano e Industrial Inteligente:** Visão holística que considera o ciclo de vida dos recursos, com ênfase na resiliência urbana e na eficiência produtiva.
- **Apoio Institucional e Político:** Políticas públicas que incentivam e direcionam o investimento privado e público em soluções verdes e digitais.

Estes pilares oferecem valiosas lições para o Brasil, um país com desafios ambientais e de infraestrutura urbanos complexos, mas com um enorme potencial para o desenvolvimento em energias renováveis e na bioeconomia.

O diálogo Brasil-China para futuros sustentáveis

A relação bilateral Brasil-China tem sido historicamente marcada pelo comércio de commodities. No entanto, o diálogo deve ir além da economia, canalizando-se na construção conjunta de futuros sustentáveis. A cooperação internacional, neste contexto, fortalece a ciência, a inovação e a preservação ambiental.

A China possui tecnologia e experiência na implementação em escala. O Brasil, por sua vez, detém uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo e uma biodiversidade ímpar. A sinergia entre o capital tecnológico chinês e o capital natural brasileiro pode gerar soluções de vanguarda, especialmente nas seguintes áreas:

Adaptação do modelo urbano: cidades inteligentes brasileiras

A experiência de *Shenzhen Sponge City* pode ser diretamente aplicada ao Brasil, onde grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, enfrentam anualmente inundações de grande impacto.

- **Infraestrutura Hídrica Inteligente:** A adoção de tecnologias de sensoriamento e IA para monitorar bacias hidrográficas urbanas e otimizar sistemas de drenagem pode mitigar perdas e danos. O Brasil pode buscar *joint ventures* para importar e adaptar a expertise chinesa em engenharia verde e sensores digitais para a realidade de suas bacias.
- **Gestão de Resíduos Otimizada:** A aplicação de *Big Data* para otimizar rotas de coleta de resíduos e o uso de IoT para monitorar o volume de lixeiras contribuíram para a redução de custos e de emissões de CO₂.
- **Mobilidade Elétrica:** O Brasil pode acelerar a eletrificação de sua frota de transporte público por meio da cooperação com empresas chinesas líderes mundiais em veículos elétricos e infraestrutura de carregamento, alinhando a tecnologia e a matriz limpa brasileira.

Tecnologia para a agricultura sustentável

A China é um dos maiores investidores em tecnologia de agricultura inteligente e possui grande experiência no uso de drones, sensores e IA para o monitoramento de safras e otimização do uso de água e fertilizantes. O Brasil, um gigante do agronegócio, tem como desafio aumentar sua produtividade e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente.

- **Agricultura de Precisão:** A cooperação pode facilitar a transferência de tecnologia para o uso de IA na análise de solos, previsão de pragas e manejo de irrigação, reduzindo o uso excessivo de insumos.
- **Monitoramento da Floresta Amazônica:** A experiência chinesa no uso de satélites e de análise de *Big Data* para o monitoramento geográfico pode fortalecer os sistemas de fiscalização e de combate ao desmatamento no Brasil, integrando a tecnologia digital à proteção ambiental.

Educação ambiental digital e engajamento cívico

A lição do *Ant Forest* é que a tecnologia pode ser um motor de mudança cultural e de engajamento. No Brasil, onde o uso de smartphones é massivo, há um imenso potencial para o desenvolvimento de ferramentas de educação ambiental digital.

- **Gamificação da Sustentabilidade:** É possível criar plataformas digitais, inspiradas no *Ant Forest*, que recompensem os brasileiros por ações sustentáveis cotidianas, como o descarte correto de lixo, a economia de água em casa ou o uso de meios de transporte de baixo carbono.

- **Inovação Aberta:** O Brasil deve fomentar parcerias entre fintechs, empresas de tecnologia e órgãos governamentais para desenvolver aplicativos que traduzem o impacto ambiental em métricas compreensíveis e motivacionais para o cidadão comum, promovendo uma competitividade positiva em prol do meio ambiente.

Ao adaptar estas lições, o Brasil pode alavancar a inovação e o planejamento para promover ganhos ambientais e competitividade econômica, contribuindo para a transição global para um futuro onde a tecnologia e a sustentabilidade andam de mãos dadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de casos práticos de integração entre tecnologia e sustentabilidade na China demonstra de forma clara que a combinação entre inovação digital e políticas verdes não é apenas desejável, mas constitui a chave para enfrentar as crises globais do século XXI. Ao examinar o *Ant Forest*, o *Shenzhen Sponge City* e a *Floris Smart Factory*, este estudo evidencia que a experiência chinesa oferece modelos robustos e de grande escala, comprovando que inovação e amplitude podem, de fato, caminhar juntas.

Os três pilares de sucesso identificados — a inovação centrada no usuário para promover o engajamento cívico, o planejamento urbano e industrial inteligente para assegurar resiliência e eficiência, e o sólido apoio institucional para execução em larga escala — oferecem um roteiro aplicável a nações em desenvolvimento.

Para o Brasil, essas lições abrem caminhos essenciais para a modernização. A adaptação de modelos chineses em cidades inteligentes, agricultura sustentável e educação ambiental digital pode acelerar a transição do país para um futuro mais sustentável, com a tecnologia atuando como principal vetor de mudança. A cooperação internacional entre Brasil e China, centrada na transferência de conhecimento e tecnologia, fortalece a ciência, a inovação e a preservação ambiental em ambos os países, configurando uma parceria que vai além do comércio e investe na construção conjunta de futuros sustentáveis.

Hoje, a tecnologia é indissociável da vida moderna, e sua integração à agenda verde se apresenta como necessidade premente. Conclui-se que o investimento em tecnologia verde não deve ser visto como um custo, mas como uma vantagem competitiva e um imperativo civilizacional. Como sintetizado, o futuro sustentável não será apenas digital: será, sobretudo, verde.

REFERÊNCIAS

SUN, Y.; XING, J. The Impact of Gamification Motivation on Green Consumption Behavior: An Empirical Study Based on Ant Forest. *Sustainability*, v. 15, n. 1, p. 512, 1 jan. 2023.

ZHANG, Q.; ANWAR, M. Leveraging gamification technology to motivate

environmentally responsible behavior: An empirical examination of Ant Forest. *Decision Sciences*, 23 out. 2023.

WANG, Y.; JIANG, Z.; ZHANG, L. Sponge City Policy and Sustainable City Development: The Case of Shenzhen. *Frontiers in Environmental Science*, v. 9, 3 jan. 2022.

ZHAO, W. Smart city technologies for sustainable urban planning: Evidence and equity lessons from Shenzhen. *Sustainable Futures*, v. 10, p. 101198, 1 set. 2025.

WILLIAMS, Gemma. A. **Inside Chinese beauty brand Florasis's smart factory.** Disponível em: <<https://www.voguebusiness.com/story/technology/inside-chinese-beauty-brand-florasiss-smart-factory>>. Acesso em : 03 de agosto de 2025.

GOMES, L. M.; SILVA, R. A. Desafios e potencialidades das cidades inteligentes no Brasil: uma análise da infraestrutura hídrica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 25, n. 1, 2023.

Fitoterapia Chinesa: uma técnica milenar para tratar diversas doenças da atualidade

Paula França dos Santos¹

INTRODUÇÃO

A Fitoterapia Chinesa é um saber que pertence à Medicina Tradicional Chinesa (MTC), seguindo seus princípios filosóficos, bases de diagnóstico e recursos terapêuticos. A MTC é uma Medicina de origens milenares, com evidências arqueológicas de mais de 4.000 anos e registros formais por volta de 2.000 a.C. (Maciocia, 2007).

A partir das dinastias Yin e Shang (aprox. 1.600-1.046 a.C.) os conceitos básicos da MTC já eram praticados, tais como os conceitos de Yin e Yang, a Teoria dos Cinco Elementos e o sistema de Canais Energéticos. Porém foi a codificação de três importantes obras que estabeleceu as práticas da MTC de forma categorizada: o *Huangdi Neijing* (O Livro do Imperador Amarelo), compilado entre 300 e 400 a.C.; o *Shen Nong Ben Cao Jing* (O Clássico da Matéria Médica de Shennong), compilado entre 25-220 d.C.; e *Shanghan Lun* (O Tratado da Lesão por Frio), escrito por volta de 200 d.C.

Apesar de suas raízes históricas, a MTC desperta interesses até os dias de hoje, sendo estudada tanto do ponto de vista histórico-cultural quanto do ponto de vista científico-acadêmico. No Brasil, a MTC é regulamentada por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC). A PNPIC introduziu práticas de saúde e recursos terapêuticos com o objetivo de prevenir doenças e auxiliar os usuários a recuperarem a saúde, focando no vínculo terapêutico e na integração do indivíduo com o meio ambiente e a sociedade².

Atualmente, dentre as Práticas Integrativas e Complementares (PICs), regulamentadas

1 Psicóloga Clínica pela Universidade de Brasília- UnB. Mestre em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília- UnB. Pós-graduada em Medicina Tradicional Chinesa e Fitoterapia Chinesa. Professora de Medicina Tradicional Chinesa na Escola Nacional de Acupuntura de Brasília- ENAC. Coordenadora do ambulatório de Fitoterapia Chinesa na ENAC. Email: paulafranca90@gmail.com.

2 Secretaria de Atenção Primária à Saúde [página na internet] Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, acesso em 11 de outubro de 2025 (disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/pics>).

pela PNPIC, encontramos algumas técnicas pertencentes a MTC, como a Fitoterapia Chinesa. A Fitoterapia Chinesa é um recurso terapêutico que visa compreender e tratar diversas patologias, seguindo os princípios da MTC, como desarmonia de *Qi*, *Yin* ou *Yang*; padrões de deficiências etc. Esse tratamento pode ser eficaz como tratamento complementar de adoecimentos como: queixas digestivas, dores crônicas, baixa imunidade, insônia, ansiedade, sintomas depressivos, dentre outros.

Apesar de suas similaridades, em especial a alguns dos insumos utilizados, a Fitoterapia Chinesa diverge da Fitoterapia Brasileira por responder aos paradigmas teóricos e técnicos da MTC. A maneira de compreender o adoecimento, diagnosticar e propor o tratamento adequado necessita de conhecimentos prévios de MTC e fármacos chineses. Nesse contexto, é necessário investir em formações e capacitações profissionais em Fitoterapia Chinesa no Brasil.

Embora apresente potenciais terapêuticos significativos, a Fitoterapia Chinesa enfrenta desafios como a dificuldade de acesso à Farmacopeia Chinesa, a escassez de pesquisa e a falta de cursos de formação específica no Brasil. Assim, surgiu a necessidade de implementar um curso de formação e pós-graduação em Fitoterapia Chinesa, além da criação de um ambulatório de atendimento à comunidade, focado na prescrição de fórmulas chinesas e/ou matérias médicas chinesas (isoladas), seguindo o padrão de diagnóstico e tratamento da MTC.

OBJETIVOS

O Objetivo do presente artigo é relatar a experiência do ambulatório de Fitoterapia Chinesa em uma instituição de ensino de Medicina Tradicional Chinesa no Distrito Federal e apresentar as principais demandas clínicas atendidas no ambulatório, a fim de exemplificar as diversas patologias em que a Fitoterapia Chinesa pode atuar, auxiliando tratamentos convencionais. Para contribuir com tal relato, esse trabalho propõe também uma breve revisão bibliográfica sobre conceitos de MTC e Fitoterapia Chinesa.

CONCEITOS BÁSICOS DA MEDICINA CHINESA

As obras clássicas *Huangqi Neijing* e *Shen Nong Ben Cao Jing* trazem conceitos básicos de MTC e Fitoterapia Chinesa que regem o raciocínio dos processos de adoecimento e possibilidades de tratamento dos pacientes. Podemos destacar os conceitos de *Qi*, *Yin/Yang*, Teoria dos Cinco Elementos, teoria do *Zang Fu* e Classificação das Ervas de acordo com a Fitoterapia Chinesa.

O CONCEITO DE QI

Segundo Maciocia (2007), o *Qi* é uma forma imaterial que promove o dinamismo e todas as atividades dos seres vivos. No ocidente é equivocadamente traduzido como “energia”, tradução essa que é insuficiente. O caractere referente a *Qi* possui outros significados desde a sua versão

tradicional 氣, como na versão simplificada 气. Tradicionalmente significa o “vapor gerado pelo cozimento de arroz cru”, associando-se a uma ideia de ar, vapor, algo imaterial, mas que possui também relação com algo material. O *Qi*, portanto, é algo que, em si, tem natureza imaterial e material ao mesmo tempo.

Para a MTC, o *Qi* é único. É a força motriz que garante o movimento e funcionamento de todo o nosso organismo. Ele é único, mas se transforma, se manifestando em diferentes características a depender da função exercida naquele contexto. Por exemplo, apesar de ser um só, ele se manifesta nas polaridades *Yin* e *Yang*. Quando está a serviço da alimentação, manifesta-se no *Qi* dos Cereais, que transporta e transforma os alimentos em nosso organismo.

Os tratamentos propostos pela Medicina Chinesa têm a finalidade de promover a mobilização, circulação ou a tonificação do *Qi*, bem como acalmá-lo e redistribuí-lo quando em excesso, e expulsar o *Qi* perverso, em casos de invasões de patógenos.

O CONCEITO DE YIN E YANG

Um dos conceitos bases da Medicina Tradicional Chinesa surge a partir das considerações do Daoísmo acerca das leis que regem o universo. *Yin Yang* é um princípio naturalista da filosofia chinesa, que se refere à dualidade de todas as coisas da existência.

É um conceito que pressupõe uma dualidade oposta, porém complementar e dinâmica entre suas polaridades. Ou seja, o *Yin* é o oposto de *Yang* na natureza, mas essa oposição não é conflitante. O *Yin* precisa do *Yang* e o complementa ao longo dos ciclos e vice-versa. Essa complementação mútua é vívida, regida pelos movimentos fluidos do mundo. Por exemplo, o dia é um fenômeno considerado *Yang*, pois é claro, quente e dinâmico em oposição à noite, que é escura, fria e mais estática, de natureza *Yin*. Porém observamos na natureza a passagem do tempo ao longo de um dia. Isso significa que o dia não se transforma em noite bruscamente nem tampouco que o dia e a noite são opostos conflitivos. *Yin* e *Yang* são complementares, pois um não pode existir na ausência do outro. E quando esse equilíbrio é prejudicado, temos consequências ruins para o fluxo da vida.

A MTC é uma medicina naturalista, portanto afirma que todo indivíduo é um microcosmo dentro de um macrocosmo. As leis que regem a natureza também regem o corpo e mente dos indivíduos, pois tudo aquilo que se manifesta no universo manifesta-se em cada pessoa também. Nesse sentido, a lei do *Yin Yang* também se aplica em cada sujeito, tanto nas emoções quanto na parte física.

A regra do *Yin Yang* também circunscreve a noção de doença e saúde para todos os indivíduos. Quando o *Yin* e o *Yang* estão em equilíbrio, respeitando seus momentos adequados de predominância ou descanso, então o indivíduo está saudável. Quando *Yin* ou *Yang* se desequilibram, manifestando-se no excesso ou na deficiência, então o sujeito adocece.

Tal como os seres humanos, as plantas, minerais e demais substâncias, que fazem parte da

fitoterapia chinesa, também respeitam a regra *Yin Yang*. Nesse sentido, quando o fitoterapeuta estuda uma medicação para seu paciente, leva-se em consideração o padrão *Yin Yang* tanto do sujeito quanto das substâncias, sempre no raciocínio de trabalhar excessos ou deficiências, e assim retornar o sujeito para seu equilíbrio saudável (Maciocia, 2007).

A TEORIA DOS CINCO ELEMENTOS

Outro conceito base da MTC é o dos Cinco Elementos. Esse conceito, também descrito no Huangdi Neijing, obedece ao princípio filosófico Naturalista, tal como o *Yin Yang*.

Observando os fenômenos da natureza, os daoístas concluíram pela existência de cinco movimentos principais, cada um deles com suas características e desdobramentos no ambiente: a Madeira, o Fogo, a Terra, o Metal e a Água. Esses movimentos obedecem a mesma Lei de manifestação sobre e em todas as coisas da existência. Nesse sentido, em cada indivíduo teremos a presença desses Elementos, sendo eles responsáveis por várias funções em nosso corpo em nível emocional, funcional e orgânico.

Cada Elemento, portanto, governa um par de órgãos e vísceras (*Zang Fu*) em nosso corpo, manifesta-se em uma emoção predominante e garante a manutenção e circulação do *Qi*. Em relação aos alimentos, plantas, minerais etc. cada um deles também obedece a lei dos Cinco Elementos, tendo predominâncias em sua composição. Assim, o alimento, planta, mineral etc. entra na dinâmica terapêutica do tratamento “emprestando” sua propriedade para aquele indivíduo que busca restabelecer seu equilíbrio.

A TEORIA DO ZANG FU

A Teoria do *Zang Fu* corresponde a explicação das relações funcionais orgânicas, das emoções, atividades mentais, tecidos orgânicos e órgãos do sentido dos indivíduos.

Para os médicos da MTC, o *Zang Fu* corresponde a cada par de víscera-órgãos dos indivíduos, que nada mais é que a representação do *Qi* condensado em matéria. Os *Zang Fu* são nosso *Qi* material, que se divide de acordo com suas funções em nosso organismo. Essa divisão, por sua vez, obedece às leis *Yin Yang* e dos Cinco Movimentos. Por exemplo, quando analisamos o par de *Zang Fu*: Fígado-Vesícula Biliar, sabemos que ele é a manifestação material do *Qi* da Madeira. Fígado-Vesícula Biliar também estão correlacionados à emoção da Raiva, que é a manifestação psíquica (*Qi* funcional) da Madeira.

O *Qi* circula em nosso *Zang Fu*, nas polaridades *Yin* e *Yang*, transferindo-se entre os Cinco Elementos de forma contínua. Essa circulação ocorre em vias ao longo de nosso corpo, chamadas Meridianos ou Canais Energéticos.

CLASSIFICAÇÃO DAS ERVAS DE ACORDO COM A FITOTERAPIA CHINESA

Os conceitos básicos da Medicina Chinesa originam-se nos princípios filosóficos daoístas

e determinam o paradigma que circunscreve todas as ramificações de tratamento, independente do recurso utilizado: Acupuntura, Moxabustão, Tuiná, Fitoterapia, Dietoterapia etc.

Quando discorreremos especificamente sobre a fitoterapia chinesa, outros conceitos precisam ser apresentados, que dizem respeito à nossa farmacopeia. São conceitos descritos no Clássico da Matéria Médica de Shen Nong (206 a.C – 220 d.C). Esta é uma obra que apresenta algumas matérias médicas em uma primeira tentativa de organizar e classificá-las, de acordo com o fluxo de *Qi* que elas promovem. É importante situar esse compêndio em seu tempo histórico, datado de uma época em que não havia recursos científicos para estudar as propriedades farmacológicas de cada planta ou mineral. Aqui vemos a clássica classificação entre ervas superiores, medianas e inferiores.

A Farmacopeia Chinesa, bem como sua Fitoterapia, continuou se desenvolvendo ao longo dos séculos para chegar nas classificações dos insumos que hoje utilizamos a fim de definir uma conduta terapêutica adequada. Segundo Ling & Noletto (2009), a Farmacopeia classifica suas substâncias de acordo com: As quatro naturezas, os cinco sabores, as quatro tendências (movimentos), as correspondências aos meridianos e colaterais e toxicidade e atoxicidade das ervas.

CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM AS QUATRO NATUREZAS

A primeira classificação refere-se à natureza do *Qi* da erva. Utiliza uma classificação relativa à “temperatura”, porém está na verdade condicionada à lei *Yin Yang*. São essas: ervas quentes e mornas, de natureza *Yang*; ervas frescas e frias, de natureza *Yin*. Também temos ervas de natureza neutra, que se encontram entre as polaridades *Yin* e *Yang*.

As quatro naturezas obedecem a regra dos contrários, em relação ao paciente. Lemos por exemplo: “Tratar aquele que está frio é aquecê-lo e tratar aquele com calor é refrescá-lo.” (*Shen Nong Ben Cao Jin*, citado em Filho & Wilms 2017). Isso significa que quando tratando um paciente com síndromes de calor, utiliza-se ervas que o refresquem e vice-versa.

CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM OS CINCO SABORES

Retomando o que anteriormente escrevemos acerca da Teoria dos Cinco Movimentos, acrescentamos a eles outra característica importante: os sabores de cada movimento. De acordo com a teoria, cada movimento está ligado a um dos sabores, sendo esses o picante (Metal), o doce (Terra), o ácido (Madeira), o amargo (Fogo) e o salgado (Água).

Nas relações de correspondências do *Zang Fu*, portanto, o sabor Picante relaciona-se ao pulmão, o doce ao baço, o ácido ao fígado, o amargo ao coração e o salgado aos Rins. Todos os sabores são considerados do ponto de vista do paladar, dos sabores medicinais e na função medicamentosa da substância.

CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM OS QUATRO MOVIMENTOS

Classificamos também as ervas de acordo com sua capacidade de mover o *Qi* no organismo dos sujeitos e para onde ela “empurra” esse *Qi* em nós: ascende, descende, aprofunda ou dispersa.

Essa característica está diretamente ligada à Classificação dos Sabores, pois são os sabores que servem de referência para compreender qual movimento aquele insumo produzirá: O amargo descende; o salgado ascende; o picante dispersa; o ácido constrição; e o doce auxilia na circulação e estrutura o *Zang Fu*. Síndromes de Vento-Frio, por exemplo, tendem a acumular frio na superfície e na parte baixa. Nesse caso, busca-se ervas que aqueçam o paciente, ascendam o *Qi* e dispersem esse excesso de vento.

CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM A CORRESPONDÊNCIA AOS MERIDIANOS

A correspondência aos meridianos significa “pertencer” aos canais do *Zang Fu*. Quando uma substância adentra ao organismo, apresenta uma predominância de desempenho de seu efeito medicinal atingindo a um ou a alguns canais dos órgãos e vísceras, segundo Ling & Noleto (2009).

CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM A TOXICIDADE

Essa característica surge a partir de um conhecimento do efeito farmacológico das ervas. Nas origens da fitoterapia chinesa, os médicos chineses partiam da observação dos efeitos de cada uma delas nos pacientes que a ingeriam, e que na atualidade são verificados através de testes laboratoriais.

O grau de toxicidade das ervas é um indicador para determinar tempo de utilização, dosagens e combinações possíveis ou contraindicadas com outras ervas ou medicamentos convencionais.

Assim concluímos que todos e quaisquer propostas terapêuticas com o uso dos fitoterápicos chineses precisam obedecer aos princípios gerais da Medicina Tradicional Chinesa e às classificações das ervas de acordo com a nossa Medicina (Ling & Noleto 2009).

SOBRE O AMBULATÓRIO DE FITOTERAPIA CHINESA

O ambulatório em questão foi criado em uma instituição de ensino de Brasília-DF a partir da necessidade de oferecer conhecimento prático para os alunos de pós-graduação em Fitoterapia Chinesa. Após o ciclo inicial teórico, onde os conceitos apresentados anteriormente são ensinados e aprofundados, os alunos têm a oportunidade de acompanhar pacientes que buscam tratamento com fitoterápicos.

O ambulatório iniciou-se em março de 2025 e, até o presente momento, atendeu cerca de 25 pacientes, que continuam sendo acompanhados em consultas presenciais e de forma remota. Em

julho de 2025 se iniciou uma nova fase que consiste na coleta de dados clínicos para pesquisas científicas futuras. Para tanto, apresentamos aos pacientes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que autoriza ou não o uso de seus dados de forma sigilosa.

Dentre as queixas apresentadas pelos pacientes do ambulatório (primárias e secundárias), temos sintomas relacionados ao climatério; insônia; irritabilidade; ansiedade; sintomas depressivos; Transtorno Obsessivo Compulsivo; queixas digestivas; fadiga crônica; diabetes tipo 2; dislipidemia; dores crônicas; cálculo renal; alergias de pele; hiperplasia prostática.

A amplitude de demandas apresentada evidencia que a Fitoterapia Chinesa tem potencial terapêutico para grande variedade de patologias. Até o presente momento, o ambulatório apresenta taxa de adesão ao tratamento de 83%.

Segundo Ling & Noleto (2009) e Cheng (2008), os tratamentos em Fitoterapia Chinesa englobam desde o uso das Matérias Médicas isoladas, como também a prescrição de Fórmulas Chinesas. Ambas as modalidades possuem diversas apresentações farmacológicas, como decocções, pós, cápsulas, comprimidos, tinturas, xaropes etc. No caso do ambulatório de Fitoterapia Chinesa, optamos pela utilização de decoctos, apresentados em forma de chás, cápsulas de matérias isoladas e pela administração das Fórmulas em formato de comprimidos, cápsulas ou pílulas, respeitando a resolução da ANVISA sobre medicamentos da Medicina Tradicional Chinesa (RDC nº 901, de 06 de setembro de 2024).

CONCLUSÃO

Para ampliar a atuação da fitoterapia chinesa no Brasil é necessária uma combinação de estratégias que envolvem ensino de qualidade, capacitação profissional, materiais de informação para a população e mais atendimentos clínicos e ambulatoriais. É necessário também que os profissionais de MTC no Brasil tenham maior acesso à Farmacopeia Chinesa e aos medicamentos da MTC para que se possa aplicá-los em pesquisa científica. Esses acessos ainda são limitados, dificultando o desenvolvimento dessa medicina.

Com relação ao Ambulatório de Fitoterapia, sabemos que o número de atendimentos ainda é módico, porém o objetivo é ampliá-lo gradativamente, sempre comprometido com a ética e o rigor científico. Além disso, buscamos catalogar dados para fins de pesquisa científica, com a intenção de fortalecer a Fitoterapia Chinesa no Brasil e apresentar evidências de sua eficácia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 901, de 06 de setembro de 2024**, dispõe sobre a fabricação e comercialização de produtos da Medicina Tradicional Chinesa - MTC. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 2024.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde [página na internet] **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS**,

acesso em 11 de outubro de 2025 [disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/pics>]).

CHENG, Lo Der. **Fórmulas Magistrais Chinesas**. 1ª. Edição. São Paulo: Editora Roca Ltda, 2008.

FILHO, Reginaldo, WILMS, Sabine. (2017). **Clássico da Matéria Médica de Shen Nong**, 1. Ed. São Paulo: EBMC; 2017.

MACIOCIA, Giovanni. **Os Fundamentos da Medicina Chinesa**. 2.Ed. São Paulo: ROCA; 2007.

NOLETO, Paulo, LING, Xu. **Materia Medica**. 1. Ed. São Paulo: Ícone; 2009.

Estudo Comparativo entre Currículos de Matemática da China e do Brasil

Pedro de Oliveira Ribeiro Penna¹

André Augusto Deodato²

INTRODUÇÃO

Minha trajetória acadêmica e profissional, percorrida no interior de Minas Gerais, sempre esteve ligada à Educação Matemática e à análise crítica de políticas educacionais. Durante o mestrado, investiguei a implementação do projeto de tempo integral em uma escola pública no interior de Minas Gerais, o que me permitiu perceber as dinâmicas de verticalização nas decisões e os impactos limitados de uma ampliação da carga horária sem aparentes mudanças qualitativas no ensino. Essa experiência converge na direção do que se afirma no relatório da Conferência Nacional de Educação (Brasil, 2024), a saber: o simples aumento de tempo escolar não implica, necessariamente, melhorias significativas na relação dos estudantes com o conhecimento (matemático), especialmente quando as condições socioeconômicas e estruturais não são modificadas.

A vivência nesse contexto — que se desdobrou nas pesquisas que realizei (Penna e Deodato 2023; Penna e Deodato, 2025) — também revelou a influência de agentes privados na educação pública, muitas vezes desconectada das necessidades e realidades locais. A matriz curricular era afetada por diretrizes externas que nem sempre dialogavam com a proposta pedagógica de Educação Integral. Em suma: valendo-me da compreensão de que “[...] não existe

- 1 Doutorando em Educação Matemática, pela Universidade Federal do Ouro Preto. Mestre em Educação Matemática pela Universidade Federal de Ouro Preto. Pesquisador membro do grupo de pesquisa Coletivo Educação Integral e(m) Atividades Matemáticas (CEIAM). Email: pedro.penna@aluno.edu.ufop.br.
- 2 Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor permanente do programa de pós-graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Ouro Preto. Pesquisador líder do grupo de pesquisa Coletivo Educação Integral e(m) Atividades Matemáticas (CEIAM). Email: andre.deodato@ufop.edu.br.

capitalismo filantrópico” (Fontes, 2020, p.15), esse quadro me levou a refletir sobre alternativas e experiências de educação que pudessem servir como inspiração para o Brasil, especialmente em países que enfrentaram e/ou romperam com a lógica neoliberal.

Nesse horizonte, elaborei o projeto de minha tese na qual, a escolha pela China se justifica pela relevância geopolítica e econômica do país e pelo expressivo avanço nas áreas de ciência, tecnologia e educação nas últimas décadas. A evolução do sistema educacional chinês, conforme apontam Zhang, Dai e Yu (apud Guo e Guo, 2016, p. 8), demonstra uma transição de um modelo fundamentado na “ideologia de classes” para outro orientado ao “crescimento econômico e à ciência”. Nesse contexto, as políticas educacionais do país parecem ter sido formuladas com o objetivo de contribuir “para a valorização das capacidades, que podem ser mobilizadas para o aumento da produtividade e da eficiência econômica e para o crescimento, e o fazem liberando o setor privado desses custos e investimentos” (Kertenetzky, 2011, p. 136). Entretanto, no curto prazo, o sistema educacional, em sua totalidade, não parece se direcionar para um modelo de caráter mais igualitário, uma vez que as desigualdades por ele produzidas constituem um elemento funcional à manutenção do atual modelo de acumulação de capital (Costa, 2018).

Na tese, em construção, apontamos³ como objetivo geral analisar aproximações e distanciamentos entre os modos como professores brasileiros e chineses do ensino fundamental recorrem a seus respectivos currículos nacionais para o desenvolvimento de conteúdos de Matemática. A pergunta central que direciona o estudo é: de que maneira professores chineses afirmam utilizar o “Padrão de Curso de Matemática” (China, 2022) e professores brasileiros a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) e como tais documentos se relacionam com o ensino de matemática em seus respectivos países?

DESENVOLVIMENTO

Para a construção da fundamentação teórica, partiremos do pressuposto de Fiorentini (2005) de que para o exercício da docência em Matemática, não é suficiente possuir apenas o domínio conceitual e procedimental do conhecimento matemático acumulado historicamente. O autor ainda afirma que, é igualmente imprescindível compreender seus fundamentos epistemológicos, sua trajetória histórica, as relações que estabelece com a realidade, seus múltiplos usos sociais e as diversas linguagens por meio das quais um conceito matemático pode ser representado ou expresso. A partir dessa perspectiva, estudos comparativos entre currículos de diferentes países podem permitir acessar aspectos da historicidade que ancora as distintas mudanças de realidade desses países.

Em continuidade, ressaltamos que o currículo, como destaca Michael Apple (1995, p. 23),

“[...] não é simplesmente um conjunto neutro de conhecimentos a serem transmitidos aos alunos; ele é, antes, um reflexo das relações de poder que permeiam a sociedade”. Tal afirmação revela a dimensão política intrínseca às escolhas curriculares, que privilegiam determinados saberes e excluem outros, moldando, assim, a formação dos sujeitos.

Em consonância, Tomaz Tadeu da Silva (1999, p. 15) argumenta que “[...] o currículo não é apenas uma questão pedagógica ou técnica, mas também uma questão ética e política”, indicando que sua construção envolve disputas e decisões que ultrapassam o campo estritamente escolar. Ao assumir que o currículo é culturalmente situado, Silva (1999) reforça a ideia de que ele carrega valores e perspectivas que influenciam diretamente o modo como o conhecimento é organizado e transmitido.

Isso posto, na perspectiva da Educação Matemática, Skovsmose (1994, p. 14) defende que “[...] a educação não pode ser compreendida separada da sociedade”, e, portanto, o currículo de Matemática, em nosso entendimento, precisa ser pensado em conexão com as práticas sociais, econômicas e políticas. Acerca dessa visão, Valero (2004) complementa ao afirmar que o currículo é também um espaço de construção de identidades, pois influencia a maneira como os estudantes se percebem como sujeitos capazes de lidar com a Matemática e de participar criticamente na sociedade.

Ressaltamos ainda, recorrendo a Pais (2011), nossa posição crítica à ideia de neutralidade curricular. Acerca desse ponto o autor mostra que os conteúdos e métodos escolhidos refletem concepções particulares sobre o papel da Matemática na vida social. Ele argumenta que a exclusão de temas ligados à realidade dos alunos pode contribuir para o afastamento e a desmotivação em relação à disciplina.

Tal ancoragem teórica, nos possibilitará olhar para, no caso brasileiro, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que apresenta-se como documento normativo que “[...] define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (Brasil, 2017, p. 7). Embora se proponha a garantir equidade, a BNCC, ao nosso ver, deixa ampla margem para interpretações e adaptações, o que, por um lado, valoriza a autonomia docente, mas, por outro, pode acentuar desigualdades quando não há condições adequadas de implementação.

Para olharmos para a BNCC, intencionamos realizar uma pesquisa de abordagem qualitativa, voltada para compreender como os professores brasileiros interpretam e afirmam aplicar tal documento na prática. Conforme Minayo (2001), esse tipo de abordagem permite explorar significados e captar as nuances das experiências docentes, que dificilmente seriam reveladas em investigações quantitativas.

Entendida a realidade brasileira, a contrastaremos com a chinesa. Dessa forma, a pesquisa combinará análise documental e entrevistas semiestruturadas. A análise documental incidirá sobre, além do documento brasileiro, ao chinês intitulado “Padrão de Curso de Matemática”

³ A partir deste momento o plural indica a construção do trabalho feita pelos dois autores referidos.

(China, 2022). Nessa análise, a expectativa é destacar objetivos, conteúdos e orientações metodológicas dos dois documentos. As entrevistas serão realizadas com professores de Matemática brasileiros e chineses, buscando identificar como utilizam esses documentos no planejamento e na execução das aulas. No Brasil, intencionamos focalizar a realidade de professores atuantes em escolas de tempo integral; na China, pretendemos manter o mesmo foco, todavia, ainda estamos em processo de compreensão da realidade chinesa e também dependeremos de quais professores conseguiremos acessar. As entrevistas seguirão um roteiro flexível, permitindo aos participantes que aprofundem aspectos que considerem relevantes, em linha com o que propõe Flick (2009) sobre a importância de dar voz aos sujeitos na pesquisa qualitativa.

Por fim, a triangulação entre dados documentais e relatos de professores permitirá analisar não apenas o que está prescrito, mas também como é interpretado e afirmado se materializar nas práticas pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que a pesquisa intencionada, a partir da historicidade, colabore para se colocar em relevo formas diferentes de os estudantes se relacionarem com o ensino de conteúdos matemáticos. Conjecturamos que a análise poderá evidenciar como as distintas formas de produção brasileira e chinesa afetam a formação e o acompanhamento docente na mobilização dos respectivos currículos nacionais.

Como desdobramento, a investigação pode trazer elementos para a compreensão do currículo como construção política e cultural, ampliando a perspectiva comparada na Educação Matemática e trazendo elementos que auxiliem na formulação de políticas públicas. Adicionalmente, os resultados poderão subsidiar ações voltadas para a melhoria da formação docente e para se (re)pensar os documentos de currículo no Brasil, eventualmente inspirando-se em aspectos observados no contexto chinês, mas, por óbvio, adaptando-os às realidades locais.

Espera-se, ainda, contribuir para o fortalecimento dos laços entre China e Brasil, considerando que, no contexto atual, essa relação encontra-se em seu momento de maior proximidade.

REFERÊNCIAS

COSTA, João Vitor Guimarães. **Ensaio sobre o sistema de educação na China: a caminho de que Estado de bem-estar social?** 2018. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Welfare state e desenvolvimento. **Dados**, v. 54, n. 1, p.129-156, 2011.

GUO, SHIBAO; GUO, YAN. (Ed.) **Spotlight on China: Changes in Education under China's Market Economy**. Sense Publishers, 2016.

FONTES, Virgínia. Capitalismo filantrópico? Múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Revista Marx e o Marxismo. Revista do NIEP-Marx**, v. 8, n. 14, 2020.

PENNA, P. DE O. R.; DEODATO, A. A. **Mudanças na relação dos estudantes com a matemática: um olhar para desdobramentos da pandemia e do tempo integral**. *Revemop*, v. 5, p. e202313, 22 dez. 2023.

PENNA, Pedro de Oliveira Ribeiro; DEODATO, André Augusto. Não imaginei que ia decair tanto: mudanças na relação de estudantes com a Matemática em uma escola de tempo integral. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**. São Paulo, v. 16, n. 2, p. 1–23, 2025. DOI: 10.26843/rencima.v16n2a02. Disponível em: <https://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/rencima/article/view/4776>. Acesso em: 9 ago. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2025.

CHINA. **Mathematics Curriculum Standards (2022 edition) for Compulsory Education**. Beijing: Beijing Normal University Press, 2022.

PAIS, A. (2011). **Criticisms and contradictions of ethnomathematics**. *Educational Studies in Mathematics*, 76(2), 209–230.

VALERO, P. Postmodernism as an attitude of critique to dominant mathematics education research. In: WALSHAW, M. (Ed.). **Mathematics education within the postmodern**. Greenwich (USA): Information Age, 2004. p. 35 - 54.

SKOVSMOSE, O. **Towards a philosophy of critical mathematics education**. Dordrecht: Kluwer, 1994.

BRASIL. **Conferência Nacional de Educação – CONAE 2024**. Tema: Plano Nacional de Educação 2024-2034: Política de Estado para garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável. Brasília, DF, 28 a 30 jan. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FIorentini, Dario. A formação matemática e didático-pedagógica nas disciplinas da licenciatura em matemática. **Revista de Educação**. PUC-Campinas, n. 18, 2005.

Entre Taiwan e China: Mudança na política externa dos países centro-americanos no âmbito da *Belt and Road Initiative*

Samira Leite Negri¹

Joab Miguel Caselato²

INTRODUÇÃO

A Iniciativa Cinturão e Rota — *Belt and Road Initiative* (BRI), em inglês — constitui uma ambiciosa estratégia de desenvolvimento global lançada pela China em 2013, inspirada na antiga Rota da Seda. Centrada em investimentos em infraestrutura, energia, transporte e telecomunicações, a BRI visa fomentar a cooperação internacional e o desenvolvimento econômico em mais de 140 países, com ênfase em nações em desenvolvimento. Divisível em dois grandes eixos, terrestre e marítimo, a iniciativa busca promover a interconexão e a integração econômica ao longo das antigas e novas rotas comerciais, espalhadas pelo globo (De Conti e Mozias, 2020; Barros, 2021).

Considerando o conjunto de ações e projetos de investimento, a iniciativa age como uma ferramenta valiosa no âmbito da estratégia chinesa voltada para a inserção, aumento e consolidação da presença do país no Sistema Internacional, caracterizada pela intensa atividade de investimento em grandes projetos de infraestrutura. Nesse sentido, a BRI também se propõe a ir além do âmbito econômico, englobando temáticas análogas aos princípios de governança global, à primazia pelo meio ambiente e sustentabilidade, bem como o desenvolvimento social, refletindo a crescente sofisticação dos interesses chineses no cenário global (Pautasso *et al*,

¹ Graduanda em Relações Internacionais e Integração, pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Pesquisadora membra do grupo de pesquisa As iniciativas de infraestrutura de China e Estados Unidos para a América do Sul em um cenário de desintegração. Pesquisadora membro do grupo de extensão Observatório dos BRICS. E-mail: samiraleitenegri@gmail.com.

² Graduando de Relações Internacionais e Integração na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Pesquisador membro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Capitais Transnacionais na América Latina e Caribe (UNILA), do Observatório e Curadoria dos BRICS (UNILA-UFPE) e Participante do GECHINA. E-mail: joabcaselato@gmail.com.

2020).

Transpassando para o contexto da BRI na América Latina — enquanto principal foco deste trabalho — é crucial destacar que a maior parte dos países latino-americanos que atualmente fazem parte da BRI, só entraram no projeto após reconhecerem Taiwan como um território pertencente à China Continental. Assim, destaca-se o caráter diplomático da Nova Rota da Seda, especialmente na implementação ativa da *One China Policy* — a Política de uma China (Oviedo, 2024).

Outro ponto que o presente artigo abordará é a mudança de postura entre os países centro-americanos — nomeadamente Panamá, Costa Rica, Honduras, El Salvador e Nicarágua — na questão do não reconhecimento de Taiwan como país independente, buscando compreender quando e porque esta ocorreu. É importante enfatizar que todas as nações supracitadas, enquanto apoiavam a ilha, tinham ínfimas relações com a China Continental — o que também está correlacionado à grande influência dos EUA na região. Entretanto, após cortarem os laços e passarem a reconhecer a ilha como parte da República Popular da China, houve um aumento significativo das relações diplomáticas e comerciais (Oviedo, 2024). Ademais, em um gesto de maior aproximação com a China, o Parlamento Centro-Americano (PARLACEN), cujos membros são Nicarágua, El Salvador, Honduras, Panamá, República Dominicana e Guatemala, expulsou Taiwan como observador permanente, substituindo seu posto pela República Popular da China (Su, 2023).

Adicionalmente, abordar-se-á, também, a maneira pela qual a influência chinesa se apresenta na região, em comparação direta com a Política Externa estadunidense para com a América Central. Isso será efetuado com o intuito de compreender, em linhas gerais, de que maneira a interferência histórica dos EUA no istmo relaciona-se com a proximidade e interesse na manutenção de laços taiwaneses na localidade, num contexto no qual a China passa a se estabelecer enquanto notório parceiro político e econômico dos países centro-americanos (Pautasso *et al*, 2020).

A caráter de contextualização e embasamento teórico, utilizar-se-á para o presente trabalho uma gama de artigos e produções científicas relacionadas à política externa da República Popular da China, à Iniciativa do Cinturão e a Rota e sua possível posição enquanto instrumento de governança de Beijing, ademais de produções acerca de discussões contemporâneas sobre como se dá a mudança da política externa dos países, buscando compreender os interesses e atores envolvidos no processo, resgatando as discussões de Putnam, como o jogo de dois níveis com essa finalidade. Para tal, será utilizada a plataforma Google Acadêmico e suas distintas ferramentas para otimizar a seleção das produções.

BEIJING: UM DRAGÃO DE MUITAS CABEÇAS

A República Popular da China (RPC), apesar de mostrar-se na contemporaneidade como

um dos grandes casos de sucesso econômico, passou por uma grande quantidade de transformações em alto grau desde o século XIX até o contexto hodierno. Tais transformações — possibilitadas pela Revolução Comunista de 1949 — resultaram na transição de um país majoritariamente campestre e descentralizado, que custosamente enfrentava a problemática da fome, para uma das maiores economias globais atuais (Neto, 2005).

A partir da revolução, em meados da década de 1970, a RPC passa a aderir a uma série de estratégias de reformas políticas e econômicas voltadas à modernização sobre os eixos socialistas, reorganizando internamente a nação de modo a atrair investimentos e tecnologia. Todas as iniciativas realizadas tinham por objetivo solidificar a presença chinesa no cenário internacional, possuindo certo caráter de abertura ao mercado internacional, que não era acompanhado de uma abertura política, como ocorreu no caso soviético (Pautasso *et al.*, 2020).

“O estado socialista surgido da revolução possuía grandes diferenças daquele saído da revolução russa de outubro de 1917, seu exemplo mais próximo. Não se constituíram soviets (conselhos operários) como na revolução russa de 1917. O partido comunista tomou o poder através do Exército Popular de Libertação. Com isso, embora popular em sua composição e extensão, as organizações de massa como sindicatos, não foram chamados a exercerem o poder diretamente. Isso explica porque foi se formando um estado burocrático, de cima para baixo e intolerante às iniciativas independentes.” (Andrade, 2017, p. 11)

A abertura da China em certa medida para o capital estrangeiro possibilitou uma combinação entre a estruturação nacional do regime socialista, com a inserção de certas características capitalistas de mercado, as quais corroboraram para a entrada de investimentos industriais e no setor de serviços, que impulsionam a economia chinesa. A partir deste cenário, observa-se que, entre os anos 1980 e 2015, o Produto Interno Bruto do Estado apresentou um crescimento anual médio de 9,6%, tendo seu PIB per capita aumentado em 40 vezes — passando de \$200 dólares em 1980, para \$8000 dólares em 2015 (Huang, 2016). Apesar disso, a partir do ano de 2012, observa-se uma desaceleração no crescimento do PIB nacional, que alcança a marca de 6,9% no ano de 2015, potencialmente tendo sido motivada pela estabilização do país no que tange ao seu desenvolvimento interno, bem como pelo enfraquecimento do mercado internacional observado no final da década de 2000 e início de 2010 (Huang, 2016).

Aqui, encontramos o pano de fundo para o surgimento da Iniciativa do Cinturão e Rota, em um contexto no qual - no que diz respeito à esfera econômica — o crescimento chinês passava por um momento de relativa inércia, enquanto - em termos diplomáticos e de estratégia política — a China buscava a reforma das instituições internacionais dominantes estruturadas com o fim da Segunda Guerra Mundial, a criação de instrumentos que fizessem frente à hegemonia do Ocidente e o estabelecimento de relações multilaterais mais sólidas, ou até mesmo o incentivo da delimitação de mecanismos de negociação bilateral, considerando as existentes dificuldades de

Beijing de garantir os interesses nacionais em órgãos pré-existentes de ordem multilateral, dominados pelos interesses ocidentais (Pautasso *et al.*, 2016).

UM DRAGÃO, DUAS CAUDAS

Apesar da presença de fatores históricos de alta capacidade explicativa e de contextualização do atual quadro observado no que tange à relação China-Taiwan, considera-se aqui como marco analítico inicial do confronto político-ideológico e militarizado a criação oficial da República Popular da China, em 1949 (Didier, 2016). Neste momento, a consolidação da vitória do Partido Comunista Chinês (PCCCh), que levou à mudança oficial na forma de governo observada previamente, resultou na saída do Kuomintang - o partido de oposição nacionalista do país - da China continental, bem como na criação da chamada República da China, conhecida também como Taiwan (Didier, 2016).

A partir do cenário criado, estabelecem-se dois governos distintos denominados enquanto “China”, um de caráter socialista — representado pela porção continental do país — e outro atrelado às correntes capitalistas globais — a porção insular do território (Mendes, 2004). Nesse viés, considerando a premissa de que as lideranças de ambas as regiões encontravam-se em espectros políticos diametralmente opostos, ademais da decisão indiscutível da RPC do não reconhecimento da independência de Taiwan, constata-se um claro cenário de tensão advindo desta relação (Mendes, 2004).

Ademais, vale ressaltar que, historicamente, logo após a retirada do KMT para Taiwan, o governo de Chiang Kai-shek na ilha foi reconhecido pela vasta maioria das nações do Sistema Internacional como o único governo legítimo da China. Assim, Taiwan ocupou, entre 1949 e 1971, a cadeira da China no Conselho de Segurança da ONU e representou o país na Assembleia Geral e em organismos internacionais (Dalbosco, 2022). Tal reconhecimento inicial da ROC pode ser considerado uma consequência direta do anticomunismo da Guerra Fria e da estratégia de contenção dos EUA — que buscariam limitar ao máximo a relevância internacional de atores autodeclarados comunistas —, além da priorização por parte de Beijing em voltar sua atenção à temáticas de interesse nacional mais urgentes, como a reestruturação político-econômica interna, questões fronteiriças, etc. (Dalbosco, 2022; Fairbank, 1997).

Sem embargo, tal situação passou por drásticas mudanças com a aprovação da Resolução 2578 da ONU em 1971, que reconheceu a República Popular da China como a legítima representante da China (Dalbosco e Wimer, 2024). Essa mudança veio como consequência das políticas de relativa liberalização e abertura econômica adotadas pela RPC no início da década de 1970, com a chegada de Dèng Xiǎopíng (邓小平) à presidência da Comissão Militar Central da China — enquanto líder de alta relevância política e econômica para o país — que permitiram à Beijing a obtenção de posições mais favoráveis na ordem internacional bipolar da época, bem como com o fim da “Pax Americana” e do consenso de Washington. Sob essa lógica, a supracitada

resolução das Nações Unidas foi seguida pelos Estados Unidos, sob o Presidente Richard Nixon, que iniciaram mudanças positivas no que tange à suas relações com a RPC, culminando no reconhecimento diplomático completo do país em 1979 (Dalbosco e Wimer, 2024; Laufer e Wimer, 2024). É importante ressaltar, porém, que apesar do reconhecimento da RPC, os Estados Unidos mantiveram seu apoio econômico e militar a Taiwan, incluindo vendas em alta medida de armamentos e aparatos bélicos, bem como a manutenção de proximidade e boas relações políticas e econômicas com Taiwan e seus aliados diplomáticos remanescentes (Dalbosco e Wimer, 2024).

Neste enquadramento, um dos principais fatores para a compreensão da projeção internacional taiwanesa após o final da guerra civil chinesa e durante a Guerra Fria foi indiscutivelmente a atuação estadunidense no contexto das políticas de contenção ao comunismo instauradas em escala global. Durante a estrutura bipolar da Guerra Fria, o apoio dos Estados Unidos foi um fator decisivo para a manutenção do status quo no conflito entre China e Taiwan, impedindo sua resolução e assistindo militar e economicamente movimentos anticomunistas na Ásia Oriental como um todo, como seriam os casos da China, Coreia e Vietnã (Rodríguez Aranda, 2011). Em adendo, conforme explicitado em antemão, mesmo após o reconhecimento da RPC pelos EUA em 1979, o apoio econômico e militar a Taiwan, incluindo vendas significativas de armas, não foi interrompido; pelo contrário, Washington permaneceu exercitando a manutenção de boas relações políticas e econômicas com Taipei, utilizando-se — inclusive — de sua influência e controle sobre as lideranças da América Latina e o Caribe para favorecer o estabelecimento de laços entre a ilha chinesa e as nações latino-americanas (Dalbosco e Wimer, 2024; Machado, 2024).

Tal delimitação exposta serve de justificativa para o fato de que a maior parte da região, em particular a América Central, representou um alicerce diplomático crucial para Taiwan na segunda metade do século XX, com a permanência de um significativo contingente de aliados da ilha mesmo após a admissão da RPC nas Nações Unidas. Tal lealdade era, em grande parte, um reflexo dos vínculos históricos com os Estados Unidos e do apoio a regimes autoritários de direita no subcontinente durante a Guerra Fria, que viam em Taiwan um aliado geopolítico anticomunista garantido (Machado, 2024).

Contudo, a partir da declaração realizada pela RPC em 1993, por meio da publicação do livro branco de título “A questão de Taiwan e a Reunificação da China”, houve um esclarecimento do panorama encontrado sob o ponto de vista da política externa chinesa. Nele, a República Popular da China defendia a posição de que era necessária uma resolução pacífica do dilema encontrado, pautada na ideia de que a unidade e integridade de um território colocavam-se enquanto direito inalienável de um Estado Soberano, recusando-se em reconhecer a autonomia taiwanesa enquanto nação independente, porém cunhando a estrutura de “Um País, Dois Sistemas”, reivindicando a unificação dos dois territórios com a particularidade da autonomia da ilha em

estruturar seu próprio regime interno diferencial ao continental (Mendes, 2004).

Assim, a Política Externa da RPC se centrou na delimitação de estratégias para o isolamento internacional de Taiwan, estabelecendo enquanto critério essencial para a consolidação de diversos laços de cooperação, econômicos e de parcerias com o gigante asiático o encerramento de relações diplomáticas com Taipé e seu reconhecimento enquanto território de Beijing (Didier, 2016). Como resultado dessa política, apenas 13 nações atualmente reconhecem a soberania de Taiwan e mantêm relações com o território, sendo que — entre eles — sete deles se encontram na América Latina e no Caribe, com exemplos da América Central sendo Belize e Guatemala (Oviedo, 2024).

UM CINTURÃO, UMA ROTA

A *Belt and Road Initiative* (BRI), também denominada Nova Rota da Seda, é uma estratégia de desenvolvimento do governo chinês, lançada em 2013, com enfoque em investimentos em infraestrutura, como portos, rodovias, instalações de energia e de telecomunicações. Abrangendo mais de 140 países em todo o globo — muitos deles ainda em desenvolvimento — e encontrando-se atualmente na casa dos trilhões de reais investidos, a Nova Rota da Seda é dividida em 2 grandes cinturões, um terrestre e um marítimo, e tem como objetivo desenvolver oportunidades da China construir parcerias e cooperações de ganho mútuo, além de buscar expandir a integração, conectividade e desenvolvimento econômico em torno das rotas (Barros, 2021). De maneira dinâmica e vasta, os investimentos da BRI podem derivar tanto de capital estatal — ou seja, do próprio governo chinês — quanto de iniciativa privada — como é o caso da empresa *Asia Pacific Xuanhao*, uma de várias companhias de caráter privado que possuem laços com a BRI. Vale ressaltar que a assistência econômica que a BRI oferece aos países em desenvolvimento auxilia na promoção de uma nova ordem mundial proposta pela China, que, em detrimento da ordem atual, tem caráter não conflituoso, consensual, anti-ditatorial e de não-interferência nos assuntos internos dos países (De Conti e Mozias, 2020).

“A ideia-força que estrutura o atual paradigma de inserção internacional chinesa reside, indubitavelmente, nos esforços em prol da implementação da BRI [...] A Nova Rota da Seda, nesse sentido, é fruto do amadurecimento dos projetos de cooperação ensejados pela estratégia de inserção internacional chinesa — cujo ponto de partida perpassa a capacidade de execução e investimento em significativas obras de infraestrutura —, que adquire níveis de complexidade cada vez maiores, abrangendo questões de governança, sustentabilidade e outras áreas do desenvolvimento social.” (Pautasso *et al.*, 2020, p. 81).

O nome do projeto remonta à Rota da Seda formalmente estabelecida na Dinastia Han (202 a.C. a 220 d.C.), que interligava desde o Império Chinês até o Império Romano, perpassando 3

continentes — Ásia, Europa e África Mediterrânea. A vasta rede de interconexões durou entre 130 a.C até o século XIV, com seu fim marcado pelo declínio do Império Mongol - visto que o Império Otomano, que sucedeu o domínio da região, boicotou o comércio entre o Ocidente e o Oriente —, e da ascensão das Grandes Navegações europeias. A seda, sobre a qual a China possuía o monopólio, era um dos produtos mais lucrativos da época e o de maior interesse entre as nobrezas, especialmente em Roma. Foi considerando esse fato que o cientista alemão Ferdinand von Richthofen cunhou o termo em 1877, no primeiro de cinco volumes acerca da história do conhecimento geográfico da região, com enfoque na China (Hansen, 2012). Nesse sentido, a Rota da Seda atual se espelha nos tempos de ouro de sua antiga homônima para retomar a prosperidade e diplomacia na contemporaneidade.

Considerando os objetivos, princípios e parâmetros de funcionamento da iniciativa supracitados, faz-se importante ressaltar também a maneira pela qual a China conduz a BRI em âmbito internacional, definindo-a enquanto um instrumento para maior cooperação da nação asiática com os países interessados em integrá-la. Nesse prisma, a harmonia em suas relações se coloca como uma das principais premissas do projeto, juntamente da ideia do benefício conjunto nos investimentos e as relações mediadas pelas normas internacionais coletivamente sancionadas (Barros, 2021).

“Para atingir tais prioridades, são definidos alguns mecanismos: no campo bilateral, é incentivada a criação de planos de desenvolvimento em conjunto e, também, o desenvolvimento de projetos-piloto para abastecer as relações entre as nações envolvidas. Já no campo multilateral, há um enfoque na utilização de mecanismos e plataformas já existentes, bem como fóruns internacionais relacionados, entre outras plataformas que a China faz parte.” (Barros, 2021, p. 207)

O(S) DRAGÃO(ÕES) NO ISTMO

A partir do entendimento das relações dispostas, transfere-se o foco analítico para a América Central, na qual se observa que a relação dos países centro-americanos com Taiwan remonta à Guerra Fria, período em que os alinhamentos políticos e estratégicos foram influenciados pelas tensões entre EUA e URSS. Nesse sentido, Taiwan conseguiu manter laços diplomáticos com vários países da América Central devido ao forte apoio dos EUA, sustentado especialmente devido a visão anticomunista da ilha. Durante esse período, Taiwan ofereceu a esses países cooperação em diversas áreas, como agricultura, tecnologia e desenvolvimento de infraestrutura. No entanto, vale pontuar que essa relação não foi apenas motivada por alinhamentos ideológicos, mas também por pragmatismo econômico, visto que Taiwan utilizava a ajuda financeira e projetos de cooperação como um meio de garantir o apoio diplomático, particularmente em organismos internacionais como as Nações Unidas, onde buscava reconhecimento como Estado soberano, sendo, desse modo, uma parceria de ganho mútuo

(Aguilar, 2014).

“Desde o final da década de 1990, Taiwan também implementa a chamada “Diplomacia Pragmática”, introduzida pelo presidente Lee Teng-hui. Essa abordagem visa estabelecer relações práticas e mutuamente benéficas com outros países, sem exigir o reconhecimento formal. Lee Teng-hui acreditava que Taiwan deveria ocupar um espaço político proporcional ao tamanho de sua economia, que, na época, era a 14ª maior do mundo. A diplomacia pragmática permite que Taiwan busque parcerias em áreas como comércio, cultura e tecnologia, fortalecendo sua posição internacional por meio de cooperação concreta em setores específicos e evitando a necessidade do reconhecimento diplomático formal.” (Machado, 2024, p. 27)

Ademais, é curioso ressaltar que até países mais alinhados ideologicamente com a China, como a Nicarágua e a Guatemala, mantiveram o reconhecimento da soberania de Taiwan devido ao interesse econômico (Aguilar, 2014).

“Na própria Nicarágua sandinista, cujo governo, por parâmetros históricos, estaria mais próximo da China comunista, os vínculos com Taiwan são mantidos. A cooperação financeira não reembolsável que o país recebeu no período de 1996-2000 foi de US\$ 29,8 milhões. Entre os destinos do montante, a Casa Presidencial da Nicarágua ficou com sete milhões, o exército com dois milhões e a Assembleia e a Polícia Nacional com um milhão cada uma (PERALTA, sem data). As empresas taiwanesas mantêm investimentos de maquilas em zonas francas, o que gera empregos em um país onde o desemprego é um problema crucial, e o TLC assinado com Taipé, em vigor desde 2008, dinamiza as relações bilaterais.” (Aguilar, 2014, p. 261, tradução nossa)

A partir da década de 2000, especialmente após a crise econômica de 2008 e com o crescente protagonismo — tanto econômico quanto político — da China no cenário internacional, a América Central passou a reavaliar suas relações com Taiwan. Isso se fez presente inserido no contexto da “Maré Rosa” da América Latina, que diz respeito à movimentação dos países da região em direção ao estabelecimento de laços comerciais e parcerias para além dos Estados Unidos e seus parceiros, num cenário no qual observa-se o distanciamento dos governos do subcontinente das políticas neoliberais hegemônicas nas décadas anteriores, adentrando um período de relações regionais e internacionais caracterizado como “pós-hegemônico” (Machado, 2024). Essa mudança é de extrema importância para a China, porque, como pontua Aguilar:

“Ao contrário de seu pouco peso em termos de configurações geopolíticas mundiais, uma das razões pelas quais a América Central, neste contexto, é importante para a China evidentemente não se dá por seu atrativo econômico, ou por garantir sua segurança energética, mas por oferecer a possibilidade de

reduzir o já curto reconhecimento oficial que Taiwan ainda desfruta. Os países centro-americanos formam a principal proporção de nações que ainda mantêm relações diplomáticas com a ilha asiática.” (Aguilar, 2014, p. 258, tradução nossa).

O principal fator que motivou tal mudança diplomática desses países da América Central para a China foi, sem dúvidas, o positivo impacto econômico, principalmente a partir de políticas de expansão chinesas na região. Entre elas, destaca-se a implementação da Iniciativa Cinturão e Rota, que visa ampliar a influência global chinesa por meio de investimentos em infraestrutura, telecomunicações e energia, concessões comerciais e acordos bilaterais, assim, oferecendo grandes benefícios aos países parceiros (Rodríguez *et al.*, 2024). Além disso, para a China, a região é extremamente valiosa devido à sua localização geográfica, visto que diminui a travessia entre os oceanos Atlântico e Pacífico e une as Américas do Norte e do Sul (Honório, Hellmund, 2015).

Assim, os governos centro-americanos se encontraram em um dilema: manter o apoio à Taiwan, que oferecia ajuda financeira limitada, porém constante, ou se alinhar com a China, com sua promessa de investimentos em grande escala. Por exemplo, a Nicarágua viu no gigante asiático uma oportunidade de atrair investimentos e modernizar seus portos, além da possibilidade da criação do Canal da Nicarágua (Kafruni *et al.*, 2021). O gigante asiático, por sua vez, observava o potencial na construção de um segundo canal bioceânico de grande porte, que fizesse frente ao panamense — que fora construído por intermédio estadunidense e ainda mantinha uma forte relação de dependência perante aos interesses da potência ocidental (Honório, Hellmund, 2015).

Logo, os incentivos chineses, além de sua postura agressiva no que tange a diplomacia comercial — especialmente com a Política de uma China —, superaram a capacidade de competição de Taiwan. Ademais, ainda, atrela-se à mudança à pressão internacional e regional, visto que vários países da América Latina e de outras regiões do mundo passaram a reconhecer o pertencimento da ilha à China. Desse modo, os países da América Central se sentiram isolados e precisaram repensar seu alinhamento e estratégias diplomáticas para não perder oportunidades (Aguilar, 2014).

Pode-se analisar a postura desses países a partir do Jogo de Dois Níveis, desenvolvido por Robert Putnam, visto que, segundo o autor, os líderes políticos estão sempre jogando em dois tabuleiros simultaneamente: o doméstico e o internacional. Nesse sentido, os chefes de Estado precisam negociar tanto com atores externos, como outros países e instituições internacionais, quanto com atores internos, como partidos políticos, grupos de interesse e a opinião pública (Putnam, 2010).

“Uma concepção mais adequada dos determinantes domésticos da política externa e das relações internacionais deve enfatizar a luta política: os partidos,

as classes sociais, os grupos de interesse (tanto econômicos quanto não-econômicos), os legisladores e mesmo a opinião pública e as eleições — e não apenas os funcionários do poder Executivo e os arranjos institucionais.” (Putnam, 2010, p. 150)

No caso da América Central, as pressões internas incluíam as elites empresariais, favoráveis ao acordo, especialmente devido à expansão comercial e desenvolvimento infraestrutural nos países, bem como uma possível alternativa aos desafios econômicos — como altos índices de pobreza e desemprego (Cardozo, 2008). Enquanto isso, externamente, os governos também enfrentavam a pressão de uma crescente dependência comercial e econômica da China, visto que o país se tornava o maior comprador de *commodities* e o principal investidor estrangeiro na América Latina. Logo, manter relações com Taiwan não era mais tão vantajoso.

“Além disso, à medida que os fluxos de IED da China para a América Central aumentavam, a China abordava tanto as necessidades de desenvolvimento dessas nações quanto suas próprias demandas comerciais, empreendendo projetos como a possível construção de canais interoceânicos na Nicarágua ou em Honduras.” (Rodríguez *et al.*, (2024), p. 4, tradução nossa).

Outrossim, faz-se necessário destacar, também, a maneira pela qual a temática da infraestrutura é colocada em destaque nos debates atrelados à política externa nas relações internacionais contemporâneas. Ao serem analisados os distintos papéis e interesses conjugados à propostas de grandes projetos e empreitadas em relação à infraestrutura — o que se observa enquanto carro-chefe da Iniciativa do Cinturão e Rota —, como o canal da Nicarágua, rodovias ligando os grandes centros urbanos centro-americanos aos portos e litorais, dentre outros, destacam-se as tendências estratégicas de desenvolvimento nacional desses países, bem como delimita-se o escopo ampliado do papel de tais redes de investimento para a consolidação da posição chinesa no Sistema Internacional (Honório, Hellmund, 2015).

A transição diplomática dos múltiplos países da América Central de Taiwan para a China, nesse diapasão, foi um processo gradual, mas que se acelerou nas últimas décadas. Em 2007, Costa Rica foi o primeiro país da região a reconhecer a China, um movimento que causou impacto em toda a América Latina. Posteriormente, a decisão do Panamá de seguir esse caminho em 2017 foi um marco importante, já que o país é uma peça chave no comércio global devido ao Canal do Panamá. Assim, a China rapidamente se tornou o segundo maior usuário do canal, atrás apenas dos Estados Unidos, o que fez com que o governo panamenho visse a oportunidade de fortalecer ainda mais os laços econômicos com Pequim (Rodríguez *et al.*, 2024).

Na sequência, El Salvador assinou o Memorando de Entendimento com o governo chinês, em 2018, tornando-se o terceiro país da região a oficializar os laços diplomáticos com Beijing e a deixar de manter relações com Taiwan. Já em 2022, a República da Nicarágua consolidou seus laços oficiais com a República Popular da China no âmbito da BRI e passou oficialmente a

Nova Rota da Seda (Green Finance & Development Center, 2025). Transpassando para 2023, Honduras foi o último país a romper relações com Taiwan e reconhecer oficialmente a China - influenciada por uma série de fatores econômicos e políticos, incluindo a promessa de grandes investimentos chineses em projetos de infraestrutura e o desejo de expandir o comércio com o gigante asiático (Rodriguez *et al.*, 2024).

A ÁGUIA NO ISTMO

É notório que a América Central é uma região geoestratégica, não somente por unir as Américas, mas também por facilitar o fluxo, principalmente, de mercadorias entre os oceanos Pacífico e Atlântico — ou seja, entre a Ásia e o restante do globo. Nesse sentido, as duas potências atuais China e Estados Unidos disputam esse território, embora com abordagens distintas. A China utiliza-se de acordos de investimentos e de recursos para financiamento de projetos voltados para infraestrutura e desenvolvimento - como a *Belt and Road Initiative* - com o objetivo de reciprocidade dos países: eles reconhecem a “Política de uma só China” e mantém uma relação — em termos diplomáticos e econômicos — amigável com a RPC, enquanto recebem benefícios econômicos atrelados à esfera do desenvolvimento regional. Assim, esse modelo de cooperação evita a imposição direta de condições rígidas a serem seguidas. Em contrapartida, os EUA recorrem a mecanismos de pressão tanto diplomática quanto militar — especialmente com o intuito de preservar a narrativa histórica de “guerra ao comunismo” como instrumento ideológico, bem como de manter aliados que possam conter a expansão chinesa ao redor do globo, como Taiwan. E é nesse sentido que o apoio à Taiwan é emblemático:

“Outro aspecto central da diplomacia de Taiwan é o apoio dos Estados Unidos, que desempenham um papel crucial para a segurança e a estabilidade da ilha. Os EUA mantêm compromissos estratégicos com Taiwan e têm interesse em preservar a ilha como aliada na região do Indo-Pacífico. A diplomacia de dissuasão adotada pelos EUA, que visa comunicar a credibilidade de seus compromissos estratégicos, é uma ferramenta essencial que Taiwan utiliza para reforçar sua posição frente à RPC. A cooperação com os Estados Unidos, tanto em aspectos militares quanto políticos, é uma alavanca importante que Taiwan maximiza para garantir o suporte de uma das maiores potências globais, assegurando, assim, sua sobrevivência no complexo ambiente internacional.” (Machado, 2024, p. 27)

Assim, de acordo com Aguilar (2014), a escolha dos países centro-americanos entre esses dois modelos não é mera questão de afinidade ideológica, mas resulta de uma análise pragmática dos benefícios e riscos envolvidos. De um lado, os investimentos chineses oferecem a perspectiva de modernização e desenvolvimento econômico; de outro, o alinhamento com os Estados Unidos garante acesso a mecanismos de segurança e a uma rede de aliados que, historicamente, contribuiu para a estabilidade regional — mesmo que, frequentemente, com um modelo de

política intervencionista, sob a alegação de preservar a democracia na região e promover mudanças de regime que servissem aos interesses dos EUA e à sua visão de segurança nacional (Marcelino, 2023). Além disso, para Barros (2021), essa disputa de modelos de intervenção reflete uma mudança na dinâmica das relações internacionais, na qual os países da América Central se veem compelidos a escolher entre a oferta de recursos e investimentos imediatos e a preservação de laços estratégicos que assegurem a manutenção de uma ordem internacional baseada na segurança e na estabilidade. É nesse sentido que destacamos a saída recente do Panamá da *Belt and Road Initiative*, que torna o país oficialmente o primeiro Estado latino-americano a ingressar no projeto e o primeiro a também deixá-lo. O presidente panamenho, José Raúl Mulino, declarou no início de 2025 que a embaixada do país na China já havia enviado a documentação exigida dentro de 90 dias para descontinuar sua participação na BRI, já que Mulino tinha dúvidas sobre os benefícios da parceria, bem como as reais intenções chinesas com o acordo (Asia Today, 2025). Vale ressaltar que a saída ocorreu após a visita do secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, ao Panamá, no início de fevereiro de 2025, o que aumentou as especulações sobre a influência estadunidense na decisão (Al Jazeera, 2025), já que Rubio ameaçou tomar medidas contra o país centro-americano caso o país não tomasse providências para a redução da influência da China — especialmente no Canal do Panamá (Asia Today, 2025). Em resposta, a China criticou a “mentalidade de guerra fria” de Washington na América Latina, afirmando que os EUA difamam e sabotam o projeto, e lamentou a decisão panamenha (Al Jazeera, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado a partir das considerações estabelecidas em antemão, constatam-se múltiplos aspectos interconectados de forma a justificar a mudança das políticas externas dos países, tanto no âmbito doméstico quanto no cenário internacional. Nesse prisma, a ascensão da China enquanto ator relevante na disputa hodierna pela posição de potência global, bem como a Iniciativa do Cinturão e da Rota que surge nesse contexto, têm sido responsáveis pela reconfiguração do cenário geopolítico internacional, impactando ativamente o campo no qual se estabelecem as decisões no que tange à política externa centro-americana.

Assim, os debates aqui apresentados demonstram que a mudança na política externa dos países da região em relação a Taiwan e China é tanto um reflexo dessa nova ordem mundial, quanto fruto das mudanças na opinião pública em âmbito interno e dos interesses nacionais. Outrossim, considera-se também a influência dos setores privados - que se beneficiam ou não com essa mudança no cenário internacional - partindo do princípio de que o aumento nas relações com a potência asiática pode trazer frutos para empresas domésticas com foco na exportação, além de que as ofertas chinesas têm sido um atrativo irresistível para governos e empresas centro-americanas que buscam recursos para o desenvolvimento e a superação de desafios infraestruturais.

Faz-se importante, ademais, destacar que a disputa pela hegemonia do Sistema Internacional contemporâneo, atrelada diretamente à ideia da relação dual de manutenção-ruptura com o status quo vigente, manifesta-se não apenas em termos absolutos de crescimento econômico e capacidade bélica, mas sim apresenta uma miríade de fatores interligados a esse embate. Para a China, a consolidação de sua posição enquanto potência hegemônica em ascensão depende — para além da solidificação de suas parcerias e posições favoráveis com o globo, na qual destaca-se o papel da BRI - diretamente da estabilidade e concretização de sua construção enquanto nação homogênea, sendo crucial para Beijing impedir a dissociação política e econômica taiwanesa de si, bem como podar raízes que a ilha esteja estabelecendo em outras regiões. Em oposição, para os Estados Unidos, faz-se crucial - dentro de suas perspectivas estratégicas e parâmetros de ação no âmbito de sua Política Externa - encontrar possíveis focos de instabilidade em sua adversária e procurar minar suas forças em pontos estratégicos, o que torna interessante para os EUA a consolidação de parcerias com Taiwan, seu apoio em localidades de interesse — como a América Central - e o distanciamento coercitivo de Estados dentro de sua esfera de influência da RPC.

À luz desta perspectiva, conclui-se que a análise realizada neste trabalho tem o potencial de contribuir para uma melhor compreensão desse fenômeno complexo e multifacetado, considerando as implicações das novas relações entre a América Central, Taiwan e China. Todavia, para o bom entendimento das circunstâncias apresentadas, é imprescindível ressaltar que tais implicações são amplas e podem gerar tanto oportunidades quanto desafios para a região, exigindo um acompanhamento contínuo das dinâmicas em jogo para o entendimento holístico dos fatores em jogo.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Aleksander. América Central entre dos Chinas: De la historia al pragmatismo. *In*: SOTO ACOSTA, Willy (Ed.). **Política internacional e integración regional comparada en América Latina**. San José: UNA - Universidad Nacional de Costa Rica, p. 257-268, 2014.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **História Contemporânea II**. Universidade Estadual de São Paulo. 2017. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2007440&forceview=1>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BARROS, José Vitor Honório Monteiro de. A Iniciativa Cinturão e Rota na América Latina. **Pensamiento Propio: Publicación Trilingüe de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe, Nuevas miradas sobre el futuro: América Latina y el Caribe en la perspectiva de la juventud**, p. 202-240, 2021. Disponível em: <https://www.cries.org/wp-content/uploads/2021/09/010-Paper_Monteiro-de-Barros.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

BEAULANDE, Guillaume. Taiwan e China disputam a América Central. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 3 de maio de 2016. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/taiwan-e-china-disputam-a-america-central/>>. Acesso

em: 3 jun. 2024.

CARDOZO, Gustavo A. La disputa China-Taiwán en América Central y el Caribe. **Observatorio de la Política China**, fev. 2008.

China slams US as Panama quits Belt and Road Initiative. **Al Jazeera**, 7 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2025/2/7/china-blasts-us-as-panama-quits-belt-and-road-initiative>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

DALBOSCO, Júlia. **Entre o Tigre e o Dragão: Paraguai e suas Relações com Taiwan e a China no Início do Século XXI**. 2022. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/items/6f8b7dad-4066-4937-82b1-2171737a5bfb>>. Acesso em: 11 jun. 2025.

DALBOSCO, Júlia; WIMER, Fernando Romero. **Relaciones Entre La República Popular China e Paraguay a Comienzos del Siglo XXI: Tensiones en el último bastión sudamericano de Taiwan**. *In*: LAUFER, Rubén; WIMER, Fernando Romero (ORG). **China en América Latina y el Caribe: ¿nuevas rutas para una vieja dependencia?: el nuevo ‘tercer mundo’ y la perspectiva del ‘desarrollo’**. Curitiba: Appris, v. 1, 2024.

DE CONTI, Bruno Martarello; MOZIAS, Petr. A Iniciativa do Cinturão e Rota: Desafios e Oportunidades para a China e para o Mundo. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 9, n. 17, p. 212-241, jan./jun. 2020.

DIDIER, Laurent. **Economic diplomacy: The “one-China policy” effect on trade**. Université de La Réunion, 2016.

FAIRBANK, John King. **China: una nueva historia**. [s.l.]: Andres Bello, 1997.

GREEN FINANCE & DEVELOPMENT CENTER. **Countries of the Belt and Road Initiative (BRI)**. FISF Fudan University, 2025. Disponível em: <<https://greenfdc.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/?cookie-state-change=1739302904419>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

HANSEN, Valerie. **The Silk Road: A New History**. New York: Oxford University Press, 2012.

HONÓRIO, Karen dos Santos; HELLMUND, Paula Fernández. A Infraestrutura na agenda da política externa de Cuba e Nicarágua no início do século XXI: notas sobre o canal da Nicarágua e o porto de Mariel. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Sociales**, n. 11, jan.-jun. 2015.

HUANG, Yiping. Understanding China's Belt & Road Initiative: Motivation, framework and assessment. **China Economic Review**, n. 40, p. 314-321, 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1043951X16300785?via%3Dihub>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

KAFRUNI, Gustavo; COLLAZIOL, Maurício L; OLIVEIRA, Pedro H de Oliveira; TESTON, Rafaela. **A Nicarágua no centro da disputa entre os Estados Unidos e a China. Observatório do Estado Latino-Americano**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/odela/2021/09/09/a-nicaragua-no-centro-da-disputa-entre-os-estados-unidos-e-a-china/>>. Acesso em: 02 out. 2024.

LAUFER, Rubén; WIMER, Fernando Romero. **China en América Latina y el Caribe:**

¿nuevas rutas para una vieja dependencia? : el nuevo 'tercer mundo' y la perspectiva del 'desarrollo'. Curitiba: Appris, v. 1, 2024.

MACHADO, Isadora Vieira Pereira. **China: um novo horizonte para a América Central frente a Taiwan (2007-2023)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2024.

MARCELLINO, Maria Luiza Kellermann. **A CIA como instrumento de manutenção da hegemonia estadunidense: intervenções na América Latina no período da Guerra Fria**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2023.

MENDES, Carmen Amado. O conflito sobre o Estreito de Taiwan: uma China, uma nação, dois lados?. **O Diálogo Europa – China – Ásia-Pacífico: desafios e turbulências no século XXI**. Leiria: Magno Edições, 2004. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/21246>>. Acesso em: 30 set. 2024.

NETO, Aristides Monteiro. **Dilemas do desenvolvimento na China: crescimento acelerado e disparidades regionais (da Revolução Comunista à globalização)**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Out. 2005. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1627/1/TD_1126.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

OVIEDO, Eduardo Daniel. **Princípio de 'uma só China' é linha vermelha de Pequim**. Folha de S. Paulo, 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/01/principio-de-uma-so-china-e-linha-verme-lha-de-pequim.shtml>>. Acesso em: 30 set. 2024.

PANAMA quits China's Belt and Road Initiative. **AsiaToday**.id, 8 fev. 2025. Disponível em: <<https://asiatoday.id/read/panama-quits-chinas-belt-and-road-initiative>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

PAUTASSO, Diego; NOGARA, Tiago Soares; UNGARETTI, Carlos Renato; DORIA, Gaio. A Iniciativa do Cinturão e Rota e os Dilemas da América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, n. 24, p. 77-106. dez. 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/259>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia Política**, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010.

RODRÍGUEZ ARANDA, Isabel. Los desafíos a la reunificación de China y Taiwán: la Ley Antisecesión (2005) y el Acuerdo Marco de Cooperación Económica (2010). **Rev. Bras. Polit. Int**, v. 54(1), p. 105-124, 2011.

RODRIGUEZ, Julio Cesar Cossio; HENDLER, Bruno; TAMIRIS, Gabriela; CORRÊA, Rosa; MOTTA, André Luiz Cançado. Goodbye Taiwan; Welcome China: The Changing Foreign Policies of Central American Countries (2000–2018). **Chin. Polit. Sci. Rev.**, Fudan University, Springer, set. 2024.

SU, Yen-pin. The Impact of Taiwan's Withdrawal From the PARLACEN. **Prospects & Perspectives**, n. 50, 2023. Disponível em: <<https://www.pf.org.tw/en/pfen/33-10288.html>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

O Realismo Mágico em Mo Yan e Gabriel García Márquez: Uma Análise Comparativa de “*Soaring 飞翔*” e “*Un señor muy viejo con unas alas enormes*”

Vinicius Laurentino¹
Yasmim Cury da Rocha²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral apresentar uma análise comparativa entre o conto *Soaring* (飞翔), do escritor chinês Mo Yan, e *Un señor muy viejo con unas alas enormes*, de Gabriel García Márquez, sob a ótica do realismo mágico ou real maravilhoso. O termo realismo mágico foi criado pelo crítico de arte alemão Franz Roh, em 1925, para caracterizar uma tendência na pintura moderna que combinava a objetividade realista a elementos fantásticos e sobrenaturais naturalizados no cotidiano (Roh, 2016). Posteriormente, o conceito foi apropriado pelos estudos literários latino-americanos e, mais recentemente, passou a ser aplicado também à literatura chinesa, sobretudo na obra de Mo Yan, cuja produção narrativa articula tanto o insólito quanto o real em um contexto social e histórico específico (Florea, 2021; Tang, 2015).

A América Latina, ao longo do século XX, foi marcada por diversas formas de autoritarismo político e de resistência cultural expressas por experiências históricas como as ditaduras militares no Brasil, no Chile, na Argentina, na Colômbia, no Peru, na Nicarágua, na Guatemala e El Salvador. A partir desse cenário, as manifestações literárias latino-americanas buscaram

- 1 Licenciando em Letras – Inglês pela Universidade Federal do Paraná. Como voluntário desenvolve Iniciação Científica (PIBIC/UFPR) na área de crenças e emoções de professores de línguas estrangeiras. É membro do grupo de pesquisa “Formação de Professores de Línguas Estrangeiras - UFPR”. E-mail: viniciuslaurentino@ufpr.br.
- 2 Licencianda do curso de Letras Português – Espanhol da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UFRJ) e integrante do grupo de pesquisa “Laboratório de Estudos de Multimodalidade e Etnografia”. Email: yasmim.cury.rocha@letras.ufrj.br.

compreender as particularidades sociopolíticas e identitárias do continente, elaborando uma estética própria de representação do real. Essa vertente, que uniu o cotidiano e o extraordinário, veio a ser identificada como realismo fantástico ou realismo mágico, tornando-se uma das expressões mais singulares da literatura do continente.

O que caracteriza o fantástico, segundo a tradição crítica, é a irrupção do inexplicável no seio da vida comum. Trata-se de uma intromissão súbita do mistério no quadro da realidade, rompendo a estabilidade das leis conhecidas. Para Roger Caillois, citado por Todorov (1975, p. 32), “todo o fantástico é ruptura da ordem estabelecida, irrupção do inadmissível no seio da inalterável legalidade cotidiana”. Assim, o texto fantástico demanda do leitor a suspensão da descrença e o convida a considerar o universo das personagens como um mundo de criaturas possíveis, que se veem confrontadas com o inadmissível.

O conto fantástico, portanto, deve ser avaliado a partir da intensidade emocional que provoca no leitor. Como observa Lovecraft, citado por Todorov (1975, p. 40), “um conto é fantástico simplesmente se o leitor experimenta profundamente um sentimento de temor e de terror a presença de mundos e poderes insólitos”. Essa dimensão emocional e simbólica desafia as fronteiras entre o real e o sobrenatural, e constitui a base estética que orienta tanto o realismo mágico latino-americano quanto as expressões chinesas contemporâneas do maravilhoso, onde abre espaço para um diálogo comparativo entre as obras de García Márquez e Mo Yan.

SOBRE OS AUTORES

A literatura do realismo mágico, em sua multiplicidade de manifestações, está profundamente marcada pelas trajetórias pessoais e culturais de seus autores. A compreensão das origens de Mo Yan e Gabriel García Márquez permite reconhecer de que forma as experiências históricas, geográficas e simbólicas distintas convergem na criação de universos ficcionais autônomos e, ao mesmo tempo, universalmente reconhecíveis. Ambos partilham o interesse pela oralidade, pelas crenças populares e pela intersecção entre o real e o sobrenatural, aspectos que definem não apenas suas obras, mas também o modo como concebem a função do escritor em contextos de transformação social.

Mo Yan, pseudônimo de Guan Moye (管谟业), nasceu em 1955, na província de Shandong, na China. Reconhecido como um dos principais escritores contemporâneos chineses, o autor escolheu o pseudônimo “Mo Yan”, que significa literalmente “não falar”, como um gesto de cautela e prudência durante o período da Revolução Cultural. Filho de camponeses, interrompeu os estudos precocemente e trabalhou no campo. Essa experiência o aproximou das narrativas orais e dos mitos populares de sua região. Em seu discurso proferido por ocasião do recebimento do Prêmio Nobel de Literatura, em 2012, o autor recorda que sua formação literária foi moldada por histórias contadas em espaços cotidianos, como os campos, os estábulos e o aquecido kang de seus avós, lugares onde ouvia “*tales of the supernatural, historical romances, and strange and*

captivating stories, all tied to the natural environment and clan histories” (Mo Yan, 2012). Essas narrativas, enraizadas na tradição popular, moldaram sua percepção de mundo e sua estética narrativa, marcada pela fusão entre o maravilhoso e o real.

Em outro momento de seu discurso, Mo Yan afirma ter sido, na infância, um teísta, convencido de que “*all living creatures were endowed with souls*” (Mo Yan, 2012), revelando a dimensão espiritual que atravessa sua obra e confere vida simbólica à natureza e aos seres não humanos. Esse pensamento reflete-se em romances como *Sorgo Vermelho* (1986), em que o cenário rural da China assume papel ativo na construção de sentidos e emoções. Em 1984, o autor ingressou na Academia de Artes do Exército de Libertação Popular, sob orientação do escritor Xu Huaizhong, período em que elaborou contos e novelas fundamentais, como *Autumn Floods*, *Dry River* e *The Transparent Carrot*. Nesse contexto, Mo Yan menciona a influência de William Faulkner e de Gabriel García Márquez em sua formação, descrevendo-os como “a pair of blazing furnaces” diante dos quais ele próprio era “*a block of ice*”, metáfora que expressa a necessidade de reconhecer suas influências sem se dissolver nelas. Segundo o autor, “*one writer influences another when they enjoy a profound spiritual kinship, what is often referred to as hearts beating in unison*” (Mo Yan, 2012). A partir dessa afinidade, Mo Yan constrói uma obra que articula memória, história e imaginação, aproximando-se do que a Academia Sueca descreveu como “realismo alucinatório que une contos populares, história e contemporaneidade” (Mo Yan, 2012).

Gabriel García Márquez (1927–2014), por sua vez, nasceu em Aracataca, pequena cidade do norte da Colômbia, situada entre as montanhas e o mar do Caribe. Cresceu sob os cuidados dos avós maternos, cuja influência foi determinante para sua sensibilidade literária e política. Seu avô, um coronel aposentado das guerras civis colombianas, representava para o autor a ligação entre a memória histórica e a experiência pessoal. Estudou em colégios jesuítas e iniciou o curso de Direito, que abandonou para dedicar-se ao jornalismo. Em 1954, foi enviado a Roma como correspondente de um jornal colombiano e, desde então, viveu em diversas cidades, como Paris, Nova York, Barcelona e Cidade do México, em um exílio que contribuiu para a ampliação de sua perspectiva cosmopolita. De acordo com o registro biográfico oficial do Comitê Nobel, García Márquez é um escritor cuja obra “combina o fantástico e o real em um mundo poeticamente rico”, sendo sua ficção fortemente enraizada nas tradições populares do Caribe e na crítica às estruturas políticas e sociais da América Latina (García Márquez, 1982).

Em obras como *Cem anos de solidão* (1967) e *O amor nos tempos do cólera* (1985), o autor consolidou um estilo em que o insólito se manifesta com naturalidade, rompendo a fronteira entre o real e o sobrenatural. Essa fusão é sustentada por uma linguagem simbólica que reflete a herança da oralidade e a cosmovisão latino-americana, marcada por tensões históricas, ditaduras e resistências. A universalidade de sua literatura reside justamente na capacidade de transformar o local em arquetípico, projetando as experiências da América Latina para o imaginário mundial.

Ao observar Mo Yan e García Márquez, nota-se uma profunda convergência estética e temática: ambos constroem espaços ficcionais autônomos, Gaomi do Nordeste e Macondo, que funcionam como microcosmos de suas respectivas culturas. Em ambos, o real e o sobrenatural se confundem, a história se converte em mito, e a memória coletiva assume papel estruturante. Ainda que provenientes de tradições literárias distintas, a chinesa e a latino-americana, os dois autores compartilham a convicção de que a ficção é uma forma de traduzir as contradições do humano e de resistir ao esquecimento. O realismo mágico, nesse sentido, surge não apenas como um estilo narrativo, mas como um gesto de preservação simbólica daquilo que o tempo e a história tendem a silenciar.

CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CONTOS

O conto *Soaring* (飞翔), publicado originalmente em 2001 na coletânea *Shifu, You'll Do Anything for a Laugh*, de Mo Yan, apresenta uma narrativa ambientada em uma aldeia rural do norte da China, marcada por tradições patriarcais e por uma rígida estrutura social. A história tem início com a preparação de um casamento arranjado entre duas famílias camponesas: Hang Xi aceita casar-se com a irmã muda de um vizinho, sob a condição de que sua própria irmã, Yanyan, despose o irmão desse homem. O acordo, firmado de maneira pragmática e sem o consentimento das mulheres envolvidas, revela o peso das convenções sociais e a supressão da autonomia feminina no meio rural.

Durante a cerimônia, realizada de acordo com os costumes locais, com música, banquetes e a participação de toda a aldeia, Yanyan demonstra desconforto crescente. A narrativa destaca suas expressões silenciosas, o olhar inquieto e a sensação de sufocamento diante do destino imposto. Em meio à confusão da celebração, ela abandona o pátio familiar e corre pelos campos de trigo, ignorando os chamados e os gritos dos convidados. A fuga é descrita com ritmo cinematográfico: o vento faz as espigas ondular, o céu se abre, e o corpo de Yanyan parece mover-se em harmonia com o ambiente.

É nesse momento que ocorre a ruptura do realismo: ao invés de cair exausta, Yanyan eleva-se lentamente no ar, como se fosse sustentada pela força do vento, e começa a voar sobre os campos dourados, pousando nas copas das árvores próximas. O acontecimento é narrado com sobriedade e sem recurso a explicações sobrenaturais o fenômeno simplesmente acontece, integrado ao cenário e à sensibilidade poética da prosa de Mo Yan.

A partir desse episódio, a narrativa desloca o foco para a reação coletiva. Os aldeões se reúnem para assistir à cena, atônitos, tentando interpretar o que veem. Alguns acreditam tratar-se de um milagre; outros, de bruxaria e possessão demoníaca. Um grupo de homens tenta resgatá-la com redes e varas compridas, enquanto as mulheres murmuram orações. Mo Yan constrói, assim, um microcosmo social que revela a tensão entre superstição e racionalidade, tradição e desejo de liberdade.

Ao longo da história, a imagem do voo assume valor simbólico: representa a insurreição de Yanyan contra o destino feminino imposto, o rompimento com o ciclo de subordinação e a busca de autonomia em um mundo dominado por normas masculinas. Ao mesmo tempo, o texto mantém uma ambiguidade fundamental, não se sabe se Yanyan de fato voa ou se a cena é fruto da imaginação dos camponeses. O narrador, em tom de crônica oral, relata o ocorrido com objetividade e sem julgamento, deixando que o insólito se naturalize no cotidiano.

O desfecho permanece aberto e enigmático: Yanyan não retorna à aldeia, e os moradores continuam a discutir o evento por dias, transformando-o em lenda local. A ausência de explicação confere ao conto o tom característico do realismo mágico, em que o extraordinário se integra à realidade rural sem provocar estranhamento. O texto, visual e poético, insere-se na tradição literária de Mo Yan de representar o universo camponês chinês com humor, lirismo e crítica social, fundindo o concreto ao imaginário.

De modo análogo, o conto *Un señor muy viejo con unas alas enormes*, escrito por Gabriel García Márquez e publicado originalmente em 1968 na coletânea *La increíble y triste historia de la cándida Eréndira y de su abuela desalmada* (1972), também se desenvolve em um pequeno vilarejo, mas situado na costa caribenha. A história se inicia após uma longa tempestade, quando Pelayo e sua esposa Elisenda descobrem um velho caído no pátio enlameado de sua casa, coberto de lama e com asas enormes e pesadas, presas ao chão. A cena inicial é descrita com uma mistura de naturalismo e estranheza: o odor dos caranguejos mortos, a chuva persistente, a penumbra da casa e o corpo grotesco do velho, que se move com dificuldade e geme como um animal.

Sem saber o que fazer, o casal consulta uma vizinha, conhecida por sua superstição, que declara que o homem é um anjo caído. A notícia se espalha rapidamente, e o velho alado torna-se objeto de curiosidade e exploração. Pelayo e Elisenda o prendem em um galinheiro, cobrando entrada para que os vizinhos possam vê-lo. O texto, com ironia sutil, retrata o comportamento coletivo diante do insólito: a multidão oscila entre a devoção e a crueldade, venerando o velho como santo enquanto o trata como atração de feira.

O padre Gonzaga, representante da Igreja local, examina o ancião e conclui que não pode ser um anjo, pois não fala latim e apresenta características humanas demasiado evidentes, cheiro de miséria, feridas, parasitas e uma expressão de cansaço. A Igreja promete investigar o caso, mas Roma demora a responder. Enquanto isso, o vilarejo mergulha no espetáculo do extraordinário, e o casal enriquece com as visitas pagas.

Com o tempo, o interesse do público diminui. Surge uma nova atração, uma mulher transformada em aranha gigante por desobedecer aos pais, e o velho é esquecido no galinheiro, reduzido a uma figura marginal e decadente. Mesmo assim, alguns milagres inexplicáveis são atribuídos a ele, como o de um cego que recupera a visão ou o de um leproso cujas feridas florescem, embora tais eventos sejam narrados com ironia e distanciamento, reforçando a ambiguidade entre fé e incredulidade.

Anos se passam, o ancião, enfraquecido e quase cego, permanece no quintal enquanto Pelayo e Elisenda constroem uma casa nova com o dinheiro obtido. Em uma manhã ensolarada, Elisenda o observa batendo as asas com esforço, tentando voar. Após diversas tentativas desajeitadas, ele finalmente ganha altura e desaparece no horizonte, deixando a mulher indiferente e aliviada.

A narrativa termina de modo silencioso e poético, sem explicações sobrenaturais, encerrando um ciclo de exploração e esquecimento. O conto, exemplar do realismo mágico latino-americano, combina a descrição minuciosa do cotidiano pobre com a irrupção de um elemento impossível, um homem com asas tratado com naturalidade. Assim como em *Soaring*, o insólito não rompe a lógica da realidade, mas revela suas fissuras, expondo a banalidade do sagrado e a miséria moral dos homens.

Ambos os contos, portanto, constroem universos rurais e marginais em que o fantástico emerge como expressão simbólica de resistência no caso de Yanyan, contra a opressão patriarcal; no caso do velho alado, contra a degradação espiritual e a exploração humana. Em *Soaring*, o voo é libertação; em *Un señor muy viejo con unas alas enormes*, é fuga e transcendência. O extraordinário, em ambos, não é ruptura, mas continuidade da realidade, um modo de ver o real com olhos de assombro, conforme a estética do realismo mágico.

O REALISMO MÁGICO NO CONTEXTO CHINÊS VS LATINO AMERICANO

O estudo do realismo mágico revela-se particularmente pertinente na contemporaneidade, pois se trata de um movimento literário recente, ainda em processo de consolidação teórica e de distinção em relação ao real maravilhoso, conceito de contornos próximos, mas oriundo de outro horizonte cultural. De modo geral, o realismo mágico pode ser compreendido como um processo de autenticação da literatura hispano-americana, que, ao romper com os paradigmas narrativos europeus, buscou afirmar uma identidade literária própria, ancorada nas experiências históricas, políticas e culturais da América Latina. Diferentemente da literatura produzida no Velho Mundo, o realismo mágico latino-americano não pretendia isolar-se, mas propor uma nova perspectiva do real, mostrando ao mundo a existência de uma voz narrativa autônoma, capaz de contar sua própria história a partir de suas contradições e mitologias.

Esse movimento se fortaleceu, sobretudo, entre as décadas de 1950 e 1970, impulsionado por uma confluência de fatores: a consolidação de um mercado editorial internacional, o prestígio das obras de autores como Gabriel García Márquez, Julio Cortázar, Alejo Carpentier e Juan Rulfo, e o impacto político e simbólico da Revolução Cubana, que colocou a América Latina no centro das atenções culturais do Ocidente. O período, conhecido como Boom Latino-Americano, tornou o realismo mágico uma estética globalmente reconhecida. Através dela, a literatura latino-americana passou a refletir a sua própria história de colonização, violência e resistência, transformando o insólito em via de expressão da memória coletiva. Como observa a

crítica, ainda que o fantástico se manifeste na forma de irrupções sobrenaturais, a realidade interna permanece inalterada, pois o elemento mágico não destrói a lógica do mundo narrado, mas a amplia, revelando as zonas de invisibilidade do real e a pluralidade cultural do continente.

O impacto dessa estética ultrapassou fronteiras e, nas últimas décadas do século XX, chegou à China, onde encontrou terreno fértil para diálogo e reinvenção. Segundo Wang Xinyan (2014), a introdução de autores estrangeiros como Kafka, Borges, Joyce, Faulkner e, principalmente, Gabriel García Márquez influenciou decisivamente uma nova geração de escritores chineses. Mo Yan, em particular, reconhece que o termo “*realismo mágico*”, inicialmente utilizado pelo crítico de arte alemão Franz Roh (1925) para descrever tendências pictóricas e posteriormente incorporado à literatura, passou a representar, na modernidade, uma forma singular de retratar a realidade por meio do insólito. Para (Wang, 2014, p.214), essa escola literária “reflete a vida real em práticas místicas e mágicas”, ao inserir fenômenos sobrenaturais, personagens excêntricos e episódios fantásticos dentro de narrativas ancoradas em sociedades concretas, transformando o cotidiano político e social em um mito moderno, no qual “o mágico não é menos autêntico que o real”.

Na China dos anos 1980, o contato com a literatura latino-americana levou críticos e autores a repensar o lugar da ficção em relação à cultura e à história. Conforme analisa (Wang, 2014, p.215) a recepção de García Márquez provocou uma mudança de paradigma ideológico: o ser humano passou a ser compreendido, antes de tudo, em sentido cultural, o que estimulou uma reflexão profunda sobre a natureza humana e a memória coletiva. Essa influência contribuiu para o surgimento do movimento conhecido como literatura de busca das raízes *Xungen Wenxue* (寻根文学), cujo objetivo era restaurar a ligação entre a literatura moderna e as tradições locais, mitos, lendas, rituais e religiosidades ancestrais rompidas pelo realismo social do período pós-Revolução Cultural. Assim, sob o influxo do realismo mágico, os escritores chineses libertaram-se de uma moldura moral e política rígida, abrindo-se à imaginação e ao simbólico como formas legítimas de representar a realidade.

Mo Yan, principal expoente dessa vertente, constrói seu realismo mágico com características orientais, fundindo a herança folclórica e oral da região de Gaomi, na província de Shandong, com técnicas narrativas que evocam a ambiguidade e o humor sarcástico de García Márquez. De modo semelhante a Macondo, vila imaginária que concentra o universo ficcional de *Cien años de Soledad* (1967), o “Nordeste de Gaomi” funciona como um espaço simbólico que ultrapassa a geografia concreta, tornando-se metáfora da China rural e de sua memória histórica. Wang, (2014, p.215) observa que Mo Yan, ao “mergulhar profundamente no solo de sua aldeia natal”, transforma histórias orais transmitidas por gerações em narrativas que oscilam entre o real e o mítico, compondo “uma literatura nascida das vozes do povo, da terra e do imaginário camponês”.

A convergência entre ambos os autores manifesta-se também na estrutura narrativa e na

visão de mundo. Tanto García Márquez quanto Mo Yan utilizam elementos de humor ácido, crítica social e hibridismo temporal, diluindo fronteiras entre vida e morte, passado e presente, sagrado e profano. Em obras como *Hong Gaoliang Jiazou (O clã do sorgo vermelho, 1986)*, *Fengru feitun (Seios grandes, quadris largos, 1996)* e *Wa (O sapo, 2009)*, Mo Yan combina eventos históricos, guerras, fome, violência política e imagens oníricas e grotescas, instaurando um discurso alegórico sobre a condição humana. Conforme (Wang, 2014, p.215) sua escrita “não busca o encantamento do impossível, mas uma forma singular de revelar a verdade do real”, convertendo o absurdo em via de conhecimento.

Dessa forma, pode-se afirmar que o realismo mágico chinês, representado por Mo Yan, não é mera imitação do modelo latino-americano, mas uma reapropriação criativa que integra o imaginário oriental e o pensamento simbólico local. Enquanto na América Latina o fantástico emerge da fusão entre mitos indígenas, catolicismo popular e história colonial, na China ele nasce do reencontro com as tradições camponesas e espirituais silenciadas pelo racionalismo moderno. Ambos, porém, partem do mesmo gesto: o de recuperar o poder do mito como forma de expressão da realidade social. Assim, o diálogo entre García Márquez e Mo Yan ultrapassa fronteiras linguísticas e históricas, revelando o realismo mágico como um paradigma transcultural, capaz de unir literatura e memória, política e imaginação, Oriente e Ocidente sob uma mesma poética do assombro.

COMPARAÇÃO ENTRE OS CONTOS

A leitura comparativa entre *A Very Old Man with Enormous Wings* (1968), de Gabriel García Márquez, e *Soaring* (2001), de Mo Yan, revela o modo como o realismo mágico se reconfigura em contextos culturais distintos o latino-americano e o chinês, mantendo, contudo, um mesmo impulso simbólico: o de tensionar a fronteira entre o humano e o sobrenatural, entre o natural e o inexplicável, para desvelar as estruturas de poder, crença e exclusão de cada sociedade. Enquanto o conto colombiano se estrutura como uma alegoria da fé e da hipocrisia coletiva, o texto chinês transforma o insólito em denúncia da violência patriarcal e da repressão social, ambos articulando o fantástico como espelho crítico da realidade.

O motivo mítico do corpo alado

Em *Soaring*, de Mo Yan, o motivo do corpo alado assume caráter libertador e insurgente. A personagem Yanyan, ao ser perseguida pelo marido e pela comunidade, “repentinamente começou a planar no ar, como um grande pássaro” (Mo Yan, 2011, p. 45). O voo, longe de constituir um milagre divino, simboliza a ruptura da mulher com as normas sociais e maritais, funcionando como metáfora da recusa à submissão e à moral patriarcal. Florea (2021, p. 312) observa que Mo Yan recorre com frequência à construção de “mulheres metamórficas, cujos corpos desafiam a estabilidade do realismo socialista e revelam tensões sociais mais profundas”.

Já em García Márquez, o corpo alado perde o brilho do mito e é degradado à materialidade grotesca: “Tenía alas grandes, sucias y medio desplumadas, que le daban un aire lastimoso de gallinazo viejo” (García Márquez, 1968, p. 207). O anjo, figura tradicionalmente associada ao sagrado, é rebaixado à condição de fardo e espetáculo. Como afirma Chiampí (1980, p. 35), o realismo mágico latino-americano “transforma o mito em ruína cotidiana, ironizando seu prestígio e evidenciando sua fragilidade diante da realidade concreta”. Assim, se em *Soaring* o voo é gesto de emancipação, em *A Very Old Man with Enormous Wings* as asas denunciam a decadência do transcendental e a banalização do divino.

O insólito naturalizado

Nos dois contos, o insólito é narrado com naturalidade, como se não rompesse a lógica do mundo. Em Mo Yan, o narrador descreve o fenômeno de Yanyan sem expressar espanto: “O povoado a olhou boquiaberto, mas logo se organizou para capturá-la” (Mo Yan, 2011, p. 46). O evento sobrenatural é rapidamente absorvido pelo cotidiano, transformando-se em ameaça à ordem. O extraordinário não é sagrado, mas enquadrado como anomalia social.

Da mesma forma, em García Márquez, a presença do anjo, “um velho coberto de lama e penas”, é incorporada à rotina da vila. O narrador relata: “Al cabo de pocos días, el espectáculo del ángel desgreado dejó de ser nuevo y entonces todos se aburrían” (García Márquez, 1968, p. 209). O prodígio, que inicialmente causa curiosidade e esperança, converte-se em entretenimento doméstico e comércio popular, simbolizando a capacidade da sociedade de reduzir o extraordinário à banalidade e à exploração.

Reação coletiva: violência e exploração

A reação da coletividade é ponto central em ambas as narrativas. Em *Soaring*, o povo lê o voo de Yanyan como sinal demoníaco e reage com violência: “O povo, acreditando tratar-se de um espírito maligno, perseguiu-a com tochas e pedras” (Mo Yan, 2011, p. 47). A mulher que rompe com o papel de esposa submissa é convertida em monstro, alvo de caça coletiva. O insólito, nesse caso, expõe o medo social do feminino autônomo e a brutalidade do controle comunitário. Em *A Very Old Man with Enormous Wings*, o anjo sofre destino semelhante: “Lo acomodaron en un gallinero, y durante mucho tiempo le echaron de comer con las sobras, como si fuera un animal cualquiera” (García Márquez, 1968, p. 208). O ser alado, que poderia inspirar reverência, é confinado, exibido e explorado como aberração. O conto, como nota a crítica (Encyclopedia.com, 2024), constrói uma alegoria do artista ou visionário incompreendido, cuja diferença é convertida em mercadoria. Em ambos os casos, a reação social oscila entre violência e espetáculo, denunciando a incapacidade coletiva de lidar com o diverso.

Crítica social pelo corpo sobrenatural

Em Mo Yan, o corpo sobrenatural de Yanyan é campo de disputa entre desejo individual e coerção social. Sua transformação em figura alada revela o quanto o corpo feminino é lido como

espaço de ameaça quando escapa ao controle patriarcal. Tang (2015, p. 142) interpreta o voo como “metáfora da resistência simbólica diante da violência estrutural do campo chinês”. Assim, o elemento mágico opera como chave crítica que torna visível a opressão e a repressão moral.

No conto de García Márquez, o corpo sobrenatural do anjo funciona como espelho da hipocrisia religiosa e social. O padre Gonzaga, ao observar o velho, conclui que “los ángeles no comen ajos ni cebollas” (García Márquez, 1968, p. 208), reduzindo o sagrado a uma lógica burocrática e ritualista. O anjo, sujo e silencioso, desafia o dogma e evidencia a esterilidade da fé institucional. Assim como o povo transforma o milagre em comércio, a Igreja transforma o mistério em suspeita, ambos incapazes de acolher o extraordinário.

Diálogo com tradições míticas

Por fim, ambos os autores mobilizam tradições míticas locais para reconfigurar o sentido do sagrado. Mo Yan insere ecos da mitologia chinesa das esposas-pássaros e dos xian (仙) — seres alados que transcendem o humano (Birrell, 1993, p. 116). O mito de Jingwei, filha do imperador Yan que, após morrer afogada, transforma-se em pássaro e tenta preencher o mar com gravetos, ecoa na figura de Yanyan, cuja persistência e transformação expressam a resistência feminina diante da destruição.

“A filha do Imperador Yan foi afogada no Mar do Leste. Ela então se transformou no pássaro Jingwei. Este pássaro se parece com um corvo, com bico branco, garras vermelhas e marcas estampadas. Seu canto é ‘jingwei’. Ele carrega constantemente gravetos e pedras das Montanhas Ocidentais para preencher o Mar do Leste.” (Shan Hai Jing, cap. 19, tradução de Anne Birrell, 1993, p. 116)

Já García Márquez paródia a tradição cristã ocidental dos anjos, subvertendo seu aspecto celestial e apresentando-os “em ruínas, sujos e ineficazes”. O anjo do conto não eleva, mas pesa, não ascende, mas apodrece no galinheiro. A ironia com o sagrado é um dos traços mais característicos do realismo mágico latino-americano: o milagre não é mais epifania, mas desconcerto. Enquanto Mo Yan reescreve o mito no corpo feminino como gesto de libertação, García Márquez o esvazia para revelar a falência espiritual de uma sociedade guiada pela aparência e pelo lucro.

Assim, observa-se que ambos os autores, a partir de diferentes tradições e contextos históricos, utilizam o motivo do corpo alado e do insólito naturalizado para desnudar os mecanismos de exclusão e as contradições da modernidade. Em Mo Yan, o voo é de ruptura e resistência; em García Márquez, queda e degradação. Mas, em ambos, o mágico torna-se instrumento de crítica social, mostrando que o extraordinário é, na verdade, o reflexo mais fiel do real.

PERSPECTIVA DA MORFOLOGIA DO CONTO MARAVILHOSO RELATIVO AO FANTÁSTICO MARAVILHOSO UMA BREVE COMPARAÇÃO

A Morfologia do Conto Maravilhoso, publicada por Vladimir Propp em 1928, constitui um marco na análise estrutural de narrativas populares, particularmente dos contos russos de tradição oral. A partir de um corpus de cem histórias, Propp identificou funções narrativas invariantes; ações de personagens compreendidas segundo seu papel no desenvolvimento da trama, e estabeleceu 31 funções sequenciais que estruturam o conto maravilhoso, independentemente de variações temáticas, culturais ou geográficas. Além das funções, Propp definiu esferas de ação, como herói, antagonista, doador, auxiliar, princesa e mandante, que podem ser acumuladas ou distribuídas entre personagens, mas cujas funções permanecem constantes. Esse enfoque permitiu demonstrar a universalidade estrutural do conto mágico, deslocando a análise do enredo ou tema para uma gramática narrativa de unidades mínimas de ação (Propp, 1928; 1946).

Embora Propp tenha enfatizado a estabilidade funcional, seu modelo admite flexibilidade contextual. Uma mesma ação pode desempenhar funções múltiplas, e elementos como motivações, informações e conectores (§) articulam a narrativa, conferindo coerência sem alterar a estrutura fundamental. Críticos como Lévi-Strauss contestaram o formalismo de Propp, apontando a ausência de dimensão simbólica e histórica, mas sua abordagem continuou influente em narratologia, semiótica e estudos culturais, incluindo análises de literatura erudita, como demonstrado por Haroldo de Campos em Macunaíma (Campos, 2008).

No contexto dos contos contemporâneos analisados, *Soaring* (Mo Yan, 2011) e *Un señor muy viejo con unas alas enormes* (Márquez, 1968), observa-se uma adaptação da morfologia proppiana à lógica do realismo mágico, em que o percurso funcional do conto maravilhoso é subvertido pelo insólito e pela crítica social. Em *Soaring*, a função heroica representada pela ação de Yanyan é interrompida pela força social repressiva: a fuga da jovem não resulta em triunfo nem recompensa, mas expõe a violência do patriarcado rural, transformando o voo em metáfora da resistência diante da opressão (Mo Yan, 2011, p. 45-47; Florea, 2021, p. 312). Já em García Márquez, o ciclo funcional se fecha sem qualquer redenção para o protagonista alado; o insólito é absorvido pelo cotidiano e transformado em mercadoria, convertendo o maravilhoso em espetáculo e ironizando a tradição religiosa (García Márquez, 1968, p. 207-209; Chiampi, 1980, p. 35).

Para ilustrar a comparação das funções narrativas de Propp nos contos *Soaring* (Mo Yan, 2011) e *Un señor muy viejo con unas alas enormes* (García Márquez, 1968), construímos uma síntese que organiza as etapas do conto maravilhoso e as corresponde às narrativas analisadas. A tabela destaca como os autores adaptam a morfologia proppiana, mostrando as transgressões, intervenções mágicas e consequências, e evidenciando a inversão funcional típica do realismo mágico. [Segue em anexo, Tabela 1].

Tabela 1 - Funções de propp na análise comparativa de Mo Yan e Márquez

| Etapa/Função (Propp) | "Soaring" (Mo Yan) | "Es un señor muy viejo..." (García Márquez) |
|-------------------------|---|---|
| a – Situação Inicial | Vilarejo tradicional e patriarcal. | Vila costeira pobre e degradada. |
| y1 – Proibição | Yanyan é proibida de recusar o casamento arranjado. | Nenhuma proibição explícita; o sagrado é reduzido ao cotidiano. |
| δ1 – Transgressão | Yanyan foge, rompendo a norma social. | O anjo surge como corpo estranho, rompendo o natural. |
| A16/A9 – Dano | Ameaça de casamento forçado e expulsão. | O anjo é aprisionado e explorado como atração. |
| F6 – Intervenção mágica | Yanyan adquire espontaneamente o poder de voar. | O anjo aparece caído no quintal, sem explicação. |
| Pr1 / Pr2 - Perseguição | O povo a persegue como demônio. | O povo o confina e cobra ingresso para vê-lo. |
| II – Marca / Estigma | Corpo alado torna-se sinal de desvio. | As asas sujas simbolizam a degradação do sagrado. |
| T1 – Transfiguração | Metamorfose libertadora, mas maldita. | Recuperação das asas e fuga silenciosa. |
| Resultado | Negativo: exclusão e solidão. | Contraditório: banalização e esquecimento. |

Fonte: Própria, criado pelos autores

Dessa forma, ambos os autores realizam uma morfológica invertida do conto maravilhoso: o insólito não conduz ao triunfo nem ao reconhecimento social; antes, evidencia a violência, o desencanto e a incompreensão humanas. Enquanto Mo Yan mobiliza o mito chinês e a transformação feminina como resistência cultural, García Márquez subverte o sagrado e o transcendente, expondo a fragilidade das instituições e a banalização do milagre. O resultado é a

construção de narrativas em que o fantástico maravilhoso não cumpre funções normativas de resolução ou moralização, mas atua como lente crítica sobre as estruturas sociais e culturais que regem o cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a análise comparativa das obras de Mo Yan e Gabriel García Márquez demonstra como distintos contextos culturais e históricos modelam a expressão do realismo e do realismo mágico. Enquanto García Márquez funde o fantástico ao cotidiano para desvelar as complexidades e os paradoxos da realidade latino-americana, Mo Yan, por sua vez, emprega o tragicômico e o insólito como lentes potentes para a crítica social na China contemporânea. Apesar das divergências estéticas e temáticas, ambos os autores consagram a literatura como um instrumento vital de investigação e questionamento da condição humana perante suas respectivas estruturas sociais.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Haroldo de. **Morfologia do Macunaíma**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- CHIAMPI, Irlemar. **O realismo maravilhoso: forma e ideologia no romance hispano-americano**, 1980. São Paulo: Perspectiva. Acesso em: 17 de agosto de 2025
- FLOREA, Marius. Mo Yan and Magic Realism. **Anale. Seria Philologica**, XXXII(1), 2021. Disponível em: https://litere.univ-ovidius.ro/Anale/volum_xxxii_1_2021/1.1%20Marius%20Florea.%20Mo%20Yan%20and%20Magic%20Realism.pdf. Acesso em: 17 ago de 2025.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Nobel Prize lecture: Nobel lecture**, 1982. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1982/marquez/lecture/>. Acesso em: 17 agosto de 2025.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Un señor muy viejo con unas alas enormes**. Bogotá: Editorial La Oveja Negra, 1968.
- MO YAN. **Shifu, You'll Do Anything for a Laugh**. Tradução de Howard Goldblatt. New York: Arcade Publishing, 2011.
- MO YAN. **Nobel Lecture**. The Nobel Prize, 2012. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/2012/yan/lecture/>. Acesso em: 17 de agosto de 2025.
- PROPP, Vladimir. **Morfologia do conto maravilhoso**. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2001.
- ROH, Franz. **O real maravilhoso na pintura**. 1925. Tradução disponível em: ROH, F. **O real maravilhoso na pintura**. Lisboa: Imprensa de Arte, 2016.
- TANG, Y. Magic Realism in Mo Yan's Fiction: A Study of Narrative Techniques. **Studies in Literature and Language**, 11(2), 2015. Disponível em: <http://www.cscanada.net/index.php/sll/article/viewFile/6036/6766>. Acesso em: 17 ago. 2025.

WANG, X. (2014). García Márquez's Impact and Mo Yan's Magical Realism. *Studies in Literature and Language* 9(3): 214-217.

Ensino de Mandarim em Contexto Extensionista: Práticas Pedagógicas, Experiências e Desafios

Vinicius Laurentino¹
Yasmim Cury da Rocha²
Jessica Wu³

INTRODUÇÃO

O ensino de línguas estrangeiras em universidades públicas brasileiras tem se fortalecido por meio de projetos de extensão que aproximam a comunidade acadêmica e a sociedade da diversidade linguística e cultural. Nesse cenário, a presença cada vez mais significativa da China no contexto internacional tem despertado um crescente interesse pelo aprendizado de sua língua, não apenas no contexto acadêmico, mas também profissional, comercial e cultural (Zhang, 2024). Inserido nessa conjuntura, o projeto de extensão *Mais Línguas!*, vinculado ao Centro de Línguas e Interculturalidade da Universidade Federal do Paraná (CELIN/UFPR), tem promovido a oferta de cursos em diferentes línguas que não integram o rol das habilitações do curso de Letras da UFPR, dentre essas línguas, destaca-se o mandarim. Considerando a relevância global da língua chinesa e sua complexidade tipológica em relação ao português, o presente trabalho tem como propósito relatar experiências e práticas de ensino de mandarim vivenciadas a partir do projeto *Mais Línguas!*, com ênfase em abordagens, objetivos, desafios e resultados alcançados no ensino da língua e das culturas chinesas para falantes de português brasileiro

1 Licenciando em Letras – Inglês pela Universidade Federal do Paraná. Como voluntário desenvolve Iniciação Científica (PIBIC/UFPR) na área de crenças e emoções de professores de línguas estrangeiras. É membro do grupo de pesquisa "Formação de Professores de Línguas Estrangeiras - UFPR". E-mail: viniciuslaurentino@ufpr.br.

2 Licencianda do curso de Letras Português – Espanhol da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UFRJ) e integrante do grupo de pesquisa "Laboratório de Estudos de Multimodalidade e Etnografia". Email: yasmim.cury.rocha@letras.ufrj.br.

3 Mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná. Licenciada em Letras Português pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Faz parte do grupo de pesquisa FLORES: Intercompreensão, Didática do Plurilinguismo e Políticas de Línguas - UFPR. Email: jessicawu@ufpr.br.

como língua materna no contexto do Centro de Línguas e Interculturalidade da UFPR.

ABORDAGEM

No âmbito do CELIN, os conteúdos que são trabalhados nos cursos de mandarim, são sempre selecionados e elaborados de maneira cuidadosa por cada professor, levando em consideração não apenas o perfil diversificado do público-alvo, mas também as especificidades do contexto institucional em que os cursos estão inseridos. Nesse sentido, a prioridade no desenvolvimento das ementas de cada curso é alinhar às necessidades formativas dos estudantes, que abrangem desde iniciantes em busca de um primeiro contato com a língua até aprendizes com objetivos profissionais ou culturais mais específicos. Essa atenção à diversidade dos aprendizes reflete a preocupação do projeto em oferecer um ensino acessível, significativo e sensível às motivações individuais, promovendo o engajamento e a autonomia linguística dos participantes.

Além disso, considerando as especificidades do ensino de mandarim para falantes de português como língua materna, foi elaborada uma proposta pedagógica que tem como objetivo facilitar principalmente a compreensão e promover uma aprendizagem mais dinâmica, na qual a língua e a cultura chinesas se articulam de maneira integrada. Para tanto, foi adotada como referência para a elaboração da ementa pedagógica dos cursos de mandarim a abordagem comunicativa, que prioriza o uso da língua em situações reais de interação do cotidiano (Littlewood, 2004).

Com base nesses princípios, os cursos de língua e cultura chinesas são ofertados gratuitamente a partir do projeto *Mais Línguas!* e buscam desenvolver de maneira equilibrada as quatro habilidades linguísticas: compreensão oral, produção oral, leitura e escrita, articulando esse processo de estímulo ao contato com aspectos culturais chineses. Essa integração enfatiza a concepção de que aprender uma segunda língua (L2) implica também compreender os valores, práticas e significados que a sustentam, uma vez que, como destaca Byram (1997), língua e cultura configuram dimensões indissociáveis que andam lado a lado no processo de ensino-aprendizagem de línguas, e é justamente nessa relação que se encontra a riqueza e o potencial educativo das práticas de ensino que são desenvolvidas a partir do contexto do CELIN.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Para colocar em prática os princípios da abordagem comunicativa e da integração entre língua e cultura, foram implementadas uma série de conjuntos pedagógicos elaborados por cada docente, considerando as especificidades das diferentes modalidades de ensino que cada um desenvolve no âmbito do projeto e levando em conta a proposta pedagógica baseada nos conteúdos do *Hanyu Shuiping Kaoshi* (HSK) (Center for Language Education and Cooperation, 2025) e nas diretrizes do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (CEFR)

(Conselho da Europa, 2001). Essas práticas pedagógicas vão desde a elaboração de atividades que visam ao desenvolvimento das habilidades linguísticas básicas, até tarefas mais complexas que promovam a interação entre os aprendizes, de modo que os incentivem a utilizar a língua em contextos autênticos e socialmente relevantes. Entre essas práticas, destacam-se dinâmicas que simulam situações reais do cotidiano, como, mas não limitado a: entrevistas, apresentações, *role-play* e trabalhos em grupo.

Ainda nesse contexto, paralelamente, são aplicadas atividades que unem o aprendizado linguístico a elementos culturais, tais como a exploração de textos literários como poemas, poesias, músicas, filmes, provérbios chineses, apresentações de temas culturais diversificados e manifestações artísticas, para proporcionar aos estudantes uma compreensão mais ampla e dinâmica das dimensões históricas, sociais e culturais associadas ao mandarim e à China.

O planejamento dessas ações contempla ainda estratégias avaliativas diversificadas, que vão além de testes formais, incluindo portfólios, apresentações, autoavaliações e observações do desempenho em situações de uso real da língua, assegurando uma análise abrangente do progresso dos estudantes. Dessa forma, o conjunto de práticas pedagógicas implementadas evidencia um compromisso com a construção de experiências educativas que não apenas desenvolvem competências linguísticas, mas que também fortalecem a consciência cultural e comunicativa, consolidando a abordagem integradora que orienta toda a elaboração dos cursos de mandarim e cultura chinesas no âmbito do projeto.

MODALIDADE DE ENSINO

Atualmente, no contexto institucional do Centro de Línguas e Interculturalidade (CELIN), há tanto a modalidade de ensino presencial quanto a modalidade de ensino online, o que amplia significativamente o alcance e a acessibilidade dos cursos e oficinas que são ofertados.

No ensino presencial, as práticas pedagógicas privilegiam a interação face a face entre professor e estudantes, criando um ambiente de imersão linguística e cultural mais direto. As aulas costumam envolver dinâmicas comunicativas, atividades em grupo, simulações de situações cotidianas e o uso de recursos audiovisuais que auxiliam na percepção dos tons, na pronúncia e na escrita dos caracteres chineses. O contato imediato permite que os professores consigam acompanhar de perto o progresso dos alunos, corrigindo pronúncia, postura e traçado dos caracteres durante os exercícios e práticas de escrita. Além disso, há momentos dedicados a aspectos culturais, como celebração de festividades tradicionais, apresentações de temas culturais, oficinas temáticas e práticas de caligrafia que fortalecem a compreensão da língua em seu contexto sociocultural.

Já na modalidade online, os materiais didáticos são disponibilizados por meio da plataforma institucional UFPR Aberta, garantindo o acesso contínuo e organizado aos conteúdos de cada módulo. As práticas de ensino se adaptam às possibilidades tecnológicas para manter o

caráter comunicativo e interativo das aulas, preservando o foco na construção do sentido e na participação ativa dos estudantes. Para o ensino virtual, são utilizadas plataformas digitais de videoconferência e ambientes virtuais de aprendizagem, nos quais os estudantes podem acessar vídeos explicativos, exercícios de fonética, atividades de reconhecimento de caracteres e jogos linguísticos que estimulam a aprendizagem de forma dinâmica e contextualizada.

O ensino remoto privilegia a autonomia do estudante, incentivando a gestão individual do tempo de estudo e o uso de recursos multimodais, como dicionários digitais, softwares de escrita e aplicativos de treino de pronúncia e leitura. Além disso, o ambiente online favorece a criação de comunidades virtuais de prática, nas quais os estudantes podem interagir entre si, trocar experiências, compartilhar descobertas linguísticas e culturais, e ampliar o contato com a língua fora do horário regular das aulas.

DESAFIOS

Tanto na modalidade presencial quanto na modalidade online, o ensino de mandarim no CELIN enfrenta uma série de desafios pedagógicos que exigem constante adaptação e sensibilidade por parte dos docentes. Um dos principais aspectos que demandam atenção é a heterogeneidade dos estudantes, que apresentam níveis diferentes de proficiência, objetivos variados e ritmos de aprendizagem distintos. Essa diversidade requer a elaboração de materiais didáticos adaptados e estratégias que garantam o equilíbrio entre o conteúdo linguístico e cultural, de modo que todos possam progredir de forma significativa dentro de suas possibilidades.

No ensino presencial, embora haja a vantagem do contato direto entre estudante e professor, acabam surgindo desafios relacionados ao ritmo das aulas, especialmente em turmas com aprendizes iniciantes e intermediários convivendo, às vezes, no mesmo espaço. O professor precisa equilibrar o tempo dedicado a cada estudante, monitorar a pronúncia e a escrita, além de lidar com as diferenças individuais de aprendizado que podem impactar o andamento coletivo. Outro ponto importante é a correção dos tons, aspecto fundamental da língua chinesa, que exige escuta atenta e prática constante. Mesmo no ambiente presencial, a percepção auditiva dos tons pode variar entre os alunos, demandando repetição, paciência e o uso de estratégias diferenciadas, como gestos, gravações, comparações com sons e onomatopeias do português e exercícios fonéticos guiados.

Já no ensino online, a principal dificuldade está relacionada à atenção e ao engajamento dos estudantes, fator que já é comumente relatado no ensino a distância: permanecer longos períodos em frente a uma tela costuma gerar cansaço, distrações e uma sensação de distanciamento que prejudica a interação espontânea. Além disso, a avaliação do desenvolvimento individual e o ensino dos caracteres chineses tornam-se mais complexos, pois o professor ou professora nem sempre consegue observar com precisão aspectos sutis da

pronúncia, da entonação ou do traçado dos caracteres. A correção dos tons, em particular, apresenta-se como um desafio ainda maior no ambiente virtual, devido às limitações técnicas de microfones e conexões, que podem distorcer a qualidade sonora e comprometer a percepção auditiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de mandarim no âmbito do projeto de extensão *Mais Línguas!*, desenvolvido no contexto do Centro de Línguas e Interculturalidade da Universidade Federal do Paraná (CELIN/UFPR), evidencia-se como uma experiência formativa relevante não apenas pelo ensino da língua em si, mas também pela promoção do diálogo intercultural e pela ampliação das possibilidades de acesso ao conhecimento linguístico e cultural da China. Ao longo do processo de planejamento e execução das atividades, observou-se que a integração entre língua e cultura, fundamentada na abordagem comunicativa, constitui o eixo central que sustenta a proposta pedagógica dos cursos e permite que os aprendizes não adquiram apenas competências linguísticas, mas também desenvolvam uma compreensão mais aprofundada sobre os valores, práticas e perspectivas socioculturais chinesas.

As experiências relatadas demonstram que a diversificação das práticas pedagógicas, aliada à utilização de referenciais internacionais como o HSK e o CEFR, tem contribuído para a construção de um ensino sistemático, coerente e que dá para ser ajustado às necessidades do público brasileiro. As atividades elaboradas pelos docentes, que são desde a elaboração de materiais didáticos, preparação de atividades, simulações comunicativas e até o uso de expressões artísticas e culturais, têm favorecido uma aprendizagem que é significativa e contextualizada, fortalecendo o vínculo entre os estudantes na língua-alvo e nas culturas chinesas. Como resultado, tem-se observado melhorias expressivas na pronúncia, na leitura e na escrita de caracteres, bem como maior segurança comunicativa por parte dos participantes ao utilizarem o mandarim em contextos reais de interação.

Os desafios enfrentados nas modalidades presencial e online ressaltam a complexidade do ensino de uma língua tipologicamente distinta do português. A heterogeneidade das turmas, as dificuldades na correção de tons e no ensino da escrita, além das limitações tecnológicas no ambiente virtual, demandam constante reflexão e inovação metodológica por parte dos docentes. Contudo, essas dificuldades têm impulsionado o aprimoramento das práticas pedagógicas, o desenvolvimento de materiais próprios, elaboração e uso de diferentes recursos multimodais, e o fortalecimento da cooperação entre os professores e estudantes, o que contribui para a evolução contínua da qualidade do ensino no projeto.

Dessa forma, o ensino de mandarim no CELIN/UFPR, no contexto do projeto *Mais Línguas!*, consolida-se como um espaço de intercâmbio linguístico e cultural, de experimentação pedagógica, de formação docente, acadêmica e humana, em consonância com os princípios

extensionistas que orientam a universidade pública. Os resultados alcançados evidenciam que o projeto tem proporcionado impactos concretos na formação dos professores que atuam no campo do CELIN, promovendo não apenas o aprendizado da língua chinesa, mas também o fortalecimento de competências interculturais, o estímulo à curiosidade intelectual e o interesse por novas perspectivas globais.

Além disso, é importante destacar que a recepção da comunidade aos cursos de mandarim ofertados pelo projeto tem sido extremamente positiva, refletindo o crescente interesse pela língua e pelas culturas chinesas no contexto do estado do Paraná e de outros estados. A alta demanda por vagas, o engajamento dos participantes e o retorno favorável nas avaliações e eventos culturais promovidos pelo CELIN demonstram que o projeto tem cumprido com êxito seu papel social de democratizar o acesso ao ensino de línguas e de promover o intercâmbio intercultural. Essa acolhida por parte da comunidade acadêmica e externa reforça de maneira significativa a relevância e o impacto do *Mais Línguas!* enquanto uma iniciativa de extensão universitária comprometida não apenas com a formação linguística dos participantes, mas também com a promoção da interculturalidade, a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento dos laços entre a universidade e a sociedade.

REFERÊNCIAS

BYRAM, Michael. **Teaching and Assessing Intercultural Communicative Competence**. Clevedon: Multilingual Matters, 1997.

CELIN – Centro de Línguas e Interculturalidade. **Mais Línguas!**. Disponível em: <https://celin.ufpr.br/mais-linguas/>. Acesso em: 22 de set. 2025.

CENTER FOR LANGUAGE EDUCATION AND COOPERATION. **Hanyu Shuiping Kaoshi (HSK) Test Introduction**. Disponível em: <https://www.chinesetest.cn/>. Acesso em: 25 de set. 2025.

CONSELHO DA EUROPA. **Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: aprendizagem, ensino, avaliação**. Tradução de Maria João Monteiro et al. Porto: Edições Asa, 2001.

LITTLEWOOD, W. **The Communicative Approach to Language Teaching**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ZHANG, Yuxiong. Paixão ou oportunidades? O motivo dos brasileiros para aprender chinês. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 30, p. e53857, 2024. DOI: 10.26512/lc30202453857. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/53857>. Acesso em: 23 set. 2025.

Produção Arquitetônica na China Contemporânea: Diálogos entre Tradição e Modernidade

Wilson Soares dos Anjos Neto¹
Mônica Peixoto Vianna²

INTRODUÇÃO

A globalização, enquanto fenômeno multifacetado que caracteriza as transformações econômicas, sociais e culturais das últimas décadas, tem redefinido profundamente as relações entre nações e reconfigurado os paradigmas de desenvolvimento urbano e arquitetônico em escala mundial. Este processo de integração global, intensificado a partir da segunda metade do século XX, promoveu não apenas a circulação acelerada de capitais, tecnologias e informações, mas também a disseminação de modelos arquitetônicos, práticas construtivas e conceitos urbanísticos que transcendem fronteiras nacionais e culturais. Nesse contexto de transformações globais, poucos países exemplificam de forma tão eloquente os impactos da globalização na produção arquitetônica quanto a República Popular da China.

O extraordinário desenvolvimento econômico chinês representa uma das mais significativas transformações socioeconômicas da história contemporânea. Em pouco mais de meio século, a China transitou de uma economia predominantemente agrícola e centralmente planejada para se tornar a segunda maior economia mundial, processo que foi acompanhado por uma urbanização sem precedentes e uma produção arquitetônica de escala e velocidade extraordinárias. Este crescimento acelerado, que elevou centenas de milhões de pessoas da

¹ Arquiteto e Urbanista pelo Centro Universitário de Maceió (UNIMA). Pesquisador de Arquitetura Contemporânea da China. Atualmente intercambista na Universidade Normal do Leste da China (华东师范大学). email: wilsonsoaresanjos@gmail.com.

² Doutora em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP). Atualmente Professora substituta na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU-UFAL). email: monica_vianna@yahoo.com.

pobreza rural para a classe média urbana, materializou-se em uma transformação radical da paisagem construída chinesa, caracterizada pela construção de megacidades, complexos infraestruturais monumentais e uma arquitetura que busca equilibrar tradição milenar com aspirações de modernidade global.

Paradoxalmente, apesar da crescente importância geopolítica e econômica da China no cenário mundial, e particularmente de sua relevância como principal parceiro comercial do Brasil, observa-se um significativo déficit no intercâmbio cultural e acadêmico entre os dois países, especialmente no campo da arquitetura e do urbanismo. Esta lacuna é evidenciada na ausência quase completa da história e da produção arquitetônica chinesa nos currículos das faculdades de arquitetura brasileiras, onde o ensino de história da arquitetura permanece predominantemente centrado nas tradições ocidentais, com limitada atenção às contribuições das civilizações asiáticas.

Neste contexto, o estudo da arquitetura chinesa contemporânea adquire relevância não apenas como exercício de compreensão de uma das mais importantes tradições arquitetônicas mundiais, mas também como contribuição para o estabelecimento de bases mais sólidas para o diálogo cultural e profissional entre Brasil e China. A análise da experiência chinesa em conciliar preservação patrimonial com desenvolvimento acelerado, tradição cultural com inovação tecnológica, e identidade nacional com inserção global, oferece ensinamentos valiosos para a reflexão sobre os desafios da arquitetura contemporânea brasileira.

Este trabalho tem como objetivo apresentar um panorama geral da história da arquitetura chinesa e analisar a produção arquitetônica contemporânea no país, tendo como direcionamento identificar de que forma a arquitetura tradicional chinesa se mantém presente nas construções atuais. Para essa finalidade, fez-se necessário estudar a história do país, entender a evolução da arquitetura tradicional chinesa, desde sua formação, passando por seus diferentes períodos de governo, explorar as principais construções da atualidade, como elas moldam o cenário urbano dos dias de hoje, e investigar como a tradição história e produção contemporânea dialogam entre si.

Sendo um trabalho de natureza descritiva exploratória, já que procura entender a relação entre passado e presente, adota-se o método histórico, realizado através da pesquisa bibliográfica, seguido da pesquisa de campo, conhecendo monumentos históricos da China e explorando novos e importantes construções, realizando-se visitas às cidades de Beijing, capital da República Popular da China; Xi'an, histórica capital da Dinastia Tang; Shanghai, mais populosa cidade e principal centro econômico do país.

O trabalho apresenta em seu capítulo inicial uma resumida história da civilização chinesa, trazendo um panorama geral de seu desenvolvimento através das dinastias e repúblicas que estiveram à frente de seu governo. Essa localização histórica é de extrema importância para o capítulo seguinte, que trata da evolução da arquitetura chinesa, estudando-a por períodos

dinásticos. Em seguida, apresenta alguns dos mais marcantes e influentes edifícios que marcam a contemporaneidade da arquitetura na China. Por fim, apresenta dois estudos de caso, sendo eles o Museu de Arte da China e a *Datang Everbright City*, projetos atuais de arquitetos chineses que carregam referências da arquitetura tradicional chinesa.

Tabela 1 - Linha do tempo períodos da China

(continua)

| Dinastia | Nome em caracteres | Período |
|------------------------------|--------------------|--------------------|
| Xia | 夏朝 | c. 2070 – 1600 AEC |
| Shang | 商朝 | c. 1600 – 1046 AEC |
| Zhou | 周朝 | 1046 – 256 AEC |
| Qin | 秦朝 | 221 – 207 AEC |
| Han | 汉朝 | 206 AEC – 220 EC |
| Três Reinos | 三国 | 220 – 280 |
| Jin | 晋朝 | 281 – 420 |
| Dezesseis Estados | 十六朝 | 304 – 439 |
| Dinastias do Norte e do Sul | 南北朝 | 386 – 589 |
| Sui | 隋朝 | 581 – 618 |
| Tang | 唐朝 | 618 – 907 |
| Dez Reinos e Cinco Dinastias | 五代十国 | 907 – 979 |

Tabela 1 - Linha do tempo períodos da China (conclusão)

| | | |
|----------------------------|---------|-------------|
| Liao | 辽朝 | 947 – 1125 |
| Song | 宋朝 | 960 – 1279 |
| Jin | 金朝 | 1115 – 1234 |
| Yuan | 元朝 | 1271 – 1368 |
| Ming | 明朝 | 1368 – 1644 |
| Qing | 清朝 | 1644 – 1911 |
| República da China | 中华民国 | 1912 – 1949 |
| República Popular da China | 中华人民共和国 | 1949 – |

Fonte: Steinhardt, 2019. Adaptado pelos autores

HISTÓRIA DA ARQUITETURA NA CHINA

“A arquitetura chinesa é tão antiga quanto a civilização chinesa” (Liang, 2011). Essa frase resume a história da arquitetura chinesa evidenciada pela continuidade de um estilo que apenas se aperfeiçoou ao longo do tempo. Desde da Dinastia Shang já era possível encontrar elementos da arquitetura palaciana que se mantiveram até a Cidade Proibida.

“A arquitetura chinesa é tão antiga quanto a civilização chinesa. Todas as fontes disponíveis – textos, imagens e exemplos concretos – comprovam de forma contundente que os chineses sempre adotaram um sistema construtivo nativo, que, desde o período pré-histórico até os dias atuais, manteve características fundamentais próprias. Em toda a vasta região sob influência da cultura chinesa – desde Xinjiang até o Japão, do nordeste da China até o norte da península da Indochina –, esse mesmo sistema construtivo prevaleceu. Apesar das constantes invasões militares, culturais e espirituais vindas do exterior, esse sistema conseguiu perdurar ao longo de mais de quatro mil anos e sobre uma área imensa, sem perder suas características essenciais. Esse fenômeno só

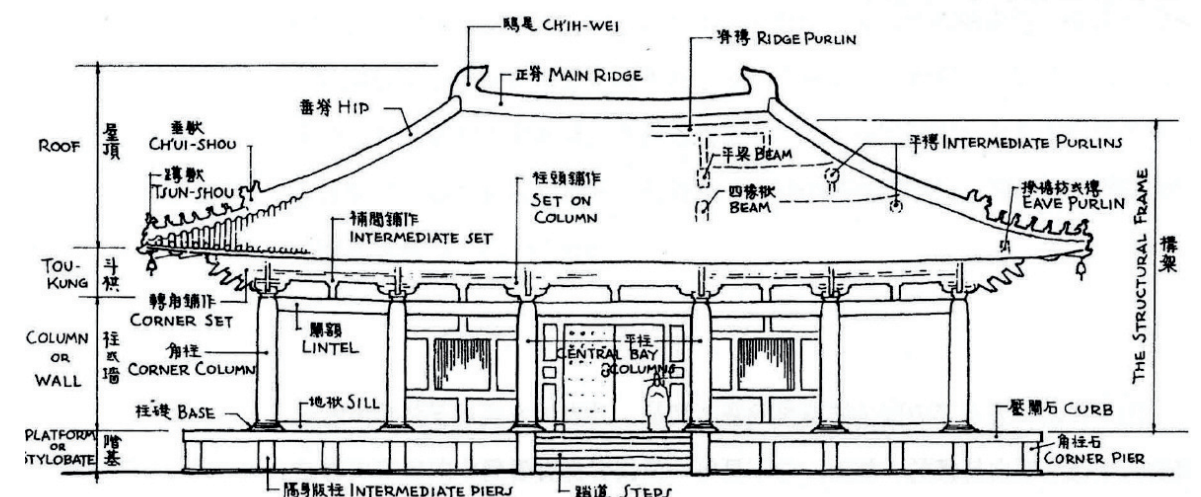
encontra paralelo na própria continuidade da civilização chinesa, já que a arquitetura chinesa é, desde sempre, uma parte inseparável dessa civilização³.”

A arquitetura chinesa é caracterizada por uma série de elementos que transcenderam dinastias. Um dos elementos mais marcantes da arquitetura monumental chinesa é o telhado curvo com beirais projetados, sustentado por um esqueleto de madeira montado em uma plataforma elevada do chão. A estrutura do telhado não utiliza treliças rígidas, como no Ocidente, mas sim uma armação flexível, que permite grande variação de forma e curvatura do telhado.

Essa armação é feita por meio de uma estrutura chamada, em chinês, de 斗拱 (*dougong*). Esse sistema transmite e equilibra cargas por meio de braços escalonados e interligados, possibilitando a projeção dos beirais e protegendo a estrutura de madeira da chuva, além de permitir a entrada de luz no interior mesmo com as coberturas extensas (Liang, 2011).

Apesar de sua complexidade, sua base é simplesmente um grande bloco quadrado no topo da coluna, no qual estão inseridos braços cruzados (*gong*) que se estendem em quatro direções. Esses, por sua vez, sustentam blocos menores (*dou*), que apoiam braços ainda mais longos, também se espalhando em quatro direções, a fim de sustentar os elementos superiores em equilíbrio (Liang, 2011).

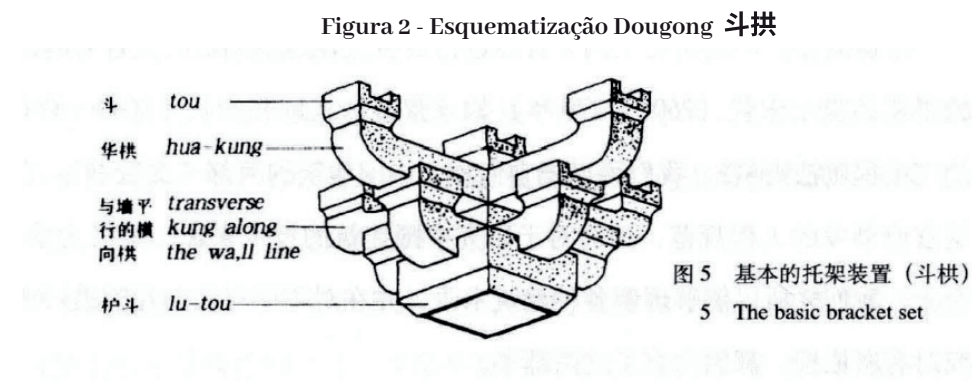
Figura 1 - Principais elementos da arquitetura chinesa



NAMES OF PRINCIPAL PARTS OF A CHINESE BUILDING
中國建築主要部份名稱圖

Fonte: Liang, 2011

3 *Ibid.*, p. 3 (Tradução Própria). 中国的建筑与中国的文明同样古老。所有的资料来源——文字、图像、实例——都有力地证明了中国人一直采用着一种土生土长的构造体系，从史前时期直到当代，始终保持着自己的基本特征。在中国文化影响所及的广大地区里——从新疆到日本，从东北三省到印支半岛北方，都流行着这同一种构造体系。尽管中国曾不断地遭受外来的军事、文化和精神侵犯，这种体系竟能在如此广袤的地域和长达四千余年的时间中常存不败，且至今还在应用而不易其基本特征，这一现象，只有中华文明的延续性可以与之相提并论，因为，中国建筑本来就是这一文明的一个不可分离的组成部分。



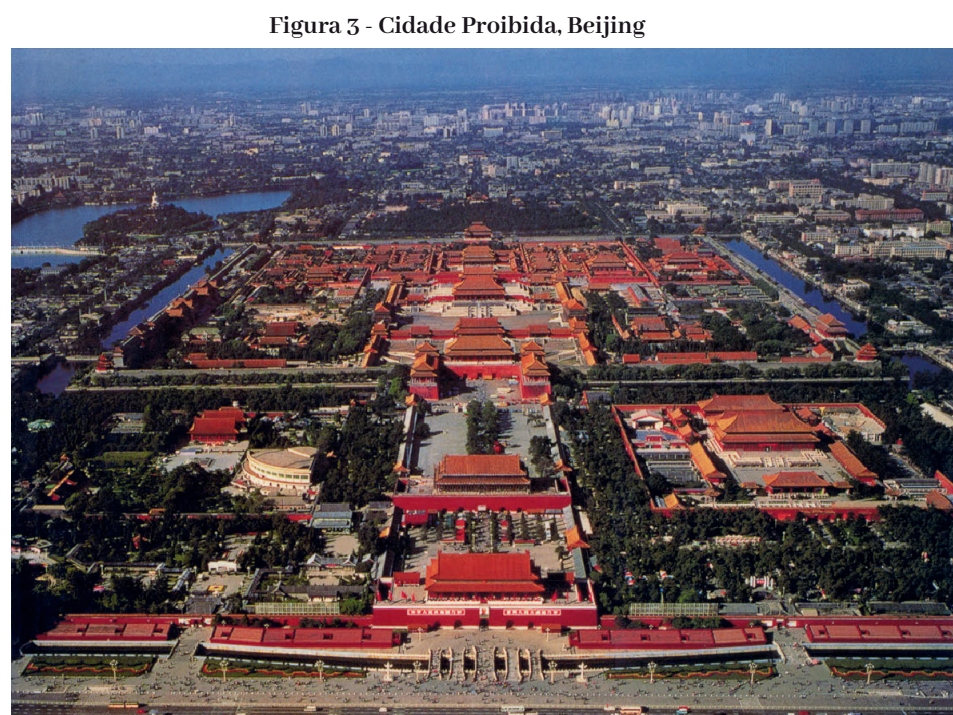
Fonte: Liang, 2011

Fazendo uma breve introdução da arquitetura chinesa, suas primeiras evidências datam da Dinastia Shang, que incluem plataformas elevadas e colunas de madeira, indicando o uso inicial de estruturas de madeira. Passando para Dinastia Han, encontram-se modelos de casas com o uso de colunas octogonais, telhas inclinadas e sistemas de suporte como o *dougong*.

A Dinastia Tang é descrita como o período do vigor arquitetônico chinês, caracterizado por proporções robustas e avanços no uso do *dougong*, como visto no templo Foguansi (857).

Na Dinastia Yuan, estilos variados surgiram, incluindo pagodes octogonais e estruturas mais elaboradas. A Dinastia Ming trouxe um período de rigidez, com *dougong* menores e aumento de elementos decorativos, exemplificados nos palácios imperiais em Beijing. A Dinastia Qing continuou o estilo Ming, com uniformidade e monumentalidade, como no Templo do Céu.

Dinastias Ming e Qing



Fonte: Steinhardt, 2019

Steinhardt (2019) afirma que a Cidade Proibida é o mais famoso e reconhecível exemplar da arquitetura chinesa, e, com a possível exceção da Grande Muralha, a mais reconhecível estrutura da China. Não apenas por suas mais reconhecíveis características, como plataformas em mármore, complexos suportes em madeira e telhado de cerâmica dourado e paredes vermelhas, mas por estas características sintetizam a arquitetura da China em sua mais grandiosa escala.

A arquitetura Ming como um todo é caracterizada pela sua escala monumental, refletindo a ênfase em sua autoridade. Sua setorização exemplifica os princípios de simetria e hierarquia presentes na arquitetura chinesa. O complexo é organizado ao longo de um eixo central norte-sul, com os edifícios mais importantes, como o Salão da Suprema Harmonia, posicionados ao longo desse eixo para enfatizar sua importância. Os vastos pátios e o uso de cores, especialmente amarelo e vermelho, ressaltam a grandeza do imperador (Liang, 2011).

O Taihedian (Salão da Suprema Harmonia), o principal salão de audiências dos palácios e o ponto focal de toda a Cidade Proibida, conta com seis fileiras de doze colunas cada, formando um salão com onze vãos de comprimento e cinco de profundidade e um total de setenta e duas colunas, “é o maior edifício único pré-moderno da China” (Liang, 2011). O salão está sobre uma plataforma baixa de mármore, que por sua vez é elevada por três níveis de terraços balaustrados. A estrutura atual, entretanto, data de 1697, visto que sua anterior foi destruída em um incêndio.

O *dougong* é uma das mais marcantes mudanças desse período na arquitetura chinesa, “mediam cerca de metade ou um terço da altura da coluna na dinastia Song, na dinastia Ming subitamente encolheram para um quinto, [... e, simultaneamente] o número de conjuntos intermediários, nunca excedendo dois no século XII, agora aumentou para quatro ou seis, e posteriormente para até sete ou oito” (Liang, 2011). Esta transformação alterou fundamentalmente a função dos *dougong*, que deixaram de ser elementos estruturais primários para se tornarem predominantemente decorativos.

As paredes, colunas, portas e janelas são pintadas de vermelho, os *dougong* e arquivoltas são azuis e verdes acentuados com ouro, coroada por um telhado de telhas amarelas, sobre as elevações de mármore branco.

Figura 4 - Taihedian, Beijing



Fonte: 闻华, 2023

O Templo do Céu era o espaço mais sagrado da China imperial durante a dinastia Ming, quando os sacrifícios aos céus foram considerados mais importantes que os sacrifícios aos ancestrais imperiais. Reconstruído em 1752 sob o Imperador Qianlong, após um incêndio destruir o original da dinastia Ming, é uma obra-prima da arquitetura religiosa Qing. A estrutura de madeira, construída sem pregos, apresenta um telhado de três camadas com telhas vidradas azuis, simbolizando o céu. O design cosmológico do complexo representa a relação entre céu e terra, com o Altar Circular, incorporando simbolismo relacionado aos ciclos celestiais (Steinhardt, 2019).

Assim como na Cidade Proibida, os edifícios mais importantes do complexo estão dispostos em um eixo principal norte-sul. Os três edifícios principais formam um arranjo em *gong* 工, mas, diferentemente do palácio imperial, são circulares, pois o círculo simboliza o céu, tradição existente desde a dinastia Zhou (Steinhardt, 2019).

Figura 5 - Tiangong, Beijing



Fonte: Produzido pelo autor, 2024

Figura 6 - Complexo do Altar do Céu, Beijing



Fonte: Steinhardt, 2019

ESTUDOS DE CASO

O presente capítulo se preocupa em fazer um estudo de caso, a partir da observação de três exemplares da produção arquitetônica recente no país, presentes em três cidades chinesas diferentes, com imagens produzidas pelo autor, em uma pesquisa de campo realizada em 2024.

Os lugares são: a cidade brilhante dos Tang, localizada em Xian, O museu da arte da China, localizado em Shanghai e o Centro Digital, em Beijing.

Museu de Arte da China 中华艺术宫

O Museu de Arte da China, localizado em Shanghai, representa um dos exemplos mais significativos da arquitetura contemporânea chinesa que busca estabelecer um diálogo entre tradição e modernidade. Projetado pelo arquiteto He Jingtang, reitor do Instituto de pesquisa em Arquitetura e Design da Universidade de Tecnologia do Sul da China, e inaugurado em 2012, o edifício ocupa o antigo Pavilhão da China da Expo 2010, transformando-se em um dos maiores museus de arte da Ásia com 64.000 metros quadrados de área construída.

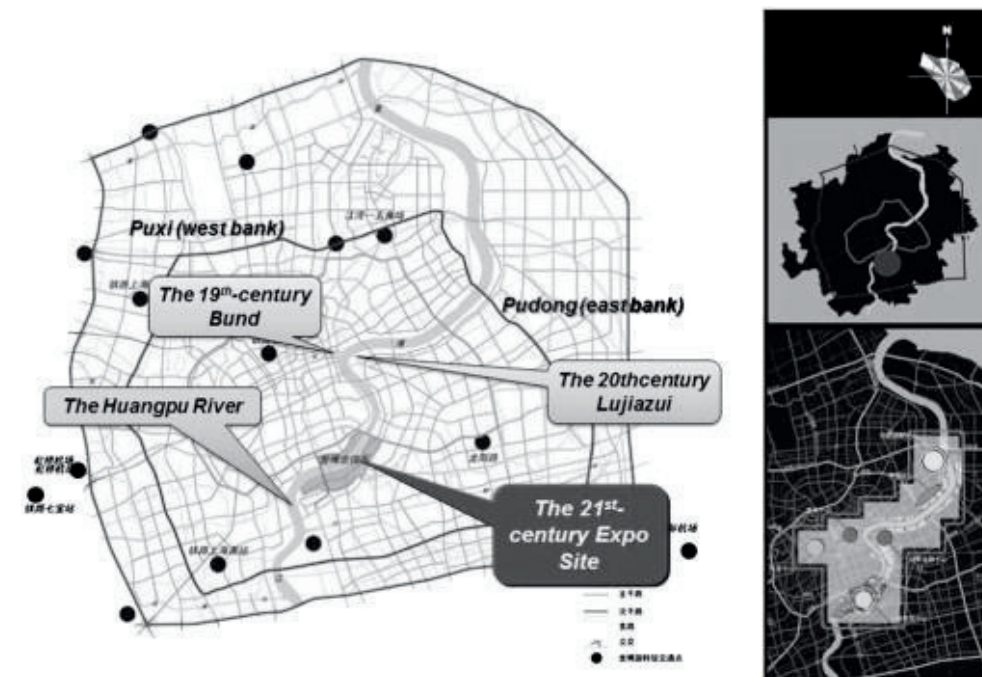
Figura 7 - Perspectiva do Museu de Arte da China, Shanghai



Fonte: Produzido pelo autor, 2024

Localizado às margens do principal rio de Shanghai, o Huangpu, a Expo 2010 estava no centro de uma renovação urbana feita na cidade, em um projeto de expandir a centralidade de Shanghai para o sudeste (Deng 2013).

Figura 8 - Planta de situação EXPO 2010



Fonte: Deng, 2010

O Museu de Arte da China foi inicialmente estabelecido em 1956, em um pequeno edifício de estilo Art Deco. Em 1986, o museu passou por uma reconstrução, ainda mantendo seu estilo ocidental, e 2000 para a antiga biblioteca de Shanghai, na Praça do Povo. Esta renovação coincidiu com o período de abertura econômica iniciado por Deng Xiaoping, e sinalizando um crescente reconhecimento da importância das artes visuais na sociedade chinesa, buscando equilibrar a preservação de valores tradicionais com a necessidade de modernização e internacionalização⁴.

Figura 9 - Linha do tempo Museu de Arte da China



Fonte: China Art Museum, on-line⁵

4 China Art Museum, Shanghai, disponível em: <<https://artmuseumonline.org/art/art/index.html#page1>>. acesso em: 2 jun. 2025.

5 *Ibid.*

Em 2010, com a *Expo World* em Shanghai, o atual edifício do Museu foi construído para ser o Pavilhão da China neste evento. Com 63 metros de altura, o edifício se destaca como a estrutura mais alta da expo. Sua popularidade no evento demonstrou o interesse do público pela arquitetura chinesa e a eficácia do projeto em comunicar valores e identidades da cultura chinesa através da linguagem arquitetônica.

A transformação do Pavilhão da China em Museu de Arte da China representa a continuidade entre os objetivos de projeção internacional perseguidos pelo governo da China durante a Expo 2010 e a consolidação de Shanghai como centro cultural global.

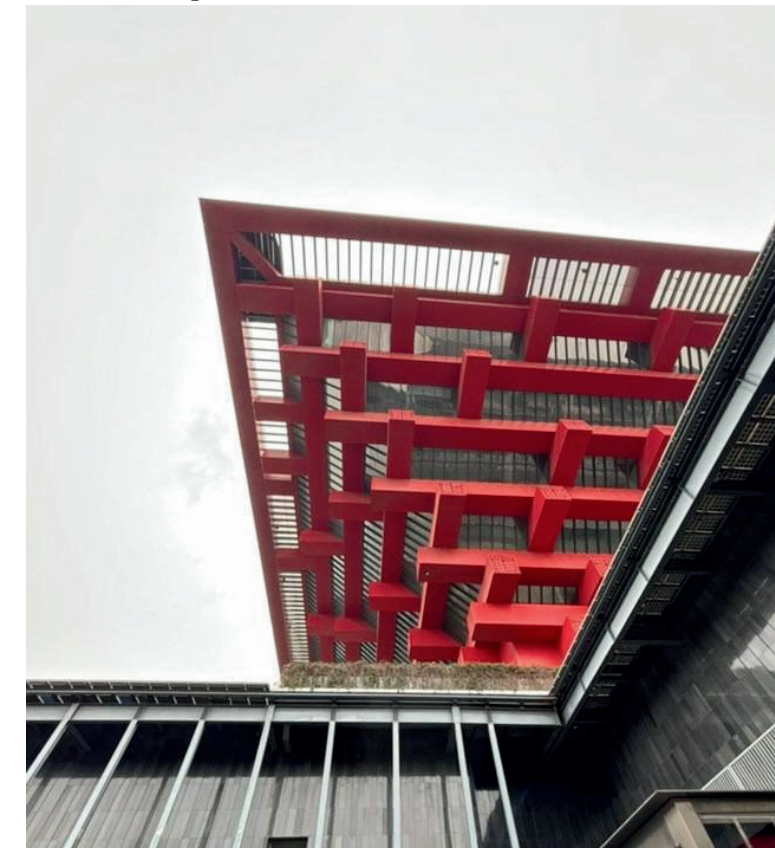
O partido arquitetônico adotado por He Jingtang fundamenta-se em uma reinterpretação contemporânea de elementos tradicionais da arquitetura chinesa, particularmente o sistema *dougong* e a forma do *ding* 鼎, sua base lembrar o mármore dos palácios imperiais, e até sua orientação está voltada para norte-sul. Esta abordagem conceitual revela uma estratégia projetual que busca estabelecer continuidades históricas através de uma linguagem atual.

A reinterpretação desse elemento no projeto do museu se manifesta através da sucessão de lajes em balanço que se projetam progressivamente da base para o topo do edifício, criando uma volumetria piramidal invertida, invocando simultaneamente a lógica estrutural do *dougong* e a forma de uma coroa. Aqui, entretanto, a madeira é substituída por perfis metálicos, e assim como nos palácios da cidade imperial, *dougong* perde sua função estrutural para servir como elemento estético, além de ser uma camuflagem para os tubos de ventilação do interior do edifício.

A parte exterior, em contraste com o interior, é incrustada com simbolismo tradicional. O simbolismo evoca uma excelente técnica estrutural chinesa conhecida por “*dougong*”. [...] Apesar de não representarem elementos estruturais, elas evocam um tradicional método de construção. Além dos aspectos arquitetônicos, elas são usadas como camuflagem para dutos de ventilação (Shteto, 2021)⁶.

6 SHTETO, Genci, *The aesthetics of Structure*, 2021, p. 22 (Tradução Própria). The exterior part, in contrast with interior, is inlaid with traditional symbolism. This symbolism evokes an excellent Chinese structural technique known as the “*dougong*”. [...] In fact this red beams are not used as structural elements. Even though they don't represent structural elements per se, they do evoke a traditional method of construction. Despite the architectural effect they are used as ventilation ducts camouflage.

Figura 10 - Fachada Museu de Arte da China



Fonte: Produzido pelo autor, 2024

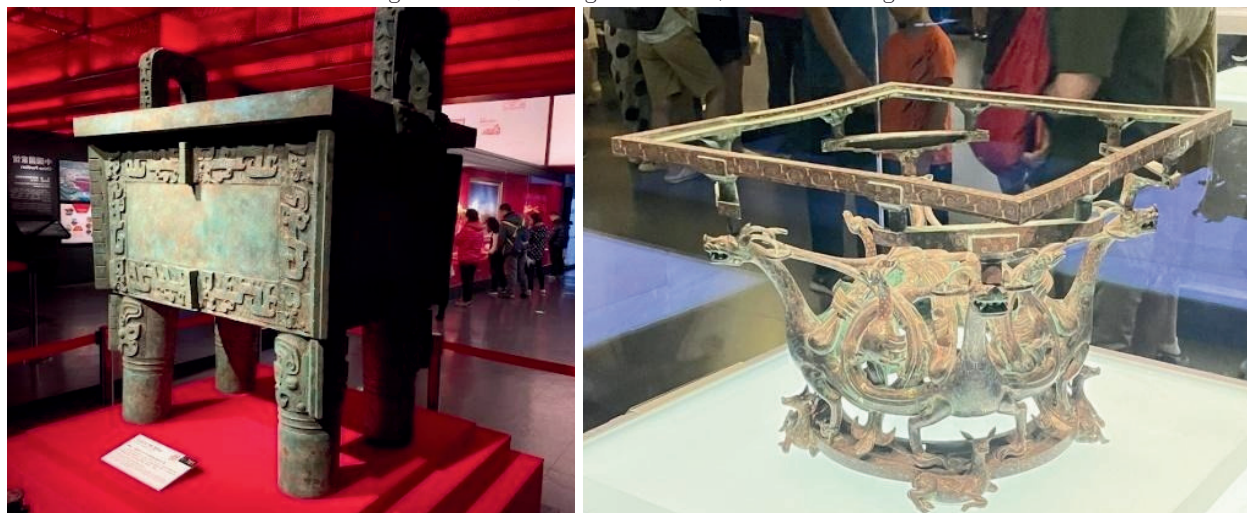
Figura 11 - Dougong no Templo Longxing, Zheding



Fonte: Produzido pelo autor, 2024

A segunda inspiração conceitual deriva da forma do caldeirão de bronze ding, objeto ritual de grande importância na cultura chinesa antiga. Estes caldeirões, utilizados em cerimônias religiosas e como símbolos de poder durante as dinastias Shang e Zhou, caracterizam-se por sua forma robusta e presença monumental. A reinterpretação desta forma no projeto do museu manifesta-se através da volumetria compacta e sua imposição na paisagem urbana.

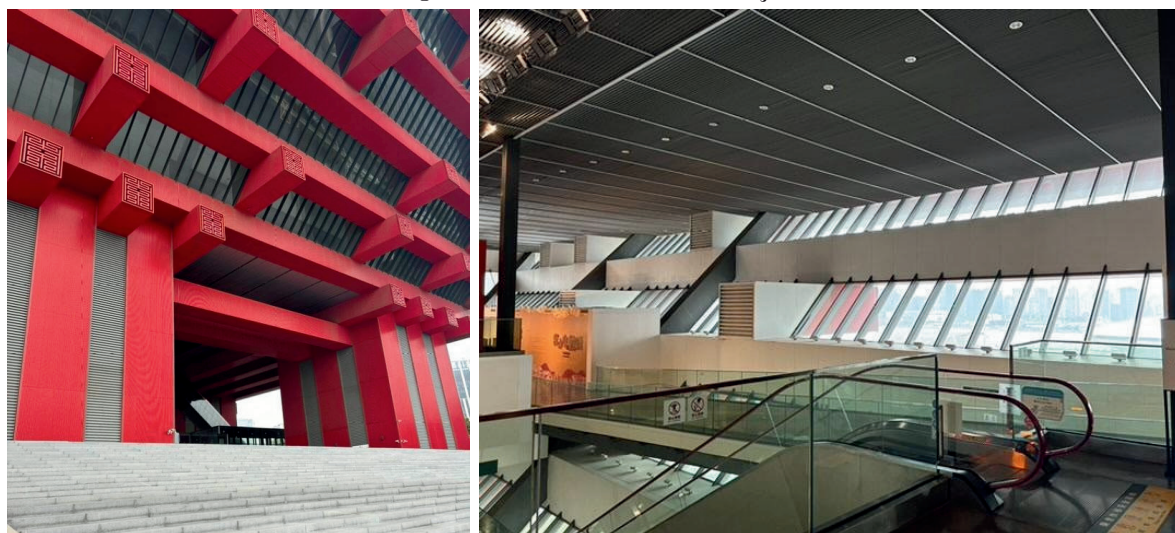
Figuras 12 e 13 - Ding Houmuwu, Dinastia Shang



Fonte: Produzido pelo autor, 2024

A estrutura principal baseia-se em um núcleo central de concreto armado que concentra os esforços verticais e de estabilização, funcionando como uma espinha dorsal que suporta os pavimentos em balanço. Os pavimentos em balanço são estruturados através de um sistema de vigas de concreto protendido que se projetam radialmente a partir do núcleo central, se estendendo em até 27 metros do núcleo em sua seção mais alta (Sebastian, 2009, on-line).

Figuras 14 e 15 - Tubos de ventilação



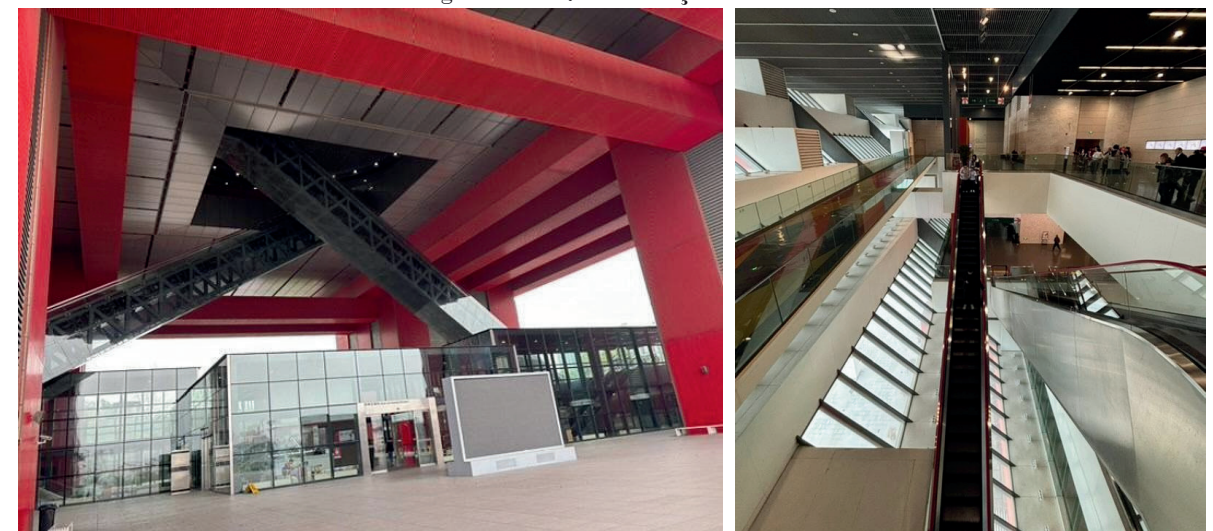
Fonte: Produzido pelo autor, 2024

Do ponto de vista funcional, a expansão progressiva dos pavimentos superiores permite a criação de espaços expositivos cada vez mais amplos e flexíveis nos níveis mais altos do edifício, onde as interferências estruturais são minimizadas e a iluminação natural pode ser controlada com maior precisão, criando uma experiência espacial ascendente que culmina nos grandes salões expositivos dos pavimentos superiores.

A base mais compacta do edifício acomoda as funções de apoio e serviços, incluindo recepção, auditórios, espaços educativos, reservas técnicas e áreas administrativas. Esta concentração das atividades de suporte na base libera os pavimentos superiores para as funções expositivas principais, criando uma hierarquia funcional clara que se expressa através da própria forma do edifício.

A circulação vertical assume papel protagonista na organização espacial, conectando os diferentes níveis através de um sistema de escadas e elevadores que se integra à estrutura principal. O percurso ascendente através do museu torna-se uma experiência arquitetônica em si, oferecendo perspectivas variadas dos espaços internos e externos à medida que o visitante se eleva através da estrutura piramidal.

Figuras 16 e 17 - Circulação vertical



Fonte: Produzido pelo autor, 2024

Este é um dos exemplos mais completos em termos de referências da arquitetura histórica da China, mimetizando diversos aspectos de sua cultura. Ele representa uma síntese das possibilidades de diálogo entre tradição e modernidade na arquitetura contemporânea chinesa, demonstrando como elementos culturais tradicionais podem ser reinterpretados.

A transformação bem-sucedida do Pavilhão da China da Expo 2010 em museu permanente demonstra as possibilidades de adaptação funcional de arquiteturas concebidas para eventos temporários, oferecendo lições importantes para o planejamento de futuros eventos de escala similar.

Da Tang Everbright City 大唐不夜城

Constituindo uma reinterpretação dos edifícios da Dinastia Tang, a *Datang Everbright City* (Datang) é um projeto urbano que traz a valorização do patrimônio histórico através da recriação de um ambiente que evoca a história da antiga capital imperial de Xi'an. Ela está localizada ao sul da Pagoda do Ganso Selvagem, estabelecendo um diálogo direto com um dos monumentos mais importantes da arquitetura Tang, e é hoje um dos pontos turísticos mais importantes da cidade.

Figura 18 - Vista aérea Da Tang Everbright City, Xi'an



Fonte: China Explore Tour, on-line, 2024

Xi'an, conhecida historicamente como Chang'an, constituiu um centro político, cultural e econômico do império chinês durante a Dinastia Tang. A concepção da Datang insere-se em uma estratégia mais ampla de desenvolvimento urbano que busca valorizar a história da cidade, investindo em uma nova centralidade urbana que valorize monumentos históricos de Xi'an.

Localizado de frente para a Pagoda do Ganso Selvagem, apresenta 2 km de comprimento em eixo norte-sul. Os edifícios principais do complexo evocam a monumentalidade dos palácios Tang através de escalas grandiosas, proporções harmoniosas e elementos decorativos que referenciam a tradição arquitetônica clássica. A utilização de telhados curvos com beirais pronunciados constitui uma das características mais distintivas da linguagem arquitetônica adotada, criando silhuetas que estabelecem conexões visuais imediatas com a arquitetura Tang, como pode ser observado na Ópera de Shaanxi (陕西大剧院), edifício inserido na Datang.

Figura 19 - Ópera de Shaanxi, Xi'an



Fonte: Produzido pelo autor, 2024

A proximidade com Pagoda do Ganso Selvagem estabelece uma relação contextual que exige uma sensibilidade para sua arquitetura. A importância de se estabelecer uma distinção visual entre os edifícios históricos e o empreendimento contemporâneo é de extrema importância (carta de Veneza). Dessa forma, a continuidade visual entre o sítio histórico da pagoda com seu entorno é feita de modo que edifício da Datang adotaram claros aspectos de um prédio moderno, especialmente em suas bases, enquanto a personificação temática da era imperial, fica por conta de suas telhados e pavimentos superiores, em uma espécie de casca da edificação.

Um dos edifícios que está inserido no conjunto da Datang é o Qujiang Museu de Belas Artes. Dentro de sua composição, observa-se as características do conjunto em seu volume lateral, mas em seu centro encontra-se o projeto do escritório Neri&Hu Design, concluído em 2021, o qual representa uma das intervenções arquitetônicas mais significativas na *Datang Everbright City*.

Figura 20 - Qujiang Museu de Belas Artes, Xi'an



Fonte: Neri&Hu, on-line, 2022

Sua volumetria é composta principalmente por uma base retangular sobreposta por um pátio aberto circular. Essa composição constitui uma escolha que dialoga com tradições arquitetônicas tanto chinesas quanto universais. Novamente, o simbolismo do céu e da terra assumem um papel de protagonismo na geometria do projeto.

O térreo semienterrado fechado por uma parede-cortina é um elemento de transição entre a base de concreto e a plataforma flutuante de alvenaria vermelha, sustentada por pilares e vigas aparentes. Coroando o edifício está a mais expressiva geometria do projeto, um terraço em formato circular que funciona como anfiteatro para apresentações.

Figuras 21 e 22 - Anfiteatro Museu Qujiang



Fonte: Neri&Hu, on-line, 2022

A utilização da cor vermelha no volume estabelece uma conexão cromática com a tradição Tang e com a linguagem visual da *Datang Everbright City*, sem recorrer a elementos decorativos explícitos ou imitação superficial. Esta abordagem demonstra como referências culturais podem ser incorporadas através de estratégias contemporâneas.

A escolha por este projeto dentro do complexo Datang se deu por seu partido mais sóbrio em relação ao entorno, trazendo elementos simbólicos que não recorrem à mimetização de aspectos visuais, como é o caso da Ópera de Shaanxi.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho almejou apresentar uma visão geral, mas simplista, da arquitetura chinesa e da história da China, para assim entender projetos recentes que estão sendo desenvolvidos no cenário da arquitetura Chinesa Contemporânea.

Primeiramente, tentou-se estabelecer um panorama geral da história da China, sua origem, momentos históricos, dinastias e governos. A importância desse tópico se deu pela necessidade de entender em qual período dos mais de quatro mil anos de história do país se desenvolveu cada aspecto cultural e arquitetônico. Por consequência, o desenvolvimento da arquitetura chinesa ao longo desse passado. Ou seja, responder a quais elementos da arquitetura chinesa foram desenvolvidos em determinado período, os materiais utilizados, métodos construtivos, tipologias

Em seguida, o objetivo do trabalho se volta para estudar como esses aspectos se refletem na produção contemporânea da arquitetura, como é enxergada o campo da arquitetura na China, como os princípios de sua história se manifestam hoje em dia. Obviamente, a complexidade desse assunto vai muito além do que foi possível escrever em poucos tópicos, mas desde já foi possível perceber uma esfera de influência muito grande no campo da arquitetura do país nos tempos atuais, tanto de profissionais nativos, quanto estrangeiros.

Esses pontos de conexão puderam ser notados através do esforço que os projetos fazem em trazer esses elementos em uma linguagem atual, desde elementos subjetivos, até a mais clara replicação das características de prédios antigos, como forma de manter essa linguagem visual viva.

As limitações quanto à língua das fontes usadas reflete uma grande lacuna da história da China e arquitetura perante toda sua complexidade. A quase ausência de referências em Chinês Mandarim tornaram a orientação do texto baseada em uma visão ocidental, visto que a maioria das fontes utilizadas são de autores ingleses ou estadunidenses, fato este que leva a outro ponto de limitação do autor: leitura de trabalhos acadêmicos em sua língua não-materna, o que caracterizou uma grande dificuldade para elaboração deste trabalho.

O estudo da história da arquitetura é um campo riquíssimo para o entendimento de uma cultura. Ademais todos os contrastes, a iniciativa de trabalhar com um tema tão distante dos

estudos acadêmicos brasileiros no campo da arquitetura e urbanismo abriram uma janela de conhecimento de um país de relevância tão grande hoje em dia, e como testemunhado, em séculos passados também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CHING, Francis D. K. **História global da arquitetura**. 1. ed. São Paulo: Senac, 2016.

DENG, Y. Conceptualizing mega-event flagships—A case study of China Pavilion of Expo 2010 Shanghai China. **Frontiers of Architectural Research**, v. 2, n. 1, p. 107–115, Hong Kong, 2013.

DUI, Yanjin. **Professor He Jingtang lectures at PKU**. Peking University, Beijing, 2013. Disponível em: <https://english.pku.edu.cn/news_events/news/campus/1518.html>. Acesso em: 6 fev. 2025.

EBREY, Patricia B. **The Cambridge illustrated history of China**. 2..ed. [s.l.]: Cambridge University Press, 2010.

FAIRBANK, John K; TWITCHETT, Denis. **The Cambridge history of China: Sui and T'ang China, 589-906**. [s.l.]: Cambridge University Press, 1979. (The Cambridge History of China).

GLANCEY, Jonathan. **A História da Arquitetura**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

HAN, Jiawen. **China's Architecture in a Globalizing World: Between Socialism and the Market**. New York: Routledge, 2018.

HONG KONG HISTORY MUSEUM. **The Rise of The Celestial Empire**. Hong Kong History Museum, Hong Kong, [s.d]. Disponível em: <https://hk.history.museum/han_empire/weiyang/index.html>. Acesso em: 27 maio 2025.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: O Socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.

KEANE, Michael. **Handbook of Cultural and Creative Industries in China**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2016.

LI, Xiangning. **Toward a Critical Pragmatism: Contemporary Architecture in China (走向批判的实用主义_当代中国建筑)**. Guangzhou: Guanxi Normal University Press, 2018.

LIANG, Sicheng. **A Pictorial History of Chinese Architecture: A Study of the Development of Its Structural System and the Evolution of Its Types**. 北京: 三联书店, 2011.

LOEWE, Michael; SHAUGHNESSY, Edward L. **The Cambridge history of ancient China: from the origins of civilization to 221 B.C.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MAGNO, Bruno. **Revolução Nacional e Guerra Prolongada na China: Análise Estratégica e Operacional da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945)**. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 2018.

PADOVANO, Bruno. **Arquitetura e Globalização: A Experiência de Projetar na China**. Tese de livre docência, FAUUSP, São Paulo, 2007.

PAGNOTTA, Brian. **AD Classics: Hong Kong and Shanghai Bank / Foster + Partners**. Disponível em: <https://hk.history.museum/han_empire/weiyang/index.html>. Acesso em: 31 maio 2025.

ROSSABI, Morris. **Khubilai Khan: His Life and Times**. 20th anniversary edition. Berkeley: University of California Press, 2009.

SEBASTIAN, Jordana. **China Pavilion for Shanghai World Expo 2010**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/34037/china-pavillion-for-shanghai-world-expo-2010>>. Acesso em 31 maio 2025.

SHTETO, Genci. **The aesthetics of Structure**. Dissertação de Mestrado, Universiteti Polis, Tirana, 2021.

SNOW, Edgar. **Red Star Over China**. New York: Grove Press, 1968.

SNOW, Edgar. **The Other Side of the River: Red China Today**. New York: Random House, 1963.

STEINHARDT, Nancy Shatzman. **Chinese Architecture: A History**. [s.l.]: Princeton University Press, 2019.

WANG, Min Ying. **The Historicization of Chinese Architecture: The Making of Architectural Historiography in China, from the Late Nineteenth Century to 1953**. Columbia University, New York, 2010.

Do CBERS a Base Lunar: Um estudo comparado sobre as Capacidades Estatais e as Trajetórias de Inovação nos Programas Espaciais do Brasil e da China

Yasmin Lenz Piccoli Castelli¹

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe uma análise comparada das trajetórias de desenvolvimento dos programas espaciais de Brasil e China. Tendo um recorte temporal que vem desde meados das décadas de 1970 e 1980, quando Brasil e China reataram relações (1974) e iniciaram uma cooperação conjunta em alta tecnologia através do *China-Brazil Earth Resources Satellite*, conhecido como Programa CBERS (1988). O estudo se baseia na constatação de uma notável divergência de trajetórias entre os países: enquanto a China ascendeu como uma potência espacial, com projetos ambiciosos como a criação de uma base lunar, o Brasil enfrenta um relativo atraso tecnológico e institucional.

Considerando as trajetórias divergentes dos programas espaciais de Brasil e China desde o início da cooperação no Programa CBERS, quais fatores institucionais e estratégicos explicam a diferença de desempenho e o crescente hiato tecnológico entre os dois países no setor espacial? Para responder à pergunta, tem-se como objetivo geral analisar, a partir de um estudo comparado, os fatores institucionais e estratégicos que levaram às trajetórias divergentes dos programas espaciais de Brasil e China, buscando compreender as causas do hiato tecnológico entre os dois países desde o início da cooperação CBERS.

Para alcançar o objetivo geral, a pesquisa se desdobra nos seguintes objetivos específicos: a) desenvolver um apanhado histórico-comparado sobre as trajetórias dos programas espaciais

de Brasil e China desde o início da cooperação CBERS; b) identificar as arquiteturas institucionais e as diferentes concepções estratégicas adotadas por ambos os países para o setor espacial, com foco nos processos de coordenação estatal e na continuidade de políticas de longo prazo; c) compreender, à luz da análise comparada, quais foram os fatores críticos que explicam o avanço chinês e os desafios persistentes do programa espacial brasileiro, considerando a dependência da trajetória criada por suas respectivas escolhas institucionais.

A pesquisa utiliza o método de estudo de caso comparado, analisando as trajetórias divergentes de Brasil e China através de uma perspectiva histórico-institucional. A abordagem metodológica combina referenciais teóricos sobre Capacidades Estatais e dependência da trajetória para compreender como as estruturas institucionais e as estratégias de inovação consolidadas ao longo do tempo definiram os limites e possibilidades de cada programa espacial. A coleta de dados é realizada por meio de pesquisa documental em fontes primárias, como leis, decretos, planos estratégicos e relatórios oficiais, e secundárias, como artigos científicos, teses, dissertações e livros publicados sobre os programas espaciais de ambos os países.

PROGRAMA ESPACIAL CHINÊS

A Proclamação da República Popular da China em 1949, sob a liderança do Partido Comunista Chinês, trouxe um sentimento de revolta nacional devido aos anos que passaram no Século de Humilhações. O primeiro líder do novo regime de governo, Mao Zedong, mantinha uma postura de tornar a China uma potência, se desvincilhando do capital estrangeiro que a assolara durante o último século. Essa concepção estratégica, que vinculava o programa espacial à segurança e à soberania nacional, levou o líder chinês, logo em seus primeiros anos de mandato, a promover ações de cooperação e intercâmbios com a União Soviética (URSS) e inclusive com os Estados Unidos (EUA), durante a Guerra das Coreias, para conseguir o retorno de pesquisadores chineses que estavam em institutos de ensino dos EUA (Fairbank; Goldman, 2008; Khan, 2018; Harvey, 2019; Jiang e Zhao, 2021).

Um marco fundamental para o programa ocorreu em 1953, com uma troca de prisioneiros que envolveu 93 cientistas chineses e 76 soldados detidos na Coreia. Entre os cientistas, destaca-se a figura de Tsien Hsue-Shen, amplamente reconhecido como o precursor do Programa Espacial Chinês. Tsien havia cursado instituições de ensino em Massachusetts e na Califórnia, contribuindo inclusive para programas de foguetes e satélites das Forças Armadas (Harvey, 2019, p. 42). Contudo, ao retornar à China, apesar de sua vasta expertise, o país carecia de infraestrutura e suporte de pesquisa adequados para desenvolver um programa espacial robusto. Naquela época, a indústria chinesa mais avançada estava concentrada na produção de bicicletas, caminhões e automóveis (Harvey, 2019, p. 44). A presença de Tsien, portanto, não apenas supriu uma lacuna de conhecimento, mas também se tornou o pilar humano inicial para a construção da capacidade estatal no setor espacial.

¹ Doutoranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGRI-UFSC). E-mail: yasminlenzp@gmail.com.

Para superar as limitações de infraestrutura, o governo chinês buscou, em 1957, a colaboração da União Soviética para impulsionar seu programa espacial. Essa parceria foi formalizada em 1960, resultando no Programa de Cooperação Científica e no treinamento de 102 especialistas chineses (Ribeiro, 2019, p. 52). No final da década de 1950, a China já havia estabelecido um Programa de Satélites sob a Academia Chinesa de Ciências Sociais, com o lançamento inaugural previsto para 1959. Entre os projetos desenvolvidos, destacam-se a “Cópia da versão russa do German A-4”, batizada de Dong Feng-1, e o “*Original Earth Satellite Project*”, ambos no ano de 1958 (Harvey, 2019, p. 46). O lançamento do veículo ocorreu em 5 de novembro de 1960, a partir da base de Jiuquan, construída especificamente para essa finalidade (Harvey, 2019, p. 47). Esse feito posicionou a China como o quarto país a alcançar o espaço de forma autônoma, seguindo Alemanha, URSS e EUA (Liao, 2005).

O início do programa espacial chinês foi impactado por duas crises políticas durante o período maoísta. A primeira foi a política do “Grande Salto Adiante” (1958-1962). Essa iniciativa governamental redirecionou os limitados recursos da recém-formada república para o desenvolvimento de uma indústria de base e para a reforma agrária (Fairbank; Goldman, 2008). O “Projeto 581”, uma das primeiras iniciativas de satélite, fracassou em grande parte por este evento (Harvey, 2019). Portanto, o programa espacial enfrentou um atraso de 12 anos, e o satélite Dongfanghong-1 (DFH-1) só foi lançado em órbita em 1970, utilizando o veículo lançador Longa Marcha-1, que foi desenvolvido especificamente para essa missão (Harvey, 2013).

A segunda crise ocorreu durante a Revolução Cultural, uma iniciativa do governo maoísta que visava reprimir correntes ideológicas consideradas contrárias à administração central (Fairbank; Goldman, 2008, p. 353). No entanto, desta vez não ocorreram rupturas expressivas no setor espacial, demonstrando a alta capacidade estatal em blindar um setor considerado prioritário. Conforme observado por Liao (2005, p. 206):

“[...] após a China ter lançado seu primeiro foguete em 1960, começaram a ser direcionados recursos significativos para o desenvolvimento de satélites. O programa espacial chinês manteve um curso progressivo, embora setores da sociedade chinesa estivessem sendo dilacerados pela Revolução Cultural.”

Na medida em que a China avançava tecnologicamente, a parceria com a URSS foi estremeando, pois os soviéticos passaram a enxergar o até então parceiro como uma ameaça em “potencial competição pela liderança da influência comunista no mundo”, em concomitância às desavenças ocorridas entre Mao Zedong e o líder soviético, Nikita Khrushchev. A partir deste momento, o país teria que se direcionar para um desenvolvimento autônomo (Harding, 2013, p. 85; Harvey, 2019, p. 46).

Durante o período de 1966 a 1976, a China entrou em uma fase de desenvolvimento progressivo, com foco na produção de veículos movidos por combustíveis líquidos e satélites de monitoramento (Liao, 2005). O primeiro lançamento ocorreu em 1970, no Longa Marcha-1

(Dongfanghong (DFH)-1), “tornando-se a sexta nação a lançar seu próprio satélite em órbita”, depois da URSS, EUA, Canadá, França e Japão (Liao, 2005, p. 206). Nestes dez anos, foram lançados mais de 60 satélites e foram desenvolvidos inúmeros modelos do Longa Marcha a nível de competição com os veículos ocidentais, reflexo de um contínuo esforço de pesquisa que contribuiu para a construção de uma indústria nacional de satélites (Liao, 2005, p. 206).

Com a morte de Mao Zedong, a China passou por uma transição de governo, em que Deng Xiaoping passou a ser o líder mais influente do Partido Comunista Chinês. Essa fase, de 1976 a 1986, foi caracterizada por Liao (2005, p. 206) como um “período ambivalente para o programa espacial”. A transição entre as lideranças representou uma reorientação na concepção estratégica do programa: o foco no prestígio nacional e na segurança foi adaptado para incluir a economia espacial através da comercialização das atividades e da cooperação internacional, mas sem romper com a continuidade da política de longo prazo (Harvey, 2019; Sheehan; 2013; Liao, 2005; Sénéchal-Perrouault, 2023). Essa transição evidencia a resiliência da arquitetura institucional chinesa, capaz de reorientar sua concepção estratégica sem gerar uma ruptura na continuidade da política de longo prazo, um fator crítico que a distinguirá da trajetória brasileira.

A nova política de desenvolvimento espacial da China se desdobrou em uma forte frente comercial. Para viabilizá-la, o governo investiu em avanços tecnológicos, como a adaptação do foguete Longa Marcha 3 (CZ-3) para usar hidrogênio líquido, e centralizou as operações comerciais com a criação da *China Great Wall Industry Corporation* (GWIC) (Harvey, 2019; Harding, 2013). Sob a gestão da GWIC, a China expandiu rapidamente sua presença no mercado internacional, firmando parcerias comerciais em escala mundial. No entanto, a reputação da corporação foi questionada a partir dos anos 1990 devido a alegações de seu envolvimento no fornecimento de tecnologia de mísseis para nações como o Irã e a Coreia do Norte (Harding, 2013).

Seguindo o novo perfil voltado para cooperação internacional e desenvolvimento econômico, a China começou a fazer parte da União Internacional de Telecomunicações, assim como do Comitê das Nações Unidas para o uso pacífico do espaço e se tornou signatária do Tratado do Espaço Sideral (Harding, 2013; Harvey, 2019). Por meio desses acordos, o país passou a participar de um crescente intercâmbio internacional no setor espacial, envolvendo agências como a Agência Espacial Europeia (ESA) e instituições ligadas aos programas espaciais de países como França, Japão e Estados Unidos (Harvey, 2019).

A reorientação da estratégia de inovação do programa espacial chinês consolidou-se em março de 1986 com o Projeto 863 (Projeto Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Alta Tecnologia), evidenciando a capacidade do Estado de redefinir prioridades de forma coordenada. A iniciativa governamental redefiniu as prioridades nacionais para o setor, com o objetivo de aumentar a competitividade internacional e a capacidade de P&D da China. O foco deslocou-se para o desenvolvimento de satélites de uso civil e comercial, visando fortalecer a competitividade

e a capacidade de inovação tecnológica do país (Liao, 2005). Essa inflexão pragmática já se refletia em medidas anteriores, como a inserção da China no mercado internacional de lançamentos após o sucesso do foguete Longa Marcha-3 em 1984, a realização de conferências espaciais internacionais em 1985 e a aquisição de uma estação receptora de dados do satélite americano Landsat em 1986 (Harvey, 2019, p. 54; Liao, 2005).

Ao final da década de 1980, o programa espacial chinês consolidou-se no mercado internacional, impulsionado por falhas em lançamentos ocidentais em 1986, que ampliaram sua margem de atuação. Nesse contexto, a *China Great Wall Industry Corporation* firmou seus primeiros contratos comerciais com parceiros europeus entre 1987 e 1988 (Liao, 2005). No mesmo período, a China reforçou sua diplomacia científica por meio da assinatura, em 1988, do acordo com o Brasil que deu origem ao programa China-Brazil Earth Resources Satellite (CBERS). A cooperação baseou-se na complementaridade tecnológica: a expertise chinesa em engenharia e sistemas orbitais foi articulada à experiência brasileira em sensoriamento remoto e desenvolvimento de cargas úteis (Raupp, 2017).

A arquitetura institucional do programa espacial chinês foi novamente adaptada em 1996, com uma reorganização que dividiu as atividades comerciais entre a *Commission of Science, Technology and Industry for National Defense* (COSTIND) e a *China Aerospace Corporation* (CASC). Liao (2005, p. 207) destaca que esse novo formato demonstra a capacidade de coordenação estatal para otimizar tanto os fins comerciais quanto o uso estratégico da cooperação internacional para ter acesso a novas tecnologias. O Livro Branco Espacial da China, lançado em 2000, formalizou a estratégia que já estava sendo realizada pelas organizações, definindo a indústria espacial como um componente fundamental da estratégia de desenvolvimento do Estado, sob o princípio da "independência, autossuficiência e autorrenovação", sem deixar de reconhecer os benefícios da cooperação internacional (Sheehan, 2013, p. 109).

Nesse contexto, a CNSA avançava em seu programa tripulado, um marco fundamental que teve início com o primeiro voo da espaçonave Shenzhou em 1999, uma versão modificada da russa Soyuz. O desenvolvimento continuou com a missão Shenzhou-2 em 2001, que testou com sucesso a permanência de animais em órbita por sete dias. Esses esforços culminaram, na década seguinte, no lançamento dos laboratórios espaciais Tiangong-1 (2011) e Tiangong-2 (2016), etapas cruciais no projeto de estabelecer uma estação espacial chinesa permanente (Harding, 2013, p. 92).

Durante a transição para os anos 2000, a China fortaleceu seu programa espacial em duas frentes simultâneas. Internamente, o país promoveu a institucionalização do programa, ao fundar a CNSA em 1993, estabelecendo uma gestão centralizada para suas crescentes ambições (Liao, 2005, p. 207; Harvey, 2013, p. 52). Externamente, sua projeção como um ator comercial foi impulsionada por acidentes com foguetes ocidentais (Harding, 2013, p. 89). A busca por

autossuficiência foi drasticamente intensificada no final da década, quando as restrições à exportação impostas pelos EUA em 1999 se tornaram um fator crítico que, no entanto, não paralisou o programa; ao contrário, reforçou sua dependência da trajetória de autonomia, forçando o desenvolvimento de tecnologias nacionais, como a plataforma DFH-4, e a busca por novas parcerias internacionais (Harding, 2013; Liao, 2005).

O ano de 2003 marcou uma nova etapa para o desenvolvimento espacial chinês, em 15 de outubro, ocorreu o voo do veículo Shenzhou-4 levando a primeira tripulação chinesa para ficar em órbita terrestre, sendo a primeira missão tripulada do país. Avançando assim o hall de tecnologias dominadas pelo país, sendo o "ingresso para o clube do poder espacial dos EUA e da Rússia" (Liao, 2005, p. 205).

O ano de 2007 evidenciou diversos avanços no Programa Espacial Chinês, voltados para o uso de tecnologias militares e a expansão da cooperação internacional. A China testou um míssil anti satélite (ASAT), tecnologia então dominada apenas por Rússia e EUA, em um contexto de crescente militarização do espaço. No mesmo ano, lançou a missão Chang'e 1, que gerou os mapas tridimensionais mais precisos da superfície lunar, tornando-se o quarto país (além de ESA, EUA e Rússia) a alcançar tal feito (Harding, 2013, p. 98). O país mantinha 16 acordos espaciais e cooperava com mais de 40 nações e órgãos internacionais (Harding, 2013, p. 91).

Em 2008, a China realizou sua primeira caminhada espacial com a missão Shenzhou-7, que também lançou o microsatélite BanXing (BX-1) (Harding, 2013, p. 92; Ribeiro, 2019, p. 57). Em 2009, iniciou-se a construção do Centro de Lançamento de Wenchang, estrategicamente localizado perto do Equador para missões tripuladas e cargas pesadas (Harding, 2013, p. 95). 2010 marcou uma nova fase de modernização e comercialização, impulsionando o conceito de New Space com Wenchang, novas instalações em Tianjin e a substituição da frota de lançadores pelos modelos Longa Marcha 5, 6 e 7 (Harvey, 2019, p. 67). Finalmente, em 2013, a missão Chang'e 3 realizou o primeiro pouso suave lunar em 37 anos (Harding, 2013, p. 98).

Entre 2010 e 2016, o setor espacial chinês passou por uma intensa fase de modernização, caracterizada por uma "terceira onda" de avanços estruturais e tecnológicos. Nesse período, foram construídas infraestruturas estratégicas, como o centro de lançamento de Wenchang e instalações de produção em Tianjin, além da introdução de uma nova geração de lançadores mais potentes (CZ-5, 6 e 7) (Harvey, 2019, p. 67). A consolidação dessa capacidade foi evidenciada pela missão Chang'E-3, em 2013, que realizou o primeiro pouso suave lunar em 37 anos, desde a missão soviética Luna-24 em 1976 (Harding, 2013, p. 98).

Este processo de modernização e abertura culminou em 2016 com duas ações significativas: a elevação da Estratégia de Integração Civil-Militar ao status de estratégia nacional e a publicação do Livro Branco "*China's Space Activities in 2016*" (Sénéchal-Perrouault, 2023). Foi nesse contexto de fortalecimento interno que a China intensificou sua cooperação espacial internacional, firmando, nesse período, 43 acordos com 29 países e organizações

distintas. Essa política externa proativa no setor espacial foi consistentemente pautada pelos princípios de "igualdade e benefício mútuo, utilização pacífica e desenvolvimento comum" (Sénéchal-Perrouault, 2023).

O período a partir de 2018 marcou uma aceleração decisiva na estratégia espacial da China. O compromisso com a colaboração foi formalizado em maio de 2018, quando a Agência Espacial Tripulada da China (CMSA) e o Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Sideral (UNOOSA) publicaram o manual de cooperação para a Estação Espacial Chinesa (CSS), manifestando a disposição do país em trabalhar com qualquer nação sob um princípio de inclusão (Sénéchal-Perrouault, 2023).

No setor público, a China avançava na execução da terceira etapa de seu programa espacial tripulado, que previa a construção da Estação Espacial Chinesa (Chinese Space Station – CSS, também denominada Tiangong). Em 2019, a China aprovou o primeiro lote de nove projetos internacionais para uso da CSS, envolvendo vinte e três instituições de dezessete países – entre eles parceiros da Estação Espacial Internacional (ISS), como Rússia, Japão e Alemanha, além de nações em desenvolvimento como Quênia, Peru e México (Lu, 2023; Jiang; Zhao, 2021). A relevância desse empreendimento tornou-se ainda maior diante do encerramento previsto das operações da ISS em 2024, o que fará da Tiangong, ao menos temporariamente, a única estação em órbita baixa em funcionamento regular (Jiang; Zhao, 2021).

A consolidação da estação espacial chinesa (CSS) representou um novo estágio na estratégia espacial do país. Em 2021, a China lançou o módulo central da estação Tiangong, dando início à sua montagem e reforçando a proposta de utilizá-la como plataforma de cooperação científica internacional. A iniciativa foi estruturada em articulação com o Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior (UNOOSA) e resultou na seleção de projetos conduzidos por instituições de diversos países, incluindo Rússia, Japão, Alemanha, França, Itália e Países Baixos, além da participação de nações em desenvolvimento como Quênia, Peru e México (Sénéchal-Perrouault, 2023; Jiang; Zhao, 2021).

A estação tornou-se plenamente operacional com missões subsequentes, como a Shenzhou-19, lançada em outubro de 2024, que consolidou a capacidade chinesa de manter presença humana contínua em órbita. Paralelamente, o país fortaleceu seu ecossistema espacial comercial com o anúncio, em 2021, de uma constelação de 13.000 satélites de telecomunicações e a criação de novos centros de lançamento em Wenchang, Ningbo e Haiyang (Sénéchal-Perrouault, 2023). Esses avanços reforçam a estratégia dual de liderança tecnológica e fortalecimento de um mercado espacial competitivo.

A trajetória do programa espacial chinês, desde suas origens até a contemporaneidade, espelha a própria transformação da nação e evidencia os pilares de sua divergência em relação ao Brasil. Nascido de uma concepção estratégica ligada à segurança nacional e à autonomia sob a liderança de Mao Zedong, o programa superou crises internas e o isolamento político para

estabelecer uma base tecnológica robusta, fundamentada no princípio da autossuficiência. A transição promovida por Deng Xiaoping reorientou essa capacidade para um viés pragmático e comercial, mas sem romper com a lógica de continuidade das políticas de longo prazo. A fase mais recente, marcada pelo *New Space*, representa a maturação dessa jornada: uma sofisticada estratégia dual, onde uma arquitetura institucional centralizada e de alta capacidade de coordenação estatal permite que o Estado lidere projetos de prestígio, como a estação espacial Tiangong, ao mesmo tempo que fomenta um ecossistema comercial dinâmico. Assim, fatores críticos, como a cisão sino-soviética e os embargos, não frearam, mas reforçaram uma dependência da trajetória de autonomia, consolidando a China como uma potência cuja ascensão foi institucionalmente construída.

PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO

O programa espacial brasileiro, um dos pioneiros na América Latina, teve seus primórdios na década de 1940 com uma cooperação inicial entre o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e o Ministério da Aeronáutica do Brasil em 1941. Desta base surgiu, em 1954, o Centro Técnico da Aeronáutica (CTA), que posteriormente se desdobrou no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e no Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) (Escada, 2005). Em 1956, foi instalada em Fernando de Noronha a primeira estação de rastreamento com tecnologia do MIT para monitorar os lançamentos dos EUA, permanecendo ativa até 1960 (Gouveia, 2003). Um novo capítulo diplomático se abriu em 1961, quando o governo de Jânio Quadros, por meio de sua Política Externa Independente (PEI), aproximou-se da URSS, resultando na visita do cosmonauta Yuri Gagarin. No mesmo período, discussões internas com a Sociedade Interplanetária Brasileira (SIB) levaram à proposta de uma comissão de estudos para formalizar o que viria a ser o Programa Espacial Brasileiro (PEB) (Ribeiro, 2019; Gouveia, 2003).

Essa mobilização estava inserida em uma visão geopolítica que, desde a revolução de 1930, inclinava-se a uma abordagem mercantilista, na qual investimentos em defesa eram vistos como essenciais para a industrialização e a projeção de poder nacional, uma perspectiva influenciada por figuras como Góes Monteiro (Dall'Agnol, 2024, p. 34). Durante a década de 1960, o Brasil contou com avanços em seu Programa Espacial através da construção do Centro de Lançamento de Barreira do Inferno (CLBI) em Natal-RN, em 1965, já sob o regime militar, instaurado em 1964 e com a consolidação do SONDA, para a criação de veículos de sondagem (Dall'Agnol, 2024; Ribeiro, 2019).

O Programa SONDA foi uma iniciativa fundamental que marcou a primeira concepção estratégica brasileira para o desenvolvimento autônomo da tecnologia de veículos lançadores, capacitando a indústria nacional para sua fabricação (Froehlich *et al.*, 2020). O primeiro passo para essa capacitação ocorreu quando técnicos brasileiros foram aos EUA para acompanhar o lançamento do foguete *Nike Apache*, visando qualificar o pessoal para operar no Centro de

Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) (Ribeiro, 2019; Escada, 2005). O desenvolvimento do programa ocorreu em estágios, com uma série de lançamentos bem-sucedidos que marcaram sua evolução: o primeiro protótipo nacional foi lançado em 1967 (SONDA I), seguido pelo SONDA II em 1969, o SONDA III em 1974 e, finalmente, o SONDA IV em 1976 (Escada, 2005; Froehlich *et al.*, 2020).

O conhecimento tecnológico obtido com esses foguetes, que foram os primeiros veículos espaciais fabricados no Brasil, serviu como base essencial para a criação dos motores do futuro Veículo Lançador de Satélites (VLS-1) (Escada, 2005; Costa Filho, 2006; Froehlich *et al.*, 2020). Apesar de o projeto ter contado com a cooperação dos EUA para o fornecimento de matéria-prima de combustível até 1977, o SONDA IV, por possuir uma tecnologia mais complexa, sofreu atrasos devido a embargos norte-americanos (Ribeiro, 2019; Costa Filho, 2006). Para solucionar a falta do insumo, foi estabelecida uma cooperação com a AVIBRÁS, empresa privada brasileira fundada por ex-alunos do ITA (Costa Filho, 2006).

A década de 1970 representou um marco de grande consolidação institucional para o Programa Espacial Brasileiro. O ano de 1971 foi um marco para a institucionalização do programa espacial, com a criação de dois órgãos-chave: a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), para coordenação política, e o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), focado em aplicações práticas como meteorologia e sensoriamento remoto (Gouveia, 2003). O INPE rapidamente direcionou suas atividades para aplicações práticas de grande relevância, como os projetos MESA, SERE e SACI, voltados para a meteorologia, recursos naturais e educação (Gouveia, 2003).

Em 1979, foi criada a Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), que buscava a construção autônoma de um satélite e um veículo lançador. O projeto foi apresentado com três aspectos básicos, evidenciando desde sua origem a arquitetura institucional dualista que marcaria o PEB: (a) o desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1), sob responsabilidade do CTA (militar); (b) o desenvolvimento e a produção de quatro satélites pelo INPE (civil); e (c) a construção da infraestrutura de solo necessária, incluindo um novo centro de lançamento (Ribeiro, 2019; Froehlich, 2020). No período, existia um alinhamento entre o governo, a comunidade científica e as forças armadas que foi fundamental para o fortalecimento do programa (Costa Filho, 2006, p. 114). Essa sinergia pode ser vista como uma tentativa embrionária de formar um sistema de inovação voltado para o espaço, que resultou no desenvolvimento dos satélites de Coleta de Dados (SCD-1 e SCD-2), de sensoriamento remoto (SSR-1 e SSR-2), e do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1) (Costa Filho, 2002; Ribeiro, 2019).

O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) foi inaugurado em 1982 para comportar as necessidades dos foguetes do porte do VLS-1. A localização estratégica próxima à linha do Equador permite uma economia de 25% a 30% no combustível para colocar veículos em órbita (Ribeiro, 2019; Gouveia, 2003). O centro tornou-se operacional em 1984 e realizou seu primeiro

lançamento em 1990, com um foguete SONDA II. Dando continuidade ao programa, em 9 de fevereiro de 1993, ocorreu o lançamento do SCD-1, a partir do Kennedy Space Center em parceria com os EUA (Gouveia, 2003; Froehlich *et al.*, 2020). Estes, juntamente com o SCD-2, foram os “primeiros satélites brasileiros totalmente concebidos, projetados, desenvolvidos e operados em órbita pelo Brasil”. Projetado para uma vida útil de um ano, o SCD-1 completou 30 anos em órbita em 2023, sendo o satélite mais antigo em operação, retransmitindo dados de Plataformas de Coleta de Dados Ambientais (PCDs) (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2023).

A década de 1990 expôs a baixa capacidade estatal do Brasil em garantir a continuidade de políticas de longo prazo, sendo um período de instabilidade política e mudanças significativas para o programa. Influenciado pela transição para a democracia e pelo governo Collor, que não via o investimento em tecnologia como prioridade, o período resultou em cortes orçamentários que atrasaram os projetos (Costa Filho, 2006; Raupp, 2017). No cenário internacional, o Brasil ainda sofria sanções devido ao seu histórico de não adesão a tratados de não proliferação nuclear (Ribeiro, 2019). Para mitigar essa desconfiança, foram criadas instâncias civis para os programas espacial e nuclear. A Agência Espacial Brasileira (AEB) foi criada em fevereiro de 1994, e no mesmo ano, foi estabelecida a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), com o objetivo de “promover a capacidade do país, para [...] utilizar os recursos e as técnicas espaciais na solução de problemas nacionais” (BRASIL, 1994b *apud* Ribeiro, 2019, p. 97-98).

Nesse contexto de cortes orçamentários e inconsistência política, as falhas do VLS-1 se tornaram um fator crítico que reforçou a dependência da trajetória do programa. Apesar do sucesso na construção de satélites autônomos como o SCD-1 e o SCD-2, as tentativas malsucedidas de lançamento em 1997, 1999 e 2003 consolidaram um caminho de dependência externa em uma área estratégica (Dall’Agnol, 2024; Carvalho, 2011). A primeira tentativa, em 1997, foi autodestruída por uma falha de alinhamento, o que deixou os satélites brasileiros aguardando e despertou o interesse da China em oferecer o serviço (Costa Filho, 2006; Carvalho, 2011). As tentativas seguintes, em 1999 e 2003, também foram malsucedidas, causando um forte impacto no projeto do foguete, que nunca foi completado (Ribeiro, 2019; Froehlich *et al.*, 2020). A repercussão desses fracassos gerou uma “ameaça real de paralisação do projeto de lançadores” (Carvalho, 2011, p. 19).

O acidente com o VLS em 2003 tornou-se um fator crítico que expôs a baixa capacidade estatal brasileira em superar reveses, representando um ponto de inflexão para o Programa Espacial Brasileiro, forçando uma reavaliação de seus caminhos. O desastre, ocorrido poucos dias antes do lançamento programado, foi de enormes proporções, resultando na morte de 21 técnicos que trabalhavam no projeto. As perdas materiais foram igualmente devastadoras, incluindo o próprio foguete VLS-1, a torre de lançamento e os satélites SATEC e UNOSAT-1 que estavam a bordo (Escada, 2005; Ribeiro, 2019; Froehlich *et al.*, 2020).

As consequências do acidente definiram os novos rumos do programa e evidenciaram a baixa capacidade estatal brasileira em superar reveses críticos. O desenvolvimento futuro do VLS foi diretamente afetado, culminando no abandono oficial do programa em 2016 e sua substituição por uma estratégia de inovação menos ambiciosa com o projeto do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM), uma iniciativa em colaboração com o Centro Aeroespacial Alemão (DLR). Além da parceria com a Alemanha, o Brasil buscou uma nova estratégia de cooperação internacional, negociando com a Ucrânia a utilização da base de Alcântara para o lançamento de veículos ucranianos, como forma de ingressar no setor de comercialização de lançamentos (Froehlich *et al.*, 2020; Ribeiro, 2019).

A partir dos anos 2000, na chamada Terceira Era Espacial, o Programa Espacial Brasileiro (PEB) foi impulsionado por um contexto de crescimento econômico e por uma política externa mais atuante, sendo reconhecido como estratégico para sistemas nacionais de defesa e monitoramento. Entretanto, o período também foi marcado por limitações estruturais decorrentes da falta de continuidade administrativa e das recorrentes tentativas de retomada do programa, que resultaram em avanços pontuais e dependência tecnológica de outros países. Essa situação foi agravada pelas oscilações orçamentárias observadas entre 2003 e 2011 e pela redução expressiva de investimentos a partir de 2013 (Cepik *et al.*, 2023).

Na década de 2010, o Brasil buscou se inserir no contexto do *New Space* por meio de novas parcerias internacionais. Em 2010, firmou cooperação com Índia e África do Sul para o desenvolvimento de satélite de observação da Terra (Harding, 2013, p. 118). Contudo, a instabilidade institucional e a crise orçamentária que se aprofundou após 2013 comprometeram a continuidade de tais iniciativas (Cepik *et al.*, 2023). Um exemplo disso foi o encerramento da parceria com a Ucrânia em 2015, motivado, segundo o governo brasileiro, por um desequilíbrio tecnológico entre os países (Ribeiro, 2019).

Apesar das dificuldades, a cooperação com o Centro Aeroespacial Alemão (DLR), iniciada em 2008, consolidou-se como um caso de relativo êxito. O projeto resultou no lançador de microsatélites VSB-30, certificado para produção em massa em 2009 e responsável por nove lançamentos bem-sucedidos entre 2004 e 2013. Até 2019, a parceria contribuiu para a incorporação gradual de tecnologias à indústria nacional, viabilizando o desenvolvimento de cargas úteis para experimentos em microgravidade (Froehlich *et al.*, 2020, p. 214). Em contraste, o acordo firmado com a Ucrânia em 2003 para uso do Centro de Lançamento de Alcântara não obteve os resultados esperados e foi encerrado em 2015 (Ribeiro, 2019).

A partir de 2010, o Programa Espacial Brasileiro passou por uma fase de expansão marcada por novas parcerias multilaterais, mas também por crescentes desafios institucionais. Nesse contexto, o país firmou um acordo trilateral com Índia e África do Sul para o desenvolvimento conjunto de satélites de observação da Terra e pesquisas climáticas, fortalecendo sua inserção no eixo Sul-Sul de cooperação tecnológica (Harding, 2013, p. 118). Paralelamente, avançaram as

iniciativas com a China no âmbito da série CBERS, que culminaram com o lançamento do CBERS-4 em 2014, consolidando o programa como um dos mais exitosos na história da cooperação espacial brasileira. Contudo, a partir de 2013, observou-se um declínio orçamentário que impactou diretamente a continuidade de projetos estratégicos, agravado, em 2015, pela extinção do acordo com a Ucrânia em razão do desequilíbrio tecnológico entre as partes (Ribeiro, 2019; Cepik *et al.*, 2023).

Entre 2017 e 2021, o Programa Espacial Brasileiro entrou em uma fase de consolidação de resultados e fortalecimento da soberania tecnológica nacional. Em 2017, foi lançado o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), fruto de parceria com a França e operado sob controle brasileiro, assegurando autonomia nas comunicações civis e militares (Cepik *et al.*, 2023). No ano seguinte, o lançamento do ITASAT-1, desenvolvido pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em cooperação com o INPE, a AEB e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), reforçou a integração entre instituições acadêmicas e o setor espacial (Registro de Objetos Espaciais Brasileiros, n.d.).

Em 2021, o Brasil alcançou um marco histórico com o Amazonia-1, sendo “o primeiro satélite de observação da Terra completamente projetado, integrado, testado e operado pelo Brasil” (Registro de Objetos Espaciais Brasileiros, n.d.), no mesmo ano em que teve início o desenvolvimento da Constelação Catarina.

O apanhado histórico do Programa Espacial Brasileiro revela uma trajetória marcada por um esforço tecnológico constante, que resultou em marcos de autonomia em nichos específicos, como o satélite Amazonia-1 e a família de veículos VS/VSB. Contudo, a análise de sua evolução expõe os alicerces da divergência em relação ao caso chinês, identificando uma arquitetura institucional historicamente fragmentada e uma concepção estratégica volátil. A divisão entre os programas civil (satélites) e militar (lançadores), somada à baixa capacidade de coordenação estatal para garantir a continuidade de políticas de longo prazo, constitui um dos principais fatores críticos que explicam os desafios persistentes do programa. Eventos como os embargos norte-americanos, as rupturas orçamentárias e o acidente com o VLS em 2003 não foram superados por uma estratégia resiliente; ao contrário, reforçaram uma dependência da trajetória marcada pelo abandono de projetos ambiciosos e pela dependência externa em áreas críticas. Assim, mesmo com avanços regulatórios recentes, a história do PEB demonstra como suas escolhas institucionais consolidaram um caminho que, apesar dos sucessos pontuais, limitou a capacidade do país de alcançar a plena autonomia tecnológica.

A CONSTRUÇÃO INSTITUCIONAL DA DIVERGÊNCIA

Desde o início, o programa espacial chinês foi concebido como uma política de Estado, diretamente vinculada aos objetivos de desenvolvimento nacional e à consolidação do poder político. Mesmo diante de crises econômicas e desafios tecnológicos, a China manteve uma

condução centralizada e estratégica do setor, revelando uma alta capacidade de coordenação estatal orientada por metas de longo prazo definidas pelo governo (Sheehan, 2013, p. 107). Essa continuidade institucional garantiu que o espaço fosse tratado não apenas como campo científico ou militar, mas como instrumento de modernização e afirmação nacional. A coerência dessa política, sustentada por planejamento estatal e investimentos consistentes, explica em grande parte o avanço tecnológico e a posição de destaque que a China ocupa hoje no cenário espacial global.

A concepção chinesa de segurança ultrapassa a dimensão militar e abrange a ideia de estabilidade interna, soberania tecnológica e prestígio nacional. Nesse sentido, o programa espacial tornou-se um instrumento central da estratégia estatal de “segurança abrangente”, ao materializar o esforço do Partido Comunista Chinês para restaurar a autoconfiança nacional e projetar uma imagem de modernidade e autonomia no sistema internacional (Sheehan, 2013, p. 108). O avanço tecnológico, portanto, não é apenas fruto de uma corrida por poder, mas expressão simbólica de superação do passado de dominação estrangeira e de consolidação do Estado como ator soberano. Em contraste, um dos fatores críticos para o atraso brasileiro foi a carência histórica dessa dimensão estratégica e simbólica: sua condução fragmentada e dependente de conjunturas políticas impediu que o setor fosse incorporado de forma contínua a uma visão de segurança e desenvolvimento nacional de longo prazo.

A leitura ocidental acerca do programa espacial chinês tem sido historicamente permeada por estereótipos que subestimam a capacidade do país de desenvolver tecnologias de forma autônoma. Conforme apontado por Harvey (2019), análises e reportagens internacionais frequentemente abordam os avanços chineses com desconfiança, atribuindo-os a meras cópias de tecnologias russas obtidas por meio de espionagem, além de questionar sua destinação civil em favor de usos militares não declarados. Essa perspectiva, contudo, ignora a trajetória de resiliência institucional e continuidade estratégica que distingue fundamentalmente o programa chinês do brasileiro.

Essa diferença na capacidade estatal de blindar projetos estratégicos fica evidente ao se comparar a resposta de cada país a crises internas. Enquanto a China blindou seu setor espacial mesmo durante crises políticas de grande magnitude como o Grande Salto Adiante, que atrasou o Projeto 581, e a Revolução Cultural, mantendo um curso progressivo, o Brasil vivenciou sucessivas rupturas institucionais. Os cortes orçamentários do governo Collor, o abandono do VLS após o acidente de 2003 e a severa redução de investimentos a partir de 2013 são fatores críticos que caracterizam um ciclo de “falsas retomadas”, impedindo a consolidação de uma política de Estado. A transição para a liderança de Deng Xiaoping, por exemplo, representou uma reorientação na estratégia de inovação em direção à comercialização, mas não uma ruptura de continuidade como as observadas no caso brasileiro.

Essa divergência foi sustentada por arquiteturas institucionais radicalmente distintas. A

China implementou um modelo de comando centralizado, em que órgãos como a COSTIND e, posteriormente, a CASC e a CNSA, foram estruturados para executar uma estratégia nacional unificada, demonstrando uma alta capacidade de coordenação estatal. Essa estrutura verticalizada permitiu a sinergia entre os diferentes atores, viabilizando a execução de projetos de altíssima complexidade. Em contraste, o Brasil desenvolveu uma arquitetura institucional fragmentada e dualista, com a divisão histórica entre o programa de satélites (civil/INPE) e o de veículos lançadores (militar/CTA). A criação da Agência Espacial Brasileira (AEB), embora visasse unificar a gestão, nunca superou plenamente essa fragmentação, o que evidencia uma baixa capacidade de coordenação estatal.

Como resultado, cada país consolidou uma estratégia de inovação distinta, criando uma forte dependência da trajetória. A estratégia chinesa foi pautada pela busca da autonomia por meio da absorção tecnológica. Desde o início, o objetivo foi internalizar o conhecimento para construir uma base industrial e tecnológica endógena. Desafios externos, como embargos, não paralisaram o programa; pelo contrário, reforçaram essa trajetória de autossuficiência. Essa fragmentação institucional e baixa capacidade estatal consolidaram uma dependência da trajetória brasileira caracterizada pelo desenvolvimento em nichos com dependência externa persistente. O país alcançou excelência em áreas específicas, como os satélites da série SCD – considerados marcos de autonomia na sua concepção – e os motores da família VSB-30. Contudo, em etapas críticas como o lançamento, fatores críticos como os embargos norte-americanos e as falhas do VLS consolidaram um caminho de dependência e abandono de projetos mais ambiciosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa demonstrou que a divergência radical entre as trajetórias dos programas espaciais do Brasil e da China é um resultado direto das distintas arquiteturas institucionais e estratégias de inovação. O avanço chinês é explicado por fatores críticos como sua alta capacidade estatal, manifestada em uma arquitetura institucional centralizada e em uma continuidade política que blindou o setor de instabilidades. Em contraste, os desafios persistentes do programa brasileiro são um resultado direto de fatores como sua baixa capacidade estatal, uma arquitetura institucional fragmentada e a descontinuidade política, que impediram a consolidação de uma política de Estado de longo prazo.

Essas condições moldaram estratégias de inovação distintas: enquanto a China buscou a autonomia por meio da absorção tecnológica, o Brasil consolidou uma trajetória de desenvolvimento em nichos com dependência externa. Portanto, o hiato tecnológico observado hoje não é um fenômeno recente, mas a consequência de décadas de escolhas institucionais que definiram o que cada país poderia almejar: enquanto um construiu o caminho para a Lua, o outro ainda busca consolidar os alicerces de sua autonomia.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Himilcon de Castro. **Alternativas de financiamento e parcerias internacionais estratégicas no setor espacial**. In: FREITAS, W. L. de. (coord.). *Desafios do Programa Espacial Brasileiro*. Brasília: Presidência da República – Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2011. p. 17-40.

COSTA FILHO, Edmilson de Jesus. **A dinâmica da cooperação espacial Sul-Sul: o caso do Programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite)**. Campinas: Unicamp, 2006. 326f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

COSTA FILHO, Edmilson Jesus. **Política Espacial Brasileira: A política científica e tecnológica no setor aeroespacial brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

DALL'AGNOL, Gustavo Fornari. **Falling-Behind: India's space sector and Brazil's attempts to develop its own**. *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 30-39, abri. 2024.

ESCADA, Paulo Augusto Sobral. **Origem, institucionalização e desenvolvimento das atividades espaciais brasileiras (1940-1980)**. 2005. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: a new history**. London: Belknap Press of Harvard University, 2006.

FROELICH, Annette; SORIA, Diego Alonso Amante; DE MARCHI, Ewerton. **Space Supporting Latin America**. Switzerland: Springer, 2020.

GOUVEIA, Adalton. **Esboço histórico da pesquisa espacial no Brasil**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE. São José dos Campos: 2003.

HARDING, Robert C. **Space Policy in Developing Countries: The Search for security and development on the final frontier**. New York: Routledge, 2013.

HARVEY, Brian. **China in Space: The Great Leap Forward**. 2ed. New York: Springer, 2019.

HARVEY, Brian. **China in Space: The Great Leap Forward**. Dublin: Springer, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **30 anos do Satélite SCD-1**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 09 fev. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/30-anos-do-satelite-scd-1>. Acesso em: 04 nov. 2024.

JIANG, Shengli; ZHAO, Yun. **China's National Space Station: Opportunities, Challenges, and Solutions for International Cooperation**. *Space Policy*, v. 57, 2021.

KHAN, Sulmaan Wasif. **Haunted by Chaos: China's grand strategy from Mao Zedong to Xi Jinping**. Massachusetts/London: Harvard University Press, 2018.

LIAO, Shu-Hsien. **Will China become a military space superpower?**. *Space Policy*, v. 21, 2005.

OBSERVATÓRIO DO SETOR ESPACIAL BRASILEIRO. **Linha do tempo dos eventos da Constelação Catarina**. Agência Espacial Brasileira, não datado. Disponível em: <https://observatorio.aeb.gov.br/dados-e-indicadores/sistemas-espaciais/satelites/sobre-a-constelacao-catarina/linha-do-tempo-dos-eventos-da-constelacao-catarina>. Acesso em: 01 jul. 2025.

RAUPP, Marco Antonio. **Les satellites, exemple de coopération entre le Brésil et la Chine**. [Entrevista concedida a] Tom Dwyer. *Hermes*, 79, 2017.

REGISTRO de Objetos Espaciais Brasileiros. **Observatório do Setor Espacial Brasileiro**. Agência Espacial Brasileira, não datado. Disponível em: <https://observatorio.aeb.gov.br/dados-e-indicadores/sistemas-espaciais/satelites/registro-de-satelites-brasileiros>. Acesso em: 01 jul. 2025.

RIBEIRO, Renata Corrêa. **Aliança tecnológica com a China na área espacial: os 30 anos do Programa CBERS (1988-2018)**. 2019. 294 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SÉNÉCHAL-PERROUAULT, Lucie. **Chinese Commercial Space Launchers: Historical Perspective; Policy Framework**. *Space Policy*, 66, 2023.

SHEEHAN, Michael. **'Did you see that, grandpa Mao?' The prestige and propaganda rationales of the Chinese space program**. *Space Policy*, v. 29, 2013.



研究中国
GECHINA UnB

mngt.unb.br/terracota-a-revista-do-gechina/

gechina.unb@gmail.com

 [@gechinaunb](https://www.instagram.com/gechinaunb)